

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Carla Michele Rech

ENTRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O ESTADO:

Uma análise do trânsito de indivíduos entre órgãos estatais e organizações de movimentos sociais no Brasil

Porto Alegre

2020

Carla Michele Rech

ENTRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTADO:

Uma análise do trânsito de indivíduos entre órgãos estatais e organizações de movimentos sociais no Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva

Porto Alegre

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR

Rui Vicente Oppermann

VICE-REITORA

Jane Tutikian

DIRETORA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Claudia Wasserman

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Maria Izabel Saraiva Noll

DIRETOR DO INSTITUTO DE LETRAS

Sérgio de Moura Menuzzi

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE LETRAS

Beatriz Cerisara Gil

CHEFE DA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES

Vladimir Luciano Pinto

CIP - Catalogação na Publicação

Rech, Carla Michele
Entre os movimentos sociais e o Estado: Uma análise
do trânsito de indivíduos entre órgãos estatais e
organizações de movimentos sociais no Brasil / Carla
Michele Rech. -- 2020.
181 f.
Orientador: Marcelo Kunrath Silva.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. movimentos sociais. 2. trânsito institucional.
3. Estado. 4. campo de ação estratégica. I. Silva,
Marcelo Kunrath, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Carla Michele Rech

ENTRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O ESTADO:

Uma análise do trânsito de indivíduos entre órgãos estatais e organizações de movimentos sociais no Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Porto Alegre, 29 de junho de 2020
Resultado: Aprovada

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva – Orientador

Prof^a. Dra. Claudia Job Schmitt – CPDA/UFRRJ

Prof. Dr. Matheus Mazzilli Pereira – PPGSP/UUV

Prof^a. Dra. Camila Penna de Castro – PPGS/UFRGS

AGRADECIMENTOS

Chegar à conclusão de uma tese requer, antes de tudo, a existência de instituições e de pessoas ao longo do caminho que tornam, em certa medida, nossos sonhos uma realidade possível. Por isso, sou grata ao Estado brasileiro e suas instituições de ensino e pesquisa. Graças à existência da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e de todas as pessoas com quem tive a oportunidade de conviver a partir do meu ingresso na universidade em 1998, aos dezesseis anos, que consegui chegar no doutorado em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Sabemos como eram restritas as possibilidades de ingresso no ensino superior antes das políticas de expansão universitária iniciadas pelo governo federal em 2003. Por isso, abro parênteses para agradecer aos meus pais que investiram na minha educação básica e me apoiaram financeiramente até minha formatura no curso de Medicina Veterinária. Foi a partir daí que tive minha primeira oportunidade profissional junto à Embrapa Clima Temperado e ao Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), espaços de trabalho e amizade onde tive todo o contato e envolvimento com o universo que dez anos depois se transformaria no meu objeto de investigação no doutorado.

Sou grata especialmente ao PPGS/UFRGS, por toda a estrutura, corpo docente, excelência acadêmica, renome internacional, mas acima de tudo sou grata ao meu orientador prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva, para o qual faltam palavras de reconhecimento e admiração. Sou grata à todas as possibilidades de troca e conhecimento nesse tempo de doutoramento, aos colegas que conheci, aos eventos científicos que participei, aos queridos companheiros e companheiras do Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE/UFRGS) com os quais convivi durante todo esse tempo, com sua escuta atenta e leitura cuidadosa aos projetos, textos produzidos, encontros realizados. Agradeço também ao CNPQ, pela concessão de bolsa de estudos que me permitiu dedicação exclusiva ao doutorado e viver essa experiência de maneira tão intensa. Agradeço às bancas as quais esse trabalho foi submetido, inicialmente para qualificação do projeto de tese, às contribuições da profa. Dra. Soraya Vargas Cortes do Departamento de Sociologia da UFRGS, da profa. Dra. Patrice Schuch do Departamento de Antropologia da UFRGS e à profa. Dra. Rebecca Neaera Abers do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB). No momento de defesa e aprovação desta tese, agradeço a leitura

atenta e cuidadosa e as sugestões para continuidade da pesquisa realizadas pela Prof^a. Dra. Claudia Job Schmitt, do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), pelo Prof. Dr. Matheus Mazzilli Pereira, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha (UVV) e pela Prof^a. Dra. Camila Penna de Castro do Departamento de Sociologia da UFRGS.

Mas é preciso também lembrar de todas pessoas que pelo caminho, mesmo antes de empreender essa jornada, me apoiaram na realização dos meus objetivos, a quem agradeço imensamente. Nominá-las seria correr o risco do esquecimento, porque de fato foram muitas. Aos interlocutores e interlocutoras da pesquisa, sem os/as quais não seria possível chegar aos resultados, seu carinho e acolhida, os reencontros possibilitados, as lembranças compartilhadas. Aos amigos e amigas e especialmente ao maior incentivador, dando forças nas horas mais delicadas, naquelas onde fui colocada à prova, onde os obstáculos pareciam maiores que as possibilidades de superá-los, ao meu amor de uma vida, Jeferson, agradeço para além do que as palavras são capazes de expressar.

Agradeço a possibilidade de registrar, nas páginas dessa tese, o que hoje é memória, lembrança de um tempo de luta e porque não dizer de breves momentos de glória, em um período em que muito está desmoronando, um tanto destruído à duros golpes e muito ainda por fazer, para que o Brasil se transforme um dia, quem sabe, em um país de todos e todas.

RESUMO

Pesquisas realizadas no campo de estudos de movimentos sociais no Brasil nas últimas décadas têm demonstrado padrões de interação entre Estado e organizações não estatais, identificando a existência de uma dinâmica de relações entre estes espaços sociais, conformada em parte pelo fluxo de indivíduos. Apesar disso, tais pesquisas tendem a não analisar quais elementos que oportunizariam essa ocupação de postos-chave e de outros espaços de trabalho dentro de governos por parte de indivíduos que têm ou tiveram em sua trajetória vínculos com organizações de movimentos sociais. Tal lacuna coloca para a comunidade acadêmica um desafio analítico de compreender como e por quê determinadas pessoas fazem tal percurso e acabam ocupando cargos dentro da burocracia estatal. Esta tese procura contribuir para compreensão desse fenômeno, a partir da investigação e análise do fluxo de pessoas que trabalharam no governo federal brasileiro a partir de 2003, ocupando posições instáveis na burocracia estatal, por meio de nomeações discricionárias e contratos de consultoria. Fundamentada teoricamente na teoria dos campos de ação estratégica, na abordagem das redes sociais, em elementos da sociologia disposicionalista, multideterminista e à escala individual e no conceito de ativismo institucional, partimos das hipóteses de que a possibilidade do trânsito do campo societário para o campo estatal pode ser determinada por três elementos: condições político-institucionais; experiências educacionais/laborais e condições relacionais (vínculos e mediações). Metodologicamente, recorreremos à análise documental, à experiência prévia da pesquisadora e à realização e análise de 22 entrevistas. Ao conduzir a pesquisa, verificamos que o trânsito dos indivíduos por diferentes organizações, sejam elas públicas ou privadas, foi possibilitado pela inserção destes em um determinado campo de ação estratégica. Observou-se que as condições e configurações político-institucionais do campo influenciaram a circulação pelos diferentes espaços ao longo das trajetórias, tendo como elemento central para inserção e mobilidade o reconhecimento/pertencimento ao mesmo e as relações e vínculos que foram se estabelecendo. Verificou-se que os fluxos em direção aos órgãos estatais ocorreram à medida que estes passaram, mesmo que temporariamente, a integrar o campo de ação estratégica e foram determinados, por um lado, pela presença de mecanismos institucionais para ingresso ao Estado, e por outro pela ação deliberada de indivíduos em postos-chave (ativistas institucionais). Os resultados apontam ainda que elementos da trajetória profissional-militante das pessoas investigadas permitiram o trânsito em direção ao Estado, à medida que acumularam ao longo dos anos reconhecimento pelo tipo de trabalho desenvolvido e pelas redes estabelecidas. Verificou-se também que, mediante as oportunidades político-institucionais oferecidas pelo campo, o interesse individual e a disponibilidade dos sujeitos investigados em trabalharem em ações identificadas com suas causas, seja em organizações não-governamentais ou em órgãos estatais, são elementos importantes para o trânsito, assim como a vontade em contribuir com os governos de determinado partido, mesmo no caso daqueles/as onde a atuação/vinculação partidária não faz parte da trajetória. Apesar do recorte empírico delimitado, pretende-se que o modelo de análise construído contribua para a compreensão de processos semelhantes evidenciados em outros órgãos estatais, seja da esfera municipal, estadual ou federal.

Palavras-chave: movimentos sociais, trânsito institucional, Estado, campo de ação estratégica

ABSTRACT

Research conducted in the field of studies of social movements in Brazil in recent decades has shown patterns of interaction between state and non-state organizations, identifying the existence of a dynamic of relationships between these social spaces, formed in part by the flow of individuals. Nevertheless, such research tends not to analyze which elements would opportunize this occupation of key posts and other workplaces within governments by individuals who have or have had links in their trajectory with organizations of social movements. This gap poses for the academic community an analytical challenge to understand how and why certain people make such a journey and end up occupying positions within the state bureaucracy. This thesis seeks to contribute to the understanding of this phenomenon, from the investigation and analysis of the flow of people who worked in the Brazilian federal government since 2003, occupying unstable positions in the state bureaucracy, through discretionary appointments and consulting contracts. Based theoretically on the theory of Strategic Action Fields, on the approach of social networks, on elements of the dispositionalist, multideterminist and on the individual scale sociology and on the concept of institutional activism, we start from the hypothesis that the possibility of transiting from the corporate field to the state field can be determined by three elements: political-institutional conditions; educational/work experiences and relational conditions (links and mediations). Methodologically, we used documentary analysis, previous experience of the researcher and the performance and analysis of 22 interviews. When conducting the research, we verified that the transit of individuals through different organizations, whether public or private, was made possible by their insertion in a certain strategic action field. It was observed that the political and institutional conditions and configurations of the field influenced the circulation throughout the trajectories, having as central element for insertion and mobility the recognition/belonging to it and the relationships and bonds that were established. It was found that the flows towards the state agencies occurred as they began, even temporarily, to integrate the strategic action field and were determined, on the one hand, by the presence of institutional mechanisms for entry to the State, and on the other by the deliberate action of individuals in key posts (institutional activists). The results also indicate that elements of the professional-militant trajectory of the people investigated allowed the transit towards the State, as they accumulated over the years recognition for the type of work developed and by the established networks. It was also verified that, through the political and institutional opportunities offered by the field, the individual interest and availability of the investigated subjects to work in actions identified with their causes, whether in non-governmental organizations or in state agencies, are important elements for the transit, as well as the willingness to contribute to the governments of a given party, even in the case of those where party action/linking is not part of the trajectory. Despite the empirical outline delimited, it is intended that the constructed analysis model contributes to the understanding of similar processes evidenced in other state agencies, whether from the municipal, state or federal spheres.

Keywords: social movements, institutional transit, state, strategic action field

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Evolução da ocupação de DAS no Executivo Federal (1999-2013)	54
Gráfico 2 -	Proporção de ocupantes de cargos DAS, por grupos	55
Gráfico 3 -	Evolução da execução financeira da ABC (2000-2014)	59
Gráfico 4 -	Transferências de recursos públicos federais a ESFLs (1999-2010)	62
Gráfico 5 -	Participação no valor contratado por linhas de ação do PDSTR por ano (2003 a 2008)	67
Gráfico 6 -	Variação anual de recursos de ações exclusivas de custeio previstas no PDSTR transferidos do PDSTR para organizações não estatais (2004 – 2015)	74
Gráfico 7 -	Número de organizações contratadas por ano com recursos de ações exclusivas de custeio previstas no PDSTR	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Síntese do modelo analítico sobre o trânsito de indivíduos de organizações de movimentos sociais para órgãos estatais no Brasil	47
Quadro 2 -	Recursos de ações exclusivas de custeio previstas no PDSTR transferidos da SDT/MDA para organizações não estatais (2004 – 2015) por meio de contratos de repasse	74
Quadro 3 -	Descrição das pessoas entrevistadas quanto ao gênero, estado de origem, ano de ingresso na SDT, idade e escolaridade à época do ingresso	80
Quadro 4 -	Tipo de experiências relevantes para a análise, vivenciadas ao longo das trajetórias até o ano de ingresso na SDT	121
Quadro 5 -	Vias de acesso ao campo de ação estratégica e temática de inserção profissional	124

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Organograma funcional simplificado da SDT/MDA	70
Figura 2 -	Mapa de circulação anterior ao ingresso na SDT	145
Figura 3 -	Posicionamento inicial dos/as entrevistados/as no CAE desenvolvimento rural	147
Figura 4 -	Configuração do campo da Economia Solidária no Brasil	148

APOIO DE FINANCIAMENTO CNPq

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 DA CONSTATAÇÃO EMPÍRICA DO FENÔMENO À FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	13
1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	21
2 CAMPOS, REDES, DISPONIBILIDADE BIOGRÁFICA E ATIVISMO: COMO ANALISAR E EXPLICAR OS FLUXOS?	28
2.1 INVESTIGANDO OS FLUXOS ENTRE ORGANIZAÇÕES DE MOVIMENTOS SOCIAIS E ÓRGÃOS ESTATAIS A PARTIR DA TEORIA DOS CAMPOS DE AÇÃO ESTRATÉGICA.....	29
2.2. AS REDES SOCIAIS COMO BASE PARA OS FLUXOS NO CAMPO DE AÇÃO ESTRATÉGICA	35
2.3. TECENDO AS REDES E DESENVOLVENDO AS HABILIDADES SOCIAIS: OPORTUNIDADES LABORAIS, AFETOS E DISPONIBILIDADE BIOGRÁFICA....	37
3 O ESTADO BRASILEIRO E AS POSSIBILIDADES DE ACESSO TEMPORÁRIO 49	
3.1 NOMEAÇÕES DISCRICIONÁRIAS E CONSULTORIAS	49
3.2 OS REPASSES FINANCEIROS PARA AS ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS.....	61
4 O CASO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	63
4.1 OS ANTECEDENTES, AS CARACTERÍSTICAS DA POLÍTICA PÚBLICA E A RELEVÂNCIA DA SDT PARA A ANÁLISE	63
4.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FORMAS DE FUNCIONAMENTO DA SDT/MDA	68
5 ANALISANDO OS FLUXOS	80
5.1 CONHECENDO AS TRAJETÓRIAS.....	80
5.2 ANALISANDO AS TRAJETÓRIAS E IDENTIFICANDO ELEMENTOS EXPLICATIVOS DO TRÂNSITO.....	123
6 CONCLUSÕES	149
REFERÊNCIAS	153
APÊNDICE A - Entrevistas realizadas	160
ANEXO A - Termos de referência representativos dos processos de contratação de consultores/as do IICA para a SDT	162
ANEXO B - Parte do Projeto de Atividades (PAT)	172

1 INTRODUÇÃO

1.1 DA CONSTATAÇÃO EMPÍRICA DO FENÔMENO À FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Estudos realizados nas últimas décadas no Brasil têm identificado e analisado padrões de interação entre Estado e atores (organizações e indivíduos) não estatais. Dentre os estudos pioneiros que evidenciam tais interações destacam-se os realizados por Marques (1999, 2000, 2003). Seus estudos demonstram uma elevada permeabilidade das organizações estatais brasileiras à atuação de atores não estatais a partir de vínculos construídos com atores ocupantes de posições estatais ao longo de suas trajetórias. Em suas pesquisas, o autor destaca como a rede de relações leva à consolidação institucional de determinada empresa estatal, como os grupos e indivíduos de tal empresa se relacionam com o seu ambiente político e de que forma os campos do público e do privado se interpenetram no interior da comunidade profissional, dando origem a um padrão de acesso ao Estado fundado em mecanismos relacionais que Marques (1999) denomina de permeabilidade.

O fato é que tal permeabilidade, ao mesmo tempo em que pode ser fonte de instabilidade institucional, também pode possibilitar maior acesso ao Estado por atores reformistas que podem reconfigurar redes de políticas (MULLER; SILVA; SCHENEIDER, 2013). Dentre esses atores, encontram-se as organizações e os ativistas de movimentos sociais. Por meio do que a literatura denomina de ativismo institucional (SANTORO; MCGUIRE, 1997), ativistas ocupam espaços estatais e podem desenvolver ações que conectam atores não estatais e o Estado por meio de políticas públicas. Nestes casos, o ativismo institucional se expressa como uma das formas de permeabilidade do Estado.

Gradativamente, os estudos têm analisado padrões de interação entre Estado e movimentos sociais (ABERS; VON BÜLLOW, 2011; ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014; FELTRAN, 2006; TATAGIBA; BLIKSTAD, 2011) e têm identificado a existência de uma dinâmica de relações entre estes espaços sociais. Tais estudos demonstram a ocorrência de diferentes combinações e rotas de interdependência entre Estado e sociedade civil (LAVALLE; SZWAKO, 2015), seja pelo fluxo de indivíduos mediado por partidos (SILVA; OLIVEIRA, 2011) e/ou pelo compartilhamento de projetos políticos (TATAGIBA; TEIXEIRA, 2016). Cada vez mais, a permeabilidade do Estado e a

ocorrência do trânsito institucional (SILVA, 2015) passaram a ser evidenciadas pelas pesquisadoras em diferentes áreas de políticas públicas: meio ambiente (BARCELOS, 2010; LOSEKANN, 2014; ABERS, OLIVEIRA, 2015), promoção de saúde e acesso aos direitos (ABERS; TATAGIBA, 2014; ALBUQUERQUE, 2015; CARLOS, 2015; CARLOS; DOWBOR; ALBUQUERQUE, 2016; DOWBOR, 2012; FARIAS; DIMENSTEIN, 2008; FERREIRA; LOTTA, 2016, MACHADO, 2015; PEREIRA, 2018; ZANOLI, 2015), desenvolvimento rural e agricultura familiar (MÜLLER; SILVA; SCHNEIDER, 2012; ODERICH; GRISA; BARTH, 2019; SCHMITT; SILVA, 2016), habitação (TATAGIBA; TEIXEIRA, 2016); igualdade racial (LEITÃO, 2012).

Em revisão de literatura sobre movimentos sociais brasileiros, Abers e Von Bulow (2011) destacam que foi possível detectar pelo menos dois padrões de intersecção entre movimentos sociais e o Estado ao longo das duas últimas décadas: a incorporação de ativistas de movimentos sociais em cargos governamentais e a formação de novos movimentos sociais a partir da interlocução entre ativistas dentro e fora do Estado.

Entre os exemplos dessa intersecção no Brasil, as autoras destacam os seguintes: o primeiro Secretário Nacional de Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto, que tomou posse em 1973, tinha sido previamente um ativista de uma organização conservacionista; vários órgãos ambientais, como, por exemplo, o Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, foram ocupados por ambientalistas da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza; no governo Lula, os dois ministros do Meio Ambiente (Marina Silva e Carlos Minc) tinham uma trajetória anterior de ativistas; membros do Movimento Sanitarista, mesmo durante a ditadura militar, tinham posições no governo e, por outro lado, muitas vezes alguns burocratas são ativistas em organizações da sociedade civil.

Reforçando o fato de que “as relações entre movimentos sociais, partidos políticos e Estado tornaram-se, nas últimas décadas, um dos focos centrais de problematização teórica e investigação empírica no campo de estudos sobre movimentos sociais”, Silva e Oliveira (2011) abordam a trajetória de militantes do denominado *movimento de economia solidária* no estado do Rio Grande do Sul e identificam um processo organizativo que, segundo os autores, “não apenas não se dá externamente ao Estado, mas é, em grande medida, fomentado por agentes e políticas governamentais” (p. 86).

Os autores destacam que “o trânsito institucional se caracteriza pelo deslocamento contínuo de militantes sociais-partidários por diferentes espaços de atuação (organizações sociais, partidos, fóruns institucionais e posições governamentais), o qual é, em grande medida, possibilitado pela interpenetração partido-movimento”, sendo esse tipo de relação “caracterizada pelo intenso trânsito de atores entre as organizações sociais e o Estado e pela alta intersecção, que está presente na constituição do que é denominado de *Movimento de Economia Solidária*” (SILVA, OLIVEIRA, 2011, p. 98-99). Situando os achados da pesquisa em um contexto mais ampliado, Silva e Oliveira (2011, p. 118) destacam que “pesquisas realizadas em outros setores de políticas públicas – como a Saúde (WEYLAND, 1996; FALLETTI, 2010), o Meio Ambiente (LOSEKANN, 2009; BARCELOS, 2010) e a Agricultura Familiar (Muller, Silva e Schneider, 2007) – mostram que a “infiltração do Estado” pelas organizações de movimentos sociais e/ou seus aliados é um mecanismo recorrente”. Ademais, segundo Oliveira (2011, p. 59), o trânsito institucional está relacionado à intersecção entre ativismo partidário e ativismo movimentalista, o que faz com que vitórias eleitorais abram a possibilidade de acesso de atores de movimentos sociais às instituições estatais através da concessão de cargos de confiança.

É preciso destacar também que tal dinâmica independe do espectro ideológico dos partidos políticos, visto que a mesma foi recentemente destacada pela mídia nacional em relação a ativistas e organizações de movimentos de direita. Em julho de 2017, por exemplo, o jornal Folha de São Paulo informou que “Líderes do Movimento Brasil Livre (MBL) envolvidos na mobilização pelo impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, vêm ganhando cargos comissionados em grandes cidades neste ano”. A reportagem identificava lideranças da organização sendo nomeados para cargos em Porto Alegre, Goiânia, Caxias do Sul (RS) e São José dos Campos (SP). Segundo o coordenador do movimento entrevistado, o MBL estaria presente em 170 cidades.

A análise de Abers, Serafim, Tatagiba (2014, p.326), por sua vez, verificou que a “presença de militantes no interior de vários ministérios permitiu experimentações com resultados variáveis a depender da forma como grupos da sociedade civil e atores do Estado estabeleceram relações historicamente em cada setor”, o que confirma o trânsito de indivíduos que têm ou tiveram vínculos com organizações de movimentos sociais para órgãos estatais. Nesse mesmo estudo, as autoras citam o estudo inovador de Maria Celina D’Araújo, no qual foi analisado o perfil social e político dos

cargos de alto escalão do governo federal na gestão de Lula e a aproximação destes com movimentos sociais, destacando que antigos líderes sindicais participaram intensamente de altos cargos do governo a começar pelo próprio presidente que era proveniente do setor, e ministros também mantinham relações próximas aos movimentos sociais.

O argumento central das autoras é que houve “a abertura no contexto do governo Lula para um experimentalismo inédito resultante da presença de aliados dos movimentos em postos-chave no interior do Estado” (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2014, p. 327). Apesar de sua pesquisa focar nas dinâmicas internas e no impacto político da participação institucionalizada em governos, as autoras levam em consideração em suas análises a presença de atores com experiências em movimentos sociais em cargos governamentais e concluem que um dos fatores que influenciaram mudanças na relação Estado-sociedade durante o governo Lula foi a migração de ativistas dos movimentos sociais e simpatizantes para dentro do governo (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2014, p. 346). Há de se destacar também que, segundo as autoras, o governo Dilma Rousseff ainda empregou importantes ativistas em órgãos como a Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), órgão que promoveu o fortalecimento de arenas participativas ao longo de sua administração (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2014, p. 348).

Machado (2015), ao investigar alguns aspectos da relação entre o Estado e os movimentos de juventude e LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) no Brasil entre 2003 e 2010, realizou 26 entrevistas com ativistas que, no período, ocuparam cargos no governo federal, em Brasília, nos governos estaduais e municipais nas cidades de Belo Horizonte/MG e Rio de Janeiro/RJ.

Cayres (2015), ao se dedicar à investigação do ativismo institucional durante o primeiro mandato da presidenta Dilma (2011-2014), tendo como foco a Secretaria Nacional de Articulação Social, “considerada internamente pelos atores como o *coração* da Secretaria-Geral da Presidência da República” (p.34), também constatou a presença de ativistas de movimentos sociais dentro do governo. Ao analisar o funcionamento da Secretaria, a autora verificou como os casos da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) e do Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC) “funcionaram como exemplos do papel que o ativismo institucional jogou na construção das agendas da secretaria – especialmente frente a constatação da

existência de outras estruturas no Poder Executivo Federal especializadas nos mesmos temas que ali eram tratados” (CAYRES, 2015, p. 176).

Além dos estudos já destacados, recentemente Zanoli (2015) também verificou a ocupação de espaços estatais por ativistas de movimentos sociais ao pesquisar o movimento LGBT (de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) de Campinas e suas relações com o Estado. Interessante notar que, para além da constatação da presença de ativistas no Estado, Zanoli (2015) chama a atenção para um tensionamento e uma disputa em torno de categorias como ativismo e militância, conceitos que serão mobilizados para o desenvolvimento da presente pesquisa.

Neste trabalho partimos desta constatação empírica da literatura brasileira sobre movimentos sociais: a existência de uma significativa dinâmica de relações entre as organizações de movimentos sociais e o Estado, conformada em parte pelo fluxo ou trânsito de indivíduos entre estes espaços sociais. A partir de tal constatação, o desafio analítico que se coloca como fio condutor da análise desenvolvida nesta tese foi compreender como e por quê determinados indivíduos, que apresentam vínculos com organizações de movimentos sociais em sua trajetória, fazem tal percurso e acabam ocupando cargos dentro da burocracia estatal. Isso porque, as pesquisas realizadas no campo de estudos de movimentos sociais identificaram o fenômeno, mas tenderam a não analisar de maneira aprofundada e sistemática os elementos que oportunizariam essa ocupação de postos-chave e de outros espaços de trabalho dentro de governos.

Assim, o objetivo geral desta tese é analisar como e por que se estabeleceu o fluxo de indivíduos que circulam por entre organizações de movimentos sociais e órgãos estatais no Brasil em uma Secretaria do Governo Federal, durante a primeira década do século XXI, a qual constitui o objeto empírico da pesquisa. Apesar deste recorte empírico delimitado, pretende-se que o modelo de análise construído contribua para a compreensão de processos semelhantes evidenciados em outros órgãos estatais, seja da esfera municipal, estadual ou federal.

Foram objetivos específicos desta tese: caracterizar e analisar as condições político-institucionais que permitiram o acesso dos indivíduos em órgão(s) estatal(is) no período investigado; reconstruir a trajetória dos atores, procurando identificar elementos que oportunizaram o trânsito por entre organizações de movimentos sociais e órgãos estatais no Brasil; identificar e analisar condições biográficas, buscando nos processos de socialização por eles experienciado (familiar, religioso,

educacional/universitária, profissional, política) a identificação de elementos que podem ter influenciado na construção ou atualização de disponibilidades biográficas que levaram ao trânsito por entre organizações de movimentos sociais e órgãos estatais; verificar os aspectos relacionais por meio da reconstrução das redes e os tipos de relações que os indivíduos foram estabelecendo ao longo de suas trajetórias, identificando quais aspectos oportunizaram ou constrangeram o trânsito por entre organizações de movimentos sociais e órgãos estatais.

Como veremos no decorrer da tese, diferente do que a literatura aponta, verificamos ao realizar a pesquisa que não se trata de um fluxo de pessoas de organizações de movimentos sociais para órgãos estatais, mas sim da inserção e circulação de sujeitos dentro de um campo de ação estratégica que permitiu, dada as condições político-institucionais, o ingresso ora em organizações sociais ora em órgãos estatais, a partir das redes estabelecidas dentro do campo. O que verificamos é que, conforme a configuração do campo em determinado período, se abriram ou se limitaram as oportunidades de acesso, seja em organizações não-governamentais, seja no Estado. Assim como novas organizações e novos movimentos sociais foram criados, órgãos estatais passaram a compor o campo de ação estratégica e a partir daí se abriram possibilidades de fluxo que até então não existiam.

Do ponto de vista sociológico, a compreensão e explicação das dinâmicas envolvidas na circulação de pessoas em diferentes espaços sociais, inclusive estatais, e que tendem a ser obscurecidas pelas análises feitas até o momento, é uma das potenciais contribuições desta tese para o debate brasileiro sobre a relação entre movimentos sociais e o Estado. Tal constatação foi possível a partir da elaboração de um modelo de análise baseado em uma abordagem ainda pouco mobilizada pela literatura nacional, a teoria dos campos de ação estratégica (FLIGSTEIN e McADAM 2011), a qual oferece instrumentos teóricos férteis para articular analiticamente dinâmicas e processos de nível meso e macro com agência individual. Além disso, ao utilizar como referência a abordagem das redes sociais, essa tese busca contribuir para a compreensão das complexas e dinâmicas relações estabelecidas entre diferentes ambientes e atores, sejam estatais ou não-estatais, tendo em vista que ainda são escassas no Brasil, pesquisas que utilizam esse referencial (MULLER, SILVA e SCHENEIDER, 2012). Ademais, este tipo de abordagem contribui para desnaturalização da política ao enfocá-la como um processo que se estrutura a partir das relações entre atores públicos e privados. Procuramos com essa tese contribuir

para a superar a escassez de trabalhos analíticos sobre como e porque se dá a circulação de indivíduos por entre organizações de movimentos sociais e órgãos estatais no Brasil, em um contexto específico, ao propor um modelo de análise para explicar como este trânsito se produz. Tendo em vista a pertinência do modelo para o caso estudado, espera-se que novas pesquisas possam ser realizadas, validando-o como um modelo explicativo sobre as relações entre Estado e movimentos sociais no Brasil.

Partimos, inicialmente, de algumas suposições sobre quais as condições poderiam produzir o trânsito de indivíduos por entre organizações de movimentos sociais e órgãos estatais no Brasil, na primeira década do século XXI:

1. O Estado é reconhecido pelos atores de determinado campo de ação estratégica como um espaço social importante e, à medida que órgãos estatais são incorporados ao campo, o fluxo de indivíduos que partilham deste mesmo campo se tornaria possível.

2. O fluxo temporário de indivíduos para órgãos estatais incorporados ao campo de ação estratégica é dado pela permeabilidade que o Estado brasileiro possui e pelos arranjos político-institucionais construídos em determinado período/governo. Dentre as questões legais que permitem o ingresso no Estado estão as decorrentes das reformas no Estado brasileiro implementadas na década de 1990 e que criaram formalmente condições institucionais para ocupação de cargos de forma discricionária. Por isso, dependendo do contexto político-institucional, se ampliam ou se restringem esse tipo de trânsito.

3. Os processos de socialização na trajetória familiar, escolar, profissional e militante, são fundamentais para o fluxo dos indivíduos. Nesses processos são constituídos vínculos (afetivos, identitários, ideológicos, partidários etc.), competências, valores e reconhecimento (profissional e/ou político), configurando um perfil do tipo 'técnico-militante sócio-estatal'. Tal perfil constituiria o "passaporte" para circulação no campo de ação estratégica e o atravessamento das fronteiras existentes tanto nos órgãos estatais como nas organizações de movimentos sociais, agindo como um elemento definidor do trânsito.

Buscando responder o problema de pesquisa e verificar a sustentabilidade empírica desses argumentos, investigou-se o fluxo de pessoas que trabalharam em uma secretaria específica do governo federal brasileiro a partir de 2003, ocupando posições instáveis na burocracia estatal. Essas pessoas formaram o que passamos a

denominar de burocracias temporárias, já que a equipe constituída dentro do órgão estatal analisado foi composta basicamente por meio de nomeações discricionárias e contratos de consultoria e teve sua temporalidade determinada pela duração dos mandatos dos presidentes Lula e Dilma e pela duração e objetivos do programa governamental no qual esses atores trabalharam.

A tese está dividida da seguinte forma: nesta primeira seção, além de introduzir o tema e apresentar a formulação do problema de pesquisa, apresentamos também os procedimentos metodológicos que nortearam a investigação e análise dos dados. Logo após, apresentamos os fundamentos teóricos que orientaram a realização da pesquisa e, com base nesse referencial teórico, apresentamos o modelo analítico elaborado para nortear a investigação e analisar o trânsito de indivíduos de organizações de movimentos sociais para órgãos estatais no Brasil. No capítulo 3 nos detemos em apresentar as possibilidades de acesso e aproximação ao Estado brasileiro, com ênfase nas nomeações discricionárias, contratos de consultoria e os repasses financeiros para as entidades privadas sem fins lucrativos. No capítulo 4 apresentamos o ambiente empírico da pesquisa - o caso da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), seus antecedentes e sua relevância para a análise, as características da política pública, estrutura organizacional e sua forma de funcionamento. No capítulo 5, apresentamos os dados coletados nas entrevistas e como essas informações contribuíram para explicar o trânsito entre organizações de movimentos sociais e órgãos estatais no caso estudado. Por fim, apresentamos nossas conclusões sobre a pesquisa realizada.

Como veremos no decorrer da tese, a discussão teórica feita nos capítulos iniciais e que é apresentada da maneira como foi conduzida a pesquisa, acabou sendo problematizada e reformulada a partir da pesquisa de campo. Verificamos também, a partir dos dados, que a literatura sobre a relação entre movimentos sociais e Estado tende a obscurecer um processo de circulação dos atores que é anterior à chegada do PT ao governo federal em 2003. Conforme nossos achados apontam, não se trata apenas da ocupação de cargos estatais por aliados dos movimentos sociais ou por membros de determinado movimento social, mas sim da incorporação do Estado à determinado campo de ação estratégica e, à medida que o campo se reconfigura, condições legais de ingresso ao Estado são mobilizadas para viabilização de novos trânsitos. A tese demonstra que o condicionamento ao tipo de trânsito é anterior, ou

seja, o que determina o fluxo é a inserção militante e/ou profissional dos atores em determinado campo e o reconhecimento adquirido durante a trajetória, especialmente pelo domínio de certos temas, viabilizando sua circulação no campo até o ingresso à órgãos estatais. Assim, a inserção e as redes construídas no campo de ação estratégica é que determinam, em certa medida, a possibilidade de trânsito, a partir de relações construídas em contextos anteriores à ocupação de cargos e espaços no governo federal a partir de 2003, dentre estes, a participação/trabalho em governos em níveis subnacionais. Neste sentido, o conceito de campo de ação estratégica pode contribuir para a compreensão dos fluxos de indivíduos por entre movimentos sociais e órgãos estatais, à medida que nos permite identificar que a fluidez existente entre diferentes espaços sociais se dá centralmente pelo reconhecimento entre as pessoas e organizações como parte do mesmo campo de ação estratégica, o que acaba permitindo o trânsito, conforme o contexto político-institucional.

1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo em vista os objetivos da tese e a trajetória da pesquisadora, procuramos identificar, junto aos sujeitos envolvidos nesse processo, quais os elementos oportunizaram sua atuação no governo federal e que nos permitem explicar o processo de trânsito institucional de agentes sociais que atuaram na implementação de um programa público, criado em 2003. Conforme destacado na introdução desta tese, estudos realizados em diferentes órgãos estatais constataram a permeabilidade do Estado e o trânsito institucional e por isso poderiam ter sido tomados como lócus para a pesquisa. No entanto, a escolha do caso que será apresentado a seguir se deu a partir da relação profissional prévia que tive com o órgão estatal pesquisado¹. Foi essa relação que me permitiu a observação e vivência da presença de um conjunto de pessoas trabalhando no governo federal brasileiro, ocupando cargos temporários, via contratos de consultorias e nomeações discricionárias. Foram nove anos de trabalho como consultora contratada para apoio ao processo de implantação e execução da política pública proposta pelo órgão estatal em análise. Mesmo desenvolvendo ações em nível territorial e, posteriormente, em nível estadual, o trabalho foi permeado por contato constante com as equipes localizadas em Brasília

1 Atuei de julho de 2004 até agosto de 2010 como consultora contratada para apoio ao processo de implantação e execução Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR) no Rio Grande do Sul.

e nos demais estados da federação, por meio de encontros periódicos realizados com todos os consultores, geralmente ocorridos em Brasília, mas também em outros eventos ocorridos nas capitais dos estados e por trocas de experiências realizadas à distância. Essa dinâmica oportunizou o relacionamento e convívio com um número expressivo de pessoas que participaram do órgão estatal pesquisado e que, posteriormente, me permitiram restabelecer o contato e realizar os convites para participação na pesquisa.

No entanto, antes de iniciar a etapa das entrevistas, buscamos caracterizar o perfil desses atores sociais. Para tanto, foi realizada uma pesquisa durante os meses de maio a julho do ano de 2015, utilizando análise documental, tendo como base de contratações de consultores 2008. Inicialmente foram buscados via web, utilizando o Google, vínculos entre os nomes de indivíduos que desempenharam junto à SDT/MDA no ano de 2008 a função de articuladores estaduais e extratos de contratos publicados no Diário Oficial da União (DOU) deste mesmo ano. Com base nos dados obtidos nos extratos do DOU, que totalizaram 60 indivíduos contratados no ano de 2008 (34 homens e 26 mulheres; 30 com local de trabalho Brasília e os demais para trabalharem nos Estados, em média 1/Estado), foi realizada busca de currículos pelos nomes dos consultores junto a Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), nas bases doutores e demais pesquisadores (Mestres, Graduados, Estudantes, Técnicos, etc.).

O segundo passo foi a realização de entrevistas. Dadas as características do ambiente da pesquisa e do objeto empírico, consideramos a abordagem qualitativa a mais adequada tanto para construção dos dados empíricos como para a realização das análises, visto que esta abordagem se caracteriza em geral, segundo Pires (2014, p. 90) por sua flexibilidade de adaptação durante o desenvolvimento da pesquisa, pela capacidade de se ocupar com objetos complexos, tal como avaliamos ser o objeto da presente pesquisa, por sua capacidade de englobar dados heterogêneos, por sua capacidade de descrever em profundidade vários aspectos importantes da vida social, entre eles a experiência vivida, e por sua abertura ao mundo empírico, o que se expressa na valorização da exploração indutiva do campo de observação.

Levando em consideração a distinção dos principais delineamentos de pesquisa qualitativa utilizados nas ciências sociais apresentada por Deslauriers e Kérisit (2014, p. 128), podemos considerar que esta pesquisa se caracterizou como tal já que foram obtidos dados qualitativos que igualmente foram analisados de modo

qualitativo, caso em que se situa a maioria dos delineamentos de pesquisa qualitativa (DESLAURIERS e KÉRISIT, 2014, p. 129). Trata-se de um estudo de casos, no qual cada indivíduo constituiu um caso particular de trânsito a ser analisado. A confrontação entre os vários casos e o modelo analítico é que possibilitou chegar, ao final da pesquisa, com um modelo que julgamos adequado à explicação da diversidade empírica observada na pesquisa.

Nesse contexto, recorreremos a uma amostra intencional para construção do corpus empírico. Estamos considerando a perspectiva de amostra colocada por Pires (2014), o qual destaca a dupla significação que a palavra “amostra” pode conter, deixando claro que a palavra deve ser entendida no sentido amplo, como resultado de qualquer operação visando constituir o *corpus* empírico de uma pesquisa. Levamos em consideração a flexibilidade na pesquisa qualitativa e conseqüentemente para a definição da amostra, já que foi o projeto de construção progressiva do objeto como um todo que definiu o tamanho da amostra.

O universo de análise compreendeu os atores que tiveram vínculos com o órgão estatal ligado ao governo federal analisado e que circularam por este espaço no período de 2003 a 2010. Podemos considerar também, segundo a classificação realizada por Pires (2014, p. 176-178), que nossa amostragem foi de microunidades sociológicas, por envolver atores sociais, instituições e documentos e pode ser considerada ainda, segundo sua distinção, uma amostragem por casos múltiplos, tendo como eixo de finalidades teórico-metodológicas o eixo das representações sociais e das experiências de vida. Dentre os critérios-chaves indicados para esse tipo de pesquisa, seguimos também o critério da diversificação, que pode ser interno (intragrupo) ou externo (intergrupos) ou o contraste e o princípio de saturação que pode ser teórica, quando após sucessivas aplicações os dados não acrescentam nenhuma propriedade nova ao conceito, ou saturação empírica, quando o pesquisador julga que os últimos documentos, entrevistas ou observações não trazem mais informações suficientemente novas, ou diferentes, para justificar uma ampliação do material empírico (PIRES, 2014, p. 196-197). Cabe destacar o fato de que a saturação foi menos um critério de constituição da amostra do que um critério de sua avaliação metodológica, cumprindo duas funções capitais: de um ponto de vista operacional, indicou quando parar a coleta de dados e, de um ponto de vista metodológico, permitirá generalizar os resultados para o conjunto do universo de análise (população) ao qual o grupo analisado pertence.

Em relação às técnicas de pesquisa, privilegamos a utilização de entrevistas. As entrevistas foram individuais, de tipo semiestruturada, com indivíduos que tiveram vínculos com o órgão estatal, tal como já destacamos. A opção pela entrevista qualitativa se deu pelo fato de que esta fornece, segundo Gaskell (2014, p. 65), os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. Além do que, como afirmamos acima, a seleção dos entrevistados não foi aleatória, mas, sobretudo levou em consideração a relação de proximidade que a pesquisadora tinha como grande parte dos indivíduos que foram selecionados no período no qual trabalhamos juntos no governo federal e que permitiu uma seleção intencional, garantindo certa diversidade de gênero, geração, tipo de trajetória e localização geográfica dos interlocutores. Ademais, segundo destaca Gaskell (2014, p. 68), “A finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões”. Por isso o autor propõe que para a seleção dos entrevistados, sejam quais critérios forem utilizados, “o objetivo é maximizar a oportunidade de compreender as diferentes posições tomadas” (GASKELL, 2014, p. 68-69).

A seleção dos/as interlocutores/as foi dividida em dois momentos: uma análise mais ampla do universo dos que ocuparam os cargos a partir de fontes documentais como Lattes, documentos do órgão estatal, contratos etc.; e uma análise em profundidade de poucos casos, escolhidos a partir de alguns critérios que fossem indicadores de diversidade no universo, permitindo complexidade na análise. Tomamos como critério para convite a ocupação de algum cargo no órgão estatal em análise, no período de 2003 a 2010, independente se consultoria, cargo DAS ou Função Gratificada, respeitando as questões já referidas nesta seção.

Foram realizadas 22 entrevistas individuais de tipo semiestruturada, com pessoas que se disponibilizaram a participar da pesquisa (relação dos interlocutores Apêndice A). A seleção dos/as entrevistados/as foi intencional, visando garantir diversidade de gênero, geração, tipo de trajetória e localização geográfica dos interlocutores antes da ocupação dos postos no governo federal.

A princípio, esperava-se realizar as entrevistas a partir da SDT/MDA em Brasília, mas, com o impeachment da presidenta Dilma em agosto de 2016, foi necessário alterar toda a estratégia desenhada, visto que muitas pessoas que trabalhavam no/para o governo federal foram exoneradas ou tiveram suas consultorias interrompidas. Poucas pessoas conhecidas permaneceram em Brasília e a maioria

das entrevistas se deu a partir dos contatos que fui conseguindo com as pessoas já entrevistadas. Aqui um ponto merece ser destacado: muitas das pessoas que trabalharam na SDT mantêm seus vínculos. Elas seguem em contato umas com as outras, se comunicam, trocam informações sobre espaços de trabalho. Como muitas amizades foram formadas ao longo dos anos de trabalho conjunto, e algumas pessoas já eram amigas antes de trabalharem no governo federal, o trabalho de campo foi facilitado, permitindo ao final ter um conjunto diverso de pessoas entrevistadas. A tabela abaixo apresenta a descrição da amostra, agrupada por gênero, idade, estado de nascimento e ano de ingresso na SDT/MDA.

Características	Sujeitos
Gênero	
Feminino	11
Masculino	11
Idade (anos)	
30-39	11
40-49	7
50-59	3
≥ 60	1
Ano de ingresso na SDT	
2003	7
2004	6
2005	1
2006	3
2007	2
2008	2
2009	1
Naturalidade	
Rio Grande do Sul	6
Paraná	1
Santa Catarina	1
São Paulo	1
Minas Gerais	1
Rio de Janeiro	2
Paraíba	1
Rio Grande do Norte	2
Ceará	2
Maranhão	2
Pará	1
Amapá	1
Acre	1

Fonte: elaboração da autora

Essas mudanças no governo federal prejudicaram também a análise documental. Estava prevista uma análise dos documentos relativos aos processos seletivos dos consultores. No entanto, em viagem de campo realizada para Brasília em 2017 para acesso aos documentos relativos às seleções de consultores para atuação no governo federal, fui informada, ao visitar o prédio onde a SDT/MDA funcionava, que com a dissolução do MDA em 2016 e criação da nova estrutura administrativa, toda a documentação relativa à SDT/MDA foi arquivada e depositada em um dos Anexos da Esplanada dos Ministérios, inviabilizando o acesso à documentação.

Todas as entrevistas foram realizadas tendo como tópico guia quatro blocos temáticos: 1. origem espacial/social/familiar/educacional; 2. experiências político-institucionais (procurando identificar locais, tipo, momento histórico e motivações); 3. vínculos associativos estabelecidos, e 4. processo de construção das carreiras acadêmicas/profissionais (procurando identificar locais, momento histórico, funções desenvolvidas e motivações). As intervenções da pesquisadora foram realizadas apenas conforme a oportunidade apresentada durante a entrevista, de maneira que a mesma se desenvolvesse de maneira fluida, sem muitas intervenções ou perguntas diretas.

Além de servir de lembrete para a realização da entrevista, esse tópico guia foi utilizado também como esquema preliminar para a análise das transcrições, das quais extraímos os resultados que serão apresentados a seguir. Cabe destacar que o tópico guia foi pré-testado durante uma primeira entrevista realizada no dia 13 de maio de 2016. Além das questões já apontadas, levamos em consideração também que não há momentos distintos entre o levantamento de informações e a interpretação, já que durante todo o percurso da pesquisa “estamos imersos no processo de interpretação” (SPINK e LIMA, 1999, p. 105). Assim, mesmo definindo à priori algumas categorias, foi no confronto inicial dos sentidos construídos no processo de pesquisa e de interpretação e aqueles decorrentes da familiarização prévia com o campo de estudo e das teorias de base que emergiram as categorias de análise.

Todas as entrevistas foram gravadas com o consentimento dos/as entrevistados/as e transcritas integralmente, partindo-se posteriormente para a análise de conteúdo das transcrições, sem o auxílio de software, com ênfase na análise das trajetórias, visto a importância deste recurso metodológico para a

investigação de processos que envolvem o trânsito de indivíduos por entre órgãos estatais e organizações não governamentais (Oliveira, 2011; Amaral, 2018). Foi no processo de ler e reler as transcrições das entrevistas e do aprofundamento teórico que realizamos a interpretação das informações ali contidas e a produção de conhecimento acerca do tema.

A pesquisa e análise documental foram realizadas para complementar com informações sobre as possibilidades legais de acesso ao Estado. Esse processo consistiu inicialmente na identificação de documentos que regulamentam a nomeação de cargos de forma discricionária e a formalização de projetos de cooperação técnica com organismos internacionais que viabilizam a contratação de consultores para desenvolvimento e implementação de programas estatais. Adicionalmente foi realizada a busca por teses e dissertações que versam sobre o tema, além de contratos e documentos que permitiram identificar quais as condições institucionais que permitem a ocupação de cargos estatais.

2 CAMPOS, REDES, DISPONIBILIDADE BIOGRÁFICA E ATIVISMO: COMO ANALISAR E EXPLICAR OS FLUXOS?

Neste capítulo, apresentamos os contornos teóricos que contribuíram para a condução da pesquisa e elaboração da tese. Dentre a diversidade de conceitos disponíveis na literatura de movimentos sociais para pensar os processos de forma relacional, optamos em utilizar como base uma fundamentação teórica que permitisse a investigação e explicação do fenômeno, sem, contudo, correr os riscos de essencialização sobre movimentos sociais e Estado e de estabelecimento de fronteiras rígidas entre estes que tanto as Teorias dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) quanto a Teoria do Processo Político (TPP) incorrem². Como veremos nos resultados, a articulação entre as dimensões meso e micro podem se constituir em um ganho para os estudos na área.

Esta tese tem como base a seguinte fundamentação teórica: no nível mais abstrato, a teoria dos campos de ação estratégica (FLIGSTEIN e MCADAM, 2011) forneceu os pressupostos a partir do qual se estruturou a problematização e a análise; a abordagem das redes sociais orientou a estruturação do modelo analítico que, hipoteticamente, explica parte do fenômeno; elementos da sociologia disposicionalista, multideterminista e à escala individual proposta por Lahire (2013) foram mobilizados para compreender a ação individual no processo de entrada no campo de ação estratégica e a circulação entre organizações de movimentos sociais e órgãos estatais e, por último, o conceito de ativismo institucional ofereceu uma categoria para denominar o fenômeno e que permitiu parte das explicações. Adicionalmente, levamos em consideração dados sobre as condições político-institucionais presentes no Estado brasileiro, expostos no capítulo a seguir, especialmente os achados de pesquisas sobre a ocupação de cargos no serviço público federal (CAVALCANTE e LOTTA, 2015; LOPEZ, 2015) que destacam critérios relevantes, apresentados no próximo capítulo e que contribuíram para a construção do modelo de investigação e análise.

² Para uma revisão e análise sobre, ver BARCELOS; PEREIRA e SILVA (2017).

2.1 INVESTIGANDO OS FLUXOS ENTRE ORGANIZAÇÕES DE MOVIMENTOS SOCIAIS E ÓRGÃOS ESTATAIS A PARTIR DA TEORIA DOS CAMPOS DE AÇÃO ESTRATÉGICA

Uma das preocupações centrais da tese foi não reificar categorias tais como movimentos sociais, organizações, Estado, sociedade. Buscando ampliar nosso entendimento sobre como e por que determinados indivíduos transitam por entre organizações de movimentos sociais e órgãos estatais, identificamos que os conceitos da teoria geral dos campos de ação estratégica proposta por Fligstein e McAdam (2011) possam nos auxiliar nesse processo³. Compartilhamos com os autores a ideia de que há um fenômeno subjacente que perpassa as instituições que é a ação coletiva estratégica. Além do mais, trata-se de uma teoria dedicada à compreensão dos processos de mudança e de estabilidade social, a qual parte do princípio de que a vida social é permeada por uma complexa rede de campos de ação estratégica, considerando a ação estratégica como a tentativa de atores sociais de criar e manter mundos sociais estáveis, assegurando a cooperação de outros. A agência estratégica está no coração da perspectiva dos autores.

Fligstein e McAdam (2011) definem os campos de ação estratégica como unidades de ação coletiva fundamentais na sociedade. Para os autores, o campo de ação estratégica é um nível meso de ordem social em que os atores (que pode ser individual ou coletivo) interagem com o conhecimento de um sobre o outro e tem um conjunto de entendimentos comuns sobre os efeitos do campo, as relações no campo (incluindo quem tem poder e por que) e as regras do campo. Numa analogia com as bonecas russas, os autores argumentam que todos os atores coletivos (por exemplo, as organizações, famílias alargadas, clãs, cadeias de suprimento, movimentos sociais e sistemas governamentais) são eles mesmos compostos de campos de ação estratégica e quando eles interagem em um campo mais amplo, político, social ou econômico, esse campo torna-se também um campo de ação estratégica. Segundo os autores, cada um destes campos constitui uma ordem social de nível meso e pode ser proveitosamente analisada sob essa perspectiva.

Diferente de outras abordagens teóricas, Fligstein e McAdam (2011) tentam combinar os aspectos construtivistas sociais da teoria institucional com um foco em como, em seu núcleo, os processos do campo ocorrem, sobre quem e o que recebem,

³ Silva (2019) identifica contribuições importantes da Teoria dos Campos para o estudo das relações entre movimentos sociais e políticas públicas.

vendo os campos de ação estratégica como arenas socialmente construídas dentro das quais os atores com recursos variáveis disputam vantagens. Para os autores, a participação nesses campos é baseada muito mais em questões subjetivas do que critérios objetivos. Essa perspectiva nos parece muito interessante para pensar que perspectivas subjetivas dos atores podem criar (e criam) as condições objetivas para constituição do campo. Outro aspecto que dialoga com a visão que estamos adotando, é que para os autores os limites dos campos de ação estratégica não são fixos e as mudanças dependem da definição da situação e as questões que estão em jogo, ou seja, os campos são construídos em uma base situacional. Segundo os autores, quatro aspectos sustentariam os campos de ação de estratégica: 1. existe um entendimento do que está acontecendo no campo, ou seja, o que está em jogo; 2. há um conjunto de intervenientes no domínio que pode ser geralmente visto como possuindo maior ou menor importância, ou seja, entendemos que os atores ocupam uma posição e eles compreendem o que está intervindo em determinada posição no campo; 3. há um conjunto de entendimentos compartilhados sobre as "regras" no campo e 4. há um quadro interpretativo que os atores estratégicos, individuais e coletivos, trazem para dar sentido ao que os outros estão fazendo, tendendo a ver o movimento de outros atores de sua própria perspectiva no campo.

Fligstein e McAdam (2011) defendem que uma das principais diferenças entre a perspectiva deles e a maioria das versões da teoria institucional é que eles veem os campos como raramente organizados em torno de uma visão verdadeiramente consensual da realidade. Por essa condição, os atores fazem movimentos e outros atores têm de interpretá-los, considerar suas opções, e agir. Para os autores, atores que são ao mesmo tempo mais e menos poderosos estão constantemente fazendo ajustes para garantir as condições no domínio da sua posição e as ações dos outros. Isso deixa, segundo os autores, uma grande latitude para a possibilidade fragmentada de mudança nas posições que os atores ocupam. Nesse ponto cabe destacar a pertinência dessa teoria para o objeto de estudo. Além do conceito de campo de ação estratégica, a teoria proposta pelos autores possui outros seis elementos centrais que podem nos auxiliar na investigação e compreensão do objeto de estudo: operadores históricos, desafiadores, e unidades de governança; habilidade social; o ambiente de campo mais amplo; choques exógenos, rupturas de campo e do início da disputa; episódios de contestação e liquidação, sobre os quais descreveremos brevemente a seguir.

Para os autores, os campos são compostos de operadores históricos, desafiadores, e, às vezes, unidades de governança. Os operadores históricos são aqueles atores que exercem desproporcional influência dentro de um campo e cujos interesses e pontos de vista tendem a ser fortemente refletidos na organização dominante do campo de ação estratégica. Assim, os efeitos do campo são moldados para os seus interesses, as posições no campo são definidas por suas reivindicações sobre os recursos no campo, as regras tendem a favorecê-los, e significados compartilhados tendem a legitimar e apoiar a sua posição privilegiada dentro do campo. Os adversários, por outro lado, ocupam nichos menos privilegiados dentro do campo e normalmente exercem pouca influência sobre o seu funcionamento. Embora reconheçam a natureza do campo e da lógica dominante dos atores históricos, eles geralmente conseguem articular uma visão alternativa do campo e a sua posição na mesma. Isto não significa, no entanto, que os adversários estão normalmente em revolta aberta contra as injustiças do campo ou fornecedores agressivos de lógicas opostas.

Pelo contrário, a maior parte do tempo, os desafiadores podem estar em conformidade com o fim predominante, podendo fazê-lo a contragosto, levando o que o sistema lhes dá e aguardando novas oportunidades para desafiar a estrutura e a lógica do sistema. Além de operadores históricos e desafiadores, muitos campos têm unidades de governança formal que estão encarregados de supervisionar o cumprimento das regras de campo e, em geral, facilitar o bom funcionamento global do sistema. Os autores assinalam ainda que quase todas as unidades de governança trazem a marca da influência da maioria dos operadores históricos poderosos no campo e as lógicas que são usadas para justificar a dominância. Outro aspecto que deve ser destacado é que para os autores, em vez de pensar um campo de ação estratégica como dividido em operadores históricos e desafiadores, pode ser o caso de pensá-los melhor como uma coalizão dominante enfrentando oposição menos organizada.

Outro elemento importante desta teoria é o conceito de habilidade social, o qual, dada sua definição, avaliamos como pertinente para compreensão de como se dão os fluxos dos indivíduos por entre organizações de movimentos sociais e órgãos estatais. Para Fligstein e McAdam (2011) a habilidade social pode ser definida como a forma como os indivíduos ou atores coletivos desenvolvem uma capacidade cognitiva altamente desenvolvida para ler as pessoas e ambientes, emoldurando

linhas de ação e mobilização de pessoas a serviço destes quadros interpretativos de ação. Os autores destacam que estes quadros envolvem entendimentos que oferecem outras identidades aos atores, que eles devem ressoar com grupos variados e estão abertos à interpretação e modificação.

Além disso, enfatizam que a base de esses entendimentos pode ser tanto racional e emocional e que o conceito de habilidade social carrega a ideia de que as pessoas querem produzir ação coletiva, envolvendo outros. O objetivo dos autores ao enfatizar a habilidade social é sugerir que as pessoas estão sempre agindo estrategicamente, mesmo no mais estável dos mundos sociais. Ao enfatizar as dimensões cognitivas, empatia, e comunicativas da vida social habilidade, Fligstein e McAdam (2011) esperam sublinhar o ponto central de que os atores que empreendem ação estratégica devem ser capazes de usar qualquer perspectiva que desenvolveram de maneira intersubjetiva o suficiente para garantir a cooperação voluntária dos outros. Para os autores, este tipo de habilidade exige que os atores tenham a capacidade de transcender sua própria individualidade, o auto interesse e do grupo e considerar os interesses dos vários grupos, a fim de mobilizar o apoio desses grupos para uma determinada visão de mundo compartilhado.

Procurando romper com a ideia de autossuficiência dos campos, de descrição sobre os funcionamentos internos dessas ordens como mundos autônomos, Fligstein e McAdam (2011) operam com a ideia de que os campos estão incorporados em redes complexas de outros campos, visão semelhante a que estamos tentando desenvolver para compreender como e por que os indivíduos transitam em diferentes campos que por sua vez estão inseridos dentro de outros campos. Há para os autores uma interdependência entre os campos e para eles, a estabilidade de um campo é mantida em grande medida em função de suas relações com outros campos. No entanto, assim como a interdependência mantém a estabilidade, uma mudança significativa em qualquer campo é como uma pedra atirada em um lago tranquilo, segundo os autores, enviando ondas para fora para todos os campos próximos. Isso não significa que todos ou mesmo a maioria das ondulações irão desestabilizar outros campos. Como pedras, as mudanças vêm em todos os tamanhos. Segundo Fligstein e McAdam (2011), a maioria dos operadores históricos é geralmente bem posicionado e fortificado para resistir a estas alterações de pressões e às vezes, porém, essas vantagens podem não ser suficientes para evitar crise.

Choques exógenos, rupturas de campo, o aparecimento de contestação, mudança e estabilidade são os outros elementos centrais da teoria geral dos campos proposta por Fligstein e McAdam (2011), sobre os quais não nos debruçaremos nesta seção, tendo em vista que são elementos que a princípio não serão muito mobilizados em nossa investigação. No entanto, cabe destacar que segundo os autores, os campos tendem para um dos três estados: desorganizados ou emergente, organizadas e estáveis, mas em mudança, e organizados e instáveis e aberto a transformação, sendo que os processos de mudança são moldados por três principais mecanismos: a construção/atribuição coletiva de ameaça ou oportunidade, quando o processo tipicamente inicia-se com pelo menos um ator coletivo definindo alguma mudança no campo ou ambiente externo como constituindo uma nova ameaça significativa para, ou oportunidade para, a realização dos interesses de grupo; apropriação organizacional, quando o processo pelo qual uma definição de ameaça emergente / oportunidade vem a ser casada com um específico veículo organizacional e, ação inovadora quanto há contestação e depende de atores que violem as regras de campo com respeito a práticas aceitáveis e se engajem em "ação inovadora" em defesa ou apoio dos interesses de grupo.

Além dos elementos já destacados, gostaríamos de trazer à tona uma das proposições gerais feitas pelos autores e que contribuíram com nossa investigação: Estados ajudam na criação de novos espaços sociais como consequências pretendidas e não intencional das ações estatais e membros deverão também ser o foco de atenção de campos de ação estratégica emergentes. Para Fligstein e McAdam (2011), o Estado também é uma fonte significativa de novos campos estratégicos. Da mesma forma, campos estatais podem também intencionalmente ou não intencionalmente prejudicar campos de ação estratégica estáveis através de ações diretas ou mesmo indireta, ou seja, o Estado é tratado como um campo que interage com os demais.

Desde o princípio, identificamos várias contribuições dessa teoria para a investigação do nosso objeto de estudo, especialmente a noção de que os atores estratégicos hábeis operam coletivamente, não apenas em seus próprios interesses, agem vis-à-vis outros grupos, mas também para organizar os seus próprios grupos em conjunto, procurando manter as formas da coesão social e não estar envolvidos apenas em uma competição para alcançar resultados. Além disso, a ideia de campo de ação estratégica nos ajuda na compreensão de dinâmicas integradas entre

diferentes atores, estatais e não-estatais, cujas fronteiras, apesar de existirem, tomam outros contornos. Consideramos que as habilidades sociais são um dos elementos centrais para compreensão do estabelecimento de redes e dos fluxos que permitem a circulação desses atores por entre diferentes espaços sociais.

Como destacado no decorrer desta breve apresentação sobre a teoria dos campos de ação estratégica, é preciso reforçar que o conjunto de pressupostos gerais que essa teoria oferece sobre como funciona a realidade social contribuiu na definição da perspectiva que utilizamos para abordar o problema de pesquisa. Duas ideias apresentadas pelos autores foram importantes para definir a forma como abordamos o objeto da pesquisa: primeiro, que o mundo social é conformado por diversas ordens ou estruturas, conceituadas pelos autores como campos de ação estratégica, que possuem configurações, atores, regras, objetivos, conflitos, etc, específicos. O ingresso ou o trânsito dos atores entre tais campos demanda, assim, capacidade de adaptar-se ou responder às condições específicas de cada campo, contribuindo para identificação de elementos que permitam o trânsito, mesmo em espaços que apresentam condições particulares de acesso, como o Estado. Como veremos nas conclusões, defendemos a tese de que o Estado é um campo de ação estratégica, mas que em determinadas circunstâncias (geralmente por meio de eleições e/ou ocupações de cargos), uma parte deste campo (uma ou várias secretarias, um ou vários ministérios, uma ou várias pastas municipais ou estaduais) passa a integrar um outro campo de ação estratégica pré-existente, no qual participam organizações sociais diversas, entre elas os movimentos sociais, e por isso, nessas circunstâncias, os trânsitos para o Estado estariam favorecidos.

Em segundo lugar, a teoria dos campos confere centralidade à agência individual, que se expressa claramente na presença do conceito de ação estratégica na definição de campo. Isto nos permite ver o trânsito como um processo que envolve não apenas condições preestabelecidas em cada uma das partes do campo (movimentos sociais, o Estado, organizações não governamentais), mas também pela interpretação e ação dos atores (sua habilidade social, nos termos dos autores) a partir de seus recursos, intencionalidades e disposições. Esses dois argumentos fundamentam o modelo de análise proposto, que aborda o processo de trânsito a partir da relação entre condições/oportunidades político-institucionais e condições/motivações individuais.

2.2. AS REDES SOCIAIS COMO BASE PARA OS FLUXOS NO CAMPO DE AÇÃO ESTRATÉGICA

Se tomamos como ponto de partida os pressupostos da teoria dos campos de ação estratégica, uma das questões que buscamos compreender é como esses indivíduos se conectam entre si e aos campos, e transitam entre eles. Para tanto, tomamos como um dos elementos explicativos, a existência de redes sociais que teriam sido construídas ao longo do tempo e estas, por sua vez, seriam a base para os fluxos nos campos. Isso porque, pesquisas realizadas no Brasil já apontavam para as vantagens no uso da abordagem das redes sociais para uma melhor compreensão das relações entre Estado e outros atores (MARQUES, 2000, 2003) entre eles os movimentos sociais (ABERS e VON BULLOW, 2011), pelo fato desta abordagem oferecer pistas analíticas importantes. Primeiro, pela rede social ser definida como o campo, presente em determinado momento, estruturado por vínculos, de diversas naturezas, construídos intencionalmente ou não, entre indivíduos, grupos e organizações, ao longo do tempo, cuja origem, em sua maioria, é fruto de relações herdadas de outros contextos (MARQUES, 1999). Segundo, porque o uso do conceito de redes, segundo o autor, permite chegar a um grande detalhamento das relações individuais sem perder de vista a estrutura do campo inteiro e os padrões mais gerais, introduzindo dimensões novas e inusitadas na compreensão do Estado (MARQUES, 2010).

Para Marques (2010, p.43 – 44), “a incorporação das redes sociais permitiria construir então, um estruturalismo *a posteriori*, deduzido da análise empírica (Tilly, 1992b), ao contrário dos estruturalismos induzidos por diversas teorias anteriormente”, isso porque, segundo o autor, “mesmo a ontologia dos sujeitos sociais dependeria de sua inserção em situações e relações”. Ademais, segundo destaca o autor, os padrões de relações de indivíduos e entidades que cercam as situações sociais estariam presentes em quase todas as dimensões, “sendo muito difícil estudar fenômenos sociais sem considerá-los”. Utilizando a abordagem das redes sociais, as pesquisas realizadas pelo autor conseguiram demonstrar uma elevada permeabilidade das organizações estatais brasileiras a atores e interesses privados (MARQUES, 2000), evidenciando que “os vínculos entre pessoas, grupos e organizações constituem em seu conjunto uma rede de relações complexas e dinâmicas” e que “uma parte desses vínculos foi construída de forma intencional, mas

a maioria foi estabelecida com outros objetivos, ou mesmo de forma fortuita” (p. 287). Seus estudos demonstraram também, que as dinâmicas entre o Estado e os interesses privados são resultados dessas interações, tendo em conta os constrangimentos institucionais e as redes de relações pessoais e institucionais presentes nas comunidades de políticas (MARQUES, 2003, p. 47).

Para o autor, os atores agem em um ambiente que não é apenas marcado por instituições, mas é estruturado também por redes de relações entre indivíduos e organizações, cujos padrões de relações foram construídos a partir de vínculos institucionais e pessoais construídos ao longo de muitos anos, com ligações de várias naturezas – familiares, de amizade, políticas, de negócios e de corrupção (MARQUES, 2003, p. 52). A ideia mais geral para o autor é de que

Indivíduos, grupos e organizações, no desenrolar de suas atividades cotidianas, assim como de suas estratégias, constituem redes de relações entre si. Essas relações são importante parte da dinâmica social e se cristalizam em redes que operam como estruturas de médio alcance sobre os acontecimentos posteriores, inclusive sobre a sua própria transformação pelo lançamento e quebra de novos vínculos. (MARQUES, 2003, p.190)

Ao estudar as redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo, especificamente na política de infraestrutura urbana no período de 1975 a 2000, Marques (2003, p. 190) verificou que “os técnicos do setor público e do setor privado foram formados nas mesmas universidades, compartilham da mesma comunidade técnica e profissional, além de se relacionar no interior da sociedade mais ampla”. Tal constatação já tinha sido evidenciada em sua pesquisa sobre a política urbana de saneamento básico no Rio de Janeiro entre 1975 e 1996, ao verificar a “influência da origem dos funcionários sobre o padrão de relações interpessoais que estrutura a comunidade profissional na área do saneamento, já que a rede (...) se construiu ao longo do tempo a partir da paulatina integração das redes correspondentes às empresas anteriores” (MARQUES, 2000, p. 21).

Outra referência importante nos estudos sobre redes sociais mobilizada para investigação do fenômeno e construção do modelo analítico foi a pesquisa conduzida por Mische (1997, 2008). Procurando compreender a composição das redes de ativistas formadas em São Paulo entre 1977 e 1997, a autora articulou a análise das ações individuais com condições contextuais e os arranjos institucionais. Ao rastrear e analisar as trajetórias de jovens ativistas, verificou que as mesmas foram se constituindo por meio de múltiplas afiliações destes jovens em diferentes tipos de movimentos e organizações, através da interseção em diferentes setores

institucionais (religioso, estudantil, partidário, em organizações não governamentais, profissional e envolvimentos comerciais). Através da análise destas carreiras ativistas, a autora mostra como as interseções mudaram ao longo do tempo, fornecendo diferentes desafios e oportunidades às sucessivas coortes de ativistas, demonstrando a existência de redes densas e entrelaçadas entre movimento popular, partido, sindicato e igreja que interagiram na zona leste de São Paulo, no final da década de 1980.

A opção pelo uso dessa abordagem não só considera o que foi exposto, mas também a proposta feita por Abers e von Bullow (2011) de condução de uma agenda de pesquisa que comece reconhecendo que redes de movimento social podem, teoricamente, ultrapassar as fronteiras entre sociedade e Estado, cuja hipótese poderá ser confirmada a partir da coleta de dados sobre diferentes tipos de vínculos entre movimentos sociais e Estado, do estudo de trajetórias de indivíduos que cruzam as fronteiras entre o ativismo fora e dentro do Estado e da análise sobre como esses cruzamentos impactam tanto os movimentos sociais como o Estado. Uma das questões centrais que orientaram a realização da pesquisa foi de que as relações entre os atores foram criando as condições e as oportunidades para o fluxo, seja permitindo o acesso a informações, a construção de confiança e identificação, a dinâmicas de reciprocidade, entre outros elementos que podem explicar como e porque indivíduos transitam por entre organizações de movimentos sociais e órgãos estatais no Brasil.

2.3. TECENDO AS REDES E DESENVOLVENDO AS HABILIDADES SOCIAIS: OPORTUNIDADES LABORAIS, AFETOS E DISPONIBILIDADE BIOGRÁFICA

Além dos pontos já destacados, uma das questões que o projeto de tese procurou problematizar e dar foco foi a agência individual como elemento explicativo dos trânsitos. Partimos do pressuposto analítico de que esses indivíduos que circulam entre organizações de movimentos sociais e órgãos estatais adquiriram, criaram e/ou atualizaram disposições que seriam as “molas” da ação que desencadeariam os fluxos. Essas disposições seriam responsáveis tanto pela geração do interesse individual de fazer parte ou apoiar determinados movimentos sociais, como também contribuiriam para o estabelecimento de vínculos nas redes existentes dentro do campo de ação estratégica. Determinadas disposições colaborariam, desta maneira, para o desenvolvimento das habilidades sociais que posteriormente impulsionam ou

oferecem condições para a ocupação de espaços em órgãos estatais. Partimos do argumento de que “cada indivíduo é “depositário” de disposições de pensamento, de sentimento e de ação, que são produtos de suas experiências socializadoras múltiplas, mais ou menos intensas, em diversos grupos, e em diferentes formas de relações sociais” (LAHIRE, 2004).

Afora outras correntes teóricas que procuram investigar a agência individual, acreditamos que a proposta de Lahire (2013), de uma sociologia disposicionalista, multideterminista e à escala individual e de maneira operacional o conceito de disposições, poderia contribuir para o entendimento da ação individual no processo de fluxo entre organizações de movimentos sociais e órgãos estatais, tal como proposto nesta tese. Dada as características da proposta de análise formulada pelo autor, utilizamos a abordagem disposicionalista como inspiração para verificar como os indivíduos, durante sua trajetória, sofreram exposição a determinados contextos socializadores ou a indivíduos portadores de princípios de socialização diferentes, e que acabaram, por influenciar, em certa medida, suas as ações. Isso porque, investigamos as trajetórias de maneira a compreender não só os vínculos e as relações, mas a disponibilidade dos indivíduos em se vincular.

Compartilhamos a perspectiva de Lahire (2013, p. 18) de que “a singularidade relativa de um indivíduo, produzida sob o efeito de uma complexa rede de determinações sociais, não é coberto pelos fenômenos de excepcionalidade socialmente reconhecida”. Acreditamos que há algo dessa singularidade que pode nos explicar socialmente o fluxo de indivíduos entre organizações sociais e órgãos estatais. Tal perspectiva exige, segundo o autor, inserir a complexidade das determinações tanto disposicionais como contextuais. Obviamente, não se trata de procurar a fórmula geradora das práticas de um ator, reconstituir "o" estilo ("cognitivo" ou "de vida") que perdura e se manifesta nos domínios mais diferentes de atividade, uma ilusão comum socialmente fundamentada, já que as teses da unicidade e da homogeneidade (tanto da cultura como do *ator*) não têm nenhuma evidencia conforme destaca Lahire (2002, p. 20-21).

A sociologia disposicionalista proposta por Lahire contribui para que, ao mesmo tempo em que sejam reconstruídas as redes sociais nas quais os indivíduos foram se inserindo, se reconstrua os processos de socialização ocorridos em tais redes. Ademais, partimos do pressuposto de que as relações sociais se dão em contextos específicos e, conforme aponta Lahire (2004, p. 29), deve-se levar em consideração

“a importância dos contextos (suas propriedades objetivas e a maneira como são percebidas pelos atores em função de outras disposições sociais)”.

Para o desenvolvimento desse nível micro social de investigação, procuramos reconstruir trajetórias de indivíduos que tiveram/têm vínculos com organizações de movimentos sociais e migraram para órgãos estatais em cargos temporários, teoricamente sem indicação partidária, por se tratar de vinculação por meio de contratação para prestação de serviços mediante processo seletivo público, desenvolvido por agência de cooperação internacional com governo brasileiro.

Um dos objetivos foi conhecer e compreender os processos de socialização de alguns destes indivíduos, visando encontrar elementos que contribuiriam, em última análise, para o entendimento de formas de interação que as organizações de movimentos sociais e o Estado têm estabelecido, especialmente na última década. Conforme destaca Lahire (2004), não se trata de investigar pessoas singulares, mas a parte daquilo que o mundo social refletiu nelas. O autor destaca que “acima de tudo, o que salta aos olhos é a configuração relativamente heterogênea que cada patrimônio individual de disposições constitui. E é bem difícil passar dessa estrutura complexa à *uma* fórmula geradora de práticas” (LAHIRE, 2004, p.323). Levando em conta esse argumento, consideramos então a heterogeneidade das experiências socializadoras e nesse sentido o fato mais comum de que o ator vive um conjunto de experiências e atualizações de determinadas disposições que em certa medida influenciam suas ações,

(...) os repertórios de esquemas de ação (de hábitos) são conjuntos de sínteses de experiências sociais que foram construídas/incorporadas durante a socialização anterior nos âmbitos sociais limitados/delimitados, e aquilo que cada ator adquire progressivamente e mais ou menos completamente são tanto hábitos como sentidos da pertença contextual (relativa) de terem sido postos em prática (LAHIRE, 2002, p. 37).

É nesse sentido que se mostrou pertinente o conceito para análise dos indivíduos que investigamos. Trata-se, segundo o autor, de “(...) retornar, de forma crítica (...) à tradição disposicionalista, que tenta levar em consideração, na análise das práticas ou comportamentos sociais, o passado incorporado dos atores individuais” (LAHIRE, 2004, p.21). Há no nosso ponto de vista uma conexão promissora entre os conceitos de campo, rede e de disposições que pode nos auxiliar na compreensão de um processo tão complexo que envolve múltiplas instituições e pessoas em espaços sociais inseridos dentro de diferentes contextos políticos institucionais.

No entanto, a incorporação integral de tal perspectiva demandaria um esforço metodológico que não foi possível no desenrolar da pesquisa. Mesmo com contato e proximidade com os/as interlocutores/as, foi um grande desafio conseguir agendar e realizar uma entrevista com cada uma das pessoas que compõem o corpus empírico desta tese. E, quanto mais próxima minha relação, mais difícil o estabelecimento da relação de pesquisadora e pesquisado/a. Por isso, dado os limites do campo, ao invés de identificar as disposições, procuramos identificar nas trajetórias individuais algumas regularidades que podem servir como elementos explicativos do trânsito e que se referem às suas agências individuais, o que passamos a denominar de disponibilidades biográficas.

2.4. APORTES ANALÍTICOS DO CONCEITO DE ATIVISMO INSTITUCIONAL

Uma das possibilidades analíticas que se somaram à proposta de investigação que realizamos é a noção de ativismo institucional e seu potencial enquanto categoria analítica pertinente para estudar processos semelhantes ao objeto de estudo da presente pesquisa.

Afora a pertinência identificada no conceito para o objeto de estudo, a noção de ativismo institucional em si rompe uma visão ainda presente na literatura sobre movimentos sociais como estes sendo atores necessariamente exógenos ao Estado, como responsáveis pela contestação, tais como os estudos realizados por Evers (1984), Cohen e Arato (1992) e Burstein (1999) entre outros. Segundo Santoro e McGuire (2007 p.504), o conceito de ativismo/ativista institucional é definido como

“participantes do movimento social que ocupam status formais dentro do governo e que prosseguem os objetivos do movimento através de canais burocráticos convencionais. Ativistas institucionais são membros da classe política que têm acesso à rotina e são de baixo custo para os tomadores de decisão”.

A potencialidade do conceito de ativismo/ativista institucional para problematizar aquelas contraposições é destacada pela literatura. Santoro e McGuire (2007, p.503), por exemplo, salientam que o conceito de ativismo/ativista institucional “desafia a visão tradicional que ativistas do movimento social são atores necessariamente não-institucionais”. Pettinicchio (2012, p.501), por sua vez, argumenta que “a dicotomia insider/outsider continua a ser uma característica saliente de nossa compreensão da relação entre challengers exteriores e políticos iniciados. O papel dos ativistas

institucionais questiona essa dicotomia". Para Pettinicchio (2012, p.501), "ativistas institucionais são indivíduos que provocam mudanças (alteram as normas organizacionais para reforma política) de dentro das organizações e instituições".

Ativistas institucionais apresentariam, assim, uma identificação com um movimento social promotor de determinada causa, mesmo que isto não se expresse necessariamente no pertencimento formal a uma organização de movimento social. A partir de tal identificação, o ativista institucional orientaria sua atuação no espaço institucional no qual está inserido de forma a atingir os objetivos, demandas e/ou interesses daquele movimento social. Para isto - e esta seria a diferença fundamental entre o ativista institucional e os ativistas não institucionais -, os ativistas institucionais utilizariam recursos e oportunidades vinculadas ao seu posicionamento institucional para alcançar aqueles objetivos, demandas e/ou interesses do movimento social com o qual se identifica. O ativista institucional utilizaria, assim, um tipo específico de poder para defesa ou promoção das causas daquele movimento social: aquilo que Marques (2004, p.19-20) define como o "poder institucional"; ou seja, o poder derivado dos recursos associados à posição institucional que ocupa.

Pettinicchio (2012, p.502) salienta a importância de analisar os ativistas institucionais não apenas como executores passivos das orientações, reivindicações e projetos das organizações de movimentos sociais, mas sim como agentes ativos que, em determinados momentos, podem assumir um papel protagonista no sentido da elaboração e proposição de ações que não foram previamente formuladas e demandadas pelas organizações de movimentos sociais.

A identificação e análise do ativismo institucional possibilita, então, romper com as contraposições salientadas no início desta seção e abordar o processo que Banaszak (2005) denomina de "intersecção Estado-movimento". Nas palavras da autora,

movimentos discutidos aqui existentes fora do estado, podem ter sobreposição de associações com o estado. A sobreposição ocorre porque os Estados-Membros, como conjuntos de instituições, podem ter membros que também são ativistas do movimento através de organizações do movimento social, ou por serem "colaboradores ocasionais" ou participando de "atividades não-organizadas, espontâneas" (...). Eu classifico essa sobreposição de intersecção estado-movimento. Além disso, defendo que o tamanho, localização e contexto histórico de intersecção deste estado-movimento influenciam no movimento maior do desenvolvimento, estratégias e resultados (BANASZAK, 2005, p.150-151)

Apesar de não utilizar o conceito de ativismo/ativista institucional, Banaszak (2005, p.154-155) enfatiza que a intersecção Estado-movimento se produz exatamente pela atuação de indivíduos que se identificam como membros de movimentos sociais e ocupam posições institucionais no Estado. Enquanto auto-identificados como ativistas e, ao mesmo tempo, agentes estatais, as ativistas institucionais corporificariam aquela intersecção e através de seu estudo se poderia analisar as diversas configurações empíricas da mesma.

Um aspecto importante destacado por Banaszak (2005) e Pettinicchio (2012) é que a inserção institucional dos ativistas não define necessariamente o repertório de ação que estes privilegiam na busca dos objetivos e demandas dos movimentos sociais. Ou seja, o status de *insider* dos ativistas não determina que estes atuem somente no âmbito e nos limites institucionais. Tendo, tendencialmente, um conhecimento maior das oportunidades e dos limites da ação através de canais e repertórios institucionais, os ativistas institucionais podem identificar a necessidade de ações extra-institucionais como mecanismos necessários para ampliar aquelas oportunidades e confrontar aqueles limites.

Apesar de não ser uma relação encontrada na literatura, a abordagem centrada no ativismo institucional parece dialogar diretamente com a discussão sobre a discricionariedade da "burocracia de nível da rua", desenvolvida originalmente por Lipsky (2010) e que, no Brasil, é mobilizada no trabalho de Lotta (2012). A possibilidade de utilização da posição institucional no Estado para o desenvolvimento de uma prática ativista implica em pensar este agente estatal como alguém dotado de um grau maior ou menor de autonomia relativa e, assim, de discricionariedade na sua atuação. Articular de maneira mais aprofundada a discussão sobre ativismo institucional com perspectivas teóricas que complexificam a análise do Estado parece ser um caminho promissor, mas ainda a ser desenvolvido.

A literatura que mobiliza o conceito de ativismo/ativista institucional no Brasil é, ainda, muito incipiente. Apesar da identificação dos limites de uma separação absoluta entre movimentos sociais e atores/instituições político-administrativas já ter uma certa trajetória, conforme apresentado na seção anterior, apenas recentemente o conceito de ativismo/ativista institucional começa a ser empregado para denominar esta forma específica de ativismo que opera a partir da ocupação de posições institucionais.

Na pesquisa bibliográfica realizada destaca-se o trabalho pioneiro de Farias e Dimenstein (2008), que utilizam o termo ativismo institucional de maneira descritiva,

sem um enquadramento teórico elaborado, para analisar o processo de crescente aproximação de uma ONG/AIDS dos setores governamentais que controlavam os recursos para o financiamento dos projetos da organização. No caso deste artigo, o ativismo institucional tende a ser identificado com o processo de institucionalização (analisado normativamente como um processo negativo) e não há propriamente uma análise do ativismo no interior das instituições.

Com um desenvolvimento teórico muito mais aprofundado e articulado com a literatura referida anteriormente, destaca-se a análise de Abers e Tatagiba (2014). Analisando a ação de ativistas na Área Técnica de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, as autoras "use the term institutional activism to describe what people are doing when they take jobs in government bureaucracies with the purpose of advancing the political agendas or projects proposed by social movements"(2014, p.2). O argumento central que as autoras desenvolvem ao longo da análise é a relação entre as oportunidades e os recursos diversos (conhecimento, contatos, informação, prestígio, entre outros) possibilitados pela ocupação das posições institucionais e os constrangimentos derivados das normas, responsabilidades e controles que operam sobre as ocupantes daquelas posições.

Ao final do artigo, as autoras estabelecem um conjunto de questionamentos que estabelecem uma importante agenda de investigação para o campo de estudos de movimentos sociais:

Em vários níveis territoriais e em uma diversidade de ambientes institucionais e políticos, ativistas ocuparam posições no interior do Estado. Como podemos definir mais precisamente este tipo de ativismo? Quais são as diferenças entre as práticas de um oficial de estado inserido nas redes de movimento social e aqueles de um burocrata comum ou de um cujos laços são com outros tipos de redes (tais como partidos políticos, famílias ou grupos de interesse econômicos)? Que tipos de políticas públicas resultam quando ativistas do movimento social se tornam responsáveis políticos? Estes são os tipos de perguntas que estudiosos brasileiros estão começando a explorar e que são susceptíveis de interesse para outros estudiosos latino-americanos também. (ABERS; TATAGIBA, 2014, p.24-25)

Cabe mencionar também a pesquisa sobre ativismo realizada com burocratas de médio escalão desenvolvida por Abers (2015), junto a implantação de um programa específico dentro do governo federal brasileiro, o Bolsa Verde. A autora argumenta que o ativismo desses burocratas foi decisivo para desenvolvimento e implantação do programa,

(...) burocratas de médio escalão desempenharam um papel fundamental na construção do programa. Além disso, (...) a atuação de vários desses atores foi orientada por ideias parecidas às que motivam ativistas na sociedade civil.

Mostra que os burocratas de médio escalão do Bolsa Verde são, em grande medida, pessoas comprometidas com projetos coletivos – principalmente o ambientalismo. A maioria entrevistada declarou ter tido algum tipo de influência no desenvolvimento do programa. O ativismo desses burocratas, no entanto, tem uma dupla face: os atores se empregam em ações criativas que ao mesmo tempo buscam transformar e manter o programa (ABERS, 2015, p. 144)

Abers (2015, p. 145) identifica três maneiras em que os atores entrevistados buscaram influenciar o programa: primeiro, ajudaram a descobrir saídas para os difíceis problemas operacionais envolvidos na inclusão de beneficiários; segundo, inventaram e promoveram iniciativas e atividades complementares que buscaram influenciar o desenho do programa para além daquelas ordens; e terceiro, alguns buscaram consolidar as lições do programa com a produção de propostas, estudos e minutas, como forma de encarar a instabilidade política.

Por fim, deve ser destacada a Tese de Cayres (2015) que, na sua análise da Secretaria Nacional de Articulação Social durante o primeiro mandato da presidente Dilma Roussef (2011-2014), utiliza o conceito de ativismo institucional como categoria analítica central para responder ao seguinte problema de pesquisa: "como os atores governamentais comprometidos com temas e pautas que se sobrepõem aos movimentos sociais – aqui designados de ativistas institucionais – atuam cotidianamente por dentro do Estado nas tentativas de imprimir mudanças nas políticas públicas que são comprometidos pessoalmente e institucionalmente"?

A apropriação do conceito de ativismo institucional pelos pesquisadores de movimentos sociais no Brasil coloca um desafio adicional que é a necessidade de pensar o processo empírico delimitado por aquele conceito a partir das configurações específicas das relações entre movimentos sociais e atores/instituições político-administrativas no Brasil. Um aspecto particularmente importante a ser analisado e refletido teoricamente é o ativismo institucional realizado por indivíduos que não ocupam posições estáveis na burocracia estatal, mas sim são recrutados na sociedade civil, em geral a partir de mediações partidárias, para atuarem temporariamente na formulação e/ou implementação de uma política pública específica, como o caso que analisamos nesta tese.

A partir das perspectivas apresentadas, foi necessário elaborar um modelo analítico que tornasse possível a investigação e análise do trânsito de indivíduos de organizações de movimentos sociais para órgãos estatais no Brasil. Se no nível mais

abstrato a teoria dos campos de ação estratégica orientou a realização da pesquisa, para compreender como e porque ocorre tal trânsito ocorre levamos em consideração tanto alguns pressupostos que nos permitissem o entendimento sobre os atores envolvidos no processo a ser analisado – o Estado, os movimentos sociais e o ativismo institucional – e que fundamentam a análise, quanto elementos que, ao serem analisados e testados, pudessem servir de explicação para o processo.

Partimos dos seguintes pressupostos:

1. O Estado é um campo heterogêneo, com fronteiras pouco precisas e mais ou menos permeáveis aos atores e redes societárias, dependendo do contexto político-institucional, das regras e dos recursos.

Partimos do pressuposto de que o Estado se caracteriza pelo conjunto de processos e práticas cotidianas, cujas fronteiras, apesar de existentes, são de difícil demarcação. Dependendo do contexto político, a linha entre campos estatais e não-estatais é parcialmente (re)desenhada por práticas cotidianas de trabalho dos burocratas; discussões diárias entre funcionários e ativistas; reuniões entre burocratas locais e ONGs. Essas interações não só ajudam a (re)desenhar a linha entre campos estatais e não-estatais, mas constituem o que é o Estado. Regras e recursos são constantemente (re)definidos e dependem do contexto, já que o Estado não é uma entidade independente e pela heterogeneidade interna, entre outros fatores, sofre mudanças constantes.

2. As organizações de movimentos sociais formam redes de atores posicionados em distintos campos de ação estratégica, que se identificam com/em torno de uma determinada causa e desenvolvem uma ação conflitiva ou cooperativa frente a outros atores (sociais e/ou estatais) na defesa ou promoção desta causa.

Há um histórico de organização social no Brasil e uma dinâmica de formação de redes em diferentes causas e que conforma campos de ação estratégica que variam conforme o contexto, podendo ou não incluir atores situados no Estado. O tipo de ação, cooperativa ou conflitiva, depende em certa medida do posicionamento de atores em distintos campos de ação estratégica, das possibilidades de recursos, das regras existentes e das causas a serem promovidas ou defendidas.

3. O ativismo institucional ocorre quando atores do movimento social encontram-se posicionados no campo estatal, utilizando possibilidades e recursos de suas posições institucionais para a defesa ou promoção da causa do movimento.

Destaca-se a especificidade do tipo de ativismo institucional analisado, distinto daquele analisado pela literatura (que tende a abordar membros da burocracia estatal).

Os ativistas institucionais apresentam uma identificação com um movimento social promotor de determinada causa, mesmo que isto não se expresse necessariamente no pertencimento formal a uma organização de movimento social. A partir de tal identificação, o ativista institucional orienta sua atuação no espaço institucional no qual está inserido de forma a atingir os objetivos, demandas e/ou interesses daquele movimento social. Para isto os ativistas institucionais utilizariam recursos e oportunidades vinculadas ao seu posicionamento institucional para alcançar aqueles objetivos, demandas e/ou interesses do movimento social com o qual se identifica.

Tendo como base esses pressupostos e os resultados da análise realizada por Mische (1997; 2008) sobre o processo de engajamento e militância em jovens ativistas, elaboramos um modelo de análise (Quadro 1) fundamentado na ideia de que a possibilidade do trânsito do campo societário para o campo estatal pode ser explicada, por um lado, por condições político-institucionais (definem oportunidades legais e políticas); por outro lado, por condições individuais (definem interesses e capacidades dos atores) e por condições relacionais (definem vínculos e mediações). Neste sentido, o trânsito passa a ser pensado como sendo construído na relação entre oportunidades de trânsito definidas pela configuração político-institucional e motivações para o engajamento definidas por disposições individuais, sendo essa relação mediada por condições relacionais.

O Quadro 1 apresenta os elementos importantes a serem analisados no intuito de compreender como e por que determinados indivíduos transitam por entre organizações de movimentos sociais e órgãos estatais no Brasil. Importante destacar que não se tratam de elementos excludentes; ao contrário, atuam de forma complementar e é justamente a conjunção desses fatores que respondem à complexidade do fenômeno, mesmo com variações individuais.

Quadro 1. Síntese do modelo analítico sobre o trânsito de indivíduos de organizações de movimentos sociais para órgãos estatais no Brasil

Condições político-institucionais	<ul style="list-style-type: none"> • Regras, leis, normas, procedimentos produzidos no Estado; • Ofertas institucionais e constrangimentos legais;
Condições individuais	<ul style="list-style-type: none"> • existência de um conjunto de decisões individuais; • habilidades sociais pertinentes/relevantes ao campo de ação estratégica; • expertise técnica/profissionalização; • ativismo institucional;
Condições relacionais	<ul style="list-style-type: none"> • rede de relações desenvolvidas no campo de ação estratégica (competência técnica e/ou compensação política); • posição ocupada no campo de ação estratégica (em virtude da carreira profissional, trajetória político-institucional, vínculos associativos, laços de amizade/familiares); • ampliação/estabilidade do campo de ação estratégica;

Fonte: Elaboração da autora

Considerando os elementos da síntese acima, partimos da hipótese de que o trânsito de indivíduos poderá ser favorecido ou constrangido dependendo do cenário, sendo possível elencar cinco cenários hipotéticos:

1. Presença de Condições geradas pelo indivíduo + Presença de Condições relacionais + Oferta de Condições político-institucionais = **trânsito altamente favorecido**
2. Presença de Condições geradas pelo indivíduo + Ausência de Condições relacionais + Oferta de Condições político-institucionais = **trânsito + ou - favorecido**
3. Ausência de Condições geradas pelo indivíduo + Ausência de Condições relacionais + Oferta de Condições político-institucionais = **trânsito possível**
4. Presença de Condições geradas pelo indivíduo + Presença de Condições relacionais + Constrangimento de Condições político-institucionais = **trânsito constrangido**

5. Ausência de Condições geradas pelo indivíduo + Ausência de Condições relacionais + Constrangimento de Condições político-institucionais = **trânsito pouco provável**

Tal como será apresentado nos próximos capítulos, ao combinar a investigação de condições político-institucionais, condições individuais e condições relacionais, foi possível identificar um conjunto de elementos que nos permitem explicar, no caso estudado, como se deu o trânsito. Começaremos apresentando quais as condições que o Estado brasileiro apresenta e que torna possível o fluxo de indivíduos por vias não eleitorais ou por concursos públicos, para posteriormente apresentar condições individuais e relacionais, com dados obtidos tanto da análise documental quanto da realização e análise das entrevistas.

3 O ESTADO BRASILEIRO E AS POSSIBILIDADES DE ACESSO TEMPORÁRIO

Considerando o modelo analítico elaborado e o fato de que os sujeitos pesquisados ocuparam posições temporárias no governo federal brasileiro, uma das questões colocadas foi a identificação das condições legais que permitiram esse tipo de ingresso ao Estado, tendo em vista a especificidade deste espaço social. Neste capítulo, apresentamos o resultado da revisão realizada sobre as possibilidades de ingresso ao Estado por meio de vias discricionárias, ou seja, aquelas pelas quais gestores públicos podem escolher sobre a ocupação de cargos ou destinação de recursos destinados à contratação de pessoas. O capítulo está dividido em duas seções: na primeira, apresentamos o caso das nomeações discricionárias e das consultorias, formas diretas de ocupação de cargos no Estado brasileiro e na segunda, informações sobre repasses financeiros para entidades sem fins lucrativos, uma via de destinação de recursos públicos para contratação de pessoas, cujos contratos se constituem uma via de aproximação junto à administração pública federal.

3.1 NOMEAÇÕES DISCRICIONÁRIAS E CONSULTORIAS

Dentre as possibilidades político-institucionais de acesso temporário ao Estado, é possível afirmar que o que mais se destaca, tanto na mídia⁴ quanto nas pesquisas realizadas, é a ocupação de cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS), também conhecidos por cargos de confiança, e que permitem a ocupação de cargos no serviço público por meio da indicação discricionária de gestores estatais. Durante a pesquisa realizada, não foi encontrado registro sobre as consultorias, que como veremos a seguir, é uma porta de entrada importante no Estado brasileiro, mesmo que invisibilizada. Ao caracterizar a burocracia brasileira, Lopez (2015, p. 11) a divide em apenas dois grandes grupos: os concursados/empregados e os nomeados, sem mencionar a existência dos consultores/as:

A burocracia brasileira, tal qual a maior parte dos sistemas administrativos contemporâneos, pode ser classificada em dois grupos. O primeiro é formado pela burocracia efetiva, mais estável, e cujos ocupantes são definidos por

4 Em coluna publicada na versão online da Revista Veja, o cientista político responsável pela matéria atribuiu ao que ele considerou má distribuição de cargos de DAS entre o PT e os demais partidos, entre eles o PMDB, uma das principais justificativas para o descontentamento do partido (PRAÇA, 2015). Fato comprovado pelas pesquisas realizadas é que “o presidencialismo multipartidário brasileiro requer negociação bem-sucedida para que o presidente consiga formar e manter coalizões partidárias majoritárias” (LOPEZ, 2015, p. 17), sendo consensual que a divisão de cargos, entre outros elementos, é um dos recursos para cimentar essa relação de apoio.

meio de alguma modalidade de seleção competitiva, a exemplo dos concursos públicos. O segundo grupo é a burocracia constituída por nomeações de caráter discricionário, que detém, comparativamente, mais poder administrativo e capacidade de influir na gestão das políticas, e mantém, em média, conexões mais estreitas com a esfera político-partidária.

A ocupação de cargos de DAS, especialmente os níveis mais altos, destinados aos representantes do alto escalão (ministros, secretários de Estado, diretores, superintendentes, entre outros) é um tema recorrente na mídia, geralmente quando envolve escândalos em torno das nomeações, bem como tem sido alvo de estudos que tentam compreender o funcionamento do Estado. Cayres (2015, p.43) assinala que os cargos e funções de confiança e de gratificação podem ser ocupados ou por servidores efetivos requisitados (ou não) de outros órgãos ou pessoas sem vínculo com o serviço público e que, em função disso, representam a possibilidade de ocupação de um cargo na administração pública sem que seu provimento ocorra por concurso, visto que a nomeação é livre e feita pelo Presidente e pelos Ministros de Estado.

Com base nas pesquisas realizadas, Lopez (2015) destaca que nessas indicações ocorre uma conexão intrínseca entre burocracia e política:

A relação entre política e burocracia é um aspecto central no funcionamento dos governos. Na esfera política ocorrem as principais disputas para definir o escopo e arranjos institucionais das políticas públicas. As burocracias, por seu turno, são responsáveis por gerir estas políticas e constituem o principal canal de entrega de bens e serviços aos cidadãos. Nos cargos de confiança, em particular, a conexão entre política e burocracia é intrínseca. (LOPEZ, 2015, p. 11).

Dada a relação da política na ocupação destes cargos, essa foi uma das questões que permearam a realização do trabalho de campo e das análises uma vez que Silva e Oliveira (2011, p. 117) já tinham verificado que no caso dos indivíduos ligados ao Movimento de Economia Solidária o trânsito intenso entre diferentes esferas de governo foi possibilitado, de um lado, pelo acúmulo de capacidades e recursos que as experiências prévias no movimento e sobretudo na gestão pública forneciam aos entrevistados; mas por outro lado, esse trânsito também se assentou na filiação dos entrevistados a um partido (no caso analisado, o Partido dos Trabalhadores), o qual viabilizou que estes pudessem participar da concorrência acirrada pelos cargos de gestão passíveis de serem apropriados pelo partido.

Isso porque é por meio da discricionariedade de gestores eleitos por meio de siglas partidárias que se dá a nomeação dos cargos (DAS), e que há no processo de

formação e reprodução da burocracia política federal no Brasil, conexões com o sistema político e partidário. Ademais é preciso considerar também que “Embora se adote de forma recorrente a terminologia partidária para lidar com a lógica de divisão e ocupação dos cargos, é importante ressaltar o papel desempenhado por bancadas regionais ou temáticas” (LOPEZ, BUGARIN e BUGARIN, 2015, p. 36). Além disso, deve-se levar em consideração também que “a natureza discricionária da nomeação não a torna naturalmente um objeto de apropriação político-partidária” (LOPEZ, 2015, p. 12) e a gramática partidária não é a única unidade analítica para compreender esses processos. Essa questão é destacada por Lopez, Bugarin e Bugarin (2015, p. 36):

Ao utilizar exclusivamente a gramática partidária e o partido como unidades analíticas para compreender os arranjos de coalizão celebrados entre o presidente e seus apoiadores, se ofusca a relevância de outras formas de agrupamento político na divisão e montagem dos quadros de alto escalão.

O fato é que as oportunidades para a nomeação de cargos segundo critérios partidários podem variar entre diferentes órgãos da administração pública, tal como destacam Borges e Coelho (2015), além das diferenças existentes entre os quadros de alto, médio e baixo escalão. Segundo Cavalcante e Lotta (2015, p.13-16), burocratas de médio escalão são os burocratas com cargo de DAS de nível 1 a 5, considerados o elo entre o alto escalão e os executores das políticas públicas que agem como um ator relevante e imprescindível, embora muitas vezes invisível. São os burocratas que formam a parcela intermediária entre a cúpula do Poder Executivo (secretários e ministros) e a maioria dos servidores que não possuem cargos de DAS, aproximadamente 96% dos servidores do Executivo Federal. Conforme aponta Lotta, Pires e Oliveira (2015, p. 25), “Dessa burocracia de médio escalão, fazem parte os gerentes, dirigentes, supervisores e agentes encarregados de operacionalizar as estratégias que o alto escalão da burocracia formula”. Segundo os autores, os burocratas de médio escalão podem ser definidos como mediadores,

(...) como aqueles que interagem tanto com o alto escalão quanto com a burocracia implementadora, detentores de conhecimento técnico para a liderança dessa, bem como de habilidade de diálogo técnico e político com a burocracia formuladora, os burocratas de médio escalão são, portanto, peças-chave do complexo emaranhado de interações que envolvem a implementação de políticas públicas (LOTTA, PIRES e OLIVEIRA, 2015, p. 50).

Como veremos no capítulo a seguir, procuramos identificar o tipo de cargo ocupado por aqueles que ingressaram por essa via.

Apesar das considerações que destacamos e de outras que serão apontadas mais adiante em torno da nomeação e do fluxo de indivíduos, procuramos a priori nos distanciar da conexão corrente que se criou entre nomeações e patrimonialismo e que, conforme destaca Lopez (2015, p. 13), “acabou por retirar a *legitimidade* da esfera política como instância de controle e definição dos rumos das políticas públicas e, portanto, seu direito de definir os nomes que exercerão o comando político dos órgãos”. Neste tema, existem visões distintas sobre as nomeações discricionárias. Segundo Borges e Coelho (2015) e Lopez e Praça (2015), uma visão atribui ao funcionalismo de carreira a ideia de maior neutralidade burocrática, orientação mais claramente motivada pela preservação da “coisa pública”, enquanto que os servidores oriundos de fora do serviço público teriam sua atuação manchada pela origem decorrente da preferência ideológica (e partidária), assim como os vínculos frequentemente estabelecidos entre nomeações para a máquina pública e desvio de recursos e outras práticas ilícitas (LOPEZ, 2015). Cabe destacar que não estão entre os objetivos da tese comparar o trabalho realizado pelos sujeitos da pesquisa com os funcionários empregados via concurso público, tão pouco a verificação de práticas ilícitas, mas consideramos importante destacar essa disputa em torno dos cargos de nomeação discricionária.

Partimos do pressuposto de que “Há uma constelação de motivos por trás da escolha dos quadros nomeados para cargos de confiança, e não há lógica unívoca” (LOPEZ e PRAÇA, 2015, p. 111). Segundo os autores, pode-se mencionar ao menos quatro critérios que seriam relevantes para essa escolha: filiação partidária, expertise, afinidade ideológica e proximidade pessoal. Tais critérios também foram levados em consideração nas análises, como possíveis elementos que permitem o fluxo de indivíduos de organizações de movimentos sociais para órgãos estatais. Ainda, segundo os autores, deve-se esperar – teoricamente - que vínculos pessoais apareçam na ordem inversa ao grau de institucionalização do sistema partidário: ou seja, quanto mais este se institucionaliza, mais as nomeações se apoiam em motivos programáticos. Para os autores, técnica e política são os critérios definidores:

Combinar técnica e política é o padrão (...) e se há um aspecto que parece ter abrangência suficiente e faz parte da lógica geral das nomeações é o imperativo de qualificação técnica mínima para os cargos, mesmo que acompanhadas de adesões políticas que chancelam a nomeação. (LOPEZ e PRAÇA, 2015, p. 112).

Lopez e Praça (2015, p. 112 – 120) enumeraram os fatores que influem no processo de escolha dos nomeados: 1. redes de conhecimento e de amizade construídas em carreiras profissionais ou núcleos partidários sempre tiveram importância no processo de mobilidade profissional da burocracia brasileira e continuam a ser um fator relevante para explicar parte expressiva das nomeações; 2. regionalismo - o critério regional é indispensável para se compreender o arranjo mais amplo da concertação entre partidos na burocracia federal e sua relação com a capacidade do presidente ampliar a governança da coalizão; e 3. centralização decisória - em geral, os dois personagens relevantes na definição das nomeações são o próprio ministro e o líder da bancada.

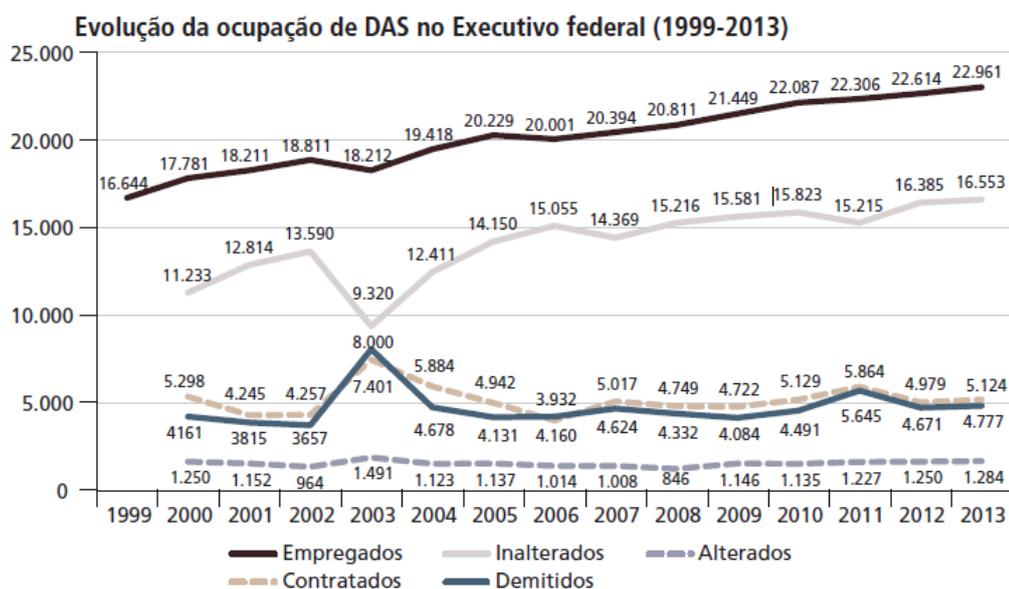
Neste conjunto de elementos que envolvem o tema, cabe considerar que o provimento discricionário de cargos é constrangido institucionalmente, descaracterizando a noção comum de desmedida autonomia para indicação de cargos para atores de fora da cena estatal, tendo em vista os constrangimentos legais aos quais tais nomeações estão submetidas:

Indica-se que não há sentido unívoco na relação entre partidos e burocracia, porque eles variam em função dos tipos de políticas públicas, da estrutura burocrática dos órgãos e da natureza dos cargos ocupados. **O espaço destinado à nomeação exclusivamente motivada por proximidade partidária *vis-à-vis* a capacidade técnica para desempenhar a função parece ocupar um espaço substancialmente menor que o volume total de cargos, mesmo se considerados apenas os cargos dos mais altos escalões.** Esse cenário decorre de constrangimentos legais impostos à livre escolha política – caso da **obrigação de que 75% dos ocupantes de cargos DAS 1 a 3 e 50% dos DAS-4 tenham vínculo com o serviço público** –, de razões econômicas – o exercício da maioria dos cargos é circunscrito a uma cidade de alto custo, como Brasília – e, ainda, por imperativos da própria administração, que é o caso da gradual ampliação e especialização das burocracias ministeriais e crescimento da oferta de servidores de carreira qualificados para o exercício das funções superiores (LOPEZ, 2015, p. 18, grifo nosso).

O gráfico 1 apresenta os resultados das pesquisas realizadas com base na ocupação de cargos DAS no período de 1999 a 2013 por Lopez, Bugarin e Bugarin (2015). Nele, é possível observar o quantitativo envolvido nesse tipo de ocupação de cargos e uma tendência geral de crescimento nos cargos de DAS ao longo dos anos “correspondendo a um aumento de aproximadamente 38% entre 1999 e 2013, ou seja, uma ampliação de mais de um terço no número de cargos” (LOPEZ, BUGARIN E BUGARIN, 2015, p. 38). Além disso, é possível verificar que a maior parte dos nomeados para ocupar cargos de DAS é oriunda do serviço público federal, embora, segundo os autores, essa proporção diminua à medida que se amplia a hierarquia dos

cargos. Os pesquisadores verificaram uma taxa média anual de rotatividade no conjunto da gestão federal de aproximadamente 30% e os cargos em posições mais altas da hierarquia (DAS 4, 5 e 6) apresentam taxas de rotatividade superiores aos DAS 1, 2 e 3. Sem avaliar os possíveis efeitos, essa rotatividade² existente aponta para a possibilidade deste mecanismo ser um importante elemento facilitador do fluxo de indivíduos, já que novas oportunidades de ingresso estão frequentemente surgindo.

Gráfico 1. Evolução da ocupação de DAS no Executivo Federal (1999-2013)

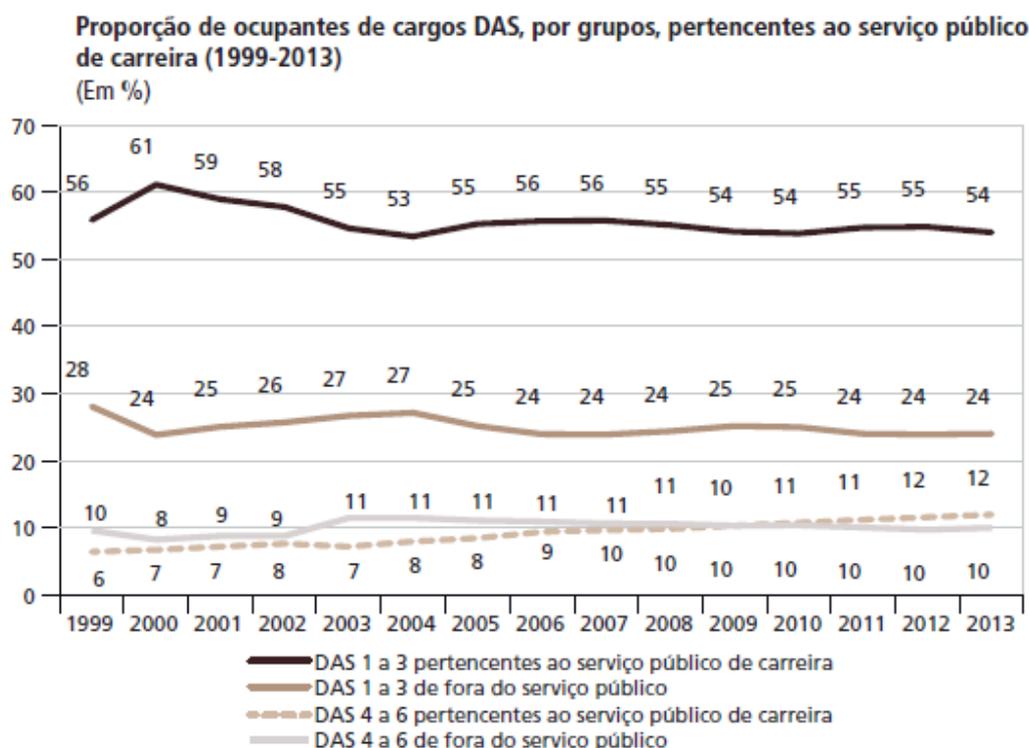


Fonte: Lopez, Bugarin e Bugarin (2015, p. 38)

Obs.: Empregados – total de funcionários ocupando cargo de DAS; inalterados – total de funcionários ocupando cargo de DAS que tiveram sua função inalterada em relação ao ano anterior; alterados – total de funcionários ocupando cargo de DAS que tiveram sua função alterada em relação ao ano anterior, tendo sido promovidos ou rebaixados; e contratados – total de funcionários contratados no ano para ocupar cargo de DAS. Demitidos: total de funcionários que ocupavam cargo de DAS, mas foram demitidos no ano.

Tendo em conta as características da pesquisa a ser desenvolvida, cujo foco se dará em ocupação de cargos por pessoas de fora do serviço público, é pertinente apresentar também o gráfico 2, no qual é possível observar a distribuição dos ocupantes de DAS por critérios de pertencimento ou não ao serviço público federal.

Gráfico 2. Proporção de ocupantes de cargos DAS, por grupos



Fonte: Lopez, Bugarin e Bugarin (2015, p. 45)

Segundo os autores:

Parece-nos expressiva a proporção de nomeados oriundos do próprio setor público, bem como a constância da distribuição ao longo da série. Entretanto, nos níveis superiores, a presença de servidores de carreira e de fora do serviço público é mais equilibrada. **Só nos últimos quatro anos, os servidores de carreira se tornaram maioria nesses cargos.** Vale notar que o percentual de cargos do grupo DAS 4 a 6 ocupados por gestores provenientes do serviço público de carreira dobrou no período analisado, passando de 6% para 12% do total de cargos DAS e de 40% para 54% do total de DAS deste grupo. As trajetórias de crescimento devem ser consideradas à luz do forte crescimento do número de cargos DAS deste grupo (85%). A mudança talvez sugira maior profissionalização do serviço público federal, que, por meio de suas carreiras, tem conseguido fornecer funcionários para assumir cada vez maior número de cargos de DAS. **A partir de 2009, os funcionários de carreira passaram a ocupar a maioria dos cargos de DAS tanto na categoria 1 a 3, em que somam mais do dobro do número de funcionários recrutados fora da carreira, como na categoria 4 a 6, única categoria em que ainda se observa clara tendência de crescimento** (LOPEZ, BUGARIN E BUGARIN, 2015, p. 44-45, grifo nosso).

Se olharmos para os burocratas de médio escalão, observa-se atualmente, no plano empírico, um processo de expansão dessa burocracia intermediária no Brasil.

Segundo Lotta, Pires e Oliveira (2015, p. 26),

(...) de 1997 a 2012, ocorreu, no Governo Federal brasileiro, uma forte expansão do número de cargos associados a essa posição intermediária nas hierarquias burocráticas – 107% de aumento no número de cargos de direção e assessoramento superior (DAS) nível 4, e 91% para o nível 5. (...) A expansão destacada no segmento de gerência intermediária sugere que a

burocracia de médio escalão tem sido alvo de transformações importantes e ganha relevância para a atividade governamental no período recente.

Além das questões já destacadas é importante frisar que o objetivo da tese não é de avaliar a eficiência dessa burocracia de nomeação discricionária e política no Brasil sobre a administração pública, tão pouco seus efeitos sobre as políticas públicas. Segundo Lopez (2015), existem posições divergentes em relação a este tema. Enquanto uma delas “considera o espaço destinado ao “livre provimento” excessivamente amplo e indevidamente politizado, produzindo efeitos negativos sobre a capacidade de planejar e implementar boas políticas”, a outra posição sustenta que as nomeações discricionárias constituem canal relevante para atrair novos e bons quadros dirigentes à alta burocracia, reduzir ineficiência e inovar em estratégias de gestão (LOPEZ, 2015, p.13-14). Destaca-se que esta última concepção foi, segundo Lopez (2015, p. 14), “a concepção dos cargos DAS apresentada no Plano Diretor para a Reforma do Estado, implementado a partir de 1995, que se constituiu em uma tentativa de mudança ambiciosa do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) na estrutura administrativa federal”.

Ou seja, há um grande debate sobre esse tema que precisa ser destacado e que, conforme aponta Lopez (2015, p. 15), “remete à tradicional dicotomia entre nomeações motivadas por políticas públicas ou por cargos como um fim em si – a patronagem”, que para fins da presente pesquisa não nos aprofundaremos, mas que pode em certa medida dialogou com os objetivos do projeto da tese. Como veremos no capítulo dos resultados, as pessoas foram contratadas pela sua experiência pretérita na implementação de políticas públicas e não para ocupação dos cargos como um fim em si mesmo. O fato é que o processo de preenchimento dos quadros da burocracia de livre provimento se dá em um cenário complexo e que, segundo Lopez (2015, p. 18), “Apenas recentemente surgiram estudos que discutem, com perspectivas analíticas distintas, os vínculos entre nomeações para a burocracia discricionária, partidos políticos e processo de governo (Praça, Freitas e Hoepers, 2012; Vieira, 2013; Castro, 2013, D’Araújo e Lameirão, 2009)”.

Cabe ressaltar também que esse processo é muito dinâmico. Achados de pesquisa de Lopez, Bugarin e Bugarin (2015) indicam que as preferências partidárias também importam na definição dos quadros. Borges e Coêlho (2015, p. 74 - 76) demonstram que “a adoção de critérios de nomeação partidários, técnicos ou baseados em redes pessoais e afinidades ideológicas não são estratégias

necessariamente excludentes entre si”, tendo o perfil dos ministros (técnico, político ou misto, bem como a distinção entre aqueles ministros cuja nomeação resulta de escolha pessoal do presidente – ou do seu partido –, daqueles indicados por partidos da coalizão governamental), suas motivações e objetivos, um papel importante na condução da nomeação dos cargos dentro de cada ministério, abrindo espaço inclusive para que a nomeação sirva para recompensar filiados e apoiadores do partido com cargos, alocar recursos de forma discricionária e favorecer os redutos eleitorais e *constituencies* do partido.

Outra variável importante e que deve ser levada em consideração no fluxo de indivíduos para órgãos estatais é o que Borges e Coêlho (2015, p. 80) denominam de “determinantes da oferta”, que depende em boa medida, segundo os autores “do grau de institucionalização da burocracia ministerial e da respectiva política setorial”. Para os autores, a estrutura institucional impacta não só sobre a oferta de cargos, mas também sobre a natureza da demanda. Isso porque, para eles, o valor da burocracia como instrumento para distribuição de recursos divisíveis entre membros e eleitores do partido – por exemplo, via políticas distributivas – variaria a depender do grau de institucionalização da política setorial.

No capítulo a seguir, apresentamos como o órgão estatal estudado fez uso desta possibilidade ofertada pelo Estado como uma das formas de operação.

Apesar da pouca visibilidade, outro mecanismo institucional que tem permitido o recrutamento de pessoas é a contratação de serviços de consultoria. Diferentemente dos cargos de livre nomeação, esse tema ainda não ganhou espaço dentro das pesquisas sobre a burocracia, dificultando a argumentação sobre essa dinâmica. Segundo a pesquisa realizada sobre o tema, a contratação de consultorias, apesar de pouco destacada, pode ser considerada histórica junto não só ao Estado brasileiro, mas de um conjunto expressivo de estados nacionais, especialmente após a segunda guerra mundial, por meio da criação das agências internacionais de cooperação técnica.

Segundo dados da Agência Brasileira de Cooperação (ABC)⁵, o início das atividades de cooperação técnica internacional, como mecanismo auxiliar do desenvolvimento, ocorreu no final da Segunda Guerra Mundial, na conferência de

⁵ As informações foram extraídas do site da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão brasileiro criado em 1987, por meio do Decreto Nº 94.973, vinculado ao Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Bretton Woods, em julho de 1944. Conforme a ABC, a primeira iniciativa de implantação de um "Sistema de Cooperação Técnica Internacional" no Brasil ocorreu em 1950, quando o Governo brasileiro criou a Comissão Nacional de Assistência Técnica (CNAT). A partir daí, o Brasil passou a firmar acordos com diferentes organismos de cooperação internacional, com destaque para o Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de 08/04/59, promulgado pelo Decreto Legislativo nº 18, de 30/12/59; e com a ONU-Mulheres, OMPI, UNODC, OACI, PNUD, OIT, FAO, UNESCO, UPU, UIT, OMM, UNIDO, AIEA, HABITAT, de 29/12/64, promulgado pelo Decreto nº 59.308, de 23/09/66. Com interface na produção do conhecimento na área do desenvolvimento agrário, destacam-se os acordos realizados com a CEPAL, em 1984 e, mais recentemente, com a FLACSO, firmado em 1992.

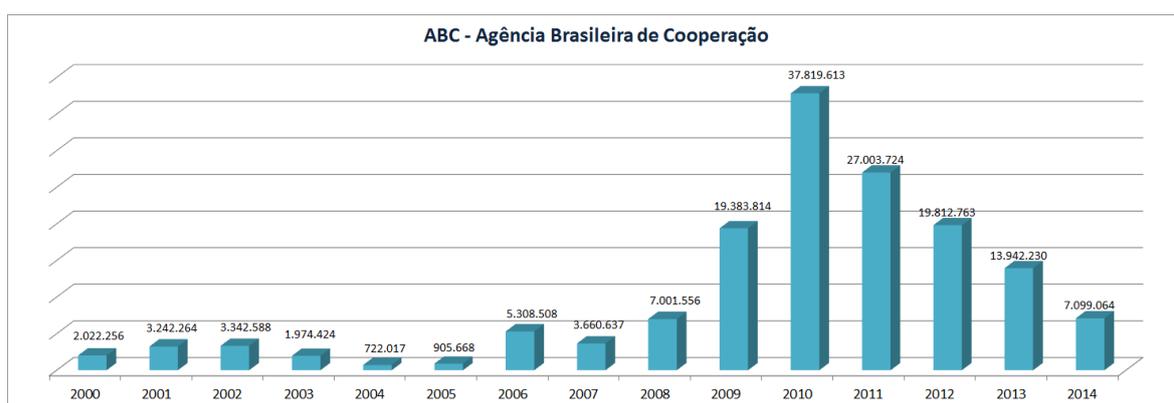
Como será exposto a seguir, o Instituto de Cooperação para a Agricultura (IICA), órgão contratante dos consultores sujeitos da presente pesquisa, é um dos diversos parceiros nos acordos vigentes da cooperação técnica multilateral que o Brasil possui, tendo o país se tornado membro do IICA em 1964 (MATOS et al, 2010). É preciso assinalar ainda os projetos de cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável, firmados tanto com atores e organizações estatais, quanto com ONGs e atores do setor privado, com mais de cinco décadas de parceria com o Brasil. Desde 2011, os projetos são realizados por meio de uma empresa pública federal alemã, a Agência Alemã de Cooperação Internacional (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit – GIZ), criada a partir da integração das três agências de cooperação técnica que já operavam os projetos anteriormente: a Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ), fundada em 1975; o Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (German Development Service – DED), fundado em 1963 e a InWent – Sociedade Internacional para a Formação Profissional e Desenvolvimento que havia iniciado suas atividades em 2002 (HERNANDEZ, ROEHRKASTEN, 2011). Como veremos nos resultados da pesquisa, foi a partir de recursos oriundos da cooperação alemã aportados em diferentes projetos que viabilizaram espaços de trabalho de alguns consultores antes do trabalho junto ao governo federal, seja por meio de projetos firmados com ONGs, seja em projetos firmados com atores estatais.

No cenário da cooperação internacional, a GIZ estava operando em 2011 em 130 países, com um orçamento estimado em 2010 de € 1,9 bilhão, se configurando

como a maior organização mundial de execução bilateral, com longa experiência⁶. (HERNANDEZ, ROEHRKASTEN, 2011, p. 165). Importante destacar ainda que não se trata apenas da transferência de recursos financeiros ou materiais, mas também da orientação de como elaborar e executar os projetos, da definição de prioridades e de metodologias adequadas ao alcance dos objetivos. Neste sentido, tanto o IICA quanto a GIZ orientam que os projetos tenham como princípio a participação social por meio do envolvimento direto dos/as beneficiários/as e, por isso, acabam buscando/selecionando profissionais que tenham experiência no uso de metodologias participativas.

Apesar do limite encontrado na disponibilização de dados sobre todos esses acordos e os repasses de recursos realizados, os mesmos têm permitido a circulação de recursos financeiros e de pessoas que por meio de contratos viabilizados por projetos de cooperação técnica passam a integrar a burocracia brasileira, apoiando a concepção e implementação de ações que passam a ser desenvolvidos pelo Estado. Para dar uma dimensão do volume de recursos, o gráfico 3, extraído do site da ABC, apresenta a evolução da execução financeira da agência, cujos valores anuais são os somatórios financeiros da execução do orçamento da ABC, das transferências para organismos internacionais e dos repasses de recursos de órgão e instituições governamentais brasileiras para serem executados em ações de cooperação técnica pela ABC.

Gráfico 3. Evolução da execução financeira da ABC (2000-2014)



Fonte: ABC (2016)

Conforme pode ser observado no gráfico acima, houve um aumento gradual de recursos, dentre os quais estavam contidos os recursos para viabilização do Programa

6 Para mais detalhes sobre a cooperação alemã para o desenvolvimento, ver Hernandez e Roehrkasten (2011)

de Cooperação Técnica estabelecido entre o IICA e o órgão estatal estudado. No próximo capítulo, veremos como esse mecanismo foi mobilizado pelos gestores públicos para composição da equipe. Além disso, no capítulo 5, veremos como os sujeitos da pesquisa, em diferentes momentos de suas trajetórias, prestaram serviços de consultoria e como essa experiência contribui para a mobilidade desses sujeitos.

Diferente das nomeações discricionárias para os cargos de DAS que são feitas de forma livre pelo Presidente, pelos Ministros e Secretários de Estado e estão destinadas às funções de direção, chefia ou assessoramento, os/as consultores passam por um processo seletivo que se dá por meio de editais públicos e envolve tanto o órgão de cooperação quanto o gestor público, nas quais constam, entre outras informações, os critérios de seleção.

Apesar das diferenças, as duas formas são instáveis e temporárias. Contudo, enquanto a ocupação de cargos de DAS, à priori, não tem o tempo de trabalho pré-determinado, e sua duração está muito mais vinculada aos representantes políticos e às mudanças que eventualmente podem ocorrer, decorrentes dos arranjos político-partidários dentro dos governos, a permanência no órgão estatal pelo/a consultor/a é estipulado já no edital. No entanto, em virtude da contratação por prazo determinado, mesmo havendo mudanças políticas internas durante a vigência do contrato, o/a consultor/a ainda tem a possibilidade de cumprir o contrato e até mesmo pleitear um novo contrato de consultoria, no mesmo órgão ou em outro, visto que à priori, sua indicação não é política e sim técnica. Isso, obviamente, dependerá da continuidade do programa, da criação de um novo programa e também da afinidade do/a novo/a gestor/a com o/a consultor/a. O contrário também pode ocorrer, um/a consultor/a, mesmo com a continuidade do programa/política pode não ser contratado em um novo edital ou pode ter seu contrato rompido pelo novo gestor, à medida que pode haver uma vinculação entre o/a consultor/a e o/a gestor/a exonerado, já que o mesmo participa do processo de seleção, como pode ser observado em um edital disponível no Anexo A.

No próximo capítulo, apresentamos o processo de ocupação de cargos por essas duas vias, no caso estudado.

3.2 OS REPASSES FINANCEIROS PARA AS ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

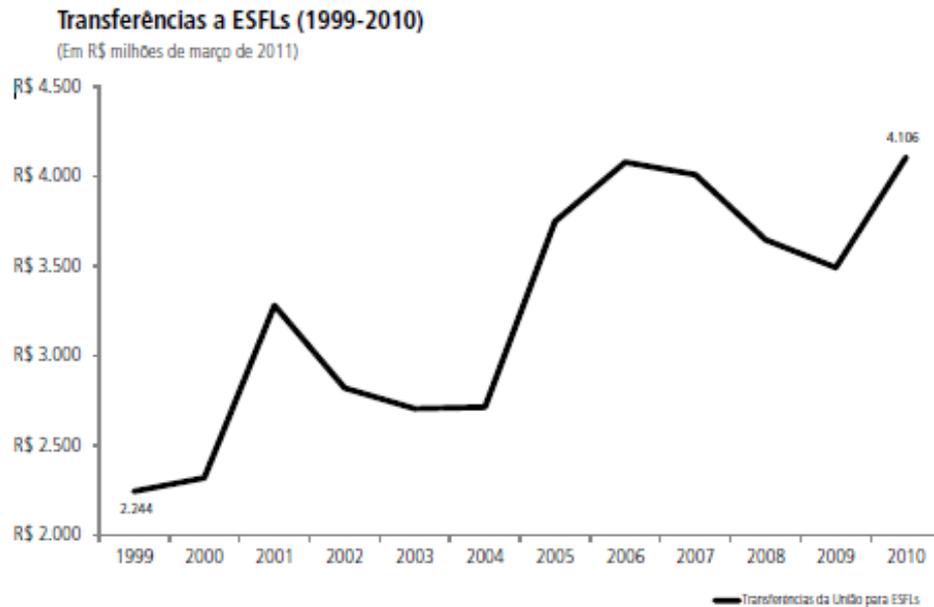
Além dos acessos ao Estado já brevemente apresentados, gostaria de destacar nessa seção, outro mecanismo institucional que permitiu a aproximação e, de certa maneira, o fluxo de indivíduos que tinham vínculos com organizações de movimentos sociais para órgãos estatais, que são as transferências federais a entidades privadas sem fins lucrativos (ESFLs). Como veremos no próximo capítulo e na análise dos resultados, o órgão federal analisado formou uma rede nacional de colaboradores, a partir de contratos firmados com as chamadas entidades parceiras, a fim de dispor de equipe técnica qualificada para implementação das ações previstas pela secretaria. Parte desses/as colaboradores/as acabaram por ocupar cargos como consultores do IICA, trabalhando diretamente em Brasília.

Lopez e Bueno (2012, p. 7), ao analisar as transferências federais a entidades privadas sem fins lucrativos (1999-2010) constatam uma mudança nas relações do Estado com as organizações civis, afirmando que,

(...) parece claro estar ocorrendo um processo de reconfiguração no *status* de atuação do Estado e das organizações civis. Sintomático desse movimento é o fato de políticas sociais em que há ação cooperativa entre ambos serem consideradas legítimas *de jure* e *de facto*, de forma diferente das concepções do passado que as concebiam como monopólio natural do Estado.

Isso porque, analisando as transferências federais a entidades privadas sem fins lucrativos no período de 1999-2010, os autores verificaram que houve nova orientação governamental que visou ampliar o número de políticas públicas feitas em cooperação com as ESFLs, as quais passaram a ser vistas como parceiras para a execução de ações cuja implementação pertencia exclusivamente à burocracia pública (LOPEZ e BUENO, 2012, p. 8). Segundo os autores, a primeira constatação importante sobre a alocação de recursos públicos federais para ESFLs é a forte variação anual, mas com tendência de crescimento no volume das transferências do período de doze anos analisado. O gráfico 4 elaborado pelos autores, indica que entre 1999 e 2002 houve crescimento das transferências, com pico em 2001. A partir de 2004, se observa forte tendência de crescimento dos valores, que chegam ao maior montante da série, em 2006. A partir daí, há decréscimo até 2009 e novo aumento dos valores transferidos, em 2010.

Gráfico 4. Transferências de recursos públicos federais a ESFLs (1999-2010)



Fonte: Lopez e Bueno (2012, p. 10).

Além do aumento expressivo de recursos, importante destacar segundo Lopez e Bueno (2012, p. 18) que o maior volume de recursos foi destinado à quatro finalidades, entre elas para organização agrária (6,80%). Como veremos no capítulo a seguir, a contratação de entidades fez parte da forma de operação do órgão estatal estudado e que, por essa via, foi possível a contratação de um conjunto de organizações e de pessoas vinculadas diretamente à execução das ações propostas. Como veremos no capítulo 5, essa foi uma via pela qual indivíduos se aproximaram do Estado, se envolvendo na execução das ações previstas nesses contratos, e ficaram conhecidos/reconhecidos ao se aproximarem da gestão pública, o que lhes permitiu posteriormente a ocupação de um cargo.

4 O CASO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Esta tese partiu de uma constatação empírica: a existência de uma dinâmica de relações entre as organizações de movimentos sociais e o Estado conformada pelo fluxo ou trânsito de indivíduos entre estes espaços sociais. Tal como já destacamos, as pesquisas realizadas nas últimas décadas no Brasil têm demonstrado que o Estado brasileiro apresenta um padrão de permeabilidade que tem possibilitado múltiplas dinâmicas de interação entre organizações de movimentos sociais e órgãos estatais, especialmente nos processos de implementação de políticas públicas e que por isso diferentes órgãos estatais no governo brasileiro poderiam ter sido utilizados para realização da presente pesquisa. Contudo, conforme apontado nos procedimentos metodológicos, a pesquisadora já havia identificado por meio de suas experiências prévias que a permeabilidade citada na literatura havia ocorrido também na Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), criada em 2003, dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), durante o início do primeiro governo Lula, ambiente empírico desta tese e a partir da qual se desenvolveu a pesquisa.

Como veremos no desenvolvimento desse capítulo, dividido em duas seções, parte importante da explicação do fluxo está contida na forma de criação e funcionamento da secretaria, cujos gestores habilmente mobilizaram tanto as condições legais presentes no Estado brasileiro, a partir de uma ação orientada por seus posicionamentos políticos, quanto suas redes.

4.1 OS ANTECEDENTES, AS CARACTERÍSTICAS DA POLÍTICA PÚBLICA E A RELEVÂNCIA DA SDT PARA A ANÁLISE

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), criada durante a primeira gestão do Governo Lula (2003-2006) dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) esteve diretamente ligada ao processo de fortalecimento e reestruturação do MDA (Schneider; Cazella; Mattei 2009). Nessa reorganização, a SDT passou a definir e gerenciar uma modalidade do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf⁷, denominada Pronaf Infraestrutura e Serviços Públicos Municipais

⁷ Conforme destacam Schneider; Cazella e Mattei (2009, p. 23 - 24) o programa nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais. Foi produto de uma reformulação em 1995, pelo governo Fernando Henrique Cardoso, do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap) criado em 1994 durante o governo Itamar Franco. Essas

que já estava em funcionamento desde 1996. Entre outras ações, esta linha do Pronaf concorreu decisivamente no campo do desenvolvimento rural para ebulição do debate sobre a participação social e a descoberta do local como ambiente privilegiado para a democratização, tal como destacam Silva e Marques (2009, p. 10-11).

É importante lembrar, tal como fizeram Schneider; Cazella e Mattei (2009, p. 21-22) que “Em larga medida, pode-se afirmar que o Pronaf foi formulado como resposta do Estado a pressões do movimento sindical rural, realizadas desde o final da década de 1980”. Desde sua criação até meados da primeira década do século XXI o Pronaf sofreu uma série de transformações, com ampliação gradativa dos recursos destinados pelo governo federal para este programa. Favareto e Demarco (2009, p. 136) apontavam que “a recente criação da SDT no âmbito do MDA pode ser lida como uma confirmação desta tendência [de envolvimento da agricultura familiar na gestão de recursos públicos, agora com abordagem territorial]”.

Segundo documentos institucionais, o MDA concentrava esforços em três áreas integradas de atuação: ampliação e fortalecimento da agricultura familiar; reforma e reordenamento agrário e promoção do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais. Para levar adiante esta última área de atuação, a SDT definiu como sua missão “apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e integração de políticas públicas” (Brasil, 2005). Com a criação da SDT, a linha de financiamento “Pronaf Infraestrutura e Serviços Públicos Municipais”, anteriormente destinada aos municípios por meio dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, mudou a sua unidade de atendimento e seus procedimentos operacionais⁸, passando a atuar como suporte ao desenvolvimento de “territórios rurais”⁹, de caráter intermunicipal e pela gestão de colegiados territoriais:

Com a criação da SDT e autonomização da vertente Infraestrutura do Pronaf, agora sob sua jurisdição, ocorrem dois movimentos. Por um lado, todos os investimentos de apoio à infraestrutura passam a ser feitos em agregados de

modificações deram origem ao Pronaf, em 1996, cuja institucionalização ocorreu através do Decreto Presidencial n. 1.946 datado de 28/07/96.

8 Os procedimentos operacionais das ações de assistência financeira a projetos de infraestrutura e serviços públicos municipais foram estabelecidos na Resolução nº 37 de 16 de fevereiro de 2004 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Condraf.

9 A SDT/MDA define território como “um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.” (BRASIL, 2005).

municípios. Junto a isso, modifica-se também o marco para a participação social na gestão do programa. Em vez dos conselhos municipais, passa-se a estimular e exigir a criação de Colegiados Territoriais (Favareto, 2010, p. 31).

Nesta nova dinâmica institucional¹⁰, regiões do Brasil foram consideradas territórios rurais, a partir de critérios¹¹ pré-estabelecidos pela SDT/MDA e passaram a ser apoiados pelo Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PDSTR¹², também conhecido por Proinf e Pronat. Este programa estava no cerne da SDT/MDA e passou a operar de forma regulamentada em julho de 2005 (Delgado e Leite, 2011), quando obteve sua chancela formal por intermédio da Portaria n. 5, de 18/07/2005. Em 2013, a SDT/MDA estava apoiando 239¹³ territórios rurais em todo Brasil. Segundo documentos institucionais (Brasil, 2005), para apoiar o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, o PDSTR foi estruturado a partir de três elementos fundamentais: o território (espaço e sociedade); a institucionalidade territorial, denominada de colegiados territoriais (participação e representatividade); e a visão de futuro (um plano territorial de desenvolvimento). Um dos eixos centrais da estratégia de desenvolvimento territorial proposta pela SDT foi a criação, por meio dos

10 Para a SDT/MDA, a abordagem territorial do desenvolvimento rural sustentável é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas. Essa abordagem considera que a equidade, o respeito à diversidade, a solidariedade, a justiça social, o sentimento de pertencimento, a valorização da cultura local e a inclusão social são objetivos primordiais a serem atingidos. A “identidade” é considerada fundamental para ensejar a coesão social e territorial, facilitando a concretização de processos negociados de desenvolvimento sustentável (MDA, 2005).

11 Segundo documentos institucionais da SDT/MDA, a escolha dos territórios foi realizada a partir dos seguintes critérios: Critérios Universais: Concentração de Agricultores Familiares e Assentados da Reforma Agrária; Territórios com ações prioritárias do Governo Federal e/ou Estadual; Concentração de Capital Social; Concentração de Baixos Indicadores de Desenvolvimento; Territórios de interesse dos Movimentos Sociais. (Concentração da Demanda Social e Priorização das Ações); Critérios propostos para a Seleção Territorial: Divisões territoriais já pré existentes; IDESE - Índice de Desenvolvimento Sócio econômico elaborado pela FEE (Fundação Estadual de Economia e Estatística) no caso do estado do Rio Grande do Sul e Dinâmicas voltadas para o Desenvolvimento Territorial pré-existent. Em 2013 a SDT/MDA acrescentou um novo critério: se um território tiver um percentual superior a 50% de estabelecimentos da agricultura familiar, ele pode ser incorporado ao Programa, mesmo que ultrapasse os 80 habitantes por km².

12 Segundo documentos institucionais (MDA, 2005), para apoiar o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, o PDSTR está estruturado a partir de três elementos fundamentais: o território (espaço e sociedade), a institucionalidade territorial (participação e representatividade) e a visão de futuro (um plano territorial de desenvolvimento). Conforme Bonnal e Kato (2009, p. 13) “no caso do PDSTR o recorte territorial (...) têm no combate à pobreza rural e na presença da agricultura familiar e de assentamentos rurais seu principal escopo. Na lógica do programa, o desenvolvimento é concebido como o produto de um processo de inclusão social empreendido por atores sociais ligados à agricultura familiar, tendo como área de atuação territórios (...) para gestão do programa três níveis de administrativos são ativados: no nível federal o Condraf e a SDT/MDA elaboram as regras e a metodologia de ação; no nível estadual o Conselho Estadual (...) e no nível local o colegiado, que por sua vez é responsável pela elaboração de um plano de desenvolvimento territorial que baseia a elaboração de projetos coletivos”.

13 Dado obtido em <http://www.brasil.gov.br/governo/2013/05/mais-74-territorios-rurais-sao-incluidos-em-programa-de-desenvolvimento>. Acesso em 20.03.2017

colegiados territoriais, de um espaço político de empoderamento das organizações sociais vinculadas ao processo (ECHEVERRI, 2010).

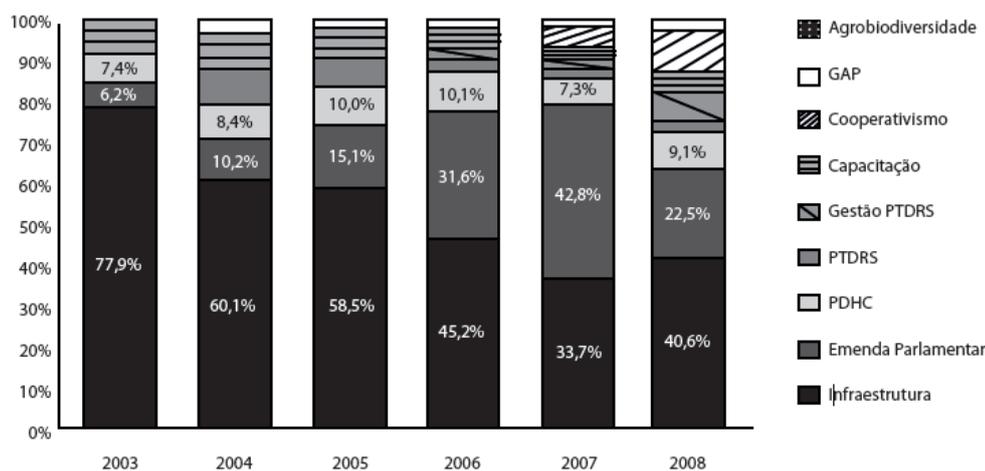
Para alcance desses objetivos, a SDT/MDA mobilizou um conjunto de recursos financeiros. Ao estudar a performance da execução orçamentária do financiamento da política territorial, Leite e Wesz Junior (2012) verificaram a complexidade e, ao mesmo tempo, as inovações que o arranjo institucional das políticas em escala territorial trouxeram para a cena orçamentária, seja no que tange ao levantamento e lastreamento de fontes dos recursos alocados, seja no que se refere à forma de aplicação desses recursos segundo áreas geográficas e linhas programáticas de ação. Segundo os autores, as linhas de ação para as quais foram distribuídos recursos em 2003 foram: “Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf ou Pronat)” e “Capacitação de Agentes de Desenvolvimento”. Em 2004, duas novas linhas foram criadas: “Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)” e “Gestão Administrativa do Programa”. Em 2006, foi instaurado o “Apoio à Gestão de PTDRS”, buscando qualificar o processo de planejamento dos territórios rurais apoiados pela política. Em 2007, instituiu-se a ação “Fomento aos Empreendimentos Associativos e Cooperativos da Agricultura Familiar e Assentamentos da Reforma Agrária”. Segundo Leite e Wesz Junior (2012, p. 648), “De 2003 até 2007, houve aumento significativo do volume dos recursos contratados pelo Pronat que passaram de R\$ 82,7 milhões para R\$ 264,7 milhões (crescimento de 272%)”. Sobre a fonte dos recursos, os autores destacam:

A fonte básica dos recursos que compõem as funções do programa é totalmente lastreada pelo Orçamento Geral da União (OGU), incluindo os recursos aportados pelas emendas dos congressistas. Portanto, são recursos formados pelo Orçamento Fiscal, da Seguridade e pelo Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais Federais, recolhidos sob a forma de impostos, taxas e contribuições. Os recursos previstos em cada uma dessas linhas para a execução das atividades previstas nos territórios são intermediados pela Caixa Econômica Federal (CEF), que é a única instituição bancária envolvida no repasse dos recursos do programa (LEITE E WESZ JUNIOR, 2012, p. 648).

Observa-se, assim, distintas funções e papéis dentro da perspectiva do programa, destacando as linhas de custeio, que envolvem diretamente a alocação de recursos para atividades de capacitação, elaboração de planos e projetos, assessorias e consultorias. Leite e Wesz Junior (2012, p. 649) chamam a atenção para esta característica: as ações voltadas prioritariamente ao investimento (Proinf/Pronat e emendas parlamentares) são as modalidades que absorveram mais

de 80% dos recursos contratados de 2003 a 2008, no entanto 2008 é o primeiro ano em que as linhas de custeio alcançaram mais de 25% do valor total do Pronat. O gráfico 5, elaborado pelos autores, expressa a distribuição dos recursos por ano.

Gráfico 5. Participação no valor contratado por linhas de ação do PDSTR por ano (2003 a 2008)



Fonte: Leite e Wesz Junior, 2012 (p. 649)

Analisando a transferência de recursos pelo PDSTR entre 2004 e 2015, é possível verificar a diversidade de contratos celebrados tanto com prefeituras de pequenos municípios (até 50.000 habitantes) como organizações da sociedade civil de norte a sul do país, visando a implementação das ações da SDT/MDA nos territórios, tal como destacado anteriormente.

Segundo Guimarães (2013), a proposta que originou a SDT/MDA e consequentemente o PDSTR já vinha sendo debatida no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) pelas organizações de movimentos sociais que faziam parte do mesmo entre 2001 e 2002. Cabe destacar ainda que o objetivo geral deste programa era promover e apoiar iniciativas das institucionalidades representativas dos territórios rurais que objetivassem o incremento sustentável dos níveis de qualidade de vida da população rural, mediante três eixos estratégicos: i. Organização e fortalecimento dos atores sociais; ii. Adoção de princípios a práticas da gestão social; iii. Promoção da implementação e integração de políticas públicas (Brasil, 2005, p. 7). Basicamente eram duas as linhas em que se materializava a estratégia de trabalho da SDT/MDA: a implementação de um processo de apoio ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento da Rede Nacional de Órgãos Colegiados – formada pelos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais

de Desenvolvimento Rural Sustentável e pelas instâncias de gestão do desenvolvimento (Brasil, 2005).

Além dos antecedentes da criação da SDT e os objetivos do PDSTR, voltados para o empoderamento das organizações e movimentos sociais presentes nos territórios, o que torna esse processo relevante para o desenvolvimento da pesquisa é a forma de funcionamento interno da secretaria, apresentada na seção a seguir e que foi produto das definições políticas de quem estava no governo e fez sua gestão orientada por determinados posicionamentos. Nesse sentido é preciso destacar que a pessoa indicada para assumir a secretaria participava do CNDRS, integrou a equipe de transição dos governos FHC/Lula e era, até 2002, o principal executivo de uma organização social ligada à Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Além deste, a equipe formada inicialmente contava com um técnico originário do próprio CNDRS, três outros do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), um do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e três de organizações não governamentais do Nordeste ligadas a redes que executavam um conjunto de diferentes projetos voltados para a população rural.

4.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FORMAS DE FUNCIONAMENTO DA SDT/MDA

Além do perfil do secretário, um aspecto que se destaca na organização interna da SDT/MDA foi a equipe formada por meio do Decreto Nº 5.033, de 5 de abril de 2004, que aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Neste decreto, foram definidos para a SDT/MDA vinte e quatro cargos¹⁴, sendo a maioria cargos de coordenação.

Tendo em vista o limite de cargos de DAS disponíveis destinados a funções de direção, chefia ou assessoramento e a falta de profissionais concursados, visto que a secretaria estava sendo criada, grande parte da equipe foi composta por pessoas

14 Secretaria de Desenvolvimento Territorial: 1 Secretário, 1 Assessor Técnico, 1 Assistente Técnico. Coordenação: 1 Coordenador, 1 Assistente. Gabinete: 1 Chefe. Coordenação: 1 Coordenador. Serviço: 2 Chefe, 2 FG1. Coordenação Geral de Apoio a Órgãos Colegiados: 1 Coordenador Geral, 1 Assessor Técnico, 1 Assistente 2 Assistente Técnico. Departamento de ações de desenvolvimento territorial 1 Diretor, 1 Assistente Técnico. Coordenação Geral de Apoio à InfraEstrutura e Serviços: 1 Coordenador Geral. Coordenação: 1 Coordenador. Coordenação Geral de Desenvolvimento Humano: 1 Coordenador Geral. Coordenação: 1 Coordenador. Coordenação Geral de Apoio a Organizações Associativas: 1 Coordenador Geral. Coordenação Geral de Apoio a Negócios e Comércio Territorial: 1 Coordenador Geral.

contratadas como consultores. Essa contratação ocorreu por duas maneiras diferentes: via processo seletivo por meio de editais públicos com recursos oriundos de um projeto de cooperação técnica (PCT) firmado entre o governo brasileiro e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA); e via contratos de repasse celebrados com entidades diversas, executoras de planos de trabalhos e projetos de atividades (PATs) específicos aprovados previamente pela SDT, que dentre outras ações, previam o pagamento de horas técnicas.

Por essas vias, a SDT criou a rede nacional de colaboradores, uma rede informal de profissionais autônomos, criada a partir de relações de trabalho anteriores à SDT/MDA, especialmente em organizações não governamentais ou em governos. Por meio dessa rede, a SDT mobilizava os profissionais conforme suas necessidades, em diferentes partes do país. Esta dinâmica é destacada em um de seus documentos institucionais:

Como forma de suporte às suas ações, a SDT/MDA mantém acordo de cooperação com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), que disponibiliza uma série de serviços técnicos especializados segundo objetivos convergentes aos da secretaria. Através desses serviços é operada uma rede de consultores nacionais e territoriais que atuam em diversas áreas segundo termos de referência específicos. (...) Além dessa rede, a SDT/MDA organizou uma rede nacional de colaboradores que, eventualmente, presta serviços técnicos diversos, principalmente aos territórios, segundo as programações de atividades vigentes. Essa rede vem sendo expandida e diversificada para maior e melhor cobertura dos serviços técnicos requeridos. (BRASIL, 2005, p. 26)

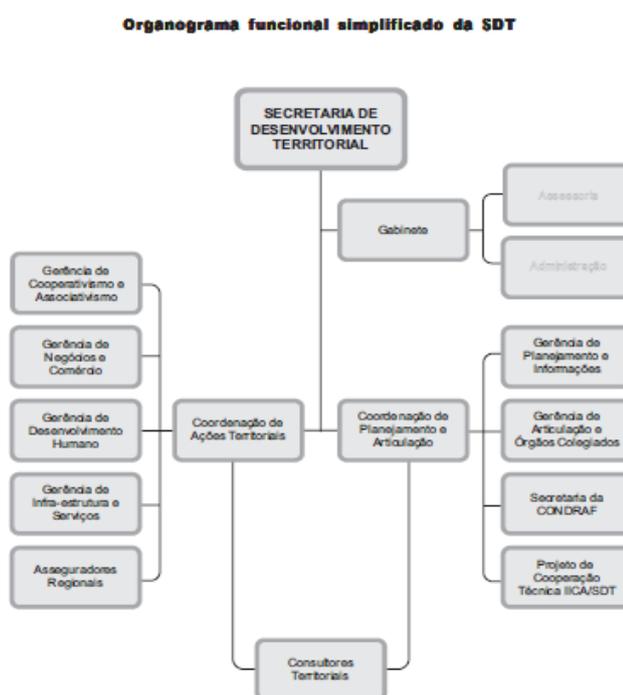
Guanziroli (2010), em estudo de impacto realizado sobre as ações da Secretaria destaca que a atuação da SDT/MDA se deu em grande medida pela contratação de consultores que foram os responsáveis pela implementação das ações em todos os estados da federação. Echeverri (2010, p. 96) reforça essa constatação, apontando que “para dar andamento à estratégia territorial constitui-se uma estrutura operativa na SDT baseada em uma rede de articuladores composta por técnicos que desempenharam funções direcionadas à promoção, informação, acompanhamento, assessoramento e apoio (...)”. Ou seja, a atuação desses agentes contratados destinava-se à atuação junto a organizações de movimentos sociais existentes em diferentes regiões do país, tendo em vista que um dos três eixos estratégicos do principal programa proposto pela SDT pautava-se na organização e fortalecimento dos atores sociais (BRASIL, 2005, p. 7).

Para tanto, cada estado contava com ao menos um “consultor territorial/estadual”, encarregado de acompanhar as atividades desenvolvidas nos

territórios, promover a articulação dos territórios e do Programa com entidades públicas e civis dos estados e executar atividades técnicas diversas. Por sua vez, cada grupo de estados contava ainda com um “consultor regional”. Esses consultores facilitavam a interlocução com/entre os estados, mobilizavam recursos e orientavam atividades dos “consultores estaduais”, produzindo também informações importantes para o monitoramento do Programa. Finalmente, nos territórios rurais havia também uma entidade que executava ações descentralizadas através de “articuladores territoriais” por ela contratados, geralmente um profissional originário do próprio território (BRASIL, 2005, p.27).

Essa estrutura de organização da SDT/MDA pode ser visualizada na figura 1 com o organograma funcional implementado no início da gestão da secretaria.

Figura 1. Organograma funcional simplificado da SDT/MDA



Fonte: Brasil, 2005 p. 28

Para termos dimensão do tamanho da equipe, verificamos em um dos relatórios de gestão da secretaria que em fevereiro de 2008 foi firmado novo convênio entre SDT/MDA e IICA¹⁵, via Agência Brasileira de Cooperação, com 48 meses de vigência

¹⁵ Trata-se apenas de uma demonstração, visto que desde o início de sua ação a SDT contava com consultores, o que denota a existência de convênios anteriores. Guimarães (2013, p. 174) destaca que para o período de 2004-2007 foi firmado com o IICA o primeiro projeto de cooperação técnica com a

no valor total de R\$ 42.115.577,00. Em 2010, o convênio encontrava-se em execução normal e atingindo seus objetivos. Com estes recursos, a SDT/MDA contava em 2009 com 82 (oitenta e dois) consultores nacionais contratados que atuavam prestando consultoria técnica à Secretaria, bem como aos colegiados dos territórios rurais trabalhados (BRASIL, 2010, p. 39). Em 2011, a SDT/MDA apresentou uma análise crítica em seu relatório de gestão do referido ano, informando que “Em 2011, a SDT elaborou um levantamento preliminar sobre a necessidade de pessoal, e os dados apontaram para uma carência de 10 cargos comissionados (DAS) e de 163 servidores para as mais diversas funções tanto em nível nacional quanto estadual.” (BRASIL, 2012, p. 43). Esta falta de pessoal efetivo é que pode, em certa medida, ter oportunizado a contratação de consultores e celebração de convênios com entidades parceiras para realização das atividades previstas pela SDT/MDA.

Como vimos no capítulo 3, as nomeações para ocupação dos cargos de DAS são feitas de forma livre pelo secretário/ministro/presidente, podendo ser ocupadas tanto por servidores efetivos requisitados (ou não) de outros órgãos ou por pessoas sem vínculo com o serviço público, seguindo as normas previstas na legislação vigente. Para contar com os/as consultores/as, a SDT fez uso do PCT/IICA e dos contratos com as entidades parceiras. Pelo IICA, as pessoas foram contratadas após a participação em um processo seletivo, iniciado por meio da divulgação de um termo de referência (pessoa física/consultor individual) no qual constavam: a identificação do objeto e o programa/órgão estatal no qual a ação será desenvolvida, a justificativa para a contratação profissional, as atividades a serem desenvolvidas, os produtos a serem entregues, o prazo e cronograma de execução, o valor e a forma de pagamento dos produtos e quais as qualificações profissionais necessárias/exigidas para o cargo (formação acadêmica obrigatória e comprovada experiência profissional na área) e o local de atuação. Adicionalmente, sendo um contrato por tempo determinado, não havia renovação automática e cada consultor/a, para seguir desenvolvendo atividades junto à SDT, necessariamente deveria passar por um novo processo seletivo, respeitando um intervalo de tempo para nova contratação.

SDT que se aproximava de R\$ 43,2 milhões para os quatro anos de vigência, sendo cerca de R\$ 15,2 milhões para capacitação, R\$ 24,6 milhões para serviços técnicos e consultorias e o restante para monitoria e avaliação, publicações, viagens e eventos, alguns equipamentos, taxas diversas e outros gastos menores.

Em anexo (Anexo A) constam dois termos de referência representativos dos termos utilizados pelo IICA e SDT para contratação dos/as consultores/as, onde podem ser observados os elementos necessários para a contratação, em especial os itens 9, relativo à qualificação profissionais, com comprovada experiência mínima: “9 – QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS: Formação Superior, **com comprovada experiência mínima de 08 (oito) anos** em processos de Desenvolvimento Rural Sustentável e **desejável experiência em organização e moderação de eventos com uso de metodologias participativas**” (grifo nosso) e o item 12 “12 – RESPONSABILIDADE PELA SUPERVISÃO DA CONSULTORIA: As **ações, os produtos e os resultados da Consultoria serão submetidos à análise do Departamento de Ações de Desenvolvimento Territorial da SDT/MDA** e do representante do PCT IICA/SDT 07/009 **indicado pelo seu Secretário.**” (grifo nosso). Estes dois itens, somados aos critérios de seleção utilizados na entrevista, especialmente o critério “Condição de dialogar com os governos, sociedade civil e movimentos sociais”, são elementos fundamentais para compreender como e porque determinados sujeitos acessam as vagas no caso estudado. Após encerrado o processo seletivo, os extratos dos contratos eram publicados no Diário Oficial da União (DOU).

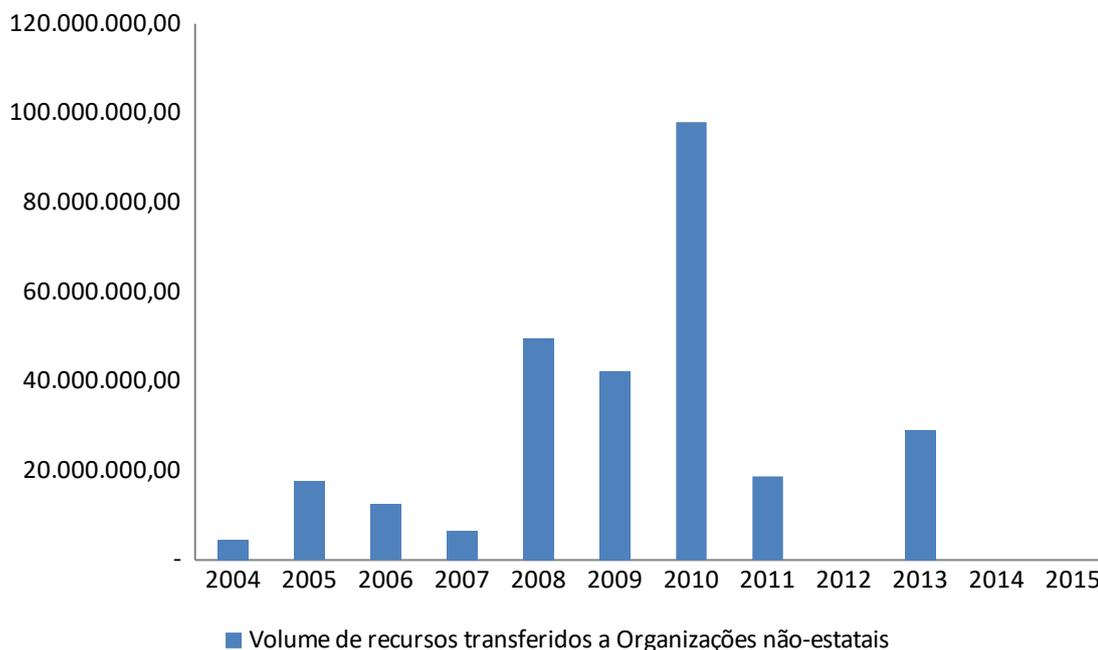
Conforme destacado nos procedimentos metodológicos, uma das primeiras etapas da pesquisa, ainda na elaboração do projeto de tese, foi a tentativa de fazer uma caracterização do perfil dos sujeitos contratados pelo IICA e a SDT. Para tanto, entre os meses de maio a julho do ano de 2015 fizemos uma análise documental, tendo como ano base de contratações de consultores 2008, visto a dificuldade em encontrar extratos dos contratos de anos anteriores. Inicialmente, foram buscados via web, utilizando o Google, vínculos entre os nomes de indivíduos que desempenharam junto à SDT/MDA no ano de 2008 a função de articuladores estaduais e extratos de contratos publicados no Diário Oficial da União deste mesmo ano. Com base nos dados obtidos nos extratos do DOU, que totalizaram 60 indivíduos contratados no ano de 2008 (34 homens e 26 mulheres; 30 com local de trabalho Brasília e os demais para trabalharem nos Estados, em média 1/Estado), foi realizada busca de currículos pelos nomes dos consultores junto a Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), nas bases doutores e demais pesquisadores (Mestres, Graduados, Estudantes, Técnicos, etc.). Dos 60 indivíduos, somente 33 possuem currículos disponíveis na Plataforma. Considerando apenas os

indivíduos com currículos na Plataforma Lattes, foi possível constatar que todos possuem formação acadêmica de nível superior, sendo 40% formados em Agronomia, 12% em Economia, 9% em Ciências Sociais, 6% em Geografia e 33% em outros cursos. A maioria graduou-se na década de 1990, todos em universidades públicas. Quanto à pós-graduação, 82% tem algum tipo de especialização (12% com duas); 48,5% possuem mestrado e 15% doutorado. Verifica-se também uma relativa experiência profissional em diferentes espaços, de organizações de movimento sociais a órgãos públicos, sejam ligados a prefeituras municipais, secretarias estaduais ou a diferentes setores do governo federal. Os dados sobre trajetória profissional disponíveis na plataforma nos mostram que 77,5% trabalharam em organizações de movimentos sociais; 55% tiveram experiências com ensino; 52% com pesquisa; 48,5% já tinham sido consultores do governo federal em anos anteriores; 35,5% ocuparam cargos em governos estaduais; 22,5% em prefeituras municipais; 22,5% prestaram assessoria para agências internacionais e 16% foram assessores de deputados. No próximo capítulo veremos com maior detalhamento informações sobre a trajetória dos sujeitos que colaboraram com a pesquisa.

No que se refere à contratação de pessoas via entidades parceiras, apesar da limitação no acesso aos dados dos contratos específicos, foi realizada uma pesquisa junto ao portal de transparência dos recursos públicos, a fim de dimensionar o volume de recursos de custeio, ou seja, aqueles destinados ao pagamento de despesas com pessoal e aquisição de bens de consumo e/ou serviços de terceiros. Especificamente no caso da relação com organizações não-governamentais, verificando a transferência de recursos do orçamento da SDT/MDA entre 2004 e 2015, é possível observar no gráfico 6, elaborado com dados obtidos no portal da transparência nos recursos públicos federais¹⁶, o aumento gradativo de recursos exclusivos de custeio previstos no PDSTR durante os anos de 2004 a 2010 que foram destinados à celebração de contratos de organizações não-governamentais para implementação das ações previstas pela SDT/MDA nos territórios.

16 Dados disponíveis em <http://www.portaltransparencia.gov.br/>

Gráfico 6. Variação anual de recursos de ações exclusivas de custeio previstas no PDSTR transferidos do PDSTR para organizações não estatais (2004 – 2015)



Elaboração da autora. Fonte: Portal da Transparência nos recursos públicos federais

No Quadro 2, é possível verificar a dimensão dos recursos financeiros das três principais ações de custeio, destinados à celebração dos contratos de repasse com as chamadas entidades parceiras.

Quadro 2. Recursos de ações exclusivas de custeio previstas no PDSTR transferidos da SDT/MDA para organizações não estatais (2004 – 2015) por meio de contratos de repasse

Ação	Ano	Linguagem Cidadã	Valor
Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável	2004	PDTRS	1.388.651,00
	2005		10.691.675,77
	2006		5.574.434,49
	2007		342.704,50
	2008		5.615.803,00
	2009		1.712.426,00
	2010		123.500,00
	2011		3.980.000,00
Capacitação de Agentes de Desenvolvimento	2004	-	3.181.197,00
	2005		6.851.628,76
	2006		5.780.105,98
	2007		4.134.737,95
	2008		9.824.134,00
	2009		11.036.016,00
	2010		18.726.322,27
	2011		3.461.672,10

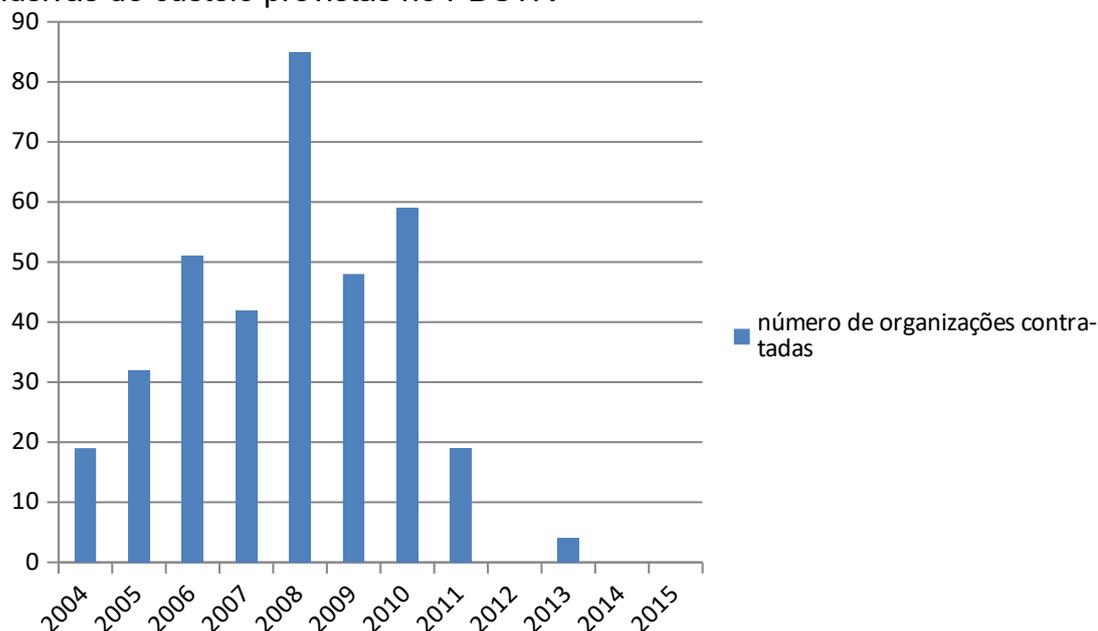
	2013		5.201.274,95
Apoio à Gestão dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS	2006	Gestão PDTRS	1.121.757,23
	2007		2.044.383,00
	2008		14.880.274,02
	2009		6.103.327,00
	2010		23.467.948,58
	2011		8.079.769,50

Elaboração da autora. Fonte: Portal da Transparência nos recursos públicos federais

Já no gráfico 7, é possível observar o aumento gradativo do número de organizações não-governamentais contratadas com recursos exclusivos de custeio previstos no PDSTR durante os anos de 2004 a 2010. Foi possível identificar que 264 diferentes organizações não estatais localizadas de norte a sul do país foram contratadas no período de 2004 a 2013. Verificamos ainda que algumas organizações firmaram apenas um contrato durante o período, enquanto outras tiveram contratos firmados anualmente. Assinala-se ainda que os contratos contemplaram organizações em todas as regiões do país e a maioria dos contratos¹⁷ firmados não excederam o valor de quinhentos mil reais, sendo que as organizações, além de cumprirem os requisitos legais, aportaram não só a contrapartida financeira exigida mas, principalmente sua inserção nos territórios e a capacidade instalada para implementação das ações previstas. Soma-se a isso o conhecimento prévio dos/as consultores com as organizações que firmaram contratos e que em contextos anteriores já haviam desenvolvido ações de natureza semelhante ao proposto pela SDT/MDA, na sua grande maioria, ações voltadas ao desenvolvimento rural.

17 33% dos contratos foram com repasses inferiores a 100 mil reais, com parte expressiva de contratos entre 50 e 70 mil reais cada. Contratos de 100 a 200 mil reais corresponderam a 14% dos contratos, enquanto 18% foram contratos de 200 a 500 mil reais.

Gráfico 7. Número de organizações contratadas por ano com recursos de ações exclusivas de custeio previstas no PDSTR



Elaboração da autora. Fonte: Portal da Transparência nos recursos públicos federais

A partir destes contratos com as chamadas “entidades parceiras” e da consequente disponibilização de recursos para pagamento de horas técnicas e diárias, a SDT/MDA criou o que passou a ser chamada de Rede Nacional de Colaboradores, uma rede de profissionais remunerados pelos contratos de repasse e que estavam disponíveis para realização das ações requeridas pela secretaria. Nestes contratos, dentre os itens financiáveis, estavam previstos os pagamentos de horas técnicas e diárias, meio pelo qual ocorria a remuneração dos/as consultores/as contratados/as pelas entidades para a execução das ações previstas pela SDT (moderação de eventos, elaboração de produtos específicos - planos, projetos - entre outras ações de mobilização e implantação das ações territoriais). O tipo de trabalho destes profissionais estava diretamente relacionado ao plano de trabalho (PT) e ao plano de atividades (PAT), documentos aprovados pela SDT anteriormente à celebração dos contratos de repasse e que, conforme o PT e o PAT, poderia se limitar apenas a um território, a vários territórios, a ações estaduais ou nacionais¹⁸. Cabe destacar que estes documentos eram elaborados a partir das metas previstas pela secretaria, podendo variar o detalhamento das atividades, mas geralmente seguiam uma certa padronização. Além disso, a legislação que regulamentava a execução dos

¹⁸ Em anexo (Anexo B) pode ser observado parte de um PAT que ilustra a dinâmica acima explicitada.

contratos à época, não permitia remuneração do quadro de pessoal próprio da organização contratada para a realização das atividades previstas, sendo necessária a abertura de processo seletivo para contratação dos/as consultores/as externos à organização, conforme as atividades previstas. Como será apresentado no capítulo 5, esta foi uma das vias de aproximação dos/as consultores/as da SDT/MDA e que resultou em alguns casos na ocupação de outros cargos dentro da SDT, seja via IICA ou cargos de DAS. A aproximação gerada por este tipo de interação já tem sido objeto de estudos (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2014) e para a tese se apresenta, como mais um mecanismo institucional de facilitação do acesso de indivíduos que tiveram vínculos com organizações de movimentos sociais que firmaram contratos com a SDT/MDA para ocupação de cargos junto ao Estado.

Por fim, é preciso destacar, que como os dados demonstram, houve um declínio gradual dos recursos e de organizações contratadas, até a suspensão total dessas dinâmicas ocorrida a partir de 2014, decorrente de mudanças durante o governo Dilma e que necessitariam de uma análise mais aprofundada. Em 2016, com o golpe instalado a partir do processo de impeachment da presidente da república, resultando, entre tantas ações, na extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), muitos dos processos que estavam em curso adquiriram uma nova dinâmica. Por meio do Decreto 8.780 de 30 de maio de 2016 foi realizada a transferência das competências do MDA para a Casa Civil com a criação de cinco departamentos que substituiriam as secretarias que existiam dentro do MDA. Com o decreto, o que antes era a Secretaria de Desenvolvimento Territorial passou a ser o Departamento de Desenvolvimento Regional dentro da nova secretaria criada, a Secretaria Especial de Desenvolvimento Agrário (SEAD), vinculada à Casa Civil.

Além dessas mudanças, houve um corte nos recursos disponíveis, entre eles o já anunciado corte de 45% dos cargos de DAS. Diversos profissionais que faziam parte da SDT/MDA e contribuíram para a presente tese acabaram sendo exonerados. No entanto, apesar da dissolução do ambiente empírico, o processo colocado em curso a partir de 2003 junto à SDT/MDA apresenta um conjunto de elementos que contribuem para o estudo das relações de movimentos sociais e o Estado no Brasil. Os resultados encontrados demonstram que os membros do governo mobilizaram tanto condições/oportunidades legais oferecidas pelo Estado brasileiro (cargos de nomeação discricionária, projetos de cooperação técnica com IICA e contratos com organizações não-governamentais para contratação de consultores) quanto as

definições políticas (escopo do PDSTR, definição de regras e recursos para contratação das pessoas) para estruturação e funcionamento da SDT/MDA.

Sabemos que tais definições foram possíveis, uma vez que tanto o MDA e mais ainda a SDT foram estruturas pouco institucionalizadas dentro do aparato estatal, em comparação com outros ministérios e secretarias federais. Pesquisas realizadas por Lopez e Praça (2015, p.120) apontam que “Há variadas proporções no número de servidores por DAS nos ministérios” e que “no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por exemplo, a proporção de DAS em relação ao total de servidores excede 40%”. Segundo eles, “Naturalmente, o espaço para seleção de nomes de fora do serviço federal e, possivelmente, também para maior influência política e partidária, é maior em ministérios como MDA” (LOPEZ e PRAÇA, 2015, p.120). Apesar disso, a experiência desenvolvida na SDT/MDA é relevante pois nos permite compreender como as fronteiras entre os espaços sociais podem ser alteradas, a partir das decisões políticas de quem está no governo, já que a gestão pública sempre será orientada por determinados posicionamentos.

Abers, Serafim, Tatagiba (2014, p. 332-333) ao identificar “quatro rotinas comuns de interação Estado-sociedade [a saber:] (...) Protestos e ação direta (...) Participação institucionalizada (...) política de proximidade (...) ocupação de cargos na burocracia”, já apontavam para a especificidade da política de desenvolvimento agrário tanto nos governos Lula quanto dos governos FHC. Nesse estudo, as autoras já destacavam a ação e relação da Contag com o Estado, organização à qual tanto o secretário da SDT/MDA como um conjunto de entidades parceiras estavam ligadas. Neste sentido, podemos verificar a pertinência da dimensão da busca proativa de oportunidades para defesa da causa caracterizando uma vez mais, segundo Abers (2017), como ativismo institucional, as práticas efetivadas para criação e funcionamento da SDT/MDA. Sabe-se que as opções por determinados arranjos institucionais não são aleatórias. A secretaria ter sido conduzida por um membro de organizações de movimentos sociais, com uma equipe de trabalho formada em grande medida por consultores com vínculos pretéritos com organizações sociais dessa natureza e um envolvimento expressivo de organizações não estatais contratadas para a execução do PDSTR demarcam as opções realizadas pelos gestores. É possível afirmar que ao ocupar cargos na SDT/MDA, esses atores orientaram sua atuação no espaço institucional de forma a

atingir os objetivos, demandas e/ou interesses dos movimentos sociais ligados ao desenvolvimento rural e à agricultura familiar.

5 ANALISANDO OS FLUXOS

Se, por um lado, a revisão bibliográfica, a análise de conteúdo dos documentos institucionais e a observação participante deram elementos sobre as condições político-institucionais para o trânsito e para a identificação dos atores que atuaram temporariamente no governo federal, por outro, as entrevistas nos forneceram informações sobre quem deliberadamente aproveitou tais condições. Neste capítulo, dividido em duas seções, apresentamos inicialmente uma descrição resumida da trajetória dos/as interlocutores/as da pesquisa, elaborada a partir dos elementos que orientaram a realização das entrevistas e que deram base para as análises apresentadas na segunda seção.

5.1 CONHECENDO AS TRAJETÓRIAS

Nesta seção, apresentamos elementos das trajetórias dos/as entrevistados/as que nos permitiram a realização das análises posteriormente apresentadas. Conforme destacamos nos procedimentos metodológicos, foram 22 pessoas entrevistadas, as quais foram convidadas a partir de características relevantes para a pesquisa e de forma a garantir diversidade em quanto ao gênero, geração, lugar em que nasceu e ano de ingresso na SDT, caracterização que pode ser observada no Quadro 3. Visando preservar o anonimato, os nomes das pessoas entrevistadas foram substituídos por letras seguidas de números (E1, E2, E3,..), conforme a ordem de realização das entrevistas, listadas no Apêndice A.

Quadro 3. Descrição das pessoas entrevistadas quanto ao gênero, estado de origem, ano de ingresso na SDT, idade e escolaridade à época do ingresso

	Gênero	Naturalidade	Ingresso na SDT	Idade (anos)	Escolaridade
E1	Homem	Paraná	2007	37	Especialização
E2	Homem	Rio de Janeiro	2003	55	Mestrado
E3	Mulher	Rio Grande do Sul	2003	39	Mestrado
E4	Mulher	Maranhão	2005	34	Especialização
E5	Homem	Rio Grande do Sul	2003	43	Graduação
E6	Mulher	Rio Grande do Sul	2008	41	Mestrado incompleto
E7	Mulher	Amapá	2006	36	Mestrado incompleto
E8	Homem	Rio Grande do Sul	2008	37	Mestrado
E9	Homem	Rio Grande do Norte	2003	63	Especialização

E10	Mulher	São Paulo	2004	41	Mestrado
E11	Homem	Rio Grande do Norte	2003	42	Graduação
E12	Homem	Santa Catarina	2003	40	Mestrado
E13	Mulher	Ceará	2006	36	Graduação
E14	Mulher	Minas Gerais	2007	55	Mestrado
E15	Homem	Rio Grande do Sul	2006	52	Mestrado
E16	Homem	Acre	2003	38	Graduação
E17	Mulher	Maranhão	2004	32	Graduação
E18	Mulher	Ceará	2004	49	Mestrado
E19	Mulher	Rio Grande do Sul	2009	40	Mestrado
E20	Mulher	Paraíba	2004	34	Graduação
E21	Homem	Pará	2004	32	Mestrado
E22	Homem	Rio de Janeiro	2003	33	Graduação

Fonte: Elaboração da autora

Importante registrar que não se trata de narrar todos os fatos ocorridos na trajetória das pessoas, mas sim destacar os aspectos que nos permitem verificar as regularidades e realizar as análises. Há de se considerar ainda que as passagens pouco esclarecidas, intencionalmente ou não pelos/as interlocutores/as, foram estritamente respeitadas pela pesquisadora, que em momento algum das entrevistas forçou esclarecimentos sobre todas as informações prestadas. Desde o início do contato para a realização das entrevistas, pactuou-se a manifestação livre.

E1, nasceu no início da década de 1970, em um pequeno município localizado na região sudoeste do Paraná, região marcada pelos conflitos em torno da terra e pela implantação dos primeiros assentamentos de reforma agrária, antes mesmo da existência do MST. Ainda na adolescência, E1 se aproximou, por intermédio de amigos e de um de seus irmãos (que posteriormente ingressou no curso de Agronomia na UFPR) do trabalho de organizações sociais localizadas no município, ligadas à defesa do meio ambiente e de apoio aos pequenos agricultores da região. No início dos anos 1990, o E1 mudou-se para casa de parentes em Porto Alegre/RS para cursar Engenharia Mecânica na Unisinos, onde permaneceu por pouco tempo, pois acabou se mudando para casa do seu irmão que estava em Curitiba/PR desde que havia ingressado, em 1991, no curso de Agronomia na UFPR. Esse irmão, mencionado anteriormente, era envolvido com o movimento estudantil, já trabalhava com agroecologia e apoiou o E1 na escolha pelo mesmo curso, onde ingressou em 1993. Assim que chegou, participou de um processo seletivo da secretaria estadual da educação, trabalhando como professor contratado em escolas estaduais em Curitiba, até a conclusão do curso superior. Durante o período de graduação, o E1 integrou o

núcleo de relações internacionais da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB)¹⁹ e fez parte, por três anos, do Centro Acadêmico que envolvia a Agronomia, Floresta e Veterinária, período no qual participou ativamente, por meio da FEAB, dos Congressos Nacionais dos Estudantes de Agronomia (CONEA)²⁰, realizados pelo Brasil. A casa onde o E1 e o irmão moravam foi ponto de encontro de estudantes de Agronomia da UFPR e de outras universidades do Brasil, ligados ao movimento estudantil, à Agroecologia e apoio à Agricultura Familiar. Não se filiou em partido político, mas sempre participou de campanhas, mobilizações e atividades ligadas ao PT.

Durante a graduação também foi bolsista CNPq por três anos, desenvolvendo pesquisas com lodo de esgoto, trabalhando com agricultura de base ecológica utilizando resíduos industriais para condicionamento de solo. Foi também quando se envolveu em um projeto em parceria com a Embrapa, para a elaboração de projetos de Assentamento para o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra no PR. Já formado, soube por um colega da Agronomia/movimento estudantil que havia uma oportunidade de trabalho em Curitiba, junto à uma ONG que realiza pesquisas e estudos, elabora propostas e políticas e presta assessoria às organizações, movimentos, entidades e instituições vinculadas à agricultura familiar, onde foi selecionado e trabalhou de 1999 a 2002. Parte do tempo, dedicou-se a um projeto de pesquisa nacional sobre a agricultura familiar no país, financiado pela FAO/INCRA. Posteriormente, coordenou a área de elaboração dos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDAs/INCRA) e colaborou no desenvolvimento de materiais e elaboração de planos, voltados ao meio rural, contratados pelo Governo do Estado do RS, à época sobre gestão do PT. Devido à saída de vários técnicos dessa ONG, em 2003, para assumir cargos no governo federal, inclusive das pessoas responsáveis pela captação de recursos, houve a diminuição dos recursos e convênios disponíveis, fazendo com que E1 saísse dessa organização. Entre 2003 e 2007, E1 se manteve por meio da

19 A FEAB foi fundada em 1972 durante a realização do 15º Congresso Nacional dos Estudantes de Agronomia (CONEA) em Santa Maria/RS, como uma ação do movimento estudantil de Agronomia para recuperar sua organização e articulação nacional. Disponível em <https://feab.wordpress.com/nossa-historia/>

20 O CONEA é o Fórum máximo dos e das estudantes da Agronomia do Brasil e se caracteriza por ter um cunho deliberativo onde os e as estudantes discutem questões inerentes ao curso, conjuntura nacional, situação agrária regional e nacional, entre eles a educação, avaliando e apontando perspectivas com o intuito de apresentar propostas e formas de encaminhamentos que visem solucionar os problemas levantados. Disponível em <https://feab.wordpress.com/2019/01/17/62o-conea-e-xxiv-claceea/>

prestação de serviços, através de uma cooperativa de profissionais da qual é sócio fundador, elaborando PDAs/INCRA para organizações de movimentos sociais e planos diretores para prefeituras municipais do Paraná e Rio Grande do Sul. Nesse meio tempo, sempre esteve atento aos editais lançados pelo governo federal.

Em 2005, trabalhou por seis meses como assessor técnico territorial na região do Vale do Ribeira/PR, via contrato de repasse com entidade parceira da SDT/MDA. Foi nesse período que conheceu a equipe nacional da SDT, ao participar de um curso regional de formação realizado em Florianópolis, para os assessores do sul do país. De 2005 a 2007 fez uma Especialização em Educação do Campo, Agricultura Familiar e Camponesa, ofertada pela UFPR. Nos anos anteriores E1 já havia se candidatado a outros editais do IICA, mas apenas em 2007 foi selecionado para compor a equipe de consultores da SDT, e passou a ser responsável por acompanhar as ações da secretaria no estado do Paraná.

E2 nasceu em Niterói/RJ, em 1948, e se formou Engenheiro Florestal em 1972, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Foi presidente do diretório acadêmico durante a graduação e também participou de projetos de extensão da universidade e que, segundo ele, contribuíram para a escolha do seu lugar de trabalho, logo após formado. Em 1973, começou a trabalhar no serviço público de extensão rural do Estado de Minas Gerais, a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), organização que deu origem à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)²¹, como funcionário público, celetista, período no qual fez uma Especialização em Extensão Rural, pela UFV. Na ACAR, seu trabalho consistia em desenvolver ações voltadas à recuperação de áreas degradadas, proteção de nascentes e preservação de madeira para utilização como madeira de trabalho nas cooperativas. Em pouco tempo estava atuando como chefe de escritório em uma região de Juiz de Fora e, sem explicitar os motivos, acabou pedindo demissão.

Passou a trabalhar como autônomo, mudando-se para Brasília, em 1979, a convite, para trabalhar como assessor de um dos diretores técnicos de uma empresa pública de reflorestamento, permanecendo apenas algum tempo nesta função. Em 1980, fez seleção e foi aprovado para trabalhar na Empresa Brasileira de Extensão Rural (Embrater), na qual permaneceu até 1990. Entre 1985 e 1988, fez seu mestrado em Ciências do Desenvolvimento Agrícola pelo CPDA/UFRRJ. Na Embrater, primeiro

²¹ Mais informações sobre a história da extensão rural no Brasil podem ser acessadas em Peixoto (2008).

atuou como técnico/coordenador de um projeto de assistência técnica voltado ao cultivo da seringueira (heveicultura). Posteriormente, foi chefe do núcleo de projetos junto com outros coordenadores e, por último, estava trabalhando como diretor de planejamento, momento que soube da oferta para trabalhar como consultor.

De 1988 a 1989, trabalhou como Consultor em Desenvolvimento Rural para Agência Brasileira de Cooperação e logo após foi convidado para trabalhar em outra consultoria, desta vez em projetos financiados pela FAO. Em 1990 foi demitido da Embrater e mudou-se para Cabo Verde, na África, onde permaneceu até 1993 como consultor, atuando em dois projetos. O primeiro era um projeto de Cooperação da FAO voltado ao Combate à Desertificação e Recuperação de Recursos Naturais. Nesse projeto, estava encarregado de sistematizar os conhecimentos gerados, elaborar um plano de difusão e capacitar equipe de técnicos nacionais para executar serviços de extensão ambiental em áreas recuperadas visando o manejo sustentável, a diversificação produtiva e a gestão da água. O segundo projeto era uma Cooperação FAO-Itália-Cabo Verde, no qual estava encarregado de organizar e implantar um curso superior no grau de Bacharelato em Agrosilvicultura para quadros técnicos de países africanos de língua portuguesa. Recebeu convites para continuar atuando em outros projetos em Cabo Verde, financiados por projetos de cooperação internacional, mas como sua família não tinha o acompanhado nesta mudança, acabou retornando ao Brasil, desempregado.

No entanto, E2 mantinha contato com seus colegas da Embrater que, com a extinção da empresa em 1992, foram remanejados para Embrapa, junto com parte dos projetos, entre eles um projeto do Banco Mundial de financiamento da extensão rural. Ao retornar para o Brasil, contatou a pessoa que era chefe desse projeto, integrando-se à equipe em 1994, por meio de uma consultoria do PNUD, atuando na mobilização e coordenação de representantes das EMATER para formulação de um Plano Nacional de ATER. Permaneceu nesse projeto até retomar seu trabalho como funcionário público em 1995, por meio da Lei de Anistia dos funcionários demitidos durante o Governo Collor de Mello, sendo alocado para o Ministério da Agricultura. Ao chegar lá, trabalharia com a equipe responsável pela implantação do PRONAF. No entanto, um amigo seu da época da EMBRATER estava trabalhando como presidente da EMATER do Distrito Federal e o convidou para, como assessor, capacitar e liderar a equipe interna para elaboração do Plano Estratégico da EMATER-DF e assessorar a Secretaria da Agricultura do DF para elaborar seu plano de governo no período de

1995 a 1998. E2 aceitou o convite e foi cedido pelo ministério para trabalhar na Emater, na qual permaneceu até 1997.

Ao retornar para o Ministério da Agricultura, soube de um processo de recrutamento do IICA para seleção de consultores para o Programa de Cooperação em Desenvolvimento Rural do Cone Sul. E2 foi selecionado e de 1997 a 2002 trabalhou, como consultor do IICA, como diretor executivo do Programa de Cooperação em Desenvolvimento Rural do Cone Sul e como diretor de Programa Regional de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Rural do Mercosul. Em 2003, estava decidido a retornar para o Ministério da Agricultura, visto que sua aposentadoria estava próxima, quando durante suas férias, recebe uma ligação de um conhecido seu que estava trabalhando no Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O convite era para contribuir com a SDT/MDA na construção da política de desenvolvimento territorial. E2 aceitou o convite e, cedido pelo Ministério da Agricultura, permaneceu até 2009 como Assessor Especial do Ministro – DAS 105-2, para coordenação do grupo de Planejamento Estratégico da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. E2 destaca que não possuía vínculos prévios com o secretário, tão pouco com a equipe que fora formada na SDT em 2003 e que nunca foi filiado em nenhum partido político durante sua trajetória. Além disso, após o envolvimento com o movimento estudantil à época da graduação, sua única aproximação foi com a Contag, por conta dos trabalhos desenvolvidos ao longo de sua carreira.

E3 nasceu ao sul do Rio Grande do Sul, em 1964. Durante o ensino médio participou ativamente do movimento estudantil, tendo ido ao congresso de reconstrução da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) realizado em 1981. Aos 16 anos filiou-se ao PT e nos anos de 1983 e 1984 participou do movimento das Diretas Já em sua cidade natal. Iniciou a graduação em Geografia, na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), na qual permaneceu por dois anos, mas por influência da irmã, que já estudava Agronomia na UFPel, acabou fazendo novo vestibular, ingressando em 1985 no curso de Engenharia Agrônômica.

Graduou-se em 1990 e durante toda a graduação participou tanto do movimento estudantil (que à época mantinha forte relação com movimentos sociais do campo, tanto sindical quanto movimento - MST, MAB, setor rural da CUT), fazendo parte do diretório e sendo a primeira mulher a ser eleita presidente da associação atlética do

curso, quanto fazendo parte de projetos de extensão e estágios de vivência, em ações relacionadas aos pequenos agricultores, assentamentos de reforma agrária e à extensão rural. Ao se formar, trabalhou por quase dois anos (1991-1992), inicialmente como voluntária, em uma instituição não governamental, no noroeste do Rio Grande do Sul, voltada para a educação dos movimentos populares. Neste período, participou da estruturação do Curso Alternativo de 1º Grau (metodologia, currículo, estrutura produtiva, recursos financeiros) para filhos de pequenos agricultores, compôs a equipe pedagógica de apoio aos alunos durante a permanência na escola, trabalhou como técnica membro do Setor de Produção, foi responsável pelas atividades da área de produção e experimentação agrícola e ministrou aulas de agricultura.

Em virtude de problemas financeiros nesta instituição, parte da equipe foi dispensada e na mesma época surgiu a oportunidade de trabalhar no Paraná, em um projeto de uma associação ligada ao MST executado com apoio do Instituto Ambiental (IAP), que previa a contratação de dez técnicos para trabalhar na assistência técnica em assentamentos. De 1992 a 1995 trabalhou na equipe de técnicos ligados à esse projeto, coordenando o setor de formação e capacitação, elaborando, organizando e executando eventos de capacitação de assentados, filhos de assentados e técnicos vinculados à associação, assessorando e capacitando em cooperação agrícola (organização e gestão de cooperativas e associações) a assentados e técnicos da associação, período em que estava se constituindo a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). Trabalhou também na elaboração de projetos técnicos de financiamento e no acompanhamento das atividades de um convênio de cooperação técnica que esta associação mantinha com a Universidade Estadual de Maringá/PR.

Em 1995, por problemas internos na associação resolveu sair, trabalhando temporariamente junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Paraná, no mesmo período em que se candidatou à uma vaga para trabalhar no Nordeste, em projetos de reassentamento na região do Vale do São Francisco apoiados pela Codevasf. Neste ano, E3 também participou do processo seletivo para o mestrado no CPDA/UFRRJ. E3 acabou sendo selecionada tanto para trabalhar como a supervisora de um dos projetos da Codevasf, envolvendo 700 famílias em uma área próxima ao município de Itaparica, quanto para cursar o mestrado no CPDA. Por isso, acabou supervisionando esse projeto de reassentamento por apenas 6 meses, mudando-se para o Rio de Janeiro, em 1996 para fazer o mestrado. A partir de então, passou a se

dedicar ao mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, com bolsa, investigando o processo de capacitação e o empresariamento dos agricultores familiares no Nordeste desenvolvido por um grande projeto executado pelo Banco do Nordeste e pelo PNUD (Projeto BNB/PNUD).

De 1998 a 1999, trabalhou como bolsista em projetos desenvolvidos pelo CPDA para a FAO em alguns assentamentos de reforma agrária e no projeto LUMIAR²² no estado do Rio de Janeiro, por indicação do MST. Em 1999 recebeu o convite de dois agrônomos que estavam ocupando cargos no governo do Estado do RS (Governo Olívio Dutra/PT), com os quais tinha contato desde a época do movimento estudantil na universidade, para trabalhar no RS Rural²³. Como já havia encerrado sua bolsa, E3 aceitou o convite e de 1999 a 2001 trabalhou como consultora do RS Rural, mudando-se para o Rio Grande do Sul.

Em 2001, prestou concurso para o ITESP, mudando-se para São Paulo, onde permaneceu até 2003, quando, junto com E4 e E10, foi a Brasília fazer contatos com pessoas conhecidas que estavam ocupando cargos no governo federal (Governo Lula) e verificar as perspectivas que tinham de contribuir com o governo, dentre elas a possibilidade de trabalhar na SDT/MDA como consultora do IICA. Como as perspectivas no ITESP não eram boas, nem políticas e nem financeiramente, E3 pediu exoneração do cargo e mudou-se para Brasília, passando a trabalhar na SDT, dentre outras ações, na coordenação de órgãos colegiados, como consultora do IICA.

²² O projeto Lumiar foi criado pelo INCRA em 1997 como um programa emergencial para viabilizar serviços de assistência técnica aos assentamentos. No contexto das políticas de descentralização, ele estabelecia um aparato institucional que possibilitava que os próprios agricultores assentados, por meio de suas organizações de representação, contratassem os serviços (ALTAFIN, 1999). O Lumiar foi o antecessor do serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em 2004 (DIAS, 2004).

²³ Segundo dados do Governo do Estado do RS, “o Programa é decorrente do Acordo de Empréstimo nº 4148-BR, celebrado entre o Estado do Rio Grande do Sul e o BIRD em 11 de julho de 1997. O valor do empréstimo foi de US\$ 100 milhões, cabendo ao Estado do Rio Grande do Sul alocar a contrapartida correspondente durante o período de execução do Programa, para perfazer um montante total de US\$ 162 milhões, visando melhorar as condições de vida de pequenos produtores rurais pobres do Estado. As atividades iniciaram no segundo semestre de 1997, estendendo-se até 31 de Dezembro de 2005, perfazendo um período de 8,5 anos. O Programa RS Rural tem como objetivo o combate à pobreza rural, à degradação dos recursos naturais e ao êxodo da população rural do Estado do Rio Grande do Sul, melhorando sua qualidade de vida e sua capacidade produtiva, bem como promovendo ações integradas de infraestrutura familiar e comunitária, geração de renda e manejo e conservação dos recursos naturais, bem como projetos de suporte e desenvolvimento institucional” Disponível em http://www.biodiversidade.rs.gov.br/portal/index.php?acao=projetos_relacionados&id=11

E4 nasceu em 1971, no interior do Maranhão. Graduou-se em biblioteconomia na UFMA em 1997. Durante sua formação universitária, participou ativamente no movimento estudantil. Foi coordenadora do Centro Acadêmico do curso, secretária geral do DCE, representante dos estudantes do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão e representante executiva nacional dos estudantes de Biblioteconomia por quatro anos. Militou também em umas das primeiras organizações do Movimento Negro dentro da UFMA, o chamado Movimento Universitário Negro. Relacionava-se, ainda, com vários movimentos de Casa do Estudante e também com a Aliança Bíblica Universitária (organização de estudantes evangélicos progressistas).

Durante a graduação também foi bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) e bolsista do CNPq, desenvolvendo trabalhos com leitura e formação de leitores. Aproximou-se do PT em 1989, durante a campanha do Lula em Pedreiras, interior do Maranhão. Ao se engajar no movimento estudantil na universidade, aumentou sua vinculação ao partido. Seu primeiro emprego após formada foi na prefeitura de São Luís/MA, gestão PT/PDT, como secretária do gabinete do Secretário de Desenvolvimento Econômico, em uma secretaria de planejamento e orçamento do governo. Foram dois anos de trabalho no governo da capital, implantando, entre outras ações, o orçamento participativo.

Entre 1997 e 1999, participou de um curso de Formação de Formadores ofertado pela Secretaria Nacional de Formação do PT, no Instituto Cajamar, para atuar com metodologias voltadas à educação popular. A partir de então, passou a integrar uma rede de formadores do PT no Maranhão. Entre 1999 e 2000 fez uma Especialização em Ciência da Informação na UFMA, problematizando a construção da cidadania em Ciência da Informação. Após uma breve experiência como professora substituta na UFMA, partiu em 2000 para São Paulo (SP), com um namorado da época. A partir do curso realizado fez alguns contatos com pessoas ligadas à rede de formadores e foi atuar como formadora de um coletivo municipal de formação e um coletivo estadual em São Paulo. De 2001 a 2003, por meio de concurso, atuou na Fundação Instituto de Terras do Estado de SP (ITESP) na área de formação e capacitação de mulheres rurais e mulheres quilombolas, período no qual junto com outros colegas, participou da organização de um sindicato dos trabalhadores e das trabalhadoras da reforma agrária.

Com a criação desse sindicato, teve a primeira eleição e E4 foi eleita a primeira presidente. Devido a problemas relacionados à política, enfrentados na instituição, em

2003 E4 aceitou o convite de um deputado do Maranhão, para ir à Brasília e trabalhar como sua assessora na Câmara Federal, pedindo exoneração do ITESP. E4 já o conhecia, visto que ele era do sindicato dos servidores públicos quando ela era estudante. Ademais, o pai de E4 foi um dos fundadores desse sindicato, além de também ter sido vereador em Pedreiras no interior do Maranhão, de 1982 a 1988, inicialmente vinculado ao PDS, depois ao PDC e posteriormente vinculou-se ao PT, o partido do sindicato à época. Colegas que também trabalhavam no ITESP (E3 e E10) e que também optaram por procurar espaços no governo federal informaram E4 sobre a proposta da SDT e em 2005 se candidatou a um dos editais do IICA, passando a trabalhar a partir desse ano, via contrato de consultoria, na área de formação e capacitação da SDT em Brasília.

E5 nasceu na década de 1960, ao norte do estado do Rio Grande do Sul, onde cursou o ensino médio em um Colégio Agrícola, localizado no município onde nasceu. Após dois anos trabalhando como técnico em uma granja produtora de suínos, ingressou em 1981, no curso de Agronomia, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Na graduação, foi morador da casa do estudante, onde entrou no movimento estudantil ligado à moradia estudantil e teve seu primeiro contato com o PT, partido recém-formado. No entanto, antes de sua filiação, passou um ano militando no PC do B e logo em seguida já se vinculou ao PT, participando das primeiras campanhas dos candidatos ligados ao partido, em 1982. Foi vice-presidente da casa do estudante, período em que a principal conquista do movimento foi a garantia de espaço para estudantes mulheres na casa do estudante. Foi nesse período também que integrou um grupo de estudantes moradores da casa do estudante, ligados à diferentes cursos de graduação, que apoiaram os primeiros acampamentos na região onde estava a universidade, maneira pela qual teve os primeiros contatos com o MST. Muitos desses colegas acabaram seguindo uma trajetória de candidaturas, ocupação de cargos, assessorias parlamentares no PT do Rio Grande do Sul, pessoas com quem E5 manteve contato, por cartas, mesmo depois de sua formatura, em 1986. Seu primeiro trabalho como agrônomo foi como voluntário no MST do RS, em uma assessoria.

Em 1986 reencontrou um amigo seu com quem havia estudado e que à época estava trabalhando em Rondônia e o convidou para conhecer seu trabalho por lá. E5 acabou viajando nesse mesmo ano para Rondônia, onde conheceu e se envolveu em projetos desenvolvidos pela Igreja Luterana (IECLB) que estavam precisando de agrônomos para desenvolver as ações. No entanto, em função da malária, mudou-se

para o sul do estado e passou a trabalhar na CPT, em uma vaga que era ocupada por esse colega que havia o convidado para ir para Rondônia e acabou mudando-se para Roraima. Na CPT, E5 realizou um conjunto de ações, tanto trabalhos na área social, voltadas à organização do sindicato e de associações, quanto na produção e comercialização dos produtos de pequenos agricultores. Em 1992 foi convidado pela CPT a trabalhar na capital, mudando-se para Porto Velho para desenvolver ações junto à ribeirinhos e posseiros. Em 1995, foi eleito coordenador da região, onde permaneceu até 1999 estreitando ainda mais sua relação com a coordenação nacional da CPT.

Em 1999, E5, que havia mantido contato ao longo de todos esses anos, via carta, com seus colegas e integrantes do PT no Rio Grande do Sul, além de ampliar sua rede de relação ao trabalhar junto à IECLB e à CPT, foi convidado a fazer parte do Governo Olívio Dutra, mudando-se para Porto Alegre, onde trabalhou na área de formação do Departamento de Cooperativismo e Agroindústria até o final do mandato. Ao encerrar o mandato de Olívio Dutra, E5 retornou para Porto Velho. Em 2003, recebeu o convite da SDT/MDA, por meio da indicação de pessoas com as quais tinha trabalhado no governo Olívio Dutra e já estavam trabalhando no Governo Lula, para compor a equipe de consultores responsáveis pela implementação das ações nos primeiros territórios selecionados. Em 2003 passou a trabalhar na SDT, como consultor do IICA, acompanhando a implantação das ações nos estados do Acre, Roraima e Amazonas.

E6 nasceu em 1967, no interior do Rio Grande do Sul, graduando-se em Engenharia Agrícola na Universidade Federal de Pelotas em 1998. Suas primeiras experiências laborais foram via universidade, em 1998, por meio de oportunidades que as empresas ofereciam para estagiários. Assim, passou seis meses estagiando em uma empresa estatal de pesquisa na Bolívia e seis meses em grandes fazendas no Mato Grosso, acompanhando ações na área de processamento, especialmente de grãos e sementes. Durante a graduação participou ativamente dos espaços de participação estudantil, mesmo sem uma adesão político-partidária ou filiação durante toda sua trajetória. Fez parte do diretório acadêmico do curso de engenharia agrícola durante quase todo o período da graduação e também fez parte do DCE, chegando a participar de um congresso da UNE. Participou de um conjunto de congressos e eventos durante a graduação, estabelecendo uma série de contatos, muitos dos quais ligados ao setor do agronegócio e, dentre eles, com pessoas que já trabalhavam em

Brasília. Foi a partir destes contatos que E6 soube de algumas oportunidades de trabalho, dentre elas, em 1999, para atuar em um projeto na Sociedade Brasileira de Educação Agrícola Superior, oportunidade que acabou durando somente três meses.

Neste mesmo período, havia iniciado o mestrado acadêmico na Unicamp, o qual acabou sendo interrompido devido a sua ida à Brasília. Foi nesta época que soube, por intermédio de sua irmã, que trabalhava na Universidade Católica de Pelotas (UCPel), da possibilidade de prestação de serviços de consultoria em um projeto do governo do estado do Rio Grande do Sul, financiado pela GTZ e executado pela UCPel. Participou da seleção e passou a trabalhar como consultora deste projeto, de 2000 a 2003, realizando diagnósticos de indústrias e agroindústrias do estado. Com o fim deste contrato, participou de processos seletivos abertos pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Nesta entidade, soube da possibilidade de trabalho junto à Associação de Plantio Direto no Cerrado (APDC), atuando, no período de 2003 a 2006, em projetos financiados pela Petrobras, pela Agência Nacional de Águas, pelo Ministério da Agricultura, pela Holanda e pela Embaixada Britânica.

Cabe destacar que E6 é filha de produtores rurais que se dedicam ao cultivo da soja no extremo sul do Brasil e paralelamente aos trabalhos de consultoria desenvolvido, também acompanha a produção de sua família, o que lhe garante certa renda. Morando em Brasília há algum tempo e conhecendo a dinâmica de editais de seleção dos diferentes ministérios, E6 sempre buscou editais, inclusive os editais lançados pelo IICA. Diferente das trajetórias anteriormente descritas, não possuía vínculos anteriores ou mesmo conhecia as pessoas que já atuavam na SDT. Em 2008 e sem contratos em andamento, inscreveu-se novamente nos editais do IICA e acabou sendo selecionada para trabalhar na SDT em Brasília, como consultora, para atuar no acompanhamento das de desenvolvimento territorial em 6 estados: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas, Tocantins, Distrito Federal.

E7 nasceu na década de 1970, no estado do Amapá, mudando-se em 1987 para Belém do Pará em busca da formação universitária, ingressando no curso Ciências Econômicas na Universidade Federal do Pará (UFPA), em 1988. Trabalhando desde a adolescência, foi no estágio realizado no Sistema Nacional de Emprego (SINE) durante o ensino médio que descobriu o trabalho realizado pelos economistas, motivando-a para escolha do curso. Em 1987 começou a participar, enquanto realizava o curso pré-vestibular, dos movimentos sociais em formados em torno da Constituição aprovada em 1988. Em 1988 ingressou na universidade e junto com

colegas que ingressaram neste mesmo ano concorreram ao centro acadêmico, vencendo as eleições contra os estudantes ligados ao MR8 que há anos dominavam a entidade. Neste mesmo ano, ela e todo seu grupo se filiaram ao PT.

Durante a graduação, E7 conciliou os estudos e a militância com um emprego formal em um banco privado, como fonte de renda. Sua participação no movimento estudantil, no partido e no movimento de estudantes amapaenses que moravam em Belém, além de coordenar repúblicas e ter morado na casa do estudante, rendeu muitas amizades e contatos com pessoas que seguiram carreira política e outros que ocuparam cargos em governos em Belém e no Amapá. Estas relações permitiram que, ao se formar em 1996, E7 retornasse para Macapá e em 1997 fosse convidada a trabalhar no governo do Estado, por meio da indicação de colegas do PT que estavam compondo a gestão do governo estadual. Prontamente E7 aceitou o convite e começou a trabalhar como economista no governo do estado do Amapá, por meio da ocupação de cargos de confiança, sempre trabalhando com o desenvolvimento local. Seu primeiro cargo, de 1997 a 2004, foi junto ao Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA).

De 1997 a 2000, trabalhou na Unidade de Contratos e Convênios, de 2000 a 2002 no Parque de Incubação de Empresas e Extensão Tecnológica e de abril de 2003 a fevereiro de 2004 no Centro de Incubação de Empresas. Durante esse período, trabalhou na execução de atividades administrativo-financeiras, planejamento orçamentário, acompanhamento dos gastos mensais e, ao longo do tempo, criou com outros colegas uma incubadora de projetos/empreendimentos voltados ao desenvolvimento sustentável local. A partir daí, passou a se dedicar à elaboração e coordenação de projetos de geração de renda para associações e cooperativas apoiadas pela incubadora, elaboração de estudos de viabilidade para os produtos das empresas incubadas, análise de dados gerados em diagnósticos nas comunidades apoiadas pela incubadora e produção de relatórios.

Em 2003 e 2004 trabalhou como Chefe da Divisão de Apoio Setor Produtivo na Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia (SETEC), responsável pela articulação com o setor produtivo local, com o Ministério da C&T na SETEC, no âmbito do Programa Plataforma Tecnológica, no apoio e acompanhamento dos projetos coordenados pelo IEPA, em especial os projetos "Andiroba, Pesca e Açai" financiados pelo Ministério do Meio Ambiente. Em 2003 também teve uma breve experiência como professora substituta da disciplina Economia Ambiental para alunos concluintes do

curso de Ciências Econômicas no Centro de Ensino Superior do Amapá (CEAP), a pedido de um amigo economista que era o professor titular da disciplina.

Foi nesse período também que E7 participou, como representante do governo do estado, de um curso promovido por um instituto de Brasília, em parceria com uma ONG internacional que trabalhava difundindo metodologias ambientais. Neste curso conheceu um professor da UNB, para quem manifestou seu interesse em fazer o mestrado e soube da possibilidade de acesso à bolsa junto a um projeto de energia alternativa desenvolvido por um conjunto de pesquisadores, entre eles alguns paraenses que eram professores na universidade, ligados ao Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS). Este projeto envolvia a instalação de unidades demonstrativas em alguns lugares do Brasil e um deles foi no Amapá. Foi então que E7 decidiu pela mudança, em 2004, para Brasília, deixando seus cargos, em busca da realização do mestrado.

À época, E7 foi acolhida por familiares que já moravam em Brasília, ingressando nesse mesmo ano em um mestrado profissional na UNB, não concluído por conta do envolvimento em trabalhos diversos. Ao chegar em Brasília, foi bolsista do projeto desenvolvido pelo CDS, trabalhando em 2005, durante três meses, na elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Comercial de uma turbina de geração de energia alternativa, coleta de dados na Amazônia e Oeste Baiano e análise de dados primários e secundários. Logo após, conseguiu uma bolsa do CNPq, pela Fundação Universidade de Brasília (FUB), com duração de um ano (2005 – 2006), para sistematização e análise de dados socioeconômicos oriundos de diferentes diagnósticos realizados no Assentamento Agroextrativista Maracá (PAE Maracá). Foi responsável também pela identificação de cenários de uso de energia alternativa em comunidades isoladas, elaboração do Estudo de viabilidade e elaboração prévia do Plano de Negócios do Uso Produtivo da Energia Alternativa no beneficiamento da castanha-da-Amazônia do PAE Maracá.

Em 2006 realizou mais um trabalho para o IEPA, desta vez como consultora, em um projeto de geração de renda a partir da mandioca e do mel no Amapá. Neste ano, por intermédio de um dos seus colegas envolvidos no projeto de pesquisa acima mencionado, E7 soube de um edital do IICA para trabalhar na SDT, na criação de um sistema de informações territorial, se candidatou, foi selecionada e passou a trabalhar na SDT em Brasília.

E8 nasceu na região central do Rio Grande do Sul, em 1971, e mesmo morando em uma cidade universitária, seu interesse pelo ensino superior surgiu tardiamente, quando já estava trabalhando há algum tempo em uma empresa multinacional ligada ao setor automotivo. Apesar dos bons ganhos e da perspectiva de crescimento na empresa, E8 estava descontente com sua vida profissional, em parte pelo fato do tipo de trabalho estar afastado das ações ligadas aos projetos sociais que vinha desenvolvendo, desde o ensino médio, junto à área diocesana da Igreja Católica, especialmente junto a um projeto que articula e congrega as experiências de Economia Popular Solidária, no meio urbano e rural, além de ter sido catequista e desenvolvido atividades com grupos de jovens. Quando ainda estava na escola, E8 chegou a cursar dois anos no seminário da Igreja Católica, pois tinha interesse em ser padre. Mesmo não tendo continuado, considera uma fase importante na formação de seus valores, o que recuperou posteriormente ingressando, em 1996, no curso Tecnólogo em Cooperativismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Ao chegar na fase de realização do estágio para conclusão do curso, acabou pedindo demissão da multinacional, mudando-se para Porto Alegre para estagiar junto à Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (OCERGS)²⁴, em Porto Alegre, onde permaneceu trabalhando um breve período após sua formatura em 1999.

Em 2000, pela sua trajetória de vínculos com os projetos ligados à Igreja Católica e por indicações desse setor, foi convidado a coordenar o Programa de Fortalecimento das Cooperativas e Associações da Agricultura Familiar e Assentamentos (COOPERAR/RS), criado em 1999 pelo governo do Estado do RS, voltado para o apoio à organização dos agricultores familiares e assentados e que financiava investimentos nas áreas de produção, agroindustrialização, formação e saneamento das associações e cooperativas agropecuárias e de crédito rural. E8 permaneceu neste cargo até o final do mandato do governador Olívio Dutra (2002). Durante esse período (2000 – 2001) fez uma Especialização em Psicologia Organizacional, pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), pesquisando os padrões de comprometimento organizacional de trabalhadores de empresas celetistas e

²⁴ A OCERGS é uma entidade civil de natureza privada fundada em 1971, sem fins lucrativos, com abrangência e base territorial no estado do Rio Grande do Sul, integrada à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e ao Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), como representante da categoria econômica das cooperativas.

autogestionárias. Em 2001, filiou-se ao PT, partido do qual já era simpatizante desde sua atuação nos projetos ligados à Igreja Católica.

No início de 2003 foi convidado a trabalhar como assessor parlamentar de um deputado estadual do PT e logo após recebeu um convite para trabalhar na Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, na qual permaneceu até 2004. Sua saída se deu em virtude de um convite realizado para trabalhar em dois projetos da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil (Fetraf-Sul/CUT) para agricultores familiares nos três estados do sul do Brasil: um financiado com recursos do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e outros financiado com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

E8 mudou-se para Chapecó e coordenou a parte das ações de cooperativismo nos dois projetos, nos anos de 2004 a 2006, quando retornou à UFSM para fazer o mestrado. Nestes dois anos que trabalhou junto à Fetraf-Sul, criou, junto com sua esposa, uma empresa de assessoria e consultoria para prestar serviços e realizou outra especialização, dessa vez em Geografia e Gestão Ambiental, na Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UNOCHAPECÓ), investigando a percepção ambiental dos agricultores familiares na Região Sudoeste Paranaense. Ao encerrar o mestrado, em 2008, começou a procurar possibilidades de trabalho, entre elas no governo federal, junto às pessoas com as quais havia trabalhado/conhecido no governo do estado do RS e que já estavam em trabalhando no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Pouco tempo depois, recebeu retorno sobre uma proposta de trabalho na SDT, para trabalhar como consultor do IICA, na área de dinamização econômica, para desenvolver ações de formação em cooperativismo nos territórios apoiados, mudando-se para Brasília em 2008.

E9 nasceu no início da década de 1940, na região do Seridó, interior do Rio Grande do Norte. Saiu do interior com 13 anos de idade para estudar em um seminário da Igreja Católica, à época uma alternativa muito comum para continuidade do ensino fundamental, permanecendo lá por dois anos. Para conclusão do ensino básico acabou se mudando para João Pessoa e de 1962 a 1964 cursou Filosofia, no Seminário Regional de Olinda em Recife. No entanto, como o curso de filosofia não era reconhecido à época, ingressou em 1966 no curso de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pernambuco, graduando-se em 1969.

Durante a graduação participou ativamente do movimento estudantil e do diretório do curso, além de se envolver na organização e realização de passeatas semanais de protestos contra a ditadura, período no qual aproximou-se da Ação Popular, uma organização política criada em 1962, em parte, por militantes estudantis ligados à Juventude Universitária Católica (JUC). Apesar de seu envolvimento nesse período, E9 não se filiou em partidos políticos ao longo de sua trajetória, mesmo acompanhando reuniões com a presença de políticos.

Foi também durante a graduação que E9 teve sua primeira experiência de trabalho formal junto ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), instituição que em 1970 se transformou no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), dando assessoria na área de cooperativismo e reforma agrária, especificamente em uma área de colonização em uma usina que iria ser desapropriada à época, no município de Ribeirão, zona da mata de Pernambuco. Seu trabalho consistia em apoiar a organização de uma cooperativa integral de reforma agrária, oportunidade de trabalho atribuída, segundo E9, às relações estabelecidas com o pessoal do movimento de educação de base, em parte pelo fato de ter estudado no seminário.

Mudou-se para Brasília em 1972 para trabalhar no INCRA, no acompanhamento do processo de colonização na Amazônia. Foram três anos fazendo acompanhamento e supervisão de Altamira, Marabá e Itaituba. A partir desta mudança, E9 afastou-se da Ação Popular. No mesmo período, aproximou-se das lideranças da Contag, com quem manteve vínculos durante toda sua trajetória, e da Associação dos Sociólogos, tendo sido um dos presidentes no período. Em 1975, E9 foi, pelo INCRA, para Montpellier, na França, participar durante um ano, de um curso de especialização na área de planejamento em desenvolvimento rural. Foi a partir deste curso que E9, ao retornar ao Brasil, passou a se relacionar com pessoas do Ministério da Agricultura que estavam trabalhando com ações de planejamento agrícola, por meio da implantação, em cada um dos estados da federação, de uma Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA). O conjunto destas Comissões Estaduais formava um sistema nacional de planejamento agrícola, orientado para atender pequenos agricultores. Nesse processo, E9 integrou-se à equipe com a função inicial de compor um grupo de elaboração de um programa nacional para produtores de baixa renda.

A convite de um dos membros dessa equipe, em 1980 E9 foi para Bahia trabalhar em uma assessoria de desenvolvimento rural para o governo do estado. Em 1983,

passa a trabalhar como funcionário do serviço de assistência técnica e extensão rural, a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) da Bahia, atuando durante dois anos como um dos coordenadores de um estudo sobre as políticas públicas existentes no nordeste brasileiro, financiado pelo Banco Mundial e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Por motivos pessoais, se muda em 1985 para o Rio de Janeiro, sendo cedido da ACAR para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), para prestar serviços de assessoria para o INCRA, no qual permanece por dois anos.

Em 1987, recebe do PNUD um convite para trabalhar em Recife, na coordenação de um programa resultante de um acordo de cooperação técnica entre o INCRA e o PNUD, voltado à formação de grupos técnicos na área de regularização fundiária. Ao aceitar o convite, se desvincula da ACAR e passa atuar como consultor do PNUD, no qual permaneceu até 2001, coordenando, no período, cinco projetos de cooperação técnica, todos voltados para formação tanto de técnicos quanto de agricultores, visando o desenvolvimento dos assentamentos rurais de reforma agrária. Em 2001, devido a mudanças na coordenação do projeto, mudou-se para Brasília e, em seguida, saiu da equipe. Em 2002, trabalhou como consultor da GTZ, coordenando uma ação proposta pelo governo do estado do Pernambuco, em 38 municípios da zona da mata, visando a formulação de um plano de desenvolvimento para cada município, voltado para investimentos públicos. Em 2003, atuou como consultor para o governo do estado do Piauí, na primeira gestão do PT, realizando conferências regionais com setor público e movimentos sociais para elaboração de uma proposta de programa de desenvolvimento para o governo do estado. Após três meses de trabalho no Piauí, recebeu um convite do IICA, por meio de um dos coordenadores com o qual havia trabalhado na década de 1980, para coordenar o projeto de cooperação técnica do IICA com a SDT/MDA, como consultor do IICA, passando a atuar diretamente na SDT/MDA em Brasília.

E10 nasceu em 1963, no interior de São Paulo. Cursou a faculdade de Agronomia na Universidade Estadual de Ponta Grossa, no período de 1983 a 1987. Foi em Ponta Grossa que teve contato com o movimento estudantil, participando de alguns eventos da Feab, das reuniões do DA e do DCE e da composição de uma chapa para a UNE que não venceu as eleições. Mas, antes mesmo de fazer parte deste movimento, conheceu, durante a graduação, militantes do centro de direitos humanos, uma organização não governamental autônoma dirigida por pessoas ligadas ao PT, onde

começou a acompanhar, como voluntária, a equipe e as atividades desenvolvidas, especialmente nas questões relacionadas à violência em torno da terra. Logo após formada, conseguiu um trabalho em uma organização não governamental de assessoria técnica criada na década de 1960 por militantes da Juventude Agrária Católica (JAC) no Sudoeste do Paraná, na qual trabalhou como agrônoma na área de agricultura alternativa/Agroecologia, de 1988 a 1991.

Durante a graduação E10 já tinha interesse em se filiar a um partido de esquerda, mas sua filiação no PT só ocorre durante seu primeiro emprego após formada, período onde teve um envolvimento intenso no partido, chegando a ocupar um cargo na direção municipal. Por conta de crises financeira na ONG onde trabalhava, foi demitida da instituição, mas continuou trabalhando com projetos de agricultura alternativa tanto para essa ONG quanto para sindicatos da região, por meio de contrato com uma cooperativa de prestação de serviços voltada à promoção de alternativas de desenvolvimento com justiça social, viabilidade econômica e equilíbrio ecológico. Passados dois anos, precisou procurar outros espaços de trabalho em função da diminuição dos recursos na cooperativa para manter toda a equipe técnica. E10 começou a procurar editais de seleção, um em Tocantins, outra oportunidade na Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Rio de Janeiro e uma possibilidade de trabalho no governo do estado de São Paulo para trabalhar no setor agroambiental, no litoral norte de São Paulo, oportunidades que acabaram não dando certo. Após estas tentativas frustradas, conseguiu uma vaga de trabalho em uma organização não governamental, voltada ao serviço de assessoria a organizações populares rurais no semiárido da Bahia, ligada à Rede PTA²⁵ (Rede do Projeto de Tecnologias Alternativas). Em 1992, mudou-se para Salvador e trabalhou nesta ONG até 1996, na articulação da agroecologia, por meio da assistência técnica direta e da articulação com técnicos de outras ONGs da Bahia. Neste período, assumiu também a coordenação técnica da instituição. Depois desta experiência, ficou um ano trabalhando por meio de consultorias no Departamento de Desenvolvimento Florestal

25 Atualmente denominada a AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia é uma associação de direito civil sem fins lucrativos que, desde 1983, atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. A AS-PTA participou da constituição e atua em diversas redes da sociedade civil voltadas para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Ao mesmo tempo em que constituem espaços de aprendizado coletivo, essas redes proporcionam ações articuladas de organizações e movimentos da sociedade para influenciar elaboração, implantação e monitoramento de políticas públicas. Disponível em <http://aspta.org.br/2013/05/13/30-anos-de-as-pta-uma-visao-pessoal-parte-i-a-genese-do-projeto-tecnologias-alternativas/>

do Governo do Estado da Bahia. Como as oportunidades de trabalho na Bahia estavam muito incertas, E10 fez a seleção para mestrado no CPDA/UFRRJ, no qual estudou o Pronaf, concluindo a dissertação em meados de 2000. Logo após, foi trabalhar em um contrato no Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (IBASE). Em 2001, E10 fez o concurso para o Itesp, passando a trabalhar na área de análise de desenvolvimento agrário, uma área voltada para a resolução de conflitos entre agricultores sem terra e latifundiários. Seu trabalho consistia em ir aos locais no estado São Paulo onde tinha acampamentos e monitorar a situação dos acampados, mediar o diálogo e apoiá-los durante o período de acampamento.

Como já destacado nas trajetórias de E3 e E4, E10 também estava descontente com a situação no ITESP. Em 2003, E10, junto com E3 e E4, foi em busca de possibilidades de trabalho no governo federal. Soube, por meio de um colega com o qual tinha trabalhado na Bahia e que já estava trabalhando no governo federal como consultor, das possibilidades junto à SDT/MDA. E10 também conhecia outras pessoas que estavam ocupando cargos no MDA, da época em que trabalhou no Paraná. Em 2004, E10 passou a atuar na política de desenvolvimento territorial através de contratos com o IICA, sendo responsável por iniciar os trabalhos de gestão social dos territórios rurais no estado de São Paulo.

E11 nasceu em Natal, Rio Grande do Norte, em 1961 e por ser filho de militar acabou morando em outros lugares durante a infância e adolescência, retornando para Natal onde estudou na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, se formando técnico industrial em Eletrotécnica, em 1979. Logo em seguida ingressou no curso superior de engenharia elétrica e já no primeiro ano do curso participou do Projeto Rondon, por meio do qual conheceu a Amazônia e decidiu trancar o curso ao fazer um concurso para trabalhar no Projeto Jari, como eletrotécnico, aí permanecendo de 1980 a 1982. Nesse período, além do trabalho para o qual foi contratado, envolveu-se na criação do primeiro sindicato do Projeto Jari e acabou tomando contato com os castanheiros e as formas de exploração ao qual estavam submetidos, tendo que pedir demissão e retornar à Natal depois de uma tentativa frustrada de apoio aos processos de comercialização.

Em 1984, ingressou no curso de Agronomia na Escola Superior de Agricultura do Mossoró, envolvendo-se com o movimento estudantil. Além desse envolvimento, E11 retomou sua atividade com grupos de jovens ligados ao trabalho da Igreja Católica. Ele havia frequentado o seminário quando sua família estava morando em Recife,

mas acabou desistindo logo da ideia de ser padre, se integrando ao trabalho da pastoral da juventude. Sua ida à Natal e posterior mudança para trabalhar na Amazônia tinham o afastado das ações da Igreja Católica.

Desde o início de sua graduação em Agronomia tinha interesse em trabalhar com agricultura alternativa. Sua primeira iniciativa nesse sentido foi criar o Grupo Verde de Agricultura Alternativa na escola de agronomia do qual foi o primeiro presidente. Ao final da graduação, trabalhou como bolsista em um projeto chamado PRONATURA, custeado com recursos de uma organização internacional, voltado à produção de produtos alternativos, o que acabou o credenciando para trabalhar em agricultura alternativa, também conhecida como agricultura biológica ou agricultura biodinâmica. Essa experiência acabou viabilizando que E11, ao se formar em 1990, fosse contratado para trabalhar como agrônomo no Serviço de Assistência Rural (SAR), um organismo da Arquidiocese de Natal.

Durante a graduação conciliou os estudos com o trabalho no Colégio Dom Bosco de Mossoró, como professor de história para o curso preparatório ao vestibular, motivo pelo qual se envolveu no movimento estudantil, mas sem ocupar cargos. Sua relação com o PT iniciou em 1983, se filiando ao partido no final da década de 1980, sempre com uma participação muito ativa.

De 1990 a 1994 E11 trabalhou no SAR, com assistência técnica à produção orgânica, organização social, política e econômica de pequenos agricultores em toda a área de abrangência da arquidiocese de Natal, período no qual também assessorou a regional da CNBB (Nordeste II) que abrangia Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Fazia parte do seu trabalho apoiar as primeiras ocupações do MST no Rio Grande do Norte, iniciadas em 1990, o que o aproximou muito do movimento. Em 1993, fez parte da equipe de fundação de uma ONG de apoio aos projetos alternativos comunitários, no qual passou a trabalhar a partir de 1994, com ações voltadas para o desenvolvimento de pequenos projetos alternativos comunitários de convivência com o semiárido junto a pequenos agricultores, atingidos por barragens, trabalhadores sem terra, organização comunitária, economia solidária, entre outras ações. Neste período E11 fez outra graduação, agora em Tecnologia em Cooperativismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), de 1991 a 1995. Além da relação com o MST, E11 também tinha muita proximidade com a equipe do INCRA, pois vários colegas seus de faculdade haviam ingressado na instituição via concurso. Também se relacionava com a Contag, pois nesta época sua esposa trabalhava como

assessora da confederação. Outro elemento importante no trânsito de E11 era sua participação, enquanto profissional ligado a uma instituição da Igreja Católica, no Fórum Potiguar.

Dada suas relações com o MST, em 1994 E11 foi convidado a participar da elaboração do Projeto Conta Cooperativa de Captação (CONTACAP), criado pelo Programa de Apoio à Gestão das Organizações de Pequenos Produtores Rurais fruto de um convênio entre o INCRA, o Banco do Nordeste e o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. Este projeto, executado entre 1994 e 1995, apoiou a gestão das organizações dos assentados, envolvendo cerca de 7.000 famílias assentadas na região Nordeste, por meio do trabalho de 24 equipes técnicas, antecedendo o Projeto Lumiar. Para execução do projeto, foi realizada uma parceria entre o INCRA e uma ONG do Rio Grande do Norte. Por estar envolvido na elaboração e execução do projeto, E11 passou a trabalhar nesta ONG a partir de 1995, permanecendo até 2001, coordenando equipes e organizando as ações.

Durante esse período, paralelamente ao seu trabalho na ONG, E11 acabou se envolvendo na execução de outro programa, desenvolvido pelo INCRA com o IICA, que visava a elaboração de planos de desenvolvimento com os municípios onde havia grande concentração de assentamentos. Pela sua experiência com os assentamentos, foi chamado para prestar consultoria a este programa no estado do Rio Grande do Norte. De 1997 a 2000 trabalhou como consultor do IICA, organizando planos de desenvolvimento com os técnicos de prefeituras previamente selecionadas a partir da concentração de assentamentos.

Em 2000, foi convidado pelo IICA para compor uma equipe de trabalho de um novo projeto, junto ao recém criado Ministério do Desenvolvimento Agrário durante o governo FHC, de produção e comercialização de produtos orgânicos para o mercado justo europeu, em alguns estados da federação. De 2000 a 2003, continuou morando em Natal, contribuindo com o trabalho na ONG e como consultor do IICA, passou a se dedicar a este novo projeto que envolvia ações em Rondônia, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, Mato Grosso do Sul e Maranhão, em parceria com o conjunto de organizações que trabalhavam em cada uma das regiões. Nos assentamentos de Rondônia, o foco era a produção de café; na Bahia, era o cacau, no Rio Grande do Norte, castanha de caju. Esse trabalho, junto com o trabalho de outros consultores, deu origem ao programa que passou a ser desenvolvido em todo Brasil, de Agências Regionais de Comercialização, com foco na comercialização das áreas de reforma

agrária. Com a eleição de Lula à presidência, E11 foi convidado à compor o grupo de transição do governo e com a constituição da SDT/MDA, foi convidado pelo então secretário, com quem já havia trabalhado nos projetos desenvolvidos no Nordeste e de quem era amigo há muito tempo, para compor a equipe de coordenação da SDT, mudando-se para Brasília e ocupando o cargo de Coordenador Geral DAS 101.4.

E12 nasceu em 1964, em um pequeno município localizado ao sul de Santa Catarina, na mesma comunidade e família na qual nasceram Dom Paulo Evaristo Arns - considerado uma personalidade fundamental da Igreja no século 20, de resistência contra violações de direitos humanos e na ajuda aos presos políticos e perseguidos na Ditadura Militar brasileira (1964-1985) e de luta pela democracia - e sua irmã, Zilda Arns, fundadora e coordenadora internacional da Pastoral da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa, organismos de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Seu pai, desde muito jovem, já participava de processos associativos, fazia parte das diretorias de uma cooperativa de eletrificação rural, da diretoria do sindicato dos trabalhadores rurais e da diretoria do conselho paroquial, o que marcou a trajetória não só de E12 como de seus irmãos, na aproximação, desde muito jovens, aos movimentos sociais.

Além da influência do pai, dois de seus irmãos que estavam estudando em um colégio técnico agrícola e que tiveram um contato com várias pessoas de formação marxista, principalmente, ligados ao PCdoB, estimulavam a discussão sobre política em casa. Chegou a estudar durante dois anos em um seminário, pois queria ser padre, mas não se adaptou, retornando para casa e se engajando na pastoral da juventude, na qual acabou se tornando o representante dos dezoito grupos de jovens do município e frequentando muitos espaços nos quais se formaram muitas lideranças que depois foram lideranças dentro do PT. Acabou se afastando da pastoral da juventude em 1984, quando mudou-se para Florianópolis para morar com seus irmãos que já tinham ingressado na Universidade Federal de Santa Catarina. Assim que chegou, passou a trabalhar, por indicação do irmão mais velho que cursava Agronomia e estagiava na instituição, no Instituto CEPA/SC - Estudo de Economia e mercado de produtos agrícola, inicialmente como auxiliar administrativo e posteriormente com ações ligadas à reforma agrária. A trajetória de E12 acompanha, em parte, a trajetória deste irmão que era muito ativo no movimento estudantil universitário, já tinha sido da FEAB, fez parte da Libelu e, após dissidências, passou a integrar o grupo que acabou criando a tendência petista Articulação de Esquerda.

Antes mesmo de ingressar no curso de Agronomia, em 1985, E12 já acompanhava o diretório acadêmico em visitas às primeiras ocupações de terra e na organização de comissões de apoio aos acampamentos, entre outras atividades. Ao ingressar na universidade, já tinha vínculos com o movimento estudantil e com o MST e foi neste período que acabou conhecendo boa parte das lideranças do movimento. Durante a graduação, foi coordenador regional da FEAB e acabou conhecendo todas as escolas de Agronomia no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Paraná. Sua última atividade no movimento estudantil, enquanto parte da coordenação do Núcleo de Trabalho Permanente sobre Movimentos Sociais (NTP/MS) da FEAB, foi a organização do primeiro projeto nacional, realizado em Santa Catarina, de estágio de vivência de estudantes de agronomia em assentamento rurais, o que aprofundou ainda mais sua relação com os dirigentes do MST.

Em 1990, foi cedido pelo CEPA para apoiar uma ONG recém criada em Florianópolis, votada à promoção da Agroecologia, organização que havia contribuído para sua recém criação. Em 1991 concluiu a graduação, saiu desta ONG e como ainda estava vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural desde seu trabalho no CEPA, passou a trabalhar como extensionista da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) em assentamentos de reforma agrária, no planalto norte de Santa Catarina. Nesse período E12, que havia se filiado ao PT em 1987 e acompanhava as dinâmicas partidárias em SC, havia sido convidado pela então deputada federal de SC eleita pelo PT Luci Choinacki (1991-1995) para trabalhar como seu assessor em Brasília, convite por ele recusado por opção política de trabalhar como técnico junto aos assentados.

Em 1992, E12 participou em Santa Catarina de um curso de planejamento participativo de áreas de assentamento, viabilizado por um projeto um acordo de cooperação técnica entre o PNUD e o INCRA. A partir deste curso, foi selecionado para ir a Recife realizar outro curso para formação de novos instrutores para a realização de cursos de planejamento participativo de gestão de áreas de assentamento. Ao retornar, fez um concurso para trabalhar em uma ONG localizada no oeste catarinense e acabou pedindo demissão do CEPA, por conta do baixo salário (mesmo trabalhando como agrônomo E12 recebia o salário de auxiliar administrativo e mesmo entrando com processo para equivalência de salário ao cargo não obteve êxito). Seu contato com esta ONG se deu a partir da realização do seu trabalho de conclusão de curso, quando realizou uma pesquisa sobre as diferentes formas de

cooperação agrícola em todo o estado de Santa Catarina. Essa pesquisa o aproximou não só do MST, mas também do setor rural da CUT.

Nesta ONG, se integrou às atividades já desenvolvidas pelo médico veterinário, que posteriormente também ocupou cargos no governo federal, estando entre 2006 a 2011 como ministro da Pesca e Aquicultura. Dentre os trabalhos desenvolvidos à época, E12 contribuiu para a elaboração do planejamento estratégico da organização, criou a primeira logomarca e o primeiro informativo. Foi responsável também por acompanhar vinte e cinco assentamentos, vinte e cinco municípios, oitenta e cinco associações, e desenvolver ações ligadas à agricultura alternativa, à recuperação e preservação de sementes crioulas, compras coletivas, crédito rural, por meio de projetos apoiados por organismos internacionais e parcerias com a UFSC e outras ONGs. Fruto dessa parceria, foi implantada a primeira cooperativa de crédito no Estado, não vinculada a uma cooperativa de produção, com base nas novas formas de organização da agricultura familiar, ligadas ao movimento Sem Terra, à igreja, o movimento sindical e a CUT. Esta experiência, junto à outras no sul do Brasil, resultou na criação do Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária – Cresol.

Neste mesmo período, em meio às atividades da ONG, E12 foi convidado pela equipe com a qual tinha feito o curso em Recife, para trabalhar em um projeto de cooperação técnica firmado entre o Banco do Nordeste e o PNUD, voltado para capacitação técnica e gerencial de cooperativas e associações, sob o enfoque do desenvolvimento local em todo o nordeste, conhecido como projeto BNB/PNUD. Em 1994 mudou-se para Recife. Lá, trabalhou como consultor do PNUD nesse projeto, passando a compor a equipe de Rio Grande do Norte, responsável pelo acompanhamento à cooperativas e associações em Serra do Mel, um pequeno município formado a partir de um antigo projeto de colonização, e em outras atividades ligadas ao projeto em todo nordeste. Ao desenvolver as atividades do projeto, E12 reencontrou E11, um colega querido do movimento estudantil/FEAB.

De 1993 a 2003 E12 ficou trabalhando como consultor do PNUD, inicialmente no projeto BNB/PNUD e posteriormente no projeto BNDES/PNUD, outro grande projeto de cooperação, ligado ao PNUD, com foco no desenvolvimento regional, financiado pelo BNDES. Nesse período, conheceu um conjunto de organizações e pessoas envolvidas em projetos de desenvolvimento local sustentável, muitas das quais acaba reencontrando posteriormente no governo federal, assim como alguns companheiros

da FEAB e do PT. Foi também nesse período que E12 faz seu mestrado em Gestão e Políticas Ambientais pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (1998 a 2001).

Com o encerramento do projeto BNDES/PNUD em 2003, E12, ainda morando em Recife, passa a prestar consultoria para o governo do estado do Amapá, mesmo ano em que recebe a visita de E11, que já estava trabalhando na SDT/MDA em Brasília, e o convida para trabalhar na estruturação da metodologia de apoio ao desenvolvimento territorial e na capacitação das equipes internas e externas da secretaria. Como tinha compromissos firmados com o governo do estado do Amapá e sua esposa estava trabalhando em um projeto de pesquisa como bolsista no Instituto de Pesquisa do Amapá, E12 muda-se com a família para o Amapá, passando a conciliar a consultoria no Amapá com a consultoria para a SDT. No entanto, logo muda-se para a Brasília, onde passou a trabalhar como consultor do IICA, para a SDT/MDA e como coordenador técnico para o Instituto Banco Mundial – WBI junto ao Ministério do Meio Ambiente, no âmbito do Subprograma de Políticas de Recursos Naturais – SPRN/PPG7.

E13 nasceu na década de 1970, em uma cidade da região metropolitana de Fortaleza, mudando-se para capital aos dez anos de idade, para uma das regiões periféricas mais populosas. E13 cresceu em meio à um intenso trabalho das pastorais da Igreja Católica que marcaram sua infância e que acabaram, em certa medida, contribuindo para suas escolhas profissionais futuras. Começou ainda na adolescência, a participar, junto com suas irmãs, de movimentos comunitários autogestionários ligados ao trabalho da Igreja no bairro onde residiam. Em 1994, ingressou no curso de Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará, realizando diferentes estágios durante a graduação, que a aproximaram tanto das organizações não-governamentais quanto do trabalho desenvolvido pela Secretaria Estadual da Fazenda. Durante a graduação nunca se envolveu com o movimento estudantil e se considera uma “militante petista não filiada”, não se filiando à partidos, pelo fato de crer que sua militância era nas pastorais sociais, dentro da estrutura da igreja e não em estruturas partidárias.

Logo após formada, em 1999, buscou trabalho como voluntária, junto à ONG Diaconia, uma organização que atuava na região onde morava, mas com quem não havia vínculos prévios. Na época, esta ONG estava executando um projeto ligado ao Programa Comunidade Solidária, um programa do governo federal brasileiro criado em 1995 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, no qual E13 se vinculou e

passou a desenvolver as ações de formação para o mundo do trabalho. Após um breve período trabalhando como voluntária, E13 passou a ser remunerada, como autônoma, realizando as atividades de capacitação previstas no projeto.

Neste mesmo ano, E13 tomou conhecimento da abertura de um edital de seleção para trabalhar em uma organização não-governamental fundada em 1996, a partir da aliança entre uma ONG francesa e projetos locais de Fortaleza e Salvador. Foi selecionada e contratada como celetista, passando a trabalhar na organização de feiras para geração de trabalho e renda, com educação popular, especialmente com mulheres. Ao assumir esse trabalho, teve contato com a rede brasileira de economia solidária que estava começando a se organizar e com a experiência do Banco Palmas, um dos primeiros bancos comunitários brasileiro, fundado nos princípios da economia solidária, na periferia de Fortaleza, em 1998. Foi através desse trabalho que teve contato também com projetos de economia solidária financiados pela GTZ.

Em 2002, após sua insatisfação com a forma de condução dos trabalhos na ONG, E13 saiu e foi trabalhar, como gestora institucional, em uma ONG criada em 2000, por ela, duas de suas irmãs que também trabalhavam em ONGs, e outras pessoas conhecidas. A criação desta ONG coincidiu com a formação da rede cearense de economia solidária, e E13 passou a se envolver na execução de projetos sociais financiados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, em parceria com o Instituto do Desenvolvimento para o Trabalho (IDT), uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, responsável pela execução de políticas públicas nas áreas do trabalho e empreendedorismo, parceira do Governo do Estado do Ceará, em especial na execução dos programas e ações da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho – SEDET, e outros projetos do Banco Palmas e da GTZ.

Em 2004, E13, enquanto interlocutora da rede cearense de economia solidária, tomou contato com a SDT, a partir do projeto de criação de um centro público de economia solidária no Ceará que seria construído em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Em 2005, foi firmado o primeiro contrato entre a ONG na qual E13 trabalhava e a SDT, para desenvolvimento de ações de apoio aos territórios rurais no Ceará. A partir desse ano, essa ONG tornou-se a entidade parceira da SDT, aumentando o envolvimento de E13 com a política de desenvolvimento territorial. Em 2006, E13 participou de um processo seletivo do IICA, passando a trabalhar como consultora para a política nacional da SDT, desligando-se

da representação da rede cearense e da direção da ONG. Em 2008 acabou mudando-se para Brasília.

E14 nasceu em 1952, em uma região de mineração no interior de Minas Gerais. Após concluir o curso normal, aos 19 anos, participou de uma seleção para trabalhar no serviço público de extensão rural do Estado de Minas Gerais (ACAR), mudando-se para Itabira/MG, onde trabalhou por quatorze anos. De julho de 1972 a novembro de 1979 trabalhou como extensionista rural, na área de bem estar social, em parceria com um bispo local, junto às associações de bairro e dos clubes de mãe do município. Além da sua conduta, considerada transgressora para os padrões estabelecidos para as mulheres da época, E14 já tinha vínculos com o MDB, o que resultou em uma demissão, que conseguiu reverter com ajuda do prefeito da época, sendo recontratada.

Entre 1980 a 1982 trabalhou na prefeitura municipal, como assistente municipal de educação e logo após foi trabalhar na secretaria estadual da saúde, na qual atuou de 1982 a 1986 como técnica do Programa Estadual de Pequenos Produtores Rurais (MG-II) e técnica das Ações Integradas de Saúde em Itabira e Juiz de Fora, com projetos de saneamento básico em áreas rurais. Nesse período prestou novo concurso e passou a ser funcionária do governo estadual, trabalhando em diferentes projetos ao longo dos anos, todos ligados à área social, voltados ao desenvolvimento das comunidades. Mudou-se para Belo Horizonte, onde passou a trabalhar no setor epidemiológico da secretaria estadual da saúde.

Após um período nesse setor, mudou-se para Juiz de Fora, onde passou a trabalhar no Centro Regional de Saúde, momento no qual resolveu estudar, ingressando, em 1986, no curso de Ciências Sociais, uma parte cursada na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e outra em uma instituição privada. Nesta época, E14 foi novamente demitida, por estar envolvida na coordenação de uma greve. Logo após formada, fez o mestrado em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa (1990 a 1994), período no qual foi eleita presidente da associação de pós graduandos. Em 1994, foi chamada para atuar em consultorias ligadas às ações da Codevasf.

Em 1994 e 1995 trabalhou como consultora em atividades de capacitação dos produtores irrigantes visando o desenvolvimento associativista e gerencial das organizações de produtores e implementação da organização de usuários para autogestão da água em Urandi e Sebastião Laranjeiras-BA; capacitação da equipe de

Assistência técnica e Extensão Rural e produtores reassentados do Sistema Itaparica e coordenação e construção do diagnóstico participativo junto aos reassentados do município de Itacuruba e Petrolândia-PE. Em 1996 prestou serviços de consultoria especializada de mobilização e capacitação de agricultores familiares, conselhos de administração e fiscal da organização de usuários da água em Penedo/AL e Itiuba - Porto Real do Colégio/AL, com o objetivo de constituir a associação dos produtores para a autogestão da água, promover o desenvolvimento local, desenvolvimento e fortalecimento das organizações de produtores, sempre utilizando metodologias participativas. No final deste mesmo ano, prestou assessoria e desenvolveu ações de capacitação dos apicultores da Associação de Apicultores de Viçosa/MG. Nesse ano E14, que já era filiada ao PT desde a década de 1980 e sempre participou da dinâmica partidária, candidatou-se à vereadora municipal pelo PT, como forma de contribuir com o partido que precisava, naquela eleição, cumprir o percentual de vagas destinadas às mulheres no partido, ficando na suplência.

Em 1997 prestou serviços de consultoria para Universidade Federal de Viçosa, trabalhando na capacitação em metodologias participativas da equipe técnica do Programa Gilberto Melo da Extensão Universitária. Foi neste ano também que E14 teve o primeiro contrato de consultoria com o IICA para prestação de serviços de consultoria de mobilização e capacitação de agricultores familiares, conselhos de administração e fiscal da organização de usuários da água em Neópolis/SE e Cotinguiba/Pindoba – Propriá-SE, com o objetivo de constituir a associação dos produtores para a autogestão da água, promover o desenvolvimento local, desenvolvimento e fortalecimento das organizações de produtores.

Em 1998 e 1999 continuou prestando serviços de consultoria para a Codevasf em Petrolina/PE e Juazeiro/BA, e em 1999 foi selecionada pela FAO/INCRA para trabalhar como consultora para mobilização social e elaboração de Planos de Assentamentos em Alagoas e na capacitação e formação das equipes de Assistência Técnica e Extensão Rural do Projeto LUMIAR, em cinco assentamentos do estado. No final deste mesmo ano trabalhou como consultora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – Projeto BRA/99011 – PRODEEM – Ministério das Minas e Energia, para mobilização e capacitação de agricultores familiares de perímetros irrigados, conselhos de administração e fiscal das organizações de usuários da água, equipes técnicas de Assistência técnica e Extensão Rural, CODEVASF e instituições atuantes nos perímetros irrigados do

Formoso A – Bom Jesus da Lapa/BA, Mirorós – Irecê/BA, com o objetivo de promover o desenvolvimento local e regional, revitalização do Distrito de irrigação, fortalecimento das organizações de produtores e construção do Plano Estratégico de Desenvolvimento para os perímetros irrigados.

Em 2002 e 2003 voltou a prestar consultoria para este mesmo projeto, trabalhando como consultora do PNUD. Em 2004 trabalhou como consultora do SEBRAE/PE, na área de associativismo e cooperativismo e novamente para a Codevasf, na elaboração do diagnóstico dos perímetros públicos de irrigação do Ministério da Integração. Em 2005 trabalhou como consultora do SEBRAE/BA na área de associativismo e cooperativismo, novamente para a Codevasf, na capacitação dos produtores reassentados, organizações associativas, equipes de Assistência Técnica e Extensão Rural e equipes da CODEVASF que atuam nos perímetros irrigados do Sistema Itaparica (Pernambuco e Bahia), para autogestão dos perímetros irrigados, desenvolvimento associativista e desenvolvimento local e regional sustentável. Entre agosto de 2005 e julho de 2006 trabalhou para o Ministério da Integração Nacional como consultora do IICA e como já atuava como consultora há bastante tempo, E14 soube dos editais para SDT, e em 2007 participou dos processos seletivos, passando a ser contratada pelo IICA para trabalhar na SDT/MDA como articuladora estadual no estado de Minas Gerais.

E15 nasceu no interior do Rio Grande do Sul em 1954. Em 1979 graduou-se em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Maria e já no mesmo ano começou a trabalhar como extensionista rural no órgão oficial de extensão rural do estado de Santa Catarina, a Epagri. Ao longo de mais de vinte anos de atuação trabalhou em diferentes áreas, com destaque para o trabalho pioneiro com juventude rural e organização de pequenos produtores rurais em sindicatos e cooperativas. Atuou também na coordenação estadual de recursos humanos e em projetos ligados ao meio ambiente.

No início da década de 1990 fez mestrado em Sociologia Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Além do trabalho de campo, sempre procurou fazer parte dos espaços de participação e organização dos funcionários da Epagri. Apesar da atuação política, nunca se filiou a partidos políticos. Integrou a associação dos funcionários, foi diretor da associação municipal, da associação regional e foi presidente da associação estadual. Ocupou os cargos de diretor e vice-presidente da

associação dos engenheiros agrônomos em Santa Catarina e também foi diretor no sindicato dos engenheiros agrônomos.

Em 1996, foi eleito presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores da assistência técnica e extensão rural e do setor público agrícola do Brasil (FASER) e durante os dois anos em que esteve na presidência da FASER mudou-se para Brasília. Nesse meio tempo graduou-se também em Direito e no início dos anos 2000 passou a trabalhar na assessoria jurídica da federação, na área de análise de contratos e convênios. Mesmo após sua saída da presidência, continuou na federação como membro representante de Santa Catarina. Durante todo o período acompanhou tanto as ações do governo federal quanto dos movimentos sociais para a agricultura familiar, antes mesmo da criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

No início dos anos 2000 ficou durante quatro anos como representante da FASER no Condraf e como membro representou o conselho em diferentes atividades por todo o país. Durante este período pode acompanhar as ações desenvolvidas pela SDT, especialmente em Santa Catarina. Em 2006 foi convidado para participar da equipe da SDT como articulador regional no norte do país, por meio da ocupação de um cargo de DAS.

E16 nasceu no Acre, em 1965. Graduou-se em Agronomia no início dos anos 1990 pela Universidade Federal do Acre em um período marcado pela efervescência dos movimentos sociais. Apesar de não ter referências de participação política na família, durante o período de sua graduação teve contato com lideranças políticas, momento no qual o Partido dos Trabalhadores estava sendo organizado no estado, envolvendo-se no movimento estudantil. Fez parte de várias gestões do DCE, coordenando o Departamento de Agronomia. Inicialmente esteve ligado ao PC do B, posteriormente filiando-se ao PT. Acompanhou o trabalho desenvolvido por Chico Mendes e destaca que ao entrar na faculdade, Marina Silva estava saindo. Participou das primeiras campanhas políticas dos candidatos do PT para diferentes cargos, os quais se destacaram posteriormente no cenário político local, regional, estadual e nacional, como o caso dos irmãos Jorge e Tião Viana.

Sua carreira profissional é marcada inicialmente pela assessoria a movimentos extrativistas, em reservas extrativistas, junto a povos e comunidades tradicionais em Rondônia e no Acre. Seu primeiro contrato logo após formado foi em 1992, para trabalhar em Rondônia como engenheiro agrônomo junto ao Conselho Nacional dos Seringueiros e à Organização de Seringueiros de Rondônia, uma central estadual de

associações extrativistas. Dentre as suas atribuições estava o diálogo com o governo estadual de Rondônia para sensibilizá-lo em torno da importância da criação de reservas extrativistas, um trabalho tanto técnico quanto político.

Após dez anos de trabalho em Rondônia, retornou em 2002 para o Acre, a partir de um convite para trabalhar no governo do estado, inicialmente na área de capacitação e para a organização do programa de subsídio da borracha, assumindo posteriormente o cargo de secretário estadual do PRONAF. Enquanto secretário, tinha encontros periódicos em Brasília com a equipe do Ministério do Desenvolvimento Agrário, tanto para debater as diretrizes do PRONAF em si, mas também para avaliar as mudanças que estavam sendo pensadas, inclusive a proposta da política de desenvolvimento territorial. Por discordâncias com a equipe do governo estadual, acabou saindo da secretaria e foi trabalhar em uma ONG do mesmo estado, no apoio às comunidades rurais. Através do trabalho nesta ONG, retomou o contato com um dos consultores da SDT responsáveis pelas ações territoriais no estado e acabou sendo convidado em 2004 para participar da seleção de consultores do IICA, para acompanhar o processo de implementação da política territorial nos estados do Acre e Rondônia.

E17 nasceu em 1972, em São Luís, Maranhão e teve apenas algumas experiências com atividades sociais em uma das escolas privadas que estudou e influências de amigos de seus pais, mas que foram suficientes para fazê-la optar pelo curso de pedagogia, feito em uma faculdade particular, no período de 1994 a 1997. Isso também a levou a querer trabalhar, logo após formada, na unidade da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) do estado do Maranhão, onde conseguiu uma vaga na unidade pedagógica. Ao ter contato com a realidade das crianças e adolescentes atendidos pela instituição, E17 passou a se interessar mais por organizações que trabalhavam com populações rurais. Foi quando teve contato, em 1998, com uma organização não-governamental, que à época trabalhava com projetos voltados ao desenvolvimento local e, dentre as diferentes ações, projetos de apoio aos acampamentos e assentamentos da reforma agrária e conseqüentemente ao MST no estado.

Em 1999 foi convidada a trabalhar na instituição, deixando de trabalhar na Febem, passando a atuar em cerca de 70 municípios do estado que apresentavam as maiores índices de pobreza, nas diferentes ações do Instituto. Junto com esse trabalho, E17 também foi passando por um processo de formação, de capacitação e de trabalho

com uma rede de outras organizações, na qual permaneceu até 2004. Fazia parte do trabalho à época, elaborar e implementar projetos financiados tanto pelo INCRA quanto por organizações internacionais para desenvolver ações de apoio aos novos assentamentos. Foi durante esse período que E17 se casou com uma liderança do MST no estado.

Em 2004, acabou saindo da ONG onde trabalhava para fundar outra ONG, junto com outras pessoas com quem já trabalhava e na época eram ligadas ao MST e ao PT. Nesta nova ONG, voltada para o desenvolvimento sustentável territorial, permaneceu apenas um ano, pois com a eleição presidencial em 2003 e as ações de fortalecimento do MDA, somado ao seu interesse em trabalhar junto ao governo, foi para Brasília em busca de oportunidades. À época, pessoas conhecidas de E17 que eram do Maranhão já estavam ocupando cargos no governo e por intermédio dos editais do IICA, E17 passou a trabalhar na SDT/MDA, como consultora, apoiando as ações Condraf. Cabe ressaltar que o presidente da primeira ONG onde E17 trabalhou era consultor do IICA no estado do Maranhão, maneira pelo qual tomou conhecimento dessa possibilidade.

E18 nasceu em 1955, no interior de Alagoas, mudando-se para Maceió para cursar o ensino médio, que à época era também um curso de formação de professores. Sua infância foi marcada pelas dificuldades enfrentadas por seus pais, agricultores sem terra, com uma vinculação muito forte com a terra e que para seguir estudando contou com apoio de uma tia que mudou-se para a cidade. Logo após a conclusão do ensino médio, passou no concurso para professora da secretaria de educação do estado de Alagoas e foi trabalhar em um bairro pobre de Maceió. Paralelamente ao trabalho como professora, prestou vestibular para o curso de Serviço Social e, assim que se graduou, foi transferida para a área técnica da secretaria de educação. Nesse período, passou também para o concurso da EMATER de Alagoas, exonerando-se do cargo na secretaria estadual de educação e mudando-se para a região do sertão, no interior do estado, onde ficou trabalhando como coordenadora regional da ação social.

E18 destaca que mesmo na conjuntura de final da ditadura, por meio dos grupos de jovens e dos grupos de mulheres, foi possível iniciar um trabalho de organização social que resultou na formação das primeiras associações comunitárias do estado de Alagoas. Esta foi, para ela, a fase mais importante da sua formação política, mesmo optando por não se filiar a partidos políticos. Com as mudanças realizadas pelo

governo Collor nas empresas públicas de ATER e os impactos gerados pela redução salarial, E18 optou por pedir licença para realização de um mestrado, momento no qual começou a prestar serviços de consultoria, a partir de convites de profissionais que trabalhavam como consultores e que ela havia conhecido/estabelecido contato durante o período que ainda estava na Emater. Inicialmente foram trabalhos pontuais, como moderadora em oficinas de planejamento participativo em Recife, na Paraíba, em Maceió e foi, segundo “ela criando raízes nesse mundo, criando ramos nesse mundo”. Além das oficinas, desenvolveu um trabalho junto a uma aldeia de índios na Bahia, em processos de capacitação para autogestão de recursos ligados a CODEVASF por meio de consultoria com o IICA. Encerrado este contrato, foi convidada para trabalhar no estado do Ceará, por meio de consultoria direta com o PNUD, nas ações de capacitação técnica e gerencial de cooperativas e associações, sob o enfoque do desenvolvimento local, ligadas ao projeto do Banco do Nordeste (BNB) com o PNUD, o mesmo citado na trajetória de E12.

Com o fim deste projeto e início do já citado projeto BNDES/PNUD (já citado na trajetória de E12), E18 foi convidada a compor a equipe do Nordeste, também via consultoria pelo PNUD, trabalhando com polos regionais, em ações voltadas para o desenvolvimento regional. Foram cerca de cinco anos de trabalho nestes dois projetos. Com o encerramento deste projeto, E18 participou, em 2002, da criação de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) voltada para o desenvolvimento de capacidades das pessoas e organizações em estratégias e processos de desenvolvimento local sustentável, no qual seguiu desenvolvendo ações de capacitação, moderação de oficinas e outras ações ligadas a projetos da organização. Em 2003, com a eleição do presidente Lula, iniciou, junto com outros colegas que tinham sido consultores dos projetos citados, a aproximação junto ao MDA, visto que o secretário que assumiu a SDT trabalhava na mesma área de atuação do projeto BNB/PNUD e já conhecia o trabalho por eles desenvolvido no Nordeste do país via consultorias para o PNUD. Em 2004, um dos colegas que havia trabalhado como consultor do PNUD nos mesmos projetos que E18 já estava trabalhando na SDT/MDA e por meio deste foi convidada para colaborar na elaboração dos documentos institucionais sobre gestão social. Em 2005, começou a trabalhar como moderadora de eventos de capacitação realizados pela SDT, por meio de convênios firmados entre a SDT e a OSCIP da qual era sócia-fundadora. Em 2006, acabou se

afastando desta pois assumiu a Coordenação de Desenvolvimento Humano da SDT, sendo nomeada coordenadora DAS4.

E19 nasceu em Porto Alegre, em 1969, mudando-se com a família para um pequeno município próximo da capital aos 4 anos de idade, lugar onde permaneceu até seu ingresso no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no final dos anos 1980, quando retornou a Porto Alegre. Durante o ensino médio, foi uma das fundadoras da pastoral de juventude estudantil, integrava também o grupo de jovens e aos 16 anos filiou-se ao PT, partido no qual teve uma participação ativa ao longo da vida, tanto nas convenções e reuniões, quanto em alguns coletivos políticos internos. E19 também motivou seu esposo à filiar-se no PT, o que o levou a candidatar-se a vereador pelo partido no município e posteriormente ser convidado a assumir a função de assessor comunitário do orçamento participativo quando da eleição de Olívio Dutra pelo PT à Prefeitura de Porto Alegre (1989 a 1992). Seu esposo permaneceu ocupando cargos na gestão municipal até a última gestão petista na prefeitura (2001 a 2004), neste último período, ocupando o cargo de secretário municipal de planejamento. Como veremos a seguir, esta vinculação partidária e os trabalhos desenvolvidos, tanto de E19 quanto de seu esposo, acabaram influenciando em sua trajetória. Além da participação nos espaços já destacados, E19 também fez parte do diretório acadêmico das Ciências Sociais durante o período da sua graduação.

Em 1991, recém-formada, passou em um concurso do governo do Estado do RS como socióloga da carreira de técnico científico, inicialmente desenvolvendo trabalhos vinculados à sociologia urbana, pois seu trabalho era vinculado ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Urbano. Neste mesmo período passou para um concurso na Unisc, trabalhando paralelamente como professora universitária durante vários anos, pois a docência é a única atividade passível de ser exercida paralelamente ao serviço público.

Entre os anos de 1995 e 1996, foi convidada a fazer parte da equipe técnica que estava montando um programa de combate à pobreza e manejo dos recursos naturais do governo do Estado que seria financiado pelo Banco Mundial. Dado seu envolvimento na elaboração do programa e seus vínculos partidários, quando o PT assume o governo do Estado do RS em 1999, E19 foi convidada a assumir a coordenação deste programa, o RS Rural, e para exercer a função, foi cedida da secretaria de planejamento para a secretaria de agricultura. A época, mais de 100

consultores/as no Rio Grande do Sul estavam vinculados ao RS Rural. Com o término da gestão petista, E19 retornou para a secretaria de planejamento. Mas, com a eleição, em 2003, do candidato a deputado estadual pelo PT por ela apoiado, foi convidada para trabalhar como sua assessora técnica, sendo cedida da secretaria de planejamento para a assembleia legislativa. Como assessora parlamentar, trabalhou por dois anos com foco em segurança alimentar, e dentre as ações contribuiu para a criação da PEC que foi aprovada garantindo o direito à segurança alimentar como um direito econômico e social dos gaúchos. Foi nesse período que, com a eleição do presidente Lula, seu esposo é convidado, no final do ano de 2004, para trabalhar no Ministério de Minas e Energia com a ministra Dilma Rousseff.

Frente a essa proposta, E19 decidiu acompanhá-lo, e através das redes já estabelecidas, recebeu uma proposta para trabalhar na secretaria executiva do Ministério do Meio Ambiente, junto a um projeto financiado pelo Banco Mundial semelhante ao que havia coordenado no governo do Estado do RS. Foram quatro anos atuando na gerência deste projeto para então, em 2009, assumir uma das diretorias da SDT/MDA, ocupando cargo de DAS. E19 chegou à esse cargo por meio de um convite realizado por E3, com quem havia trabalhado no Programa RS Rural. Importante destacar que durante todo esse período E19 atuou como servidora pública, sendo cedida do governo do Estado do RS para exercer funções de confiança (ou gratificada).

E20 nasceu na década de 1970, no interior da Paraíba. Sua primeira experiência de trabalho foi como professora substituta/alfabetizadora, com quatorze anos, na Fundação Educar (antigo Mobral). Graduiu-se em ciências contábeis pela Universidade Federal da Paraíba e foi durante o período de sua graduação, entre 1993 e 1998, que teve sua primeira experiência de trabalho voltado para a organização social e política de comunidades pesqueiras, por meio da participação em um projeto de extensão desenvolvido pela universidade em parceria com uma ONG. Além da realização de cursos, a universidade também mantinha um programa de intercâmbio entre comunidades e um estágio de vivência, recebendo em João Pessoa estudantes do Brasil inteiro, inclusive várias pessoas da região sul. Foi também nesse período que teve sua primeira experiência junto ao movimento estudantil, fazendo parte da coordenação na área de infraestrutura da residência universitária e acompanhando o DCE. Não se filiou a partidos políticos, mas destacou que sempre votou nos candidatos do PT.

Após formada, seu primeiro trabalho foi junto à ONG parceira da universidade. Porém, como não havia carteira assinada e parte do trabalho era também voluntário, começou a prestar outros serviços, um deles na área de associativismo e cooperativismo com grupos de artesanato na Paraíba. Prestou serviços também para uma ONG com sede em Minas Gerais e também para o SEBRAE, tanto na área de associativismo como na área de cooperativismo. Após essas experiências, começou a prestar serviços de consultoria, por contrato. A primeira experiência nesse sentido foi junto a um projeto BNB/PNUD, referido nas trajetórias de E12 e E18. O vínculo de E20 junto a esse projeto se deu, inicialmente, por meio da ONG na qual estava vinculada. Como produto deste projeto, participou da fundação, no final dos anos 1990, de uma cooperativa de serviços formada por técnicos. Por meio dessa nova cooperativa, prestou serviços para o projeto BNDES/PNUD, também referido nas trajetórias de E12 e E18, até 2003, quando o projeto foi encerrado. Pelos vínculos estabelecidos nos projetos anteriores, começou a acompanhar a implantação da proposta da SDT/MDA na Paraíba e em 2004 foi convidada para implementação das ações da SDT na Paraíba, Piauí e no Pará, via contrato de consultoria pelo IICA.

E21 nasceu em 1972, em um pequeno município próximo à Belém, formando-se em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal Rural da Amazônia em 1997. Durante a graduação não teve nenhum envolvimento com movimento estudantil, influenciado por sua origem familiar²⁶, nem nunca manifestou interesse em filiar-se a partidos políticos. Tal rejeição à política partidária é interpretada pelo entrevistado, de um lado, como uma reação à carreira política do pai, filiado a um partido de direita e que havia sido prefeito da cidade onde nasceu, e de outro lado, pelo interesse na profissão.

Envolveu-se durante a graduação em projetos de pesquisa da Embrapa voltados para pequenos agricultores e, logo após formado, foi selecionado para atuar como engenheiro agrônomo em uma ONG no município de Santarém/PA, que atuava no apoio aos processos participativos de desenvolvimento comunitário integrado e sustentável. Em virtude de problemas financeiros na instituição, permaneceu menos de dois anos neste trabalho e retornou para a Embrapa, mas desta vez, já formado,

26 E21 destacou o fato de fazer parte de uma família de pecuarista, dono de muitas terras, refratária aos movimentos sociais progressistas e de como isso impactou no seu (des)engajamento. Na época, estudantes ligados ao PT estavam à frente do diretório acadêmico, o que provocou um desinteresse na participação, dado seus preconceitos da época e sua posição social.

foi contratado para trabalhar em projetos de pesquisa e desenvolvimento, voltados à agricultura familiar. Foi nesse período, em 1999, que E21 fez uma especialização em gestão pública, planejamento e meio ambiente no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA e, logo em seguida, cursou o mestrado (2000 - 2003), também na UFPA, com apoio de uma bolsa de estudos paga pela Alemanha, para verificar a percepção dos agricultores familiares da Comunidade São João sobre Tecnologia de Não-queima dos Roçados, uma das tecnologias desenvolvidas pela Embrapa para agricultura familiar.

Tendo em vista o encerramento de sua bolsa de estudos e a partir da sua rede de amigos, soube da existência de editais abertos para prestação de serviços de consultoria para projetos desenvolvidos pelo governo do Estado do Acre. Em 2002, foi selecionado pelo governo do estado do Acre para atuar como gerente de monitoramento e avaliação do projeto de gestão ambiental integrada. Tal projeto era vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e desenvolvido com apoio do KfW (Banco Alemão para o Desenvolvimento - KfW Entwicklungsbank) via GTZ (Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit – GTZ). Em 2003, este projeto se encerrou e a GTZ lhe propôs a coordenação de um projeto de desenvolvimento voltado para pequenos agricultores no estado do Amazonas, também vinculado ao governo alemão. E21 aceitou a proposta e mudou-se para Manaus, trabalhando por dois anos nesse projeto.

Foi neste período que E21 teve contato com as ações da SDT/MDA, pois já conhecia a consultora contratada para atuar na região e, paralelamente ao trabalho no projeto da GTZ, foi convidado a fazer parte, no início de 2004, da equipe de colaboradores da SDT, ministrando oficinas de desenvolvimento territorial nos estados do Amapá, do Amazonas e do Pará, por meio de contratos com o IICA. Com mudanças ocorridas na equipe da GTZ no Brasil nesse período, passou apenas mais seis meses prestando consultoria para o projeto com a cooperação alemã, o que lhe permitiu maior dedicação às ações da SDT, o que evoluiu posteriormente para sua integração à equipe da SDT em Brasília.

E22 nasceu em São Gonçalo/RJ no início da década de 1970 e mudou-se, ao final do ensino médio com a família, para Florianópolis, em virtude da aposentaria do pai militar, ingressando em 1989 no curso de Agronomia da UFSC. Foi na graduação que iniciou sua participação no movimento estudantil: E22 foi por três vezes presidente do centro acadêmico da Agronomia, em substituição aos representantes

anteriores ligados ao mesmo grupo político, pois os mesmos acabaram assumindo, à época, a coordenação nacional da FEAB. Um marco de sua atuação no centro acadêmico foi a organização e realização, em 1993, do CONEA em Florianópolis/SC e o apoio à organização, em 1994, do CONEA em Mossoró/RN. Foi também neste período que, por intermédio do movimento estudantil, filiou-se ao PT, partido ao qual manteve-se filiado até 2004. Antes de concluir o curso de Agronomia, em 1994, a convite de um colega da graduação já formado, teve sua primeira experiência de trabalho durante a realização do estágio final em uma entidade sem fins lucrativos no interior de Santa Catarina (originalmente vinculada à Diocese do município-sede) que atua na assessoria de movimentos e organizações populares e aos trabalhadores rurais organizados ou em processo de organização. Neste espaço, trabalhou com assistência técnica e extensão rural na área de agricultura alternativa (maneira como agroecologia e a agricultura orgânica eram denominadas à época), junto a pequenos agricultores da região.

Soube, no ano seguinte, através de colegas da época do movimento estudantil, da abertura de um edital de seleção em outra organização não governamental sem fins lucrativos na região oeste do mesmo estado (fundada por pequenos agricultores, com apoio do movimento sindical, popular e da igreja e que atua na assessoria ao desenvolvimento da agricultura alternativa e de grupo nesta região) para trabalhar em um convênio desta organização com prefeituras municipais do entorno. Entre 1995 e 1997 trabalhou neste convênio, prestando serviços de assistência técnica para as prefeituras, junto aos pequenos agricultores dos municípios, pequenas agroindústrias e ações ligadas à agricultura alternativa.

Em 1997, prestou concurso para um destes pequenos municípios onde atuava, à época sob gestão do PT, onde trabalhou até 1998, na implementação e coordenação do orçamento participativo (OP) e da feira municipal, período no qual conheceu a experiência do OP em Porto Alegre/RS. Por conta das mudanças políticas ocorridas no município e mediante convite para trabalhar junto ao governo do Estado do RS, à época sob gestão do PT (1999 - 2002), pediu exoneração do município em 1999 e trabalhou até 2002, via contrato de consultoria, no Departamento de Agroindústria, Cooperativismo e Comercialização da Secretaria Estadual de Agricultura do Rio Grande do Sul. Em março de 2003, foi convidado pela equipe gestora da SDT para coordenar, como consultor pelo IICA, o trabalho da secretaria nos três estados do Sul e na região Sudeste.

O quadro 4 apresenta, de forma sintética, as experiências que cada um dos sujeitos entrevistados tiveram ao longo de suas trajetórias, agrupadas conforme dimensões de análise importantes para compreensão dos fluxos e que serão tratadas na próxima seção.

Um primeiro aspecto que se destaca nos dados do quadro abaixo é a multiplicidade de experiências entre os/as entrevistados/as. Neste sentido, importante destacar que apesar da participação em diversos espaços, diferente de outras pesquisas realizadas (MISCHE, 1997; OLIVEIRA, 2011), não podemos considerar, na maioria dos casos, que esses atores tenham o que MISCHE (1997) denomina militância múltipla. Isso porque os espaços de participação/experiências mudaram ao longo da trajetória e nesse percurso eles/as acabaram deixando de participar de um ou outro espaço, não havendo uma concomitância (movimento/partido/igreja) como em outros casos analisados. Como vimos em algumas trajetórias, alguns sujeitos tiveram experiências junto às pastorais, mas posteriormente perderam esses vínculos. Já outros/as chegaram a se filiar ao partido em determinada época, mas posteriormente não mantiveram uma atuação/vinculação. O que as trajetórias nos mostram é que as experiências acumuladas, sincrônicas ou não, são elementos importantes para compreensão dos fluxos.

Em segundo lugar, os dados do quadro apontam a centralidade do meio universitário na trajetória dos sujeitos, seja por meio da participação no movimento estudantil universitário (presente na trajetória de 16 dos/as 22 entrevistados/as) ou da participação em projetos de pesquisa ou extensão universitária (presente na trajetória de 10 dos/as 22 entrevistados/as). A participação no movimento estudantil e/ou nos projetos se constituem em experiências centrais para a formação de vínculos entre futuros profissionais, a aproximação com outros movimentos sociais e com espaços futuros de inserção profissional. Além disso, essa participação contribuiu para um tipo de formação acadêmica específica e de vinculação com determinadas temáticas que em certa medida os especializaram: agricultura alternativa/agroecologia, sustentabilidade, agricultura familiar, reforma agrária, entre outros temas que divergiam, à época, da formação acadêmica tradicional. Soma-se o fato de 15 dos/as 22 entrevistados/as cursarem uma pós-graduação nestas mesmas temáticas. Considerando a escolaridade à época do ingresso na SDT (quadro 3), verifica-se que 13 dos/as 22 entrevistados/as já haviam concluído uma pós-graduação

(especialização ou mestrado), o que indica um alto nível de escolaridade entre a maioria dos/as entrevistados/as.

Outro aspecto que se destaca no quadro 4 são as experiências dos sujeitos em projetos voltados para o desenvolvimento rural/local/regional, seja via atuação em ONGs, presente na trajetória de 16 dos/as 22 entrevistados/as, seja via programas ou projetos vinculados à Organismos Internacionais (FAO, ONU, BID, GIZ, IICA), presente na trajetória de 12 dos/as 22 entrevistados/as, podendo os mesmos terem trabalhado em um ou mais desses espaços ao longo da trajetória. Neste tipo de experiência, destaca-se a atuação significativa entre os/as entrevistados na gestão pública, visto que 16 dos/as 22 entrevistados/as atuaram, seja via ocupação de cargos ou consultorias, tanto na elaboração quanto na implantação de projetos em governos estaduais, em administrações lideradas pelo PT.

Como veremos a seguir, ter integrado governos estaduais, seja via ocupação de cargos ou via consultorias, pode ser considerado um elemento importante tanto para o estabelecimento de redes profissionais/militantes como para reforçar esquemas de reconhecimento que contribuem/viabilizam a inserção posterior no governo federal. Observa-se ainda que esta inserção em governos estaduais, no caso de pessoas não vinculadas à empresas públicas, é a via de acesso ao Estado. Ou seja, o trânsito para órgãos estatais é anterior à chegada do PT ao governo federal. Neste sentido, esta etapa anterior de inserção em níveis subnacionais é central para compreender a chegada desses atores no nível federal.

Destaca-se ainda a vinculação dos/as entrevistados/as ao partido político (PT). Depois da participação no movimento estudantil universitário e da experiência em projetos, a vinculação ao partido político é o espaço de atuação mais recorrente, presente na trajetória de 12 dos/as 22 entrevistados. O quadro aponta ainda para a relevância das experiências advindas do círculo familiar, mencionadas por 12 dos/as 22 entrevistados/as e que contribuíram para as escolhas profissionais e futuros espaços de inserção militante e profissional.

Quadro 4. Tipo de experiências relevantes para a análise, vivenciadas ao longo das trajetórias, até o ano de ingresso na SDT

	Experiências políticas familiares/comunitárias		Vínculos com movimentos sociais/partidos políticos					Experiências em projetos voltados para o desenvolvimento rural/local/regional						
	Círculo familiar	Serviço Igrejas	M.E.S	M.E.U	S/F	PP	AP	U	EP	ONG	OI	Cargos/consultorias		Pós-graduação
												Pref.	Gov. estadual	
E1	S	N	N	S	S	N	N	S	N	S	S	S	S	S
E2	N	N	N	S	S	N	N	S	S	N	S	N	S	S
E3	S	N	S	S	S	S	N	S	S	S	S	N	S	S
E4	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	N	S	N	S
E5	N	S	N	S	N	S	N	N	N	S	N	N	S	N
E6	N	N	N	S	N	N	N	N	N	S	S	N	S	S
E7	N	N	S	S	N	S	N	S	N	N	N	N	S	S
E8	N	S	N	N	N	S	S	N	N	S	N	N	S	S
E9	S	S	N	S	N	N	N	N	S	N	S	N	S	S
E10	N	N	N	S	S	S	N	N	N	S	N	N	S	S
E11	N	S	N	S	S	S	N	S	N	S	S	N	N	N
E12	S	S	N	S	S	S	N	S	S	S	S	N	S	S
E13	S	S	N	N	N	N	N	N	N	S	N	N	S	N
E14	S	S	N	S	S	S	N	S	S	N	S	S	S	S
E15	S	N	N	N	S	N	N	N	S	N	N	N	N	S
E16	N	N	N	S	S	S	N	N	N	S	N	N	S	N
E17	S	N	N	N	N	N	N	N	S	S	N	N	N	N
E18	S	N	N	N	N	N	N	N	S	S	S	N	N	S
E19	S	S	S	S	N	S	S	N	N	N	S	N	S	S
E20	S	N	N	S	N	N	N	S	N	S	S	N	N	N
E21	N	N	N	N	N	N	N	S	N	S	S	N	S	S
E22	N	N	N	S	S	S	N	N	N	S	N	S	S	N

Fonte: elaboração da autora

Obs.: *Círculo familiar = familiares ou amigos próximos à família; Serviço Igrejas = pastorais da juventude, pastorais da terra, outras; M.E.S = Movimento estudantil secundarista; M.E.U = Movimento estudantil universitário; S/F = Sindicato/federação/confederação; PP = Partido Político; AP = Assessoria

Parlamentar; U = Projetos de pesquisa ou extensão desenvolvidos em universidades; EP = Empregado em empresas públicas (EMATER, EPAGRI, INCRA, outras); ONG = Atuação em organizações não governamentais; OI = participação em programas ou projetos vinculados à Organismos Internacionais (FAO, ONU, BID, GIZ, IICA)

** Utilizamos S, em caso afirmativo e N, em caso negativo. Como o quadro foi preenchido com base nas informações extraídas do conteúdo das entrevistas, o N foi assinalado em três situações: primeiro, pode ser que o/a entrevistado/a não tenha tido tais experiências; segundo, porque não tenha sido mencionado pelo/a entrevistado/a (por esquecimento ou intencionalidade) ou terceiro, não tenha sido captado pela pesquisadora.

5.2 ANALISANDO AS TRAJETÓRIAS E IDENTIFICANDO ELEMENTOS EXPLICATIVOS DO TRÂNSITO

Se na seção anterior descrevemos brevemente as trajetórias dos/as entrevistados/as e destacamos as experiências que foram acumulando ao longo da vida, até o ingresso na SDT/MDA, nesta seção o objetivo é demonstrar, a partir das entrevistas realizadas, como e por que as trajetórias se desenvolveram e como escolhas feitas por essas pessoas influenciaram nos tipos de fluxos ocorridos. À medida que destacamos essas questões, identificamos elementos comuns nas trajetórias que podem nos auxiliar na compreensão e explicação do trânsito desses atores para o Estado.

Ao analisar as trajetórias dos atores pesquisados, é possível elencar uma série de elementos explicativos do trânsito. Por questões analíticas, os elementos estão destacados de forma independente, mas na trajetória dos atores não podem ser isolados, já que operaram de forma articulada e interdependente. Além disso, conforme a trajetória, alguns elementos incidiram e outros não, mas que no conjunto são elementos que devem ser considerados.

Um primeiro aspecto que chama atenção nas trajetórias é o ponto de contato, ou via de acesso, à determinado campo de ação estratégica sobre o qual nos determos melhor ao final dessa seção. Neste sentido, verificamos que o meio universitário (participação no movimento estudantil e/ou projetos de pesquisa e extensão universitária) é a principal via de acesso ao campo, conforme pode ser observado no quadro 5. Observa-se que por essa via, a maioria dos/as entrevistados/as (14 dos/as 22 entrevistados/as) foram colocados em contato tanto com temáticas quanto com atores relevantes para os trânsitos futuros. Se observarmos a descrição das trajetórias, verificamos que é a partir desse ponto inicial que começa a circulação. Usando uma metáfora, é nesse ponto que essas pessoas adquirem o passaporte, mesmo que experiências anteriores tenham sido relevantes para o ingresso na universidade, escolha do curso e aproximação com outros movimento sociais, tais como as influências do círculo familiar ou da participação em serviços da igreja, como as pastorais.

Quadro 5. Vias de acesso ao campo de ação estratégica e temática de inserção profissional

	Via de acesso ao campo					Temática de inserção profissional
	Serviços da Igreja	Movimento estudantil universitário	Projetos de Pesquisa ou Extensão universitária	Empresa pública	ONGs e/ou Projetos de cooperação técnica internacional	
E1						Agroecologia e Reforma Agrária
E2						Meio ambiente e Agricultura Familiar
E3						Agroecologia e Reforma Agrária
E4						Educação popular/planejamento participativo
E5						Reforma Agrária
E6						Meio ambiente
E7						Planejamento/povos e comunidades tradicionais
E8						Economia Solidária
E9						Reforma Agrária
E10						Agroecologia
E11						Agroecologia
E12						Reforma Agrária/ Agroecologia
E13						Economia Solidária
E14						Educação popular/planejamento participativo
E15						Agricultura Familiar
E16						povos e comunidades tradicionais
E17						Educação popular/reforma agrária
E18						Agricultura Familiar
E19						Meio ambiente
E20						povos e comunidades tradicionais
E21						Agricultura Familiar
E22						Agroecologia e Agricultura Familiar

Fonte: Elaboração da autora

É possível observar que a maioria dos/as entrevistados/as foi se vinculando com os movimentos sociais a partir das experiências vivenciadas durante os cursos de graduação, em universidades públicas federais (ou seja, em órgãos estatais), em parte pela vinculação do movimento estudantil à época com outros movimentos sociais. A fala de E4 é representativa da dinâmica relatada pelos/as entrevistados/as, independentemente da localização geográfica dos mesmos:

Na universidade é, eu militei também nas, umas das primeiras organizações do Movimento Negro dentro da universidade, é, o chamado Movimento Universitário Negro e tinha uma boa relação com vários dos movimentos de Casa do Estudante, o próprio Movimento de Evangélicos Progressistas de estudantes que a minha irmã fazia parte, que chamava Aliança Bíblica Universitária, era o pessoal progressista e outras organizações é, inclusive atuamos, nós atuávamos em conjunto com os movimentos sociais, sindicatos, pastorais. (E4, entrevista à pesquisadora)

Além disso, verificamos que a participação no movimento estudantil universitário é uma das etapas decisivas na trajetória, tanto para aproximação dos/as entrevistados/as dos movimentos sociais quanto de pessoas que ocuparam posições de destaque no campo. A fala de E12 representa a importância dos contatos estabelecidos durante a graduação:

Ali naquele período eu conheci boa parte das lideranças do movimento que depois algumas delas se espalham pelo Brasil a fora. O (nome da pessoa) que é do movimento sem terra que é uma liderança ali da região de Chapecó, o (nome da pessoa) que hoje é uma das lideranças do movimento sem terra em Pernambuco, mas ele é lá de Santa Catarina e participou das ocupações em Santa Catarina, depois que ele vira coordenador estadual daí ele é chamado pra vir para Pernambuco e ele acabou sendo uma das lideranças em Pernambuco. Então eu tenho essa ligação bastante orgânica dos movimentos a partir daí. Dentro do curso de agronomia aí a minha trajetória é mais dentro da militância do movimento estudantil de agronomia mais.. [...] quem trabalhou muito dentro do governo FHC e dentro deste programa era..foi o (nome da pessoa) que depois vai pro ministério do planejamento, etc, busca outra trajetória, que é companheiro nosso de militância dentro do movimento estudantil também, da época lá de Curitiba. (E12, entrevista à pesquisadora. Os nomes foram omitidos para preservar o anonimato)

O que verificamos também é que não se trata de uma participação marginal no movimento estudantil, mas sim de uma participação ativa dos/as entrevistados/as nesse espaço, ocupando cargos importantes. Além disso, foi nesta época também que a maioria dos/as entrevistados/as se filiaram ao PT, fato observado em várias falas, independentemente da localização geográfica dos mesmos, e que podemos observar na fala de E16:

Foi... eu vivi todas as fases de, de articulação política no, e, na, na universidade, DCE... fui, só não fui presidente do DCE, mas fui coordenador do Departamento de Agronomia, a, fiz parte de várias gestões do DCE, é, e aí iniciei minha militância política né, inicialmente no PC do B, depois no PT.

E aí foi uma época em que o Acre tava surgindo as suas lideranças né, época que, que Chico Mendes é, começou toda aquela luta né, pela, pela reforma agrária dos seringueiros, que era as RESEX. Na época que eu entrei (na faculdade) a Marina Silva tava saindo...E, e aí todas as lideranças locais começando a se candidatarem a vereador, a, a deputado estadual, tinha o Tião Viana, tinha o Jorge (Viana) e todo mundo, todo o PT se organizando no Estado né, ainda era muito frágil mas a gente já fazia campanha e saía. (E16, entrevista à pesquisadora)

Além da participação ativa, se destaca o envolvimento em ações inovadoras do movimento estudantil, que marcaram época e tiveram destaque nacional, contribuindo tanto para o reconhecimento dos/as envolvidos/as à época quanto para as relações futuras. Relata o E12:

Minha última atividade pelo movimento estudantil foi organizar a nível nacional o primeiro estágio de vivência de estudantes de agronomia. Então tem até vídeo sobre isso tudo criado ali da..da... aí nós trouxemos cinquenta estudantes de agronomia pra estágio de vivência, estruturamos todo um momento em Florianópolis de cinco dias de preparação, depois fomos...depois os vinte dias em campo, depois mais três dias digamos de análise de toda essa vivência. Eu percorri todos os assentamentos, fomos de assentamento em assentamento que iam receber os estudantes preparando os acampamento pra..e aí foi aí que aprofundou ainda mais a relação com o (nome da pessoa) que era da coordenação estadual e hoje ele é da CONCRAB. Toda essa aproximação com todas essas lideranças do movimento discutindo porque eu era coordenador em oitenta e nove nós criamos no movimento os núcleos permanentes, os núcleos temáticos permanentes. Então cada escola liderava um tema, então tinha a escola que liderava um tema de currículo, da melhoria do currículo, outra escola liderava o tema da agricultura alternativa, outra a questão dos agrotóxicos, outra a relação com os movimentos sociais. E eu coordenei o núcleo permanente de relação com os movimentos sociais e nessa relação que a gente criou esse estágio de vivência como forma de aproximação dos estudantes ao movimento e de internalizar mais o movimento e o movimento contribuir inclusive com o debate curricular. (E12, entrevista à pesquisadora)

Além dos aspectos já destacados, a participação no movimento estudantil também contribuiu para a mobilidade e o estabelecimento de vínculos com pessoas de outras regiões do país. Nas falas dos/as interlocutores/as é possível verificar a relevância desse elemento da trajetória para formação de redes de profissionais ligados à defesa das mesmas causas. A fala de E1 representa essa experiência, comum aos demais sujeitos entrevistados:

[...] mas a gente sempre tava viajando a nível de Brasil, América Latina, a gente sempre tava, durante a graduação, dos congressos, organizando quando era o caso, a gente organizou o lá no Chile e aqui em 1998, foi o último ano. Mas eu fui para Mossoró em 1994, depois todo ano eu ia, só não fui em 1997, (sempre) pela FEAB. (E1, entrevista à pesquisadora)

Verificamos que algumas pessoas que trabalharam na SDT/MDA se conheceram a partir da vinculação no movimento estudantil, ou seja, dez anos antes de ocuparem espaços no governo federal:

Eu já conheço a E3 de outros carnavais ... da época do movimento estudantil. A gente (ao se referir à E11) já se conhecia do movimento estudantil [...] da época da FEAB, eu fui...particpei do CONEA de Florianópolis até Mossoró [...] e o E11 já era recém formado, mas ele tá ajudando na organização e tudo mais (E12, entrevista à pesquisadora)

Além do movimento estudantil, a participação em projetos de extensão ou outros projetos desenvolvidos pela universidade junto à organizações de movimentos sociais foi outra via de acesso importante ao campo, como espaço importante da constituição profissional dos sujeitos, o que pode ser observado na fala de E20:

Aí eu dentro da universidade eu entrei num programa de bolsa de extensão, que foi assim foi o programa onde me deu toda capilaridade pra eu ser o que eu sou, o que eu...essa minha trajetória que eu segui, que o programa de extensão interdisciplinar ele funciona dentro da universidade federal, da proreitoria de ações comunitárias e esse programa ele trabalha, ele sempre trabalhou com uma visão interdisciplinar. E a gente ia pras comunidades então no meu segundo semestre de ciências contábeis eu já fui e já comecei a trabalhar [falha no áudio] lá no curso que eu fazia trabalhando um pouco para que as comunidades pudessem [falha no áudio] gestando o que [falha no áudio] propus, então minha grande, minha primeira grande experiência com trabalho comunitário, isso [falha no áudio] foi quando [falha] desse programa [falha] trabalhei três anos numa comunidade de pescadores lá em João Pessoa chamada Praia da Penha. (E20, entrevista à pesquisadora)

Mesmo a Universidade sendo a principal porta de entrada ao campo e contato com um conjunto de organizações, estatais e não governamentais, outras experiências também se destacam. Entre elas está a participação, especialmente durante a adolescência, nas ações da Pastoral da Juventude. Verificamos que naqueles/as entrevistados/as que tiveram tal experiência, esta acabou, em certa medida, influenciando na relação com determinados movimentos sociais, com as escolhas profissionais, com a aproximação e filiação ao PT e com o tipo e local de inserção profissional. A fala abaixo expressa uma fala recorrente nas entrevistas dos sujeitos que participaram da pastoral da juventude e a influência desta vivência no processo de formação, na vida dos sujeitos e suas escolhas futuras:

[...] que quem foi determinando, foi as discussões sobre a teologia da libertação e as experiências com as comunidades eclesiais de base. Acho que isso aí foi o que teve de mais marcante, isso definiu quais as linhas que eu queria seguir, quem eu queria ser, pelo que eu gostaria de lutar, me deu rumo né, que eu sigo até hoje. (E11, entrevista à pesquisadora)

Essa influência é ainda mais significativa quanto maior a intensidade de contato, como no caso de E19:

[...] e lá, desde da, do jardim da infância eu estudei numa escola, (nome da escola) que tinha algumas freiras que tinham sido da JEC, que... Juventude Estudantil Católica nos eu anos 60, então na quarta série primária eu entrei no primeiro grupo de jovens, então da quarta série em diante na minha vida eu

sempre tive uma reunião por semana, na minha vida, ah.. então eu era do grupo de jovens da escola, na oitava série eu fui presidente do grêmio estudantil, a primeira presidente do ensino, do primeiro grau né... sempre ganhava na chapa o ensino médio né, que era o magistério mas naquele ano nós ganhamos, ih... então eu tive já na minha infância assim um processo de politização inicial muito cedo né... Via escola! Via escola, ih... ah... era um ano de, um período de efervescência política, final da ditadura e havia algumas irmãs, algumas freiras muito interessantes assim né... aí ah... foi o ano internacional da juventude a gente já participou do primeiro congresso aqui em Viamão na oitava série, então desde ali eu me envolvi fortemente com o movimento de jovens católicos vinculados à pastoral da juventude geral e quando eu entrei no ensino médio eu fui uma das fundadoras da pastoral de juventude estudantil que é a PJE, e aí ah... nós lá em Camaquã nós tínhamos um grupo do qual, no qual nós não deixávamos as freiras participarem né, esse era só de estudantes, na pastoral geral elas participavam mas na estudantil eram só os estudantes, ali foi um como... eu tinha a possibilidade de participar das reuniões regionais e estaduais a gente, eu fiz o magistério, então eu participava de dois movimentos, da pastoral de juventude estudantil da pastoral geral que era do grupo de jovens e também da... do PT (E19, entrevista à pesquisadora)

Outra dimensão importante destacada no Quadro 4 e presente na trajetória de 12 dos/as 20 entrevistados/as são as influências do círculo familiar e de suas origens. Conforme destacado na descrição das trajetórias na seção anterior, existem diferentes motivos. E14, assim como outros, destaca a dimensão dos valores aprendidos na família:

sou de uma família de oito filhos, de um pai e mãe que tiveram só primário, mas foi dentro da minha casa que eu aprendi tudo que eu sei de respeito um pelo outro [...]. Fatores importantíssimos da minha vida, eu aprendi sobre isso [do que eu sei sobre comunismo, socialismo, sobre associativismo] foi na minha casa né.. [...]. Então eu acho que toda minha história, todo meu envolvimento, todo meu compromisso com o comunitário, do coletivo ele veio da minha formação familiar, entendeu? (E14, entrevista à pesquisadora)

E9 por sua vez, assim como outros, destacam o contato com a pobreza rural na infância:

Eu acho Carla que não existe assim na vida da gente, não existe um momento que você pára e diz "eu vou fazer isso" você já tem uma série de injunções que vai levando você por determinados caminhos. Por exemplo, se eu disser porque é que eu trabalho com pobre, minha mãe era parteira até 70 anos de idade. Na minha casa era cheio daquelas mulheres do sítio que vinham consultar com minha mãe porque não tinha médico. Ela fez nascer metade da cidade onde eu nasci, então eu sempre fui já uma pessoa que física, mental, não acho da opção no ar, você tem uma raiz, a minha raiz é de uma cidade pequena do nordeste, no interior, no sertão e essa raiz me conduziu a eu ver o mundo através dessa janela que é de trabalhar com os segmentos sociais mais precarizados do campo. Se tivesse pintado alguma oportunidade de trabalho com segmentos urbanos, se tivesse a oportunidade, teria trabalhado também. (E9, entrevista à pesquisadora)

Já E18 destaca, assim como outros, a relação das origens com a escolha da profissão, escolha pelo local de trabalho:

E aí quando eu terminei o curso de serviço social e aí passei pra parte técnica da secretaria de educação e comecei a me.. “aí quero fazer outra coisa, não quero ficar ó aqui não”. Aí apareceu um concurso na EMATER de Alagoas, a empresa de extensão rural do estado de Alagoas, aí fiz o concurso, passei. [...] tinha uma coisa que em atraia na EMATER que era o trabalho que ela fazia, que era o trabalho na área rural que eram onde estavam minhas origens né (E18, entrevista à pesquisadora)

E12 salienta a importância do irmão para sua vinculação ao movimento estudantil:

E aí quando vou pra Florianópolis, oitenta e cinco são as grandes ocupações de terra, antes mesmo de entrar na agronomia eu já acompanho o pessoal do diretório acadêmico, junto com o (nome do irmão) lá, a fazer uma primeira visita ao acampamento. Ajudar a fazer parte das comissões que recebiam o pessoal daí acampou também na praça pra fazer pressão política e tudo mais. Então a gente se organizou internamente dentro do movimento estudantil pra ir de sala em sala, levava o pessoal que tava acampado ali, levava o pessoal do movimento a fazer as falas dentro de sala de aula pra explicar o que estava acontecendo, nós estruturamos todo um conjunto de argumentos demonstrado a importância da reforma agrária, etc, qual era a concepção que que tava em jogo. Então a gente ia em todos os cursos de dentro da UFSC passando de sala em sala de aula fazendo essas apresentações. E aí eu entro no curso de agronomia e, digamos assim, já com esse vínculo com o movimento estudantil, já vindo dessa trajetória do (nome do irmão) que já tinha sido da federação nacional dos estudantes de agronomia, o (nome do irmão) tinha tido uma trajetória política muito grande dentro do curso de agronomia, reconhecida aí até hoje. (E12, entrevista à pesquisadora)

E1 por sua vez destaca a importância da origem familiar, dos amigos, da região onde nasceu e das organizações lá instaladas para sua aproximação ao MST, previamente ao ingresso na universidade:

P: foi a tua primeira experiência os assentamentos? I: não porque lá em Francisco Beltrão foram onde surgiram os primeiros assentamentos né do Brasil né (P: e aí tu já tinha envolvimento?) a gente já conhecia porque nesse grupo de amigos que eu falei lá que a gente tinha a associação de defesa tal a gente também ia visitar algumas outras coisas, entre isso os assentamentos. Tinha um monte de gente que trabalhava na época na Emater, nem era Emater ainda era Acarpa então, a gente se envolvia nesse meio também, lá que surgiram os primeiros assentamentos no Brasil né, na região ali tinha questão, ali tinha muita área no sudoeste, teve todas aquelas brigas, aquelas revoltas dos posseiros, tal e ali tinha muita questão de barragens né, são sete barragens ao longo do rio Iguaçu, né e a maior é lá a Foz do Iguaçu, mas tem Iguaçu e Paraná, mas então ali tinha muito é é excluídos das barragens né, pessoal que foi realocado tal, então ali mesmo tinha mesmo muito conflito de terras, então a gente já conhecia assentamento e já tinha esse envolvimento e os meus parentes também são agricultores né. Ali na região né (P: pequenos agricultores?) sim, 4, 5 hectares, bem pequenos (P: parentes da tua mãe e do teu pai?) é do meu pai, da minha mãe são agricultores mas no oeste catarinense. as origens todas são da agricultura, evidentemente [...]. Então a gente conhece esse meio né, não tá longe das origens, embora a gente não trabalhasse, fosse da cidade, urbano. Então em 98 a gente ficou o tempo inteiro, o ano inteiro fazendo esse trabalho voluntário, esse PA com

esse pessoal da psicologia da Universidade Federal, eles trabalhando lá mais, que eles tinham já que fazer o TCC, nós não, já tava quase me formando mas não tinha trabalho ainda, aí a gente ficou o ano inteiro fazendo o PA. (E1, entrevista à pesquisadora)

Outro aspecto importante nas trajetória é a influência das experiências pretéritas nas escolhas subsequentes. Verificamos que o interesse dos sujeitos no movimento estudantil ou nos diferentes projetos acabaram influenciando/reforçando seu interesse profissional e orientando suas escolhas profissionais, ligadas como vimos, a ações voltadas para o desenvolvimento rural sustentável, à reforma agrária, à agroecologia, mesmo que a época denominadas por outros nomes (agricultura ecológica, questão agrária, apoio aos pequenos agricultores, etc.).

Observamos que após formados, orientados pelas suas escolhas individuais, dependendo do contexto político-institucional, passaram a trabalhar ou nas empresas públicas de assistência técnica; ou nas organizações não-governamentais, mantidas em sua maioria com recursos provenientes de projetos de cooperação internacional e que apoiavam tanto a constituição quanto o fortalecimento dos movimentos sociais ligados à luta pela terra e ao desenvolvimento rural sustentável; ou em organizações (cooperativas de prestação de serviços) criados pelos próprios sujeitos, ou em projetos desenvolvidos por órgãos estatais, como a Embrapa, por exemplo. Nota-se, porém, que independentemente do tipo de organização ao qual estavam vinculados, a natureza das ações desenvolvidas era semelhante: eram ações públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável.

Então com a minha ida pra essa ONG eu viajava muito pro interior, a gente atuava em cerca de 70 municípios que apresentavam índice de pobreza absoluta do estado. O Maranhão cê sabe, disputava com o Piauí que era uma briga pra ver quem ficava em último lugar em desenvolvimento. foi uma época que existia fome né, que existia mortalidade infantil altíssima, enfim. Essa época o Brasil tava passando por, nessa época o Brasil em desigualdade acho que era o décimo país, não tenho certeza. Mas então eu tive contato com essa realidade da pobreza do campo e da falta de inversão, de interesse público, da desigualdade regional do país também. Das desigualdades dentro da própria região, enfim. Junto com esse meu trabalho eu ia passando por um processo de formação, de capacitação. A gente trabalhava em uma, com uma rede muito grande de outras organizações. A gente tinha acesso a muito material né, muita produção científica [...]. É nesse instituto, e esse instituto trabalhava apoiando também assentamentos, a gente tinha uma proximidade muito grande com o MST. A gente apoiava muito as ações de...os acampamentos. A gente ajudava depois que o assentamento era efetivado né, então a gente levava projetos por [falha no áudio] com organizações internacionais pra desenvolver projetos aí. A gente realizava projetos, diagnósticos participativos, a gente tinha uma relação boa com outras organizações de outros estados também. Essa época foi uma época muito rica de surgimento, de fortalecimento de ONG's, criação de redes sociais né, isso tudo tava nessa época foi uma época muito dinâmica. (E17, entrevista à pesquisadora)

Além disso, verificou-se que no caso dos trabalhos realizados em ONGs, estes sujeitos estavam vinculados à organizações que se destacavam pelo trabalho realizado e que já atuavam em redes. Por exemplo, um conjunto de organizações nas quais as/os interlocutoras/es trabalharam, integraram a Rede PTA /AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, criada pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), em 1982, a partir do apoio da cooperação técnica francesa e que atua, desde então, na constituição e em diversas redes da sociedade civil voltadas para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Essa rede é reconhecida nacional e internacionalmente pelo trabalho e, com certeza, ter trabalhado nessas organizações e ser reconhecido nesta rede é um elemento importante na trajetória dos atores, tanto para sua integração em determinadas redes técnico-políticas, como para a construção de reconhecimento/confiança e acesso às diferentes oportunidades de trabalho dentro do campo de ação estratégica, inclusive no Estado, quando das possibilidades ofertadas, inclusive à iniciativas estatais, anteriores ao Governo Lula:

Um dos trabalhos que eu fazia na ONG era organizar as equipes pra não só fazer assistência técnica, a gente trabalhava com o conceito de desenvolvimento sustentável que era uma coisa que nascia naquela época né, quando deu 92 começou o conceito a crescer. A gente organizava planos de desenvolvimento dos projetos de assentamento onde trabalhava o conjunto das várias dimensões que não só a econômica. Trabalhava o social... os PACS eles tiveram origem através da experiência [...] tinham, fazer parte da rede PTA que era Projetos e Tecnologias Alternativas e tinham os encontros nacionais e tinha os encontros regionais que discutia já agricultura orgânica, agricultura alternativa, essas coisas todas que depois virou a agroecologia. [...] A gente começou a trabalhar organizando planos de desenvolvimento com os técnicos das prefeituras, o poder local, de prefeituras previamente selecionadas a partir da concentração de assentamentos e a ideia era que nesse plano a reforma agrária aparecesse (E11, entrevista à pesquisadora).

Uma ilustração importante da relação das ONGs com políticas públicas é verificada e reforçada pela fala de E1, ao se referir à ONG na qual trabalhou. Assim como outras pelo Brasil, essa ONG contribuiu para a formulação do PRONAF e um de seus fundadores acabou ocupando o cargo de Secretário da Agricultura Familiar no Ministério do Desenvolvimento Agrário de 2003 a 2007. Além dele, outras pessoas ligadas à essa ONG também passaram, a partir de 2003, a ocupar cargos no MDA, entre eles, a pessoa que atuou como primeiro consultor estadual da SDT no Paraná, responsável pelo apoio à implementação dos primeiros territórios deste estado, como

consultor do IICA. Ou seja, ao fazer parte dessa rede E1 não só acompanhou o trânsito dessas pessoas para o governo federal, como teve posteriormente acesso às oportunidades ofertadas:

praticamente saiu um monte de pessoas quando o Lula ganhou o governo né, então saíram, tínhamos acho que em torno de 15 técnicos, uma quantidade bem grande de pessoas trabalhando né, aí saiu o (nome da pessoa) que ele foi lá pra Brasília, no MDA que era meu colega de trabalho, depois ele foi secretário e era coordenador do Pronaf, depois ele foi secretário da agricultura familiar, o (nome da pessoa) foi lá inicialmente o secretário da agricultura familiar, o (nome da pessoa) trabalhava com o departamento de agregação de valor, o (nome da pessoa) também já havia saído e já havia assumido no próprio governo do FHC a secretaria de agricultura familiar, o (nome da pessoa) também, o (nome da pessoa) também foi pra Brasília e ele assumiu um trabalho na SRA, reordenamento agrário, então, boa parte dos técnicos saíram e foram para Brasília (E1, entrevista à pesquisadora)

Além disso, independentemente do tipo de organização ao qual estavam vinculados, dialogavam com órgãos estatais, seja por meio de convênios com prefeituras municipais ou por meio de consultorias para governos estaduais, aproximando o trabalho técnico com o campo da política. Em alguns casos os sujeitos acabaram realizando concursos públicos para ocupação de cargos em prefeituras ou outros órgãos estatais, mesmo que não tenham permanecido nestes. A maioria também tinha experiência de trabalho em projetos governamentais, federais, regionais ou estaduais na década de 1990 e conseqüente aproximação com a gestão pública na elaboração e/ou implantação e/ou execução de políticas públicas, sempre ligadas ao desenvolvimento rural sustentável, conferindo reconhecimento ao trabalho desenvolvido. A fala dos/as interlocutores/as da pesquisa expressa o reconhecimento criado a partir de outros contextos. E15 destaca a importância desse reconhecimento para ocupação dos cargos: “A SDT procurava nos seus colaboradores quem tinha algum perfil pra fazer o quê. Daí eles me convidaram e eu acabei virando DAS que tinha o DAS na época e talvez fosse mais fácil né e não foi um convite político pra ser DAS, foi um convite técnico né.”

Já E11 destaca a importância do tipo de trabalho desenvolvido e os vínculos tanto com os movimentos sociais quanto com órgãos estatais para ingresso na SDT: “a gente conhecia de movimento social, a gente conhecia de como se fazia implementação de política, a gente conhecia das redes sociais, a gente tinha relações com os governo.”

Esse aspecto do reconhecimento é também verificado na fala de E2, ao se referir às escolhas dos consultores contratados pelo IICA:

(eram pessoas) conhecidas...conhecidas, conhecedoras, então **pessoas que não eram inexperientes**, essas pessoas tem as suas redes e eles usam essas redes pra criar a estrutura do trabalho que eles estão desenvolvendo, então você não precisa chegar, ter presença direta até a ponta, você precisa ter, vamos dizer, os elos funcionando aí pra você chegar na ponta. (E2, entrevista à pesquisadora, grifo nosso).

Outro aspecto já mencionado, observado nas trajetórias e relevante para a compreensão dos trânsitos é que parte da equipe da SDT/MDA havia trabalhado como consultores/as. Destacam-se nesse cenário dois grandes projetos no Nordeste (Banco do Nordeste/PNUD e PNUD/BNDES) onde muitos dos quais se conheceram e formaram seus vínculos durante esse período e um grande projeto no Sul (RS Rural). Os projetos no Nordeste, assim como os demais projetos financiados pelas agências internacionais, utilizavam metodologias participativas de planejamento e organização de empreendimentos sociais e produtivos, incluindo eventos de capacitação. Esta metodologia foi posteriormente utilizada pela SDT como estratégia para implementação e desenvolvimento da política de desenvolvimento territorial junto aos territórios. Foi nesse período que parte da equipe que integrou a SDT participou da elaboração da Metodologia GESPAR - Gestão participativa para o desenvolvimento local - uma metodologia criada e sistematizada pelo projeto vinculado ao Banco do Nordeste e PNUD. Esta metodologia buscava promover a gestão participativa visando ao desenvolvimento, com ênfase na organização de pequenos agricultores e, por meio de oficinas, envolver prefeituras e outras organizações públicas e privadas em torno da elaboração de um plano estratégico e participativo de apoio ao desenvolvimento econômico local²⁷. A fala de E18 resume bem a relação da equipe desse projeto com a equipe da SDT:

Com esse trabalho do banco do nordeste tinha uma pessoa que coordenava os consultores, nós éramos (nome da pessoa), (nome da pessoa), (nome da pessoa), éramos umas dez pessoas, eu acho, isso ficava mais ou menos em Recife fora os tentáculos que a gente foi criando nos estados né. Porque a ideia era ter....a (nome da pessoa) participou nessa oportunidade, o (nome da pessoa) você conhece, tou citando nomes que eu sei que você conhece, a (nome da pessoa) que também trabalhou conosco lá no no...no MDA. É..então nós chegamos a ter uma equipe assim dos consultores diretamente contratados pelo PNUD, pela parceria do banco do nordeste PNUD, mais as equipes locais que a gente criava, incentivava nos municípios que eram foco do trabalho da gente, mais profissionais que foram assim se...se como é que eu podia...se apropriando da metodologia que a gente trabalhou. A gente sempre tinha eventos pra cada seis meses, a gente tinha evento de avaliação em Recife, a gente chegou a reunir oitenta pessoas vinculadas a esse trabalho diretamente né. Eu acho que a gente... esse trabalho conseguiu

27 Ver Parente e Zapata (1998); Goni, Silva e Cerqueira (1999) e Jordán e Zapata (1998).

deixar assim um corpo profissional voltado pra pra essas questões do investimento no social a partir das pessoas, da formação das pessoas, que deixou assim acho que um legado muito bom, sabe, Carla [...] Então, a gente, eu era responsável pelo trabalho no estado do Ceará, eu e o outro colega, o E12 tinha uma parte do estado do Ceará e eu uma outra parte do estado do Ceará também né [...] (nome da pessoa) também, você conheceu (nome da pessoa)? (E18, entrevista à pesquisadora – os nomes das pessoas que trabalharam posteriormente na SDT foram omitidos).

Destaca-se ainda que a ONG, na qual o secretário da SDT/MDA trabalhou, participava diretamente das ações desses dois grandes projetos. Foram anos de trabalho, convivência e admiração pelo trabalho realizado e que posteriormente geraram os convites para compor a equipe da SDT, tanto de forma direta pelo secretário, como o caso relatado por E18, ou pelos consultores já estabelecidos na SDT, como o caso relatado por E20:

Aí chegou 2003 e a gente começou a caminhar lá pra o MDA, aí primeiro foi o E12 que foi convidado pelo secretário da SDT pra desenhar a aquele trabalho todo dos territórios, territórios rurais. O secretário da SDT que conhecia o trabalho da gente né porque é sergipano, Sergipe tinha ação nossa né, aí 2004 foi quando o E12 me convidou pra ir fazer trabalho..também lá na área...ajudar a escrever um documento sobre gestão né de...sobre gestão social né, sobre gestão participativa, bom aí em 2005 eu comecei a ir pra...eu comecei a ser já convidada pela SDT pra moderar eventos, né pra fazer algumas temáticas.. eu ia prestar o serviço pela ONG num convênio que tinha com a SDT. Depois em 2006 assumi a Coordenação de Desenvolvimento Humano da SDT, aí eu licenciiei da ONG e fui nomeada coordenadora DAS4. (E18, entrevista à pesquisadora)

Então, por exemplo, quando eu recebi o primeiro telefonema foi o E12 que me ligou (em 2003) né dizendo que tavam com essa experiência que tinha sido criada na secretaria lá em Brasília e que se ia trabalhar a temática de desenvolvimento territorial e que se tinha a possibilidades dessas áreas de atuação né que a gente trabalhado se tornar um desses territórios e independente das articulações, o que os conselhos estavam lá eles iam decidir. No caso do território onde eu trabalhava se formou hoje chama-se território do meio do sertão e foi ampliadíssimo porque são 24 municípios. Mas por todas experiências e por toda a vivência eu fui uma das pessoas aqui na Paraíba, foi eu, meu amigo (nome da pessoa), minha amiga (nome da pessoa) que todos eles trabalharam na política de desenvolvimento territorial, posterior que fomos convidados pra ajudar a fazer as primeiras oficinas sobre desenvolvimento territorial e mais algumas pessoas de entidades e que já tinham conhecimento. Por que as primeiras oficinas nós fizemos de grátis, gratuita. Eles tavam atrás de voluntários. Ai se mandou, demorou um tempo a SDT dar algum retorno, na realidade a gente só veio a ser contatado de novo lá para acho, para março ou abril de 2004. Ai em março e abril de 2004 eu já fui convidada pra participar do embrião da rede nacional de consultores em desenvolvimento territorial. (E20, entrevista à pesquisadora, grifo nosso)

É possível afirmar que essa e outras experiências com projetos financiados por organismos/agências de cooperação internacional em outros contextos conferiram uma *expertise* a esse grupo de pessoas. O papel das agências de cooperação internacional na disponibilização de recursos financeiros e materiais ao longo das

décadas no Brasil foi central tanto para a execução de projetos que posteriormente transformaram-se em políticas públicas, quanto para qualificação de equipes técnicas, capacitadas na utilização de metodologias participativas. Parte da experiência comprovada dos profissionais que transitaram, foi adquirida no trabalho junto aos projetos apoiados pelo PNUD, pela FAO, GIZ e IICA. A fala de E21 representa o acúmulo de experiências que os/as consultores/as já tinham ao entrar na SDT/MDA, fruto do trabalho realizado como consultor/a em outros projetos:

Realmente tinha tudo a ver comigo (trabalhar na SDT) porque eu era cria da GIZ, a gente inventava metodologias participativas, a gente criava metodologias participativa e naquele momento o trabalho da SDT era muito isso as oficinas era quem dominava metodologia participativa era as pessoas que tinham ideias pra fazer isso (E21, entrevista à pesquisadora)

Por outro lado, as consultorias também atendem os interesses pessoais dos/as próprios consultores/as. Ao serem questionados sobre outras possibilidades de trabalho, E21 destaca esse aspecto:

Eu sempre fui consultor, não é que eu não tivesse vontade, eu até tinha vontade muito muito motivado por essa minha característica de ampliar meus conhecimentos. Eu sempre tive vontade de atuar no setor privado, porque acho que deve ser muito diferente, mas eu nunca consegui porque a minha formação, toda a minha formação profissional e a minha experiência profissional ela é muito pública, ela é muito voltado pro público, muito voltada pro público e voltada pra pobreza rural. Então a gente não tem ainda muito espaço nas empresas privadas pra trabalhar com essa preocupação com a pobreza rural, não tem muito esse espaço. Mas se tivesse eu gostaria de ter trabalhado também assim como eu gostaria de ter tido experiência de participar de um governo municipal. Nunca tive nem governo municipal, nem empresa privada porque eu sempre trabalhei com a pobreza rural aí dificilmente (E21, entrevista à pesquisadora)

Ao observarmos as trajetórias, verificamos que a maioria prestou consultoria para mais de um projeto, trabalhando de forma temporária em ações/projetos específicos, governamentais ou não, na maioria financiados com recursos de organismos internacionais, em posições instáveis. Esta instabilidade leva ou demanda uma permanente busca de novas consultorias, vai ampliando os contatos e a experiência, porque apesar de serem projetos diferentes, o tipo de trabalho é mais ou menos o mesmo, gerando reconhecimento. Além disso, quando precisam de determinado tipo de profissional, sabem que estas pessoas, por ocuparem cargos instáveis, podem estar disponíveis para aceitar o trabalho, além de já saberem como fazer, sabem o funcionamento dos projetos e se sujeitam às condições impostas pelo trabalho como consultor/a, especialmente a forma e prazos de pagamento.

Desde a elaboração do modelo analítico nos interessávamos por compreender como as redes operaram no caso estudado. Além das questões já destacadas na descrição das trajetórias, observamos a importância das redes e dos vínculos formados nos diferentes contextos e em diferentes momentos da trajetória, conforme destacado nesta seção. Destacam-se tanto os vínculos construídos durante o período de graduação quanto dos locais onde trabalharam e como essas redes foram mobilizadas, como no caso de E22, e que operaram tanto para inserção em ONGs quanto para atuação no governo do estado do RS, o que é comum em outras entrevistas:

O (nome da pessoa), ele era de Viçosa, conheci no movimento estudantil e ele trabalhava na ONG, em Chapecó, né, era... era uma ONG importante, também, como era o Centro X, na época, em Chapecó Eh, e aí o (nome da pessoa) disse "E22, a gente vai abrir uma seleção, aqui, na ONG, porque eu tô saindo da ONG pra trabalhar pro..." pro então deputado federal, na época, se elegeu, que era o José Fritsch, né, quando ele se elegeu deputado federal. Antes até de ser prefeito ele se elegeu deputado federal por Chapecó "e ele me convidou, eu tô indo chefiar o gabinete dele em Brasília, eu tô saindo da ONG, você quer vir para cá fazer a seleção?" Aí eu fui, né, fui, acho que foi... a minha formatura foi dia... final de fevereiro, dia 2 de março eu fui lá pra... pra ONG, pra Chapecó, fazer a seleção da ONG. Entrei, lá, na sala, lá, da seleção, era uma provinha, lá. Tinha uns... 30 pessoas e o povo tudo gente experiente, tudo gente, assim, pessoal que eu conhecia do movimento estudantil, tinha gente do Brasil inteiro, "meu Deus do céu, o que que eu tô fazendo... olha, só cabra bom, aqui, né, é isso mesmo? Então tá, né", mas fiz a prova, depois eu fui pra entrevista, fiz entrevista. Aí o... o (nome da pessoa), que era o coordenador disso, da época, (nome da pessoa), né, o vulgo (nome da pessoa), eh, ele... ele disse o seguinte assim "ó, E22, passou... passou outra pessoa... quem passou pra essa vaga foi o (nome da pessoa)", ele já era um... (nome da pessoa) né, "mas a gente vai abrir aqui vários convênios da ONG com prefeitura, né, e a gente selecionou algumas pessoas, aqui, que nós vamos chamar." (E22, entrevista à pesquisadora)

Aí fui, é, em março, um amigo meu que trabalhava no... aqui no Rio Grande do Sul, no governo do estado como consultor, ele ligou lá prefeitura de Coronel Freitas porque o Sabor Gaúcho, aqui no Rio Grande do Sul, né, estava precisando de um veterinário que entendesse de agroindústria familiar e lá na prefeitura tinha o nosso veterinário, lá, que era o doutor Jorge, na época. Era um cara muito bom, entendia muito disso. Ligou pra falar com ele "oh, fulano", "oh, (nome do amigo)", gente se conhecia tudo, ali. Aí tá, tá, tudo bem, porque o (nome do amigo) fez um estágio comigo uns anos, uma época ainda na ONG, lá. Aí disse... fez o convite pro fulano. O fulano respondeu "não, tô bem, aqui na prefeitura, tal, não me interessa, mas tem o E22, aqui", "o E22?", "é, o E22, ele não é veterinário, ele é agrônomo, mas ele entende de agroindústria tanto quanto eu, né. Não quer falar com ele?" Aí me deu o telefone "fala aqui". "Quem é?" oh, (nome do amigo), quanto tempo, não sei o que, tal, beleza", "oh, E22 a gente tá aqui no aqui no Sabor Gaúcho assim, assim, precisando de uma pessoa assim, assim, assim o fulano indicou teu nome. Você não tá a fim de vir aqui fazer uma entrevista, conversar com a gente?" Isso era na quinta-feira. Aí eu falei "não, eu vou". Falei com a minha esposa, na época, ainda peguei o ônibus no domingo à noite e fui pra Porto Alegre segunda de manhã, amanheci em Porto Alegre pra fazer a entrevista, né. Cheguei na entrevista, fiz a entrevista, né. (nome da pessoa) era o diretor do departamento, na época, do DAC - Departamento

de Agroindústria, Cooperativismo e Comercialização e coordenava o programa Sabor Gaúcho. Ele disse "olha, gostamos de você, E22, só que aqui o contrato é um contrato de consultoria, é um contrato de consultoria via IICA", na época, já, né, o governo do estado tinha um acordo de cooperação com o IICA....(E22, entrevista à pesquisadora)

Além disso, mais do que relações laborais ou partidárias, muitos dos sujeitos desenvolveram ao longo de suas trajetórias relações de afeto e confiança, destacado por E18, mas que aparece também em outras falas:

[...] que foi o resultado é...aliás, se formando por essas relações, relações de afeto, relações de competência, relações profissionais que se formou nesse período com o trabalho do BNB/PNUD, esse foi um trabalho assim muito...com uma proposta muito boa, eu acho, daquela época, entende..do...do próprio banco de ousar fazer o que eles fizeram. Então...também e acho que a equipe deu um norte, a equipe toda deu um norte bom nesse trabalho todo. (E18, entrevista à pesquisadora)

Outro aspecto relevante é o papel de circulação de informações por meio das redes estabelecidas e mantidas, tanto de notícias sobre editais, informações sobre ocupação de cargos, realização de convites, notícias sobre possibilidades de trabalho e parceria. A fala de E21 expressa essa dinâmica de manutenção dos contatos:

P: E como é que tu ficou sabendo dessa...da rede de colaboradores, como é que tu foi pro MDA? I: Tá, é essa mesma amiga minha a (nome da pessoa) que morava em Belém I: Então foi a (nome da pessoa) que tu conhece I: Ela e a (nome da pessoa), a (nome da pessoa) e a (nome da pessoa) I: E aí ela falou pra mim "E21, tá tendo uma rede de colaboradores tu não quer fazer parte acho que tem tudo a ver, a tua cara e não sei o que" [...], aí "ah com certeza eu quero fazer parte". Ai mandei meu currículo fui selecionado e passei a fazer parte disso. Aí começou que tanto a (nome da pessoa) quanto a (nome da pessoa) que era do Amazonas eu já comecei também por aí era articuladora estadual do Amazonas e a (nome da pessoa) também era do Amapá elas começaram a me chamar direto pra fazer as oficinas de desenvolvimento territorial do estado do Amapá, do Amazonas e do Pará. Então eu tenho, já imaginas aí que eu não tive tempo pra fazer mais nada na minha vida a não ser oficina da SDT. Então eu me desvinculei completamente da GIZ, acabei minhas consultorias lá, e fiquei fazendo esse trabalho da SDT, esse trabalho mais de base dos territórios no Pará, no Amapá e no Amazonas. Eu não tinha mais vida própria. (E21, entrevista à pesquisadora – os nomes foram omitidos)

A fala de E10 destaca a importância da circulação de informações sobre pessoas ligadas ao campo e os espaços por elas ocupados e como as redes operam como vias de aproximação importantes:

Eu fiquei sabendo que na secretaria de desenvolvimento territorial, na época, agora mudou o nome é secretaria de desenvolvimento rural. Tinha um amigo meu, um colega da Bahia, de quando eu trabalhei na Bahia que é o (nome da pessoa) e aí eu entrei em contato com ele, eu já não queria mais ficar no Itesp, a situação lá tava muito difícil, além de salário ruim perseguição política e tal, aí eu queria sair de qualquer jeito, aí eu soube que o (nome da pessoa) tava na secretaria falei com ele e ele falou que eles estavam implantando toda essa política de desenvolvimento territorial que pra São Paulo iria precisar de

um consultor, aí ao mesmo tempo a E3 também queria sair do Itesp, a gente trabalhava no mesmo órgão, aí também eu sugeri o nome dela pra ele, a gente até em Brasília conversar eu acho, na época conversamos com o E2 e o E9 que já estavam, participaram desde o início da formação da SDT, aí a gente conversou mas foi aquele primeiro contato e depois os editais saíram e a gente foi se engajando. (E10, entrevista à pesquisadora)

No caso da trajetória dos atores, fica claro que os trânsitos em direção aos órgãos estatais está diretamente ligado à presença de ativistas institucionais nos governos. Houve uma opção no caso estudado de compor equipes a partir dos cargos de nomeação discricionária, da contratação de consultores (com determinados critérios de seleção que valorizam determinadas trajetórias) e da relação com entidades parceiras. Sem esse esforço, as possibilidades de trânsito para o Estado seriam outras, muito mais limitadas. A fala de E11 expressa a ação deliberada do gestor à época na forma de compor equipes, em parte utilizando as condições institucionais já existentes, e em parte convidando atores de fora do Estado para compor as equipes de trabalho:

Quando o (nome do secretário) assume, antes dele assumir, ainda na transição ele já disse ó, tu fica aí porque na virada do ano quando o Lula assumir vai ser criada a secretaria e eu quero que tu fique comigo na secretaria [...] Então eu virei o coordenador desse projeto de coordenação técnica com o IICA pra virar esse projeto de coordenação técnica pra contratar consultores, pra contratar gente e pra dar vida a SDT, nos primeiros três meses [...] Porque naquela época o governo era uma máquina muito pequena, MDA não tinha funcionários, o INCRA já não tinha mais concurso faz um monte de tempo, então não tinha quadros governamentais, a SAF mesmo no governo Fernando Henrique era quase que totalmente composta de consultores ligados a FAO, ao PNUD ou ao IICA. A máquina pública não tinha funcionários públicos, entendeu? O MDA não tinha um funcionário [...] Aí ela funcionava com funcionários que vinham do MAPA, funcionários que vinham de outras estruturas né. O MDA não tinha quadro próprio, aí eu já trabalhava num projeto de cooperação técnica com o IICA que foi dito, esse programa não vai ficar com SRA, esse programa vai ser o programa que vai dar origem a SDT. A SAF tinha o que? Da SAF tinha o PROINF que era o Programa de Infraestrutura. Então esse programa ele continuou existindo na SAF só que sendo governado pela SDT, porque a SDT não existia então o que existia de pessoa jurídica naquela época, que deu vida pra SDT era o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural. O Humberto antes de ser secretário da SDT ele se tornou secretário do conselho nacional de desenvolvimento rural, foi aí que ele virou secretário.

P: E essa ideia de vocês com esse projeto técnico do IICA contratar consultores, como é que surgiu essa ideia, como é que é isso?

I: É que já era o modus operandis, já era o modus operandis, quando começou é. (E11, entrevista à pesquisadora)

Conforme destacado anteriormente também verificamos que o trânsito em direção ao Estado se deu anteriormente ao governo federal, por experiências em outros níveis de governo, notadamente em gestões petistas em governo estaduais (Governo Olívio no RS – 1999 a 2002; Governos Jorge Viana no Acre - 1999 a 2007;

Governos PSB/PT João Capiberibe/Dalva Figueiredo no Amapá – 1995 a 2002 e Governo Cristovam Buarque no DF - 1995 a 1999) e como ter feito parte dessas experiências impactou na trajetória dos/as entrevistados/as:

o E5 e o E22 eu peguei no (nome da pessoa) que era o cara da agroindústria da SAF e eu me espelhava muito no governo do Olívio, então eu estudava o governo do Olívio, então peguei (nome da pessoa), disse que meu trabalho é esse, esse e esse, **me dê nomes bons pra isso**. Aí ele me deu dois nomes, né, que foram nomes que trabalharam...aí teve outros nomes, o E8 depois, ele era do mesmo time, ele era do mesmo grupo, **eu saí procurando gente que trabalhou no governo Olívio**, então o E8 foi mais um exemplo né, de **figuras que eu busquei por causa dessa experiência**. O (nome da pessoa) eu peguei porque já era da rede PTA, era meu amigo, era amigo do secretário e conhecia todo nordeste, era a figura da rede PTA, tinha relação com o movimento sindical, tinha relação com o movimento sem terra, então peguei (nome da pessoa) dali né. E assim por diante... (E11, entrevista à pesquisadora – grifo nosso)

E22 destaca como sua participação no Governo Olívio foi fundamental para sua ida à SDT:

foi singular no governo Olívio, aqui na época, né, 2000, 2001, foi que ele juntou talvez a melhor equipe de técnicos, agrônomos, veterinários, com experiência em agroindústria familiar do Brasil. Porque na década de 90 aconteceu lá em Brasília... teve o Prove Brasília, que era o governo Cristovam Buarque. Lá tinha uma galera que trabalhava no Prove, lá em Brasília, engenheiros, agrônomos. Do Prove de Brasília, vieram 4 pessoas pra trabalhar aqui no DEPAC... no Sabor Gaúcho. De Santa Catarina, a gente tinha uma experiência lá de agroindústria familiar, também, puxado pelas ONGs, essa característica das ONGs, veio mais 3... eu e mais 2 pessoas pra trabalhar no Sabor Gaúcho. E daqui do Rio Grande do Sul também puxou o que tinha de melhor de conhecimento nessa época pra trabalhar no... no Sabor Gaúcho, né [...] Aí meu telefone tocou, era uma pessoa chamada E11, né, me ligando dizendo que "ó, E22, o teu nome foi apresentado aqui pra nós pelo (nome da pessoa)", que era meu chefe aqui no Sabor Gaúcho, né, é, "pra trabalhar aqui com a gente numa secretaria nova" que estava sendo criada no MDA, que é a SDT, Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA, né. Isso bem... era, eh, março de 2003, março de 2003 (E22, entrevista à pesquisadora)

Tendo em vista que um elemento relevante para a análise era a vinculação/filiação partidária, procuramos verificar como esse aspecto se manifesta na trajetória dos/as entrevistados. Com base nas análises realizadas é possível afirmar que em alguns casos a vinculação partidária foi relevante para inserção profissional em momentos específicos das trajetórias, tais como no início da carreira profissional ou em momentos-chave, quando manifesto a vontade do sujeito em contribuir com o governo, mas na maioria dos casos não foi determinante. Pode-se considerar que um dos determinantes do trânsito é a rede de relações, que em sua formação tem pessoas ligadas à determinados partidos. Porém, mesmo quando há vinculação partidária, outros elementos incidem para que fazer parte do partido

influencie no trânsito. Ou seja, além de ser filiada/o ao partido e participar da dinâmica partidária, a pessoa também possui a qualificação profissional, experiência na área na qual irá atuar e inserção/circulação no campo de ação estratégica, tal como aponta E22:

Todo mundo chegou ali com alguma indicação, mas não era nem tanto política partidária, era mais de pessoas que indicavam, mesmo, né, entendiam que aquela pessoa tinha um perfil que se encaixava naquilo que a SDT estava procurando, que eram pessoas competentes, sérias e disposto a fazer o trabalho, né. Acho que isso foi... foi assim um... eh... eh... a SDT, curiosamente, eu avalio assim, eh, num... se for ver assim... tá, nós éramos pessoas de esquerda, mas não éramos todos petistas, né. Eu acho que a gente tinha um grupo ali, dentro desse... no início, né, depois mudou um pouco, mas no início eram, assim... a gente vinha muito de ideologia, de brilho nos olhos, de vontade de construir um país diferente, algo diferente. Então tava todo mundo ali com esse objetivo, com esse foco e reuniu pessoas no Brasil com esse foco. Vinha gente da igreja, vinha gente das ONGs, eu vinha meio que ONG e governo, ONG e governo Olívio. Mas vinha gente da igreja, vinha gente de outras ONGs, vinha gente de movimento social, de MST (E22, entrevista à pesquisadora)

Os/as não filiados/as, quando questionados/as, apresentaram diferentes versões para justificar sua opção pela não filiação. E2 manifestou a dificuldade em se submeter às dinâmicas partidárias, apesar de sua aproximação:

eu não sou de partido, mas eu apoio partido, eu voto no partido, se me convidar pra uma reunião pra ir falar, pra ir puxar carrinho de mão eu vou, mas eu não quero ser parte orgânica de partido porque isso te cria, pra mim pelo menos, cria uma responsabilidade muito maior que ultrapassa completamente as minhas possibilidades de obedecer. (E2, entrevista à pesquisadora)

Já para E9, não se vincular à partidos faz parte de sua concepção:

eu tenho uma percepção de que o valor central nas nossas vidas não é um partido político, o valor central é o valor democrático, de constituição de várias visões diferentes, mas apontando para um objetivo comum, criando uma força social capaz de fazer frente a direta. (E9, entrevista à pesquisadora)

E18 associa à filiação à falta de liberdade, motivo pelo qual não se filiou:

nunca me filiei a nenhum partido, por opção mesmo, nunca quis, sempre militei nos pensamentos mais à esquerda, mas nunca quis me amarrar sabe Carla, assim, não quis não só que eu tô aqui porque defendo isso ou aquilo não. Sempre fiz na parte esquerda da história, tentando construir o diferente, mas sem querer me amarrar, né, nas siglas partidárias. (E18, entrevista à pesquisadora)

Para E17, a filiação poderia prejudicar seu trabalho, fala evidenciada também por outras entrevistadas:

eu sempre fui PT. Desde que eu votei pela primeira vez e tudo sempre fui, eu nunca me filiei (...) como eu trabalhava numa ONG (...) eu achava na época que se eu tivesse uma filiação partidária isso poderia limitar muito minha capacidade de interlocução (E17, entrevista à pesquisadora)

Conforme apontado no modelo analítico, nos interessava compreender aspectos relacionados à dimensão individual como um dos elementos importantes para compreender o trânsito. O que verificamos é que além dos aspectos já destacados, há uma agência individual importante ao longo de toda a trajetória que se expressa especialmente no esforço realizado para trabalhar em atividades de seu interesse e que resultaram posteriormente nas experiências comprovadas e no reconhecimento pelo trabalho desenvolvido. Observamos que para atender seus interesses pessoais, acabaram se deslocando do domicílio original, e em alguns casos trabalhando como voluntários, alguns com nenhuma ou com baixa remuneração. Esse aspecto foi evidenciado por vários/as entrevistados/as, cuja fala de E3 representa o esforço empreendido:

Aí eu me lembro que quando eu me formei, foram 6 meses, assim, não tinha muitas ofertas de emprego. Participei acho que 2, 3 seleções e não passei. Mas já eu buscava trabalhos que me permitiam, né, trabalhar com essa temática que eu gostava, agricultura familiar, desenvolvimento rural, questão agrária, né. E aí depois de 6 meses, aí eu fui trabalhar como voluntária na Fundeb, que era uma fundação do noroeste do Rio Grande do Sul que hoje tem lá em Veranópolis, é a sede. Tinha uma escola rural, tinha um braço rural e que era coordenada por movimentos sociais do campo, CUT, MST, MAB, Cut Rural, né. Então, essa escola, ela tinha 2 linhas de formação básica, uma de professores para áreas rurais, né, porque naquela época muitos professores de área rural não tinham nem o ensino médio, então tinha um curso de formação de ensino médio pra professores que era no período de férias deles, né. E nós criamos o curso alternativo de primeiro grau, que era reconhecido pelo MEC, que era pra filhos de agricultores, que era um curso de alternância, era um tempo na escola, um tempo na... na... na... com a comunidade rural. Aí eu trabalhei lá durante 6 meses como voluntária, já, com salário mínimo, né, mas eu preferia trabalhar do que ficar parada, né. Aí depois teve um concurso, eu passei. Aí trabalhei lá durante 18 meses (E3, entrevista à pesquisadora)

Chama atenção que em vários casos há momentos de ruptura com vínculos já estabelecidos, pedidos de exoneração e mudanças importantes na trajetória dos/as entrevistados. As falas de E8, E9 e E22 expressam esses momentos-chave nas trajetórias, que acabam por inserindo ou reforçando ainda mais suas vinculações ao campo de ação estratégica:

Aí Carla decidi, os cara me chamaram de louco, de maluco e tal. Decidi que quando culminou na hora de fazer o estágio da universidade, que era opcional fazer o TCC ou estágio eu larguei tudo, se eu colocasse em salários de hoje, sei lá uns quatro mil reais que pra jovem assim, pra quem tinha baixa oferta de mercado de trabalho, um excelente salário..e fui fazer estágio ganhando um salário mínimo, lá em Porto Alegre, saí do interior e fui capital. (E8, entrevista à pesquisadora)

Quando eu cheguei da França em 77 eu voltei pro INCRA e nesse período eu pedi minha demissão porque eu fui convidado pra fazer um trabalho que pra

mim era um desafio, primeiro, dado o grande número de anos que eu já tinha no INCRA eu já achava o INCRA uma instituição extremamente envelhecida, com uma cultura bastante conservadora e que não permitia a criatividade no interior dessa cultura. Não permitia criatividade, ou seja, é...é uma era uma instituição que reproduziu todo esquema verticalizado do das instituições dentro da ditadura. Então não havia espaço pra movimento social, não havia espaço pra manifestação de divergência dos seus funcionários, apesar de ter uma associação de funcionários, mas não havia esse espaço. E o fato de ter passado esse tempo todo no INCRA, a gente começava já “pô, será que eu tenho capacidade de fazer outra coisa da minha vida, vou ficar nessa rotina?” no meu tempo cai fora. Tenho que sair. O curso da França me ajudou nessa mudança, me ajudou e aí quando eu cheguei os trabalhos eram os mesmo e aí eu fui chamado pro ministério da agricultura pra fazer um treinamento que eu nunca tinha feito, extremamente inovador, fazer um programa

P: Mas aí tu perdia teu cargo de funcionário público

I: É perdi.

P: Tu pediu demissão?

I: Pedi

P: aí tu falava isso sobre a liberdade

I: Isso pra mim nunca...é e o uma das coisas que eu tenho desde a minha, desde meu tempo de seminário, [...]. Essa coisa acho que é importante eu nunca pedi um emprego a ninguém, entendeu, e nunca deixei de agir pela minha cabeça, essa liberdade de poder pensar e poder estruturar as coisas e do ponto de vista político eu ter a possibilidade de criatividade [...]. Se você for olhar assim do ponto de vista, por exemplo, política de desenvolvimento territorial eu acho uma coisa fantástica. Aproximação do diálogo numa sociedade, a construção do diálogo pra mim é o fundamental numa sociedade. Quando cheguei na SDT eu digo “isso é uma coisa fantástica, vamos transformar todos territórios em espaços democráticos de discussão com todo mundo” ou seja vamos enfrentar amigos e inimigos. (E9, entrevista à pesquisadora)

Então manda eu embora, vê minhas conta, aí, eu vou embora desse negócio, não quero mais saber disso não”. Aí “é isso mesmo que tu quer? É isso mesmo que tu quer. Então passa ali no recur... no recursos humanos”, você sai da prefeitura, você não... sai com nada, né, não tem nada. Sai, não tem.... tem garantia nenhuma, se... prefeitura, não tem... máximo que recebi era o proporcional do salário do outro mês, proporcional férias, proporcional 13º. Só sai com isso. Já pag... saí com pagamento... saí com pagamento em dinheiro ali no mesmo dia, ali, né. Aí, eh, fui de mudança pra Porto Alegre. Mudança, mudança grande. Família, eu, a minha esposa, a minha filhinha pequena, morar em Porto Alegre trabalhar no Sabor Gaúcho. (E22, entrevista à pesquisadora)

Nesse aspecto ainda é preciso considerar a disposição em realizar trabalhos por contratos temporários e instáveis, que demandam mudanças, seja de local de domicílio, seja de nível de responsabilidade. Mesmo havendo a oferta de vagas em determinado governo ou consultoria, há uma disponibilidade dos sujeitos em ocuparem esses espaços, o que muitas vezes requer a mudança de estado (ou de país, no caso de um dos/as entrevistados/as) em busca de novas oportunidades, movidos/as pelos seus interesses profissionais e das oportunidades que surgem e que permitam continuar trabalhando naquilo que acreditam. Além disso, há que se

submeter às dinâmicas de trabalho e de remuneração enquanto consultor ou autônomo. A fala de E9 representa um pouco essa disponibilidade:

Meu negócio, eu sempre me guiei pelo trabalho, nunca pela estabilidade, eu não tô dizendo que seja certo ou errado nem que toda pessoa agente isso. Se eu for olhar do ponto de vista de contratos você ser funcionário público é desde 78, entendeu, até hoje trinta e poucos anos. E de 87 a 2001 e 2001 eu trabalhei no PNUD e de 2004 até 2011 com o IICA. Então a experiência que eu tenho fundamental é com esses cursos, com esses projetos. Então nunca teve isso, eu nunca tive essa, porque que eu não teria isso, às vezes eu até me pergunto, porque é que eu não, porque o pessoal vinha falar comigo “E9 cê vai perder apartamento funcional aqui em Brasília é um apartamento, aluguel é caro”, “não tem problema não, eu não vou ficar em apartamento funcional pra fazer isso, ficar aqui não”. Eu tenho maior dificuldade com rotina, eu sempre tive dificuldade com rotina. Sempre. Sempre. (E9, entrevista à pesquisadora)

O que observamos na trajetória é uma disponibilidade completa para o trabalho, bem ilustrada na fala de E21:

Era só fazendo isso, só ia em casa final de semana pra trocar de roupa, a roupa da mala pra viajar de novo, porque eu vivia viajando pelos interiores desses três estados que são gigantescos e que era cada viagem era dois dias, três dias, então minha vida se resumiu a isso a partir de 2004. Então 2004 eu comecei a fazer esse trabalho e eu fiquei apaixonado por esse trabalho porque nesse trabalho ele reunia tudo que eu tinha aprendido com relação a desenvolvimento territorial, a participação social, a respeito ao outro, a coletividade, é então juntava tudo que eu conhecia e o que eu ainda não conhecia com relação a questão mesmo de desenvolvimento rural e principalmente com relação ao respeito às diferenças, às diversidades, às pessoas (E21, entrevista à pesquisadora)

Há ainda um aspecto destacado por vários/as dos/as entrevistados/as que é a liberdade de poder escolher, possibilidade de mudar: “e eu tava disposta a sair sabe, ir pra outros lugares, morar e conhecer outros lugares. (E10, entrevista à pesquisadora). Esse aspecto é evidenciado pelos/as entrevistados como elemento importante nas escolhas:

Tem que funcionar por aquilo que eu acredito, eu tenho que fazer aquilo que eu acredito, se eu não acredito mais eu vou pra outro canto né [...] nunca fiz concurso, nem vou fazer, espero. Não quero, não gosto, não quero ficar preso, não acho que é a forma de eu contribuir mais. Por exemplo, agora a E13 fez concurso ela tá lá no MDS contra tudo que tá acontecendo, mas ela tá tendo que se adequar. Eu não, eu tive a liberdade de sair, tô como secretário executivo da UNICAFES, tô fazendo trabalho de avaliação pra FAO, fiz trabalho com a FAO lá com os venezuelanos que tão entrando no Brasil e tão passando fome, tô ajudando a implantar agroindústrias na Bahia, tô começando um trabalho lá no Ceará também e assim vai né, tô começando a fazer um trabalho com mulheres. Eu quero fazer o que eu gosto e o bom Deus tá sempre dando a graça de eu conseguir porque eu não quero ficar preso a, eu quero trabalhar no governo se eu me identificar com ele. Eu acho que esse não é o meu perfil então eu acho que eu não sirvo pra ser o funcionário público permanente, mas eu também acho que eu não sirvo pra ser o político candidato, eu acho que tenho que ser um político diferente, eu não tenho tesão e eu não quero me submeter a coisas que amigos que

enveredaram por esse caminho se submetem, não quero fazer essas coisas (E11, entrevista à pesquisadora)

Essa dinâmica revela também outra dimensão muitas vezes invisibilizada nos trânsitos institucionais que é o interesse de determinados indivíduos em contribuir com governos. Querer fazer parte dos governos é um elemento importante que mobiliza os sujeitos a fazer os deslocamentos necessários, seja nos níveis subnacionais (E16), seja no governo federal (E3):

É porque naquele momento em mil novecentos, ver se eu me lembro aqui, (...) o, governo, o, o Partido dos Trabalhadores ganha o governo do Acre...e aí eu tinha uma, uma certa, uma certa não, eu tinha uma grande expectativa de trabalhar no governo do Acre, entendeu? (E16, entrevista à pesquisadora)

Aí eu resolvi, aí era Lula, né. 2013, (ganhamos) as eleições, aí a vontade de trabalhar no governo, contribuir, né. Aí a gente disse assim "ah, então vamos procurar lá em Brasília um trabalho" fomos atrás de pessoas que a gente conhecia, que perspectivas tinha. Aí eu, Bianchini, sabe o Bianchini da SAF? Já me conhecia, conhecia a E10, ele conhecia a gente do Paraná, queria que a gente fosse trabalhar na SAF, inclusive eu fui na SAF, conversei com várias pessoas, só que eles não tinha, assim, cargo pra nos levar pra trabalhar lá, só vontade. E eu, pelo ITESP achei que poderia ir com o cargo, ou pedir demissão, mas mesmo assim tinha que ir com alguma coisa, não ia sair sem nada, né. Aí surgiu um trabalho lá na SDT de consultoria, que eu nem conhecia Humberto, tinha um edital para se inscrever. Aí fui pra SDT, fique lá (...) Carla: Já eram editais do IICA? E3: Já. 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, né. 2009 aí fui pro Ministério da Pesca. Carla: E aí tu pediu exoneração? E3: O quê? Carla: Do teu cargo, que tu tinha lá no ITESP. Aí tu pediu exoneração? E3: É, porque nós éramos CLT, né. Eu também não pretendia voltar. (E3, entrevista à pesquisadora)

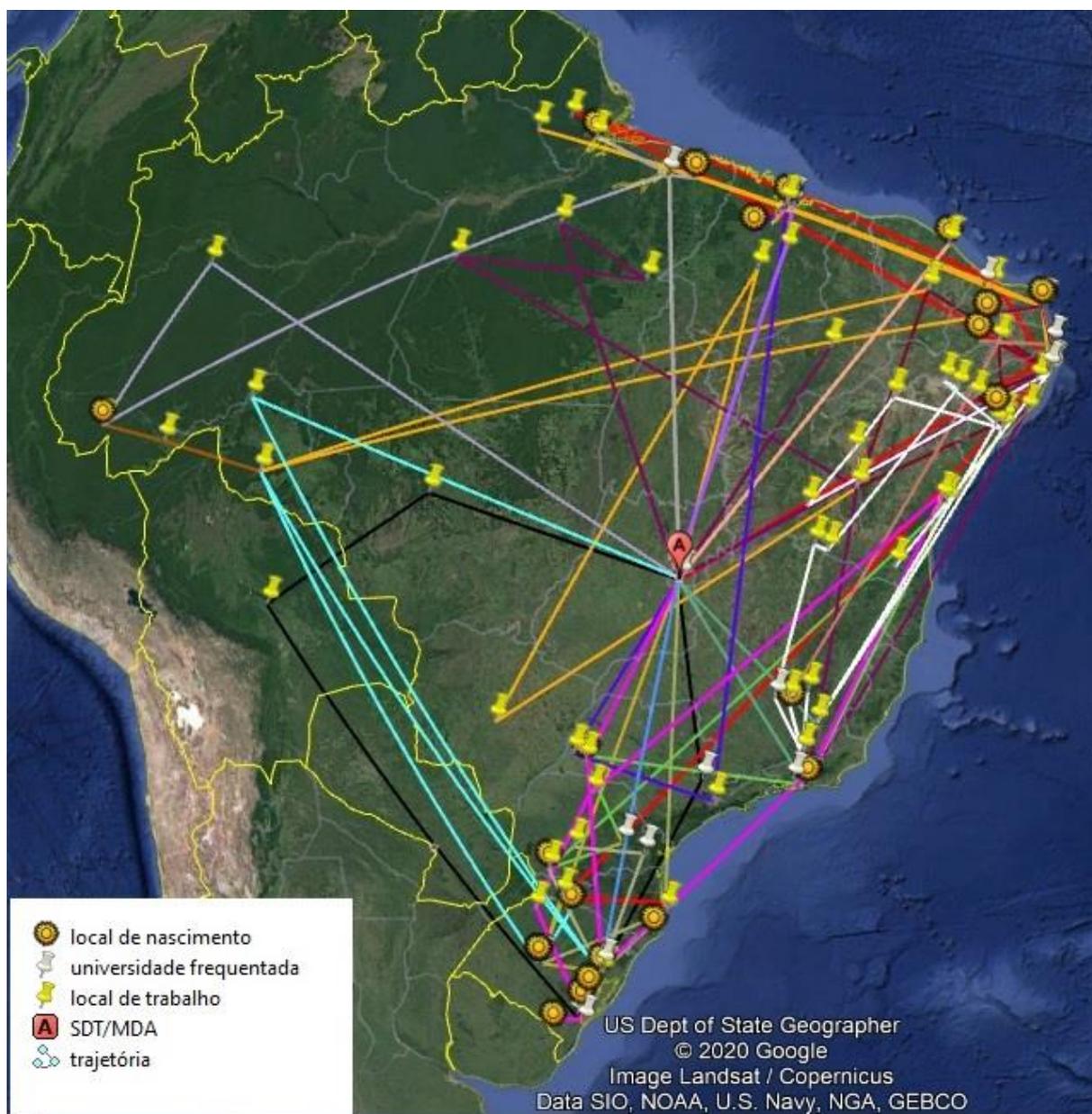
Esse elemento fica evidenciado mesmo entre aqueles/as não filiados, mas que compartilhavam o mesmo projeto político:

E eu não tinha realmente muito interesse em ir pra Brasília, eu tive interesse em ir pra Brasília depois que a gente (PT) conseguiu a vitória, a gente conseguiu a presidência né porque antes disso eu não tinha tesão de trabalhar com governo. ((risos)) governo de direita nem pensar que eu queria atuar com eles. Por isso eu tava em ONG. E aí quando ganhou o governo popular então realmente aí me despertou mais interesse, aí eu passei a acompanhar mais os projetos que estavam sendo implementados. Eu lembro também que eu participei antes disso muito daquela, você lembra da consulta popular? P: Sim I: Você lembra, acho que vocês lideravam aí no sul nessa época P: Sim, o orçamento participativo I: O orçamento participativo, as consultas populares também, eu fui muito praí pra conhecer projeto também. Então eu fui pra Brasília é...dessa maneira, nessa época já tinha algumas pessoas do Maranhão lá também, já existia a ideia de conformar uma equipe multiregional. (E17, entrevista à pesquisadora)

Resultado de todos esses deslocamentos é uma intensa mobilidade desses sujeitos, fruto da disponibilidade em circular por diferentes estados da federação, aproveitando as oportunidades disponíveis dentro do campo e em função de suas escolhas. O mapa abaixo (Figura 2), construído com as informações extraídas das

trajetórias, ilustra os deslocamentos geográficos durante suas vidas, em torno dos espaços de atuação profissional e de formação acadêmica.

Figura 2. Mapa de circulação anterior ao ingresso na SDT



Fonte: elaboração da autora

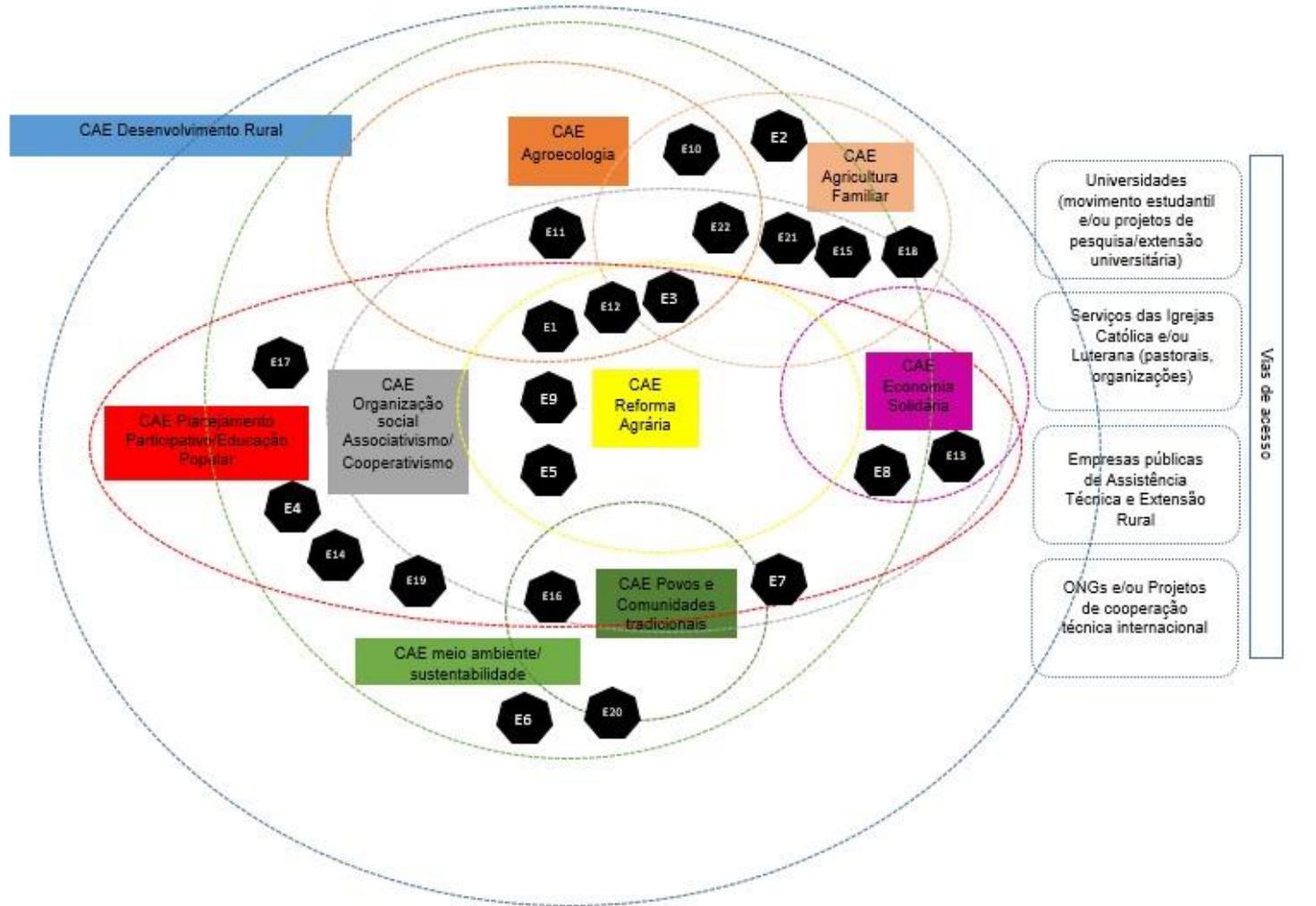
O que a análise das trajetórias revelaram é que uma característica que permitiu o trânsito é justamente o tipo de trabalho realizado e as experiências acumuladas, independentemente se vinculado a organizações de movimentos sociais ou órgãos estatais (empresas públicas ou cargos/consultorias em governos), dentro de um campo de ação estratégica que por sua vez é composto por outros campos de ação estratégica que se interpenetram na realidade social (Figura 3). Verificamos que os

sujeitos que transitaram são justamente aqueles/as que não pertencem exclusivamente a um ou a outro espaço social, mas sim a um campo de ação estratégica. São profissionais que exercem um trabalho técnico, associado ao mundo da política, na maioria dos casos, um/a trabalhador/a autônomo, movido pela identificação com o campo de ação estratégica na qual se inseriu profissionalmente. A partir da identificação com determinado tipo de causa vai se vinculando a projetos/organizações, sendo esse o elemento que o permite fluidez para transitar, conforme o contexto político-institucional, de um lugar para o outro, mas sempre dentro do campo. Mas, afinal, que campo é esse? Trata-se do campo do desenvolvimento rural, que foi se constituindo no Brasil a partir da oposição ao modelo de desenvolvimento agrícola, pautado na concentração de terras, produção de monoculturas e na expansão do agronegócio (Guimarães, 2013) e que reúne um conjunto diverso de atores, organizações (estatais e não governamentais) e redes:

O campo do “desenvolvimento rural” no Brasil compreende várias modalidades de redes [...] Dentre as redes temáticas destacam-se aquelas compostas por organizações não governamentais, por grupos de cientistas e técnicos vinculados a diversas instituições e as comunidades de políticas as que congregam entidades federadas do sistema sindical, cooperativo e de representações territoriais. As redes temáticas mais atuantes no campo do desenvolvimento rural seriam as que congregam o público alvo das políticas de agricultura familiar e de reforma agrária, compreendendo ainda redes dedicadas a temas que cruzam esses setores, como redes de agroecologia, de comércio justo, de economia solidária, de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, de serviços financeiros, dentre outras. Quanto às comunidades de políticas mencionam-se os sistemas CONTAG, FETRAF, UNICAFES, MST, Rede Territórios, além de instâncias apoiadas ou criadas por instâncias governamentais como o CONDRAF, conselhos estaduais e municipais de desenvolvimento rural e a Rede de Colegiados Territoriais. (GUIMARÃES, 2013, p. 182)

Na figura 3 apresentamos um esquema que ilustra a presença de campos de ação estratégica dentro do CAE desenvolvimento rural, e o posicionamento inicial dos/as entrevistados/as no CAE no qual se inseriram, a partir das vias de acesso possíveis de adentrar aos mesmos. Verificamos, a partir das análises realizadas, que não se trata apenas de temáticas nas quais se inseriram/especializaram, conforme apontado no Quadro 5, mas sim CAEs (Agroecologia, Agricultura Familiar, Reforma Agrária, Economia Solidária) nos quais os sujeitos iniciaram o processo de reconhecimento, acumulando as experiências que vão conferindo ainda mais reconhecimento e legitimidade para transitar por entre as organizações presentes no campo.

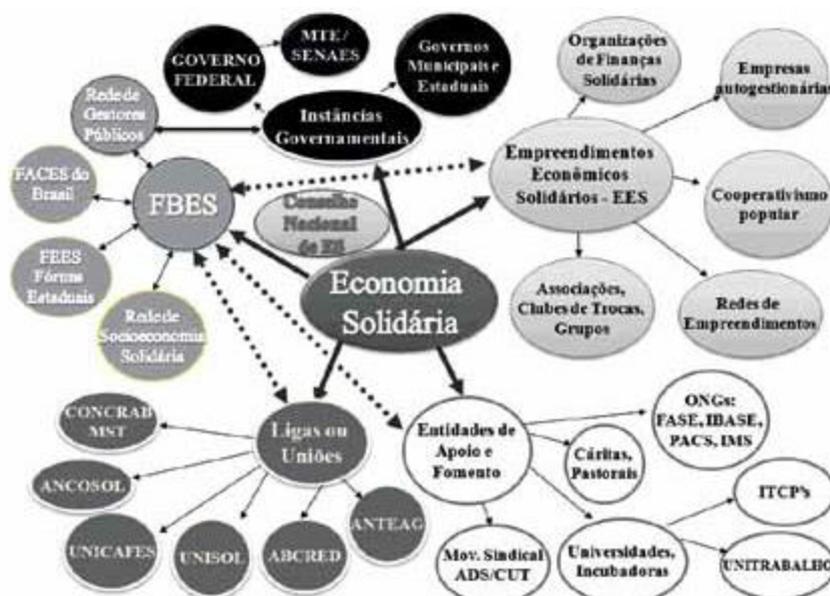
Figura 3. Posicionamento inicial dos/as entrevistados/as no CAE



Fonte: elaboração da autora

Para exemplificar a diversidade de atores presentes em cada um dos campos, tomamos como exemplo a composição do campo da economia solidária (figura 4). Na falta de condições para a presente tese da elaboração detalhada da constituição de cada um dos CAEs que conformam o CAE no qual os sujeitos transitaram, a configuração deste campo contribui para a demonstração de como são compostos os outros campos de ação estratégica que formam o CAE do desenvolvimento rural e no conjunto este próprio campo.

Figura 4. Configuração do campo da Economia Solidária no Brasil



Fonte: SIES, 2005

Ou seja, todos os CAEs são constituídos por um conjunto, mais ou menos diverso de organizações, instâncias e atores, que envolvem tanto espaços estatais ou não, dependendo da condição político-institucional, guardadas as especificidades de cada um dos campos. Isso justifica porque estar inserido em algum desses campos permite o fluxo por entre o campo maior e, conforme as condições político-institucionais, ocupar espaços no Estado ou em organizações não-governamentais. O reconhecimento de pertencimento e de trabalho no campo legitima o trânsito institucional, mesmo quando não há uma filiação partidária.

6 CONCLUSÕES

Após anos de convivência com os/as interlocutores/as da pesquisa e de dedicação ao estudo do tema, os achados nos mostram que o modelo analítico utilizado, combinando a investigação de condições político-institucionais, condições individuais e condições relacionais, dentro de uma perspectiva processual, nos permite, em parte, compreender e explicar, no caso estudado, como e porque se deu o trânsito, reforçando nossas hipóteses e considerações iniciais. No entanto, os resultados encontrados na pesquisa nos mostraram que, diferente do que a literatura sobre a relação entre movimentos sociais e Estado no Brasil aponta e do desenho inicial do modelo analítico, o trânsito para o Estado se torna possível à medida que este espaço social se torna parte do campo de ação estratégica e que suas condições legais são acionadas, permitindo a permeabilidade a determinados atores, a partir do arranjo político-institucional criado em determinado período/governo.

Ou seja, a utilização do conceito de campo de ação estratégica nos permitiu apreender algo distinto da posição inicial adotada de que há um trânsito “de” organizações de movimentos sociais “para” órgãos estatais. A pesquisa nos mostrou que não se trata de considerar o Estado como um espaço social a ser adentrado pelos movimentos sociais (de fora pra dentro), mas sim compreender que determinado campo (no caso analisado, o campo do desenvolvimento rural) abarca um conjunto diverso de organizações sociais, redes profissionais e atores/setores do Estado, variável conforme o período histórico, o que permite o trânsito. A partir desse olhar, verificamos que o fluxo de indivíduos ocorre a partir da inserção prévia em determinado campo, cujo pressuposto básico para circulação e ocupação dos espaços se dá pelo reconhecimento mútuo entre os integrantes do campo. Verificamos que é pelo pertencimento ao campo e reconhecimento pelos pares que ocorre o trânsito dos indivíduos, permitindo eles operarem em diferentes espaços sociais, conforme as oportunidades apresentadas e as experiências acumuladas. Na medida em que Estado integram o campo, os ativistas institucionais mobilizam os recursos necessários, a partir das condições legais presentes no Estado, tornando possível as condições de trânsito de indivíduos para os órgãos estatais. Assim, diferentemente do que as pesquisas até o momento apontaram, o trânsito não é das organizações (de movimentos) sociais para o Estado, mas de fora para dentro do campo, que incorpora espaços da sociedade civil, do mercado e do Estado. Nessa

perspectiva, para compreender como e porque ocorrem trânsitos institucionais é preciso dar um passo atrás e verificar em que campo de ação estratégica os atores estão inseridos e quais as relações foram sendo estabelecidas ao longo das trajetórias, quando e como foram criadas, nos diferentes contextos político-institucionais.

O que as diferentes trajetórias nos permitem afirmar é que, assim como Cayres (2015) já havia identificado em sua pesquisa, as pessoas que acessaram a SDT/MDA pelas vias discricionárias eram pessoas qualificadas, reconhecidas e com diálogo com os movimentos sociais. A gramática partidária, como vimos, não é a única unidade analítica para compreender os trânsitos. Mesmo que a adesão política partidária tivesse em alguns casos cancelado o trânsito, uma qualificação técnica mínima para o cargo e, especialmente, uma trajetória de trabalho junto às organizações de movimentos sociais foi definidora do trânsito. O que foi possível identificar é que não existe um padrão único de trajetória que favoreça o trânsito. Os indivíduos que fizeram esse percurso podem ter distintas trajetórias, nas quais têm importância no processo de mobilidade profissional as redes de conhecimento e de amizade construídas em carreiras profissionais e/ou núcleos partidários.

Ao analisar as trajetórias evidenciamos que para compreender os trânsitos é preciso olhar também para a influência do círculo familiar e comunitário e das experiências acumuladas na universidade e nos espaços profissionais, e não somente para os vínculos com movimentos sociais e partidos políticos como pesquisas já realizadas apontam. Como vimos, é a multiplicidade de experiências (Quadro 4) acumuladas ao transitar em diferentes espaços de formação e de trabalho, que os permite, a partir do reconhecimento de suas habilidades, chegar ao governo federal. Dentro dessa multiplicidade, nos chamou atenção a influência das experiências acumuladas no ambiente universitário para a inserção da maioria dos indivíduos no campo de ação estratégica e a relevância desse elemento para as análises (Figura 3).

Verificamos que apesar da existência de diferentes vias de acesso (Quadro 5), é ao ingressar no campo que esses indivíduos passam a compartilhar de uma mesma comunidade técnica e profissional, configurando um perfil do tipo ‘técnico-militante sócio-estatal’. Tal perfil se constitui no “passaporte” necessário para atravessamento das fronteiras existentes tanto nos órgãos estatais como nas organizações de movimentos sociais, agindo como um elemento definidor do trânsito.

Além disso, verificamos que as trajetórias individuais e o estabelecimento de vínculos (de diferentes tipos – sociais, políticos, partidários, profissionais, afetivos)

foram estabelecendo as condições relacionais para o trânsito dentro do campo até a chegada ao governo federal, processos que levam tempo e que, é possível afirmar, não foram construídos com essa intencionalidade. No entanto, conforme apresentamos no Quadro 4, apesar da multiplicidade de experiências entre os/as entrevistados/as verificamos que diferentemente de outras pesquisas realizadas (MISCHE, 1997; OLIVEIRA, 2011), não podemos considerar, na maioria dos casos, que esses atores tenham o que Mische (1997) denomina militância múltipla. Isso porque os espaços de participação/experiências mudaram ao longo da trajetória e nesse percurso eles/as acabaram deixando de participar de um ou outro espaço, não havendo uma concomitância (movimento/partido/igreja) como em outros casos analisados. Como vimos em algumas trajetórias, alguns sujeitos tiveram experiências junto às pastorais, mas posteriormente perderam esses vínculos. Já outros/as chegaram a se filiar ao partido em determinada época, mas posteriormente não mantiveram uma atuação/vinculação. O que as trajetórias nos mostram é que as experiências acumuladas, sincrônicas ou não, são elementos importantes para compreensão dos fluxos.

A tese demonstra ainda a importância da disponibilidade biográfica para a construção das competências adquiridas, inclusive para a formação das redes de relações sociais. Ademais, muitos desses atores estavam imersos em organizações de movimentos sociais que foram, ao longo do tempo, formando redes de atores em todo território nacional que se identificam com/em torno de uma determinada causa e que se posicionaram em distintos campos de ação estratégica dentro do campo do desenvolvimento rural (Figura 3), desenvolvendo uma ação cooperativa frente a outros atores (sociais e/ou estatais) na defesa ou promoção desta causa. Esse histórico de organização social no Brasil e uma dinâmica de formação de redes em diferentes causas que conforma os campos de ação estratégica e que variam conforme o contexto, passaram a incluir o Estado, permitindo assim a ocupação de espaços em órgãos estatais.

Espera-se que os achados dessa tese se somem aos estudos já realizados nas últimas décadas no Brasil, ampliando o olhar sobre os padrões de interação entre Estado e organizações não estatais e ajude a compreender como o fluxo de indivíduos é produto e produtor de dinâmicas de relações que são estabelecidas entre diferentes espaços sociais, mas dentro de determinado campo. Como vimos, não se trata de olhar casos individuais, mas sim o que de plural eles representam. Ao conduzir a

pesquisa, verificamos, por um lado, que as condições legais para ingresso temporário ao Estado precisam ser acionados e que o grau de institucionalização do órgão estatal interfere e deve ser levado em consideração nas análises, o que demandaria a realização de novas pesquisas e análises comparativas com outras secretarias e ministérios. Por outro lado, verificamos que apesar da relevância do papel dos organismos de cooperação técnica internacional (IICA, Banco Mundial, FAO, PNUD, GIZ/EED) - que há décadas vem provendo recursos financeiros para realização de projetos governamentais e consequente contratação de consultores que por essa via ingressam no Estado e contribuem tanto para formulação quanto para implementação de políticas públicas - esses processos ainda se encontram invisibilizados nas análises sobre trânsito institucional e precisam ser levados em consideração, o que também demanda novas pesquisas.

Apesar da especificidade do estudo, sabemos que o fenômeno é recorrente, tornando-se um desafio para as próximas pesquisas identificar se o modelo analítico utilizado e os elementos explicativos elencados na presente tese se aplicam à análise de trânsitos verificados em outros órgãos estatais de um mesmo governo, em governos diferentes ou em diferentes esferas da gestão pública (municipal ou estadual), contribuindo cada vez mais para compreensão e explicação de processos tão complexos como a relação entre movimentos sociais e órgãos estatais no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca Neaera, Ativismo na burocracia? O médio escalão do Programa Bolsa Verde. In: **Burocracia de médio escalão: perfil, trajetória e atuação** /organizadores Pedro Luiz Costa Cavalcante e Gabriela Spanguero Lotta. — Brasília: ENAP, 2015.

ABERS, Rebecca Neaera; von BÜLOW, Marisa. Movimentos Sociais Na Teoria e Na Prática: Como Estudar o Ativismo Através Da Fronteira Entre Estado e Sociedade? **Sociologias**, 13 (28), p.52–84, 2011

ABERS, Rebecca Neaera, TATAGIBA, Luciana. Ativismo institucional na burocracia brasileira: a mobilização em defesa da saúde da mulher. In: 38º Encontro Anual da Anpocs, 2014, Caxambu. **ANAIS DO ENCONTRO (GT,SPG,CQ E MR)**. São Paulo: Anpocs, 2014. p. 1-32.

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 57, n. 2, p. 325-357, June 2014 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582014000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17/06/2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0011-5258201411>.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). Disponível em <http://www.abc.gov.br/>. Acesso em 22/06/2016

ALTAFIN, I. Atores e relações na ação local do Projeto Lumiar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., Foz do Iguaçu, 1999. Anais... Foz do Iguaçu: SOBER, 1999. 1 CD-ROM.

BANASZAK, Lee Ann. Inside and outside the state: movement insider status, tactics, and public policy achievements. In: MEYER, David S. (Ed.). **Routing the Opposition: Social Movements, Public Policy, and Democracy**. Minneapolis, MN, USA: University of Minnesota Press, 2005.

BARCELOS, M. **Atores, interações e escolhas: a política de silvicultura na área ambiental no Rio Grande do Sul, 2004-2009**. 2010. 179 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BARCELOS, M.; PEREIRA, M. M.; SILVA, M. K. Redes, campos, coalizões e comunidades: conectando movimentos sociais e políticas públicas. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB**, v. 82, p. 13-40, 2017.

BORGES, André, COÊLHO, Denilson Bandeira. O preenchimento de cargos da burocracia pública federal no presidencialismo de coalizão brasileiro: análise comparada de dois ministérios – ciência e tecnologia e integração nacional. In: **Cargos de confiança no presidencialismo de coalizão brasileiro** / organizador: Felix Garcia Lopez. – Brasília: IPEA, 2015.

BOURDIEU, Pierre. "Esprits d'État. Genése et structure du champ bureaucratique" In: _____. **Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action**. Paris: Seuil, 1994

BRASIL. **DECRETO Nº 3.338, DE 14 DE JANEIRO DE 2000**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 17/1/2000, Seção 1 Página 1.

_____. **DECRETO Nº 4.723, DE 6 DE JUNHO DE 2003**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 09/06/2003 Seção 1. p. 1

_____. **Decreto Nº 5.033, de 5 de abril de 2004**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 abril 2004, p.8

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria do Desenvolvimento Territorial. **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. Brasília: SDT/MDA, 2005. (Documentos Institucionais 2)

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria do Desenvolvimento Territorial. **Prestação de contas ordinária anual. Relatório de gestão do exercício de 2009**. Brasília: SDT/MDA, 2010. Disponível em http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_21/Relat%C3%B3rio%20de%20Gestao%20SDT%202009.pdf. Acesso em 10.06.2016

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria do Desenvolvimento Territorial. **Relatório de gestão do exercício de 2011**. Brasília: SDT/MDA, 2012. Disponível em http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_21/RG%202011%20-%20SDT-MDA.pdf Acesso em 10.06.2016

_____. **Decreto 8.780 de 30 de maio de 2016**. Transfere a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para a Casa Civil da Presidência da República. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 maio 2016, p.1

BURSTEIN, Paul. Social Movements and Public Policy. In: GIUGNI, Marco; MCADAM, Doug; TILLY, Charles. **How social movements matter**. Minneapolis: University Of Minnesota Press, 1999. p. 3-21.

CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa, LOTTA, Gabriela Spanguero. Introdução. In: **Burocracia de médio escalão: perfil, trajetória e atuação** /organizadores Pedro Luiz Costa Cavalcante e Gabriela Spanguero Lotta. — Brasília: ENAP, 2015.

CAYRES, Domitila Costa. **Ativismo Institucional no coração da Secretaria Geral da Presidência da República: A Secretaria Nacional de Articulação Social no**

Governo Dilma Rousseff (2011-2014). 2015. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil.

CNPQ. **Currículos do Sistema de Currículos Lattes**. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar> Acessado em 14 de julho de 2015

COHEN, Jean; ARATO, Andrew. **Civil Society and Political Theory**. Cambridge: MIT Press, 1992. 604 p.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 12 maio 2008. Online. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2008/> Acessado em 21 de maio de 2015

DIAS, M. M. Extensão rural para agricultores assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo “Serviço de ATES”. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 499-543, set./dez. 2004. Disponível em https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/Uma+analise+das+boas+intencoes+propostas+pelo+Servico+ATES_000fcupngjip02wx5eo0a2ndxyj63420u.pdf. Acesso em 06.03.2020

DELGADO, N. LEITE, S. Políticas de Desenvolvimento Territorial no Meio Rural Brasileiro: Novas Institucionalidades e Protagonismo dos Atores. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 54, n. 2, 2011, pp. 431 a 473. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/dados/v54n2/v54n2a07.pdf>. Acessado em 05.07.2014

DESLAURIERS, Jean-Pierre, KÉRISIT, Michèle. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa; enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, pp. 43-94, 2014.

ECHEVERRI, R. Emergência e evolução do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais e nos Territórios da Cidadania. In: FAVARETO, A. et al. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010.

EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos movimentos sociais. **Novos Estudos - Cebrap**, São Paulo, v. 2, n. 4, p.11-23, abr. 1984. Disponível em: http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/42/20080623_identidade_a_face_oculta.pdf. Acesso em: 15 mar. 2015.

FARIAS, Maio Spellman Quirino de, DIMENSTEIN, Magda. **Práticas e discursos de usuários de uma ONG/AIDS sobre ativismo**. *Psicologia & Sociedade*; 20 (2): 237-246, 2008.

FLIGSTEIN, Neil; MCADAM, Doug. Toward a General Theory of Strategic Action Fields. **Sociological Theory**, 29:1, p.2-26, March/2011.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: Bauer, Martin W., Gaskell, George (orgs). **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

GUANZIROLI, C. Avaliação de impacto e resultados de projetos de cooperação técnica desenvolvidos pelo IICA no Brasil / **IICA** – Brasília: IICA, 2010.

HERNANDEZ, Melanie, ROEHRKASTEN, Sybille. A cooperação alemã para o desenvolvimento: contexto institucional e prioridades políticas. **Rev. Tempo do Mundo**, 3 (3): 155-195, 2011.

JENKINS, J. Craig. La teoría de la movilización de recursos y el estudio de los movimientos sociales. **Zona Abierta**, Madrid, n° 69, 1994. (5-49)

LAHIRE, Bernard. **O Homem Plural**: os determinantes da ação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. **Retratos Sociológicos**: Disposição e variações individuais, São Paulo, Artmed Editora, 2004.

_____. **Dans les plis singuliers du social. Individus, institutions, socialisations**. Paris, La Découverte, 2013

LEITE, S. P.; WESZ JUNIOR, V. J. Um estudo sobre o financiamento da política de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural** (Impresso) , v. 50, p. 645-666, 2012.

LIPSKY, Michael. **Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public services**. New York: Russell Sage Foundation, 2010.

LOPEZ, Felix G. Introdução. In: **Cargos de confiança no presidencialismo de coalizão brasileiro** / organizador: Felix Garcia Lopez. – Brasília: IPEA, 2015.

LOPEZ, Felix G. BUENO, Natália S. **Texto para discussão 1778/** Transferências federais a entidades privadas sem fins lucrativos (1999-2010). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro: Ipea , outubro de 2012.

LOPEZ, Felix G., BUGARIN, Maurício, BUGARIN, Karina. Mudanças político-partidárias e rotatividade dos cargos de confiança (1999-2013). In: **Cargos de confiança no presidencialismo de coalizão brasileiro** / organizador: Felix Garcia Lopez. – Brasília: IPEA, 2015.

LOPEZ, Felix G., PRAÇA, Sérgio. Critérios e lógicas de nomeação para o alto escalão da burocracia federal brasileira. In: **Cargos de confiança no presidencialismo de coalizão brasileiro** / organizador: Felix Garcia Lopez. – Brasília: IPEA, 2015.

LOTTA, Gabriela Spanghero. O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. In: FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). **Implementação de políticas públicas: teoria e prática**. Belo Horizonte: Editora PUC/Minas, 2012.

LOTTA, Gabriela Spanguero, PIRES, Roberto Rocha Coelho, OLIVEIRA, Vanessa Elias de. Burocratas de médio escalão: novos olhares sobre velhos atores da produção de políticas públicas. In: **Burocracia de médio escalão: perfil, trajetória e**

atuação /organizadores Pedro Luiz Costa Cavalcante e Gabriela Spanguero Lotta. — Brasília: ENAP, 2015.

MACHADO, Frederico V. Do Estatal à Política: análise das relações entre o Estado e os movimentos de juventude e LGBT no Brasil (2003-2010). In: **ANAIS DO 17º CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA**, Porto Alegre, Brasil, 2015.

MARQUES, E. C. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.14, n.41, pp.45-67, outubro de 1999.

_____. **Estado e Redes Sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro**. São Paulo: Editora Revan - Fapesp, 2000.

_____. **Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

_____. **Redes sociais, poder e intermediação de interesses nas políticas públicas brasileiras**. XXVIII Encontro da ANPOCS - Seminário Temático “Processo decisório e implementação de políticas públicas no Brasil: novos tempos, novas perspectivas de análise”, Caxambu, 2004.

_____. **Redes Sociais, segregação e pobreza em São Paulo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

MATOS, A.C. BERNARDI, C. C. SILVA, H. S. **Gestão de Projetos de Cooperação Técnica Internacional: a experiência do IICA no Brasil**. Brasília: IICA, 2010

MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5/6, p. 134-150, 1997.

MISCHE, Ann. **Partisan publics: Communication and contention across Brazilian youth activist network**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2008.

MÜLLER, A; SILVA, M. K.; SCHNEIDER, S. A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o programa de aquisição de alimentos. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 1, p. 106-138, 2012.

OLIVEIRA, G. de L. **Permeabilidade e trânsito institucional: a relação entre sociedade civil e Estado a partir das trajetórias de militantes-gestores nas políticas de economia solidária no Rio Grande do Sul – os casos de Porto Alegre (1996-2004) e do Governo Estadual (1999-2002)**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFRGS (Dissertação de Mestrado), 2011.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil? Uma abordagem histórica da legislação**. Textos para Discussão da Consultoria Legislativa do Senado Federal, v. 48, p. 1-47, 2008.

PETTINICCHIO, David. Institutional Activism: Reconsidering the Insider/Outsider Dichotomy. **Sociology Compass**, 6/6, p.499–510, 2012.

PIRES, Álvaro P. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa; enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, pp. 43-94, 2008.

_____. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa; enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, pp. 154-211, 2008.

PRAÇA, Sérgio. **Exclusivo: os cargos de confiança do PT e PMDB**. VEJA.com, Colunistas, Abril Editora, 03 set. 2015. Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/sergio-praca/cargos-de-confianca/exclusivo-os-cargos-de-confianca-do-pt-e-pmdb/> Acessado em 11 jun. 2016

SANTORO, Wayne A.; McGUIRE, Gail M.. Social Movement Insiders: The Impact of Institutional Activists on Affirmative Action and Comparable Worth Policies. **Social Problems**, Vol. 44, No. 4, p.503-519, Nov., 1997.

SCOTT, James. **Seeing Like a State**. How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed. New Haven and London, Yale University Press, 1998.

SHARMA, Aradhana & GUPTA, Akhil . “Rethinking Theories of The State in the Age of Globalization”. In: **The Anthropology of the State: a reader**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

SILVA, M. K. ; OLIVEIRA, G. L.. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento - uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul. **Sociologias** (UFRGS. Impresso), v. 13, p. 86-124, 2011.

SILVA, Marcelo Kunrath. Atores, Espaços e Repertórios: a atuação dos movimentos sociais através das fronteiras da sociedade civil e do Estado. In: **Movimentos Sociais e engajamento político**/Ilse Scherer-Warren, Lígia Helena Hahn Luchmann orgs. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

Silva, Marcelo Kunrath. Contribuições da Teoria dos Campos ao estudo das relações entre movimentos sociais e políticas públicas. In: **19º Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2019, Florianópolis. Site do 19º Congresso Brasileiro de Sociologia, 2019. v. 1. p. 1.

SOUZA, Jessé. Apresentação. In: **Cargos de confiança no presidencialismo de coalizão brasileiro** / organizador: Felix Garcia Lopez. – Brasília: IPEA, 2015.

SPINK, Mary Jane e LIMA, Helena. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: SPINK, Mary Jane (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano; aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 1999, cap IV pp 93-122.

TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A. C. C. Efeitos combinados dos movimentos de moradia sobre os programas habitacionais autogestionários. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 58, p. 85–102, 2016.

TEIXEIRA, Ana Cláudia C.; TATAGIBA, Luciana F.; BLIKSTAD, Karin D.; PISMEL, Adriana C. **A participação da sociedade na implementação de políticas públicas. A novidade dos “programas associativos”**. Trabalho apresentado no 40º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2016.

ZANOLI, Vinicius. **Estado ativista?: tensões e limites nas relações entre gestores municipais e movimento LGBT em Campinas**. 2015. Apresentação de trabalho. In: II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, 27 a 30 de abril de 2015, UNICAMP, Campinas (SP).

APÊNDICE A - Entrevistas realizadas

- Entrevista I. [13.02.2016]. Entrevistadora: Carla Michele Rech. Curitiba, 2016. 1 arquivo .mp3 (1 h 23 min 25 seg.).
- Entrevista II. [01.12.2016]. Entrevistadora: Carla Michele Rech. Rio de Janeiro, 2016. 1 arquivo .mp3 (1 h 20 min 47 seg.).
- Entrevista III. [30.12.2016]. Entrevistadora: Carla Michele Rech. Pelotas, 2016. 6 arquivos .mp3 (1 h 17 min 06 seg.).
- Entrevista IV. [25.01.2017]. Entrevistadora: Carla Michele Rech. Via skype, 2017. 1 arquivo .mp3 (1 h 30 min 58 seg.).
- Entrevista V. [04.02.2017]. Entrevistadora: Carla Michele Rech. Via skype, 2017. 2 arquivos .mp3 (1 h 11 min 53 seg.).
- Entrevista VI. [26.07.2017]. Entrevistadora: Carla Michele Rech. Brasília, 2017. 1 arquivo .mp3 (48 min 01 seg.).
- Entrevista VII. [28.07.2017]. Entrevistadora: Carla Michele Rech. Brasília, 2017. 1 arquivo .mp3 (55 min 33 seg.).
- Entrevista VIII. [28.07.2017]. Entrevistadora: Carla Michele Rech. Brasília, 2017. 2 arquivos .mp3 (1 h 16 min 35 seg.).
- Entrevista IX. [28.07.2017]. Entrevistadora: Carla Michele Rech. Brasília, 2017. 2 arquivos .mp3 (1 h 21 min 31 seg.).
- Entrevista X. [30.07.2017]. Entrevistadora: Carla Michele Rech. Brasília, 2017. 1 arquivo .mp3 (1 h 25 min 56 seg.).
- Entrevista XI. [15.09.2017]. Entrevistadora: Carla Michele Rech. Via skype, 2017. 2 arquivos .mp3 (2 h 29 min 30 seg.).
- Entrevista XII. [20.09.2017]. Entrevistadora: Carla Michele Rech. Via skype, 2017. 1 arquivo .mp3 (4 h 06 min 54 seg.).
- Entrevista XIII. [29.09.2017]. Entrevistadora: Carla Michele Rech. Via skype, 2017. 1 arquivo .mp3 (1 h 28 min 31 seg.).
- Entrevista XIV. [11.11.2017]. Entrevistadora: Carla Michele Rech. Via whatsapp, 2017. 1 arquivo .mp3 (48 min 25 seg.).
- Entrevista XV. [13.11.2017]. Entrevistadora: Carla Michele Rech. Via whatsapp, 2017. 1 arquivo .mp3 (1 h 33 min 40 seg.).
- Entrevista XVI. [17.11.2017]. Entrevistadora: Carla Michele Rech. Via skype, 2017. 1 arquivo .mp3 (41 min 44 seg.).

Entrevista XVII. [22.11.2017]. Entrevistadora: Carla Michele Rech. Via wathsapp, 2017. 1 arquivo .mp3 (1h 04 min 16 seg.).

Entrevista XVIII. [29.11.2017 (parte 1) e 19.01.2018 (parte 2)]. Entrevistadora: Carla Michele Rech. Via wathsapp, 2017. 2 arquivos .mp3 (2h 34 min 33 seg.).

Entrevista XIX. [14.12.2017]. Entrevistadora: Carla Michele Rech. Porto Alegre, 2017. 1 arquivo .mp3 (1 h 29 min 46 seg.).

Entrevista XX. [26.12.2017 (parte 1), 10.01.2018 (parte 2), 17.01.2018 (parte 3)]. Entrevistadora: Carla Michele Rech. Via wathsapp, 2017. 4 arquivos .mp3 (1h 47 min 45 seg.).

Entrevista XXI. [12.01.2018]. Entrevistadora: Carla Michele Rech. Via wathsapp, 2018. 3 arquivos .mp3 (1 h 02 min 14 seg.).

Entrevista XXII. [24.01.2019]. Entrevistadora: Carla Michele Rech. Pelotas, 2019. 1 arquivo .mp3 (2 h 00 min 27seg.).

ANEXO A - Termos de referência representativos dos processos de contratação de consultores/as do IICA para a SDT



INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

1. IDENTIFICAÇÃO DA CONSULTORIA

Código: CONSPROC 2010

Prestação de serviço técnico especializado, modalidade de consultoria por produto com foco em aspectos sociais e jurídicos relevantes e relativos ao sistema de acesso a recursos e qualificação de projetos territoriais, bem como, consolidação quanto ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Contextualização:

O processo de desenvolvimento territorial sustentável, concretizado através do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PDST, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial/MDA, consolida-se como uma referência nacional para a nova geração de políticas públicas. Dessa forma, torna-se necessário consolidar a abordagem pelo prisma social e legal dos fomentos proporcionados aos territórios de identidade já incorporados ao Programa. Portanto, torna-se fundamental abordar o programa em andamento com vistas à materialização de sua fundamentação e sustentação no que concerne a seus aspectos normativos sociais.

Nesse sentido, aborda-se que a idéia do desenvolvimento de sociedades rurais sustentáveis em que os caminhos procuram equilibrar as necessidades essenciais do homem e a extensão concreta quanto à aquisição de conhecimento para a realização de seus objetivos, deve ser uma busca constante. O projeto de desenvolvimento sustentável deve refletir em sua forma mais geral alguns valores sociais consensuais, entre estes os de que suas metas sejam razoavelmente compatíveis com os interesses gerais, sendo que estes interesses deverão estar previstos ou dispostos em normativos que lhe proporcionem meios de cumprimento.

Os fatores sociais que conjugados com os fatores normativos deverão alicerçar as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de projetos de sustentabilidade rural no Brasil devem em sentido linear sempre ser observado. Em assim sendo, partindo-se da premissa de que um dos papéis que restam à Constituição na atualidade é o de que ela não esteja posta como um olhar sobre os problemas sociais, mas um olhar para estes problemas, com a finalidade de apontar e mostrar os caminhos para o futuro, é de suma importância à perquirição acerca de soluções que possam permitir o acesso do homem do campo ao conhecimento, e em especial, o conhecimento jurídico ainda que preliminar quanto às normas que regimentam os seus interesses.

Contextualmente, o conhecimento acerca de direitos básicos e acesso à justiça por parte de diversas camadas da população brasileira, além de um direito primordial previsto na Carta Magna brasileira, constituiu-se na possibilidade concreta de avanço do cidadão no que diz respeito à busca pelo conhecimento com vistas a fazer prevalecer o que lhe é legal e legitimamente garantido. O direito em sentido extensivo e global é fundamental para o desenvolvimento de qualquer povo.

Pensando nisso e mais especificamente na população rural que busca a sustentabilidade rural por intermédio do trabalho no campo, é que o Governo do Brasil implementa ações por meio de convênios com entidades diversas, formas de promover o conhecimento ainda que básico dos diversos tipos de direitos voltados a abranger o máximo possível de agricultores rurais em processo de desenvolvimento. Aliás, quando se fala em desenvolvimento rural sustentável, não é demais lembrar que para que seja possível concretizar o termo sustentabilidade, necessário se faz que o conhecimento esteja presente e no caso específico o conhecimento básico jurídico deve se fazer vigente, haja vista que o conceito de sustentabilidade atinge formas abrangentes, entre estas, a disseminação de conhecimento em prol dos agricultores rurais. Assim sendo, a contratação da consultoria atenderá a demanda, procurando identificar as ações que potencializam a consolidação das estratégias adotadas com vistas a expansão do conhecimento de direitos e deveres básicos dos trabalhadores rurais, a influência desses conhecimentos no seu cotidiano, no acúmulo de conhecimento, bem como, a eficácia dos meios de disseminação utilizados, a extensão dos mesmos e a efetividade real quanto ao cumprimento das metas entabuladas em acordos ou convênios.

2.2. Enquadramento da Consultoria:

A consultoria relaciona-se diretamente aos 05 (cinco) objetivos imediatos do PCT, a saber: Aperfeiçoamento dos processos e sistemas de planejamento, monitoramento, avaliação, informação e comunicação; Aperfeiçoamento dos processos de articulação de políticas públicas e cooperação técnica; Aperfeiçoamento dos processos e constituição e gestão dos CODETER e de elaboração dos PTDRS; Aperfeiçoamento dos processos de formação e desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento territorial e Aperfeiçoamento do sistema de acesso a recursos e de qualificação de projetos territoriais.

3. OBJETIVO GERAL

Promover processos de mobilização e verificação da efetividade e da eficácia quanto as ações relativas a promoção da sustentabilidade nos territórios rurais em relação a observância dos normativos vigentes, análises de processos, elaboração de projetos e verificação quanto aos aspectos legais .

3.1. Objetivos Específicos:

Os objetivos pontuais da consultoria se desdobram através das seguintes especificidades:

- Avaliação de ações de sustentabilidade e de apoio ao desenvolvimento territorial implementadas nos territórios de identidade sob aspectos legais e sociais;
- Apoio ao processo de planejamento de novas ações voltadas para o desenvolvimento territorial nos territórios de identidade;
- Apoio técnico para a elaboração de projetos, convênios e ações por parte dos órgãos competentes voltadas para o desenvolvimento rural sustentável nos territórios rurais.

4. PRODUTOS

4.1. Produto 01: 01 (um) Relatório contendo a triagem de ações e localidades contempladas com atividades voltadas para a aplicação de conhecimentos jurídico-sociais para o trabalhador rural;

4.2. Produto 02: 01 (um) Relatório da análise dos métodos aplicados e da extensão das ações capacitatórias empregadas por meio de convênio, direcionadas para os trabalhadores rurais assentados;

4.3. Produto 03: 01 (um) Relatório contendo a identificação quanto à eficácia, a efetividade e o produto final relativo à influência dos conhecimentos jurídico-sociais adquiridos pelos agricultores e a concreta aplicabilidade nos seus cotidianos;

4.4. Produto 04: 01 (um) Relatório contendo a avaliação sob o aspecto legal dos convênios firmados que objetivavam a capacitação jurídico-social dos trabalhadores rurais;

4.5. Produto 05: 01 (um) Relatório com descrição dos procedimentos e demais implicações decorrentes da falta de cumprimento das metas acordadas por meio de convênio;

4.6. Produto 06: 01 (um) Relatório contendo as apreciações relativa aos temas verificados no decorrer das atividades realizadas e apontamentos que possam colaborar para realização de novas ações voltadas para a sustentabilidade rural.

5. ESTRATÉGIA DE AÇÃO

Para a elaboração dos produtos, será obrigatória uma sistemática de interação e participação do Consultor com os atores públicos dos órgãos do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário e INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E DURAÇÃO DA CONSULTORIA

A duração dos serviços de consultoria contratados será de 12 (doze) meses e a entrega dos produtos ao longo desse período será realizada conforme o seguinte cronograma:

Produtos	MESES/ANOS											
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
01		X										
02				X								
03						X						
04								X				
05										X		
06												X

7. INSUMOS

As despesas referentes ao desenvolvimento das atividades previstas nesta Consultoria serão custeadas pelo Projeto de Cooperação Técnica de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais.

8. QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS EXIGIDAS

Curso superior em Ciências Sociais Aplicadas ou afins, com experiência mínima de 08 anos em análise e verificação de processos e ações voltadas para a disseminação de conhecimento sócio-jurídico, preferencialmente ao trabalhador rural. Desejável experiência em acompanhamento de termos, acordos, parcerias e convênios.

9. MÉTODO DE SELEÇÃO

A seleção para escolha do Consultor será precedida de duas fases:

1ª Fase: Análise de Curriculum Vitae pela Comissão de Seleção do MDA para certificação dos itens exigidos no respectivo edital, tais como: formação, tempo de experiência e requisito para o desenvolvimento das atividades, de acordo com os critérios e pontuação abaixo especificados:

Análise do Curriculum	Critério Máximo de Pontuação
Formação superior em Ciências Sociais ou afins, com experiência mínima de 08 anos em análise e verificação de processos e ações voltadas para a disseminação de conhecimento sócio-jurídico ao trabalhador rural.	10,00
Desejável experiência em acompanhamento de termos, acordos, parcerias e convênios.	5,00
Pontuação Máxima (Total)	15,00

2ª Fase: Entrevista por meio de avaliação dos conhecimentos e complementação das informações, compreendendo os seguintes critérios e pontuação:

Entrevista	Critério Máximo de Pontuação
Domínio do tema: Compreensão sobre desenvolvimento rural, preferencialmente sobre desenvolvimento territorial e rural sustentável.	5,00
Demonstração quanto à experiência e domínio no que se refere à elaboração de documentos sobre formação, direitos humanos, cidadania e gestão social.	2,00
Apresentação articulada do objeto da consultoria e as experiências que se pretende desenvolver.	3,00
Desenvolvimento de trabalhos com a utilização de metodologias participativas.	3,00
Capacidade de Comunicação: Clareza nas idéias, argumentação e informações complementares ao Curriculum Vitae apresentado.	2,00
Total	15,00

11. LOCALIZAÇÃO DA CONSULTORIA

Brasília/DF, com disponibilidade para viagens a outros Estados do Território Brasileiro, correndo por conta do PCT/BRA/IICA/07/009, as despesas com os deslocamentos necessários para a execução dos serviços contratados.

12. RESPONSABILIDADE PELA SUPERVISÃO DA CONSULTORIA

As ações, os produtos e os resultados da Consultoria serão submetidos à análise do Departamento de Ações de Desenvolvimento Territorial da SDT/MDA e de representante do PCT/BRA /IICA, denominado de Projeto de Cooperação Técnica para

fortalecimento e Aperfeiçoamento do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável de Territórios Rurais. Poderão ser feitos ajustes neste Termo de Referência no que se refere ao Cronograma de entrega de Produtos de comum acordo e com antecedência mínima de 30 (trinta dias). O atraso na entrega dos referidos produtos por prazo superior a 60 (sessenta dias) implicará o cancelamento imediato do Contrato.

13. CUSTO TOTAL

O valor total dos serviços de consultoria corresponde a R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais). As despesas com deslocamento e estada fora da cidade de residência do Consultor para a realização das atividades programadas e autorizadas pela Coordenação do PCT, serão de responsabilidade do próprio PCT.

14. FORMA DE PAGAMENTO E APROVAÇÃO DOS PRODUTOS

Os pagamentos serão efetivados na medida em que todos os produtos forem entregues e aprovados pela Coordenação da SDT/MDA-PCT-BRA/IICA, tendo os referidos produtos os seguintes valores:

Produto Número	(%)	Valor R\$
01	14,6	R\$ 14.000,00
02	14,6	R\$ 14.000,00
03	14,6	R\$ 14.000,00
04	15,6	R\$ 15.000,00
05	15,6	R\$ 15.000,00
06	25	R\$ 24.000,00

15. FONTE DE FINANCIAMENTO

Os recursos demandados nesta Consultoria são oriundos da SDT repassados ao Projeto de Cooperação Técnica para Fortalecimento e Aperfeiçoamento do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PCT/BRA/IICA, 07/009.



TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

1 – IDENTIFICAÇÃO DA CONSULTORIA

CODT 04 (RS) A – Uma Vaga

Prestação de serviço técnico especializado, modalidade de consultoria por produto, com foco em desenvolvimento territorial, com atuação no Estado do Rio Grande do Sul, em apoio técnico às instâncias colegiadas de gestão social do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais e pré-territórios.

2 – JUSTIFICATIVA

2.1 – Contextualização: Desde 2003, o MDA, por meio de sua Secretaria de Desenvolvimento Territorial vem executando o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), que tem por objetivo apoiar as iniciativas de desenvolvimento territorial em territórios demarcados a partir de critérios baseados na identidade territorial e indicadores sócio-econômico, priorizando-se portanto, as regiões mais pobres do Brasil. Dentre os objetivos do programa estão a consolidação dos territórios como espaço de articulação de políticas públicas, além do fortalecimento da gestão social, promoção da dinamização econômica e das redes sociais de cooperação nos territórios. Do ponto de vista estrutural, a proposta do PRONAT está fundamentada no reconhecimento das instâncias colegiadas de decisão (Colegiados Territoriais), na promoção de instrumentos de planejamento territorial e no apoio a projetos territoriais de infraestrutura e serviços.

Os colegiados territoriais, organizações não formais, reúnem em sua composição, organizações governamentais e da sociedade civil, cujo objetivo é realizar a gestão social do território, formulando, articulando, implementando e exercendo o controle social de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável em territórios rurais de identidade.

Por pré-territórios, entende-se os territórios homologados pelos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), em conformidade com a Portaria MDA no. 5 de 18 de julho de 2005, mas que ainda não compõem o PRONAT. Todavia, eles podem ter acessos a recursos deste Ministério, na forma de emendas parlamentares, linha de projetos intermunicipais do PRONAT, recursos voltados para Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), dentre outros. Os pré-territórios em sua maioria tem colegiados devidamente constituídos, e no caso do do Rio Grande do Sul estão em franco processo de elaboração de instrumentos de planejamento territorial (Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável e discussão sobre as políticas públicas existentes em processo de

O processo de gestão social apresenta, contudo, fragilidades na constituição da institucionalidade, no seu funcionamento e, principalmente, no processo de gestão do desenvolvimento do território. Nesse contexto, os colegiados territoriais de todo o Brasil requerem apoio, assessoria, acompanhamento e constante avaliação na sua atuação, de modo a aprimorar a sua forma de organização bem como o processo de gestão social dos territórios.

2.2 – Enquadramento da consultoria: Esta Consultoria enquadra-se no Objetivo Imediato 5: Consolidação e acompanhamento do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais do PCT IICA/SDT 07/009 .

3 – OBJETIVO GERAL

Contribuir para a organização e fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais do Estado do Rio Grande do Sul, apoiando o processo de gestão e integração de políticas públicas.

4 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apoiar os Colegiados Territoriais de Gestão Social do Desenvolvimento Territorial;
- Apoiar a elaboração e a implementação de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável;
- Apoiar a articulação de políticas públicas para o pré-território Fronteira Noroeste e territórios Missões, Noroeste Colonial, Região Central;
- Apoiar e articular a elaboração de estudos, diagnósticos e análises relacionados com as demandas dos órgãos colegiados territoriais do *pré-território Fronteira Noroeste e territórios Missões, Noroeste Colonial, Região Central*;
- Apoiar a elaboração, realizar análise e emitir parecer em projetos territoriais nos quatro territórios;
- Apoiar e articular processos de formação de agentes de desenvolvimento territorial.

5 – PRODUTOS

Produto 1: *proposta de Plano de ação territorial para os primeiros seis meses do contrato de consultoria, em apoio ao processo de desenvolvimento do pré-território Fronteira Noroeste e territórios Missões, Noroeste Colonial, Região Central.*

Produto 2: *Documento contendo análise do processo de constituição e funcionamento dos colegiados territoriais, incluindo todas suas instâncias no pré-território Fronteira Noroeste e territórios Missões, Noroeste Colonial, Região Central.*

Produto 3: *Documento contendo sistematização e análise do processo de constituição e funcionamento da Rede Estadual de Colegiados com foco nas ações realizadas nos pré-territórios Fronteira Noroeste e territórios Missões, Noroeste Colonial, Região Central.*

Produto 4 : *Proposta de Plano de ação territorial para os últimos seis meses do contrato de consultoria, em apoio ao processo de desenvolvimento do pré-território Fronteira Noroeste e territórios Missões, Noroeste Colonial.*

Produto 5: *Documento contendo análise do processo de qualificação e elaboração dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), bem como dos demais instrumentos de apoio ao planejamento territorial no pré-território Fronteira Noroeste e territórios Missões, Noroeste Colonial, Região Central, no período de 2007-2010.*

Produto 6: Relatório contendo análise e parecer sobre os Projetos de Infra-estrutura propostos em 2011 nos territórios Região Central e Noroeste Colonial.

Produto 7: Relatório contendo análise e parecer sobre os Projetos de Infra-estrutura propostos em 2011 no pré-território Fronteira Noroeste e território Missões.

Produto 8: Documento contendo avaliação da execução das ações previstas no Plano de ação territorial para os doze meses do contrato de consultoria em apoio ao processo de desenvolvimento do pré-território Fronteira Noroeste e territórios Missões, Noroeste Colonial, Região Central.

6 – ESTRATÉGIA DE AÇÃO

Para o alcance dos objetivos geral e específicos, a consultoria deverá: realizar articulações com instituições de governo e entidades não governamentais no âmbito estadual e territorial; articular, apoiar e realizar eventos formativos relacionados à gestão social do desenvolvimento territorial com os atores sociais, governamentais e não governamentais nas esferas estadual e territorial, de modo a fortalecer o desenvolvimento de capacidades, competências e de capital humano nos territórios; articular, apoiar, monitorar e avaliar os trabalhos, agregando qualidade aos instrumentos de implementação das políticas que impactam os processos de desenvolvimento dos territórios rurais.

7 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E DURAÇÃO DA CONSULTORIA

A vigência do contrato será de até 12(doze) meses, a contar da data da assinatura do contrato.

PRODUTOS	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
01	x											
02		x										
03			x									
04					x							
05							x					
06									x			
07											x	
08												x

8 – INSUMOS

As despesas referentes ao desenvolvimento das atividades previstas nesta Consultoria serão custeadas pelo **Projeto de Cooperação Técnica para o Fortalecimento e Aperfeiçoamento do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais** e inclui o pagamento de diárias, passagens aéreas e terrestres, bem como os equipamentos e materiais didáticos necessários.

9 – QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS

Formação Superior, com comprovada experiência mínima de 08 (oito) anos em processos de Desenvolvimento Rural Sustentável e desejável experiência em organização e moderação de eventos com uso de metodologias participativas.

10 - MÉTODO DE SELEÇÃO

A Seleção ocorrerá em 2 fases:

1ª – Análise do Curriculum Vitae pela Comissão de Seleção do MDA para certificação dos itens exigidos no presente edital de seleção: formação, tempo de experiência e requisito para desenvolvimento das atividades, de acordo com a pontuação abaixo. A análise curricular possui peso 4.

ANÁLISE DO CURRÍCULO	Pontuação máxima por requisito
Experiência em processos de Desenvolvimento Rural Sustentável	10,00
Experiência em desenvolvimento de trabalhos com a utilização de metodologias participativas	5,00
Pontuação máxima (total)	15,00

2ª - Entrevista para avaliação dos conhecimentos e complementação das informações. Compreende os requisitos e pontuação abaixo. A entrevista tem peso 6.

REQUISITOS A SEREM CONSIDERADOS NA ENTREVISTA	Pontuação máxima por requisito
1. Visão sobre a importância da agricultura familiar, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, dentre outros segmentos sociais do meio rural	2,00
2. Visão sobre desenvolvimento rural sustentável a partir da abordagem territorial	3,00
3. Visão sobre a participação da sociedade civil por meio de organizações representativas dos diversos segmentos sociais do meio rural no desenvolvimento rural sustentável	2,00
4. Se tem disponibilidade para viagens, inclusive para fora do Estado	2,00
5. Se os compromissos atuais de trabalho permitem uma dedicação a este trabalho	3,00
6. Condição de dialogar com os governos, sociedade civil e movimentos sociais	3,00
Pontuação máxima (total)	15,00

11 – LOCALIZAÇÃO DA CONSULTORIA

Atuação no Estado do Rio Grande do Sul, com sede na cidade de Porto Alegre - RS.

12 – RESPONSABILIDADE PELA SUPERVISÃO DA CONSULTORIA

As ações, os produtos e os resultados da Consultoria serão submetidos à análise do Departamento de Ações de Desenvolvimento Territorial da SDT/MDA e do representante do PCT IICA/SDT 07/009 indicado pelo seu Secretário.

13 – CUSTO TOTAL

O valor da consultoria será de R\$ 94.000,00 (noventa e quatro mil Reais)

14 – FORMA DE PAGAMENTO E APROVAÇÃO DOS PRODUTOS

Os Produtos (descritos no item 5) serão entregues de acordo com o cronograma previsto no Item 7 e serão remunerados após análise técnica e parecer favorável do Departamento de Ações de Desenvolvimento Territorial após os trâmites no PCT/IICA, nos seguintes valores.

- **PRODUTOS 1 e 2**.....15% do valor total do contrato por produto
- **PRODUTOS 3,4,5,6 e 7**.....10% do valor total do contrato por produto
- **PRODUTO 8**.....20% do valor total do contrato por produto

15 – FONTE DE FINANCIAMENTO

Os recursos demandados nesta Consultoria são oriundos da SDT repassados ao Projeto de Cooperação Técnica para o Fortalecimento e Aperfeiçoamento do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais.

16 – ANEXOS

Aos/As interessados(as) em conhecer o Programa Nacional de Apoio ao Território Rurais, recomenda-se a leitura dos Documentos Institucionais da SDT/MDA abaixo relacionados que estão disponíveis no site www.mda.gov.br clicar no tema territórios rurais.

- Referências Para Estratégia De Desenvolvimento Rural Sustentável
- Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento dos Territórios Rurais
- Referências para a Gestão Social dos Territórios Rurais

ANEXO B - Parte do Projeto de Atividades (PAT)

Obs: Informações foram subtraídas do documento original para evitar identificação da organização

3. METAS E ATIVIDADES / DETALHAMENTO											
META : 1. Apoiar processos participativos de promoção do desenvolvimento territorial e assessorar implantação de projetos estratégicos											
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES										CUSTOS (R\$ 1,00)	
Atividade	Período	Executor	Regime	Local de Realização	Duração	Unidade	Quantidade	Público	Quantidade	Unitário	Total
1.1 Apoiar a realização de fóruns setoriais do Colegiado Territorial - Território	dez/2010-dez/2011		D	s	8 horas	fóruns setoriais	9	*	35	4.528,89	40.760,00
ITEM	Discriminação das despesas					Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Proponente	MDA	Total
1.1.1	Despesas com mobilização dos atores (combustível)					lts	800	2,80	0,00	2.240,00	2.240,00
1.1.2	Despesas com pagamento de hora técnica para técnico de nível médio para mobilização					hora técnica	180	40,00	0,00	7.200,00	7.200,00
1.1.3	Despesas com disponibilização de veículo e pedágios					diária	9	85,00	765,00	765,00	1.530,00
1.1.4	Despesas com pagamento de profissional de nível superior para preparação e moderação das assembleias					hora técnica	144	60,00	0,00	8.640,00	8.640,00
1.1.5	Despesas com pagamento de refeições (2 lanches e 1 almoço/participante/reunião)					refeições	315	20,00	0,00	6.300,00	6.300,00
1.1.6	Despesas com material de apoio aos eventos (kits coletivos tipo Kit 3: Cartucho, toner, papel ofício, mil cópias P/B).					kit	9	450,00	0,00	4.050,00	4.050,00
1.1.7	Despesas com pagamento de hora técnica para técnico de nível médio para produção de relatório (Calculamos que são necessárias 30hs para elaboração de relatório/reunião. 30hs relatoria/reunião x 9 reuniões = 270 hs)					hora técnica	270	40,00	0,00	10.800,00	10.800,00
OBSERVAÇÕES: * representantes de cooperativas, associações ou grupos informais de agricultores familiares, pescadores artesanais, assentados de reforma agrária, quilombolas, Embrapa, Fepagro, Emater, ONG's, Universidades, movimentos sociais, sindicatos, gestores públicos, Núcleo Dirigente e Núcleo Técnico do Colegiado de Desenvolvimento Territorial							Total da Atividade 1.1		765,00	39.995,00	40.760,00
Atividade	Período	Executor	Regime	Local de Realização	Duração	Unidade	Quantidade	Público	Quantidade	Unitário	Total

1.2 Realizar o monitoramento da implantação dos projetos territoriais e ações previstas no PTDRS através de visitas de acompanhamento	dez/2010-dez/2011		D		8 horas	visita	24	*	5	1.313,00	31.512,00	
ITEM	Discriminação das despesas						Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Proponente	MDA	Total
1.2.1	Despesas com pagamento de profissional de nível superior para preparação e realização das visitas						hora técnica	384	60,00	0,00	23.040,00	23.040,00
1.2.2	Despesas com pagamento de combustível (gasolina) para realização das visitas						lts	1440	2,80	0,00	4.032,00	4.032,00
1.2.3	Despesas com pagamento de diária						diária	24	100,00	0,00	2.400,00	2.400,00
1.2.4	Despesas com disponibilização de veículo e pedágio						diária	24	85,00	2.040,00	0,00	2.040,00
OBSERVAÇÕES: * representantes de cooperativas, associações ou grupos informais de agricultores familiares, pescadores artesanais, assentados de reforma agrária, quilombolas, movimentos sociais, sindicatos e ou gestores públicos, dependendo o objetivo da visita							Total da Atividade 1.2		2.040,00	29.472,00	31.512,00	

Atividade	Período	Executor	Regime	Local de Realização	Duração	Unidade	Quantidade	Público	Quantidade	Unitário	Total	
1.3 Assessorar os processos territoriais para gestão participativa e controle social do desenvolvimento territorial sustentável do Território	dez/2010-dez/2011		D		12 meses	relatório	3	*	35	14.292,00	42.876,00	
ITEM	Discriminação das despesas						Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Proponente	MDA	Total
1.3.1	Produção de relatórios de gestão e planejamento						horas técnicas	750	40,00	0,00	30.000,00	30.000,00
1.3.2	Despesas com pagamento de combustível (gasolina) para realização de visitas e acompanhamento de atividades no território (em média 1tanque - 40lts/semana)						lts	1920	2,80	0,00	5.376,00	5.376,00
1.3.3	Despesas com pagamento de diária						diária	75	100,00	0,00	7.500,00	7.500,00
OBSERVAÇÕES: * representantes de cooperativas, associações ou grupos informais de agricultores familiares, pescadores artesanais, assentados de reforma agrária, quilombolas, Embrapa, Fepagro, Emater, ONG's, Universidades, movimentos sociais, sindicatos, gestores públicos, Núcleo Dirigente e Núcleo Técnico do Colegiado de Desenvolvimento Territorial							Total da Atividade 1.3		0,00	42.876,00	42.876,00	

Atividade	Período	Executor	Regime	Local de Realização	Duração	Unidade	Quantidade	Público	Quantidade	Unitário	Total
1.4 Apoiar a participação de atores territoriais em eventos sobre desenvolvimento territorial	dez/2010-dez/2011		D	*		viagem	1	*	5	9.250,00	9.250,00

ITEM	Discriminação das despesas	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Proponente	MDA	Total
1.4.1	Despesas com pagamento de passagens terrestres (comunidades - PoA)	passagens terrestres	5	100,00	0,00	500,00	500,00
1.4.2	Despesas com pagamento de passagens aéreas (PoA-BSB- PoA)	passagens aéreas	5	1.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
1.4.3	Despesas com diária (alimentação e hospedagem em Brasília - 3 diárias/pessoa)	diária	15	250,00	0,00	3.750,00	3.750,00
OBSERVAÇÕES: * local a definir			Total da Atividade 1.4		0,00	9.250,00	9.250,00

Atividade	Período	Executor	Regime	Local de Realização	Duração	Unidade	Quantidade	Público	Quantidade	Unitário	Total
1.5 Realizar eventos com membros do Colegiado para a Gestão do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)	dez/2010-dez/2011		D		8 horas	eventos	3	membros do Colegiado Territorial	50	4.427,00	13.281,00

ITEM	Discriminação das despesas	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Proponente	MDA	Total
1.5.1	Despesas com pagamento de profissional de nível superior para preparação e moderação das oficinas (Calculamos que são necessárias 16hs para preparação de cada evento, incluindo preparação da metodologia, organização do material pedagógico, elaboração da pauta e dos convites, organização do local e infra-estrutura e 8 hs para moderação de cada evento)	horas técnicas	72	60,00	0,00	4.320,00	4.320,00
1.5.2	Despesas com mobilização dos atores (combustível) (Corresponde a um gasto médio de 1 tanque de combustível/evento)	lts	120	2,80	0,00	336,00	336,00
1.5.3	Despesas com disponibilização de veículo e pedágio	diária	3	85,00	255,00	0,00	255,00
1.5.4	Despesas com pagamento de alimentação (1 café e 1 almoço/participante) média 50 copas/evento	copa completa	150	18,00	0,00	2.700,00	2.700,00
1.5.5	Despesas com auxílio-transporte para os agricultores, pescadores, assentados e quilombolas (em média 20 representantes da agr. familiar/evento)	diária	60	40,00	0,00	2.400,00	2.400,00
1.5.6	Despesas com pagamento de hora técnica para técnico de nível médio para produção de relatório. (Calculamos que são necessárias 16hs para elaboração de relatório/evento).	hora técnica	48	40,00	0,00	1.920,00	1.920,00
1.5.7	Despesas com material de apoio aos eventos (kits coletivos tipo Kit 3: Cartucho, toner, papel ofício, mil cópias P/B).	kit	3	450,00	0,00	1.350,00	1.350,00

OBSERVAÇÕES:	Total da Atividade 1.5	255,00	13.026,00	13.281,00
---------------------	-------------------------------	--------	-----------	-----------

Atividade	Período	Executor	Regime	Local de Realização	Duração	Unidade	Quantidade	Público	Quantidade	Unitário	Total
1.6 Elaboração de relatórios de gestão de acompanhamento e monitoramento para as ações ligadas ao Programa "Territórios da Cidadania"	dez/2010-dez/2011		D		200 hs	relatórios	2	membros do Colegiado Territorial	80	9.600,00	19.200,00

ITEM	Discriminação das despesas	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Proponente	MDA	Total			
1.6.1	Remuneração do consultor para produção de relatórios trimestrais de acompanhamento e monitoramento das ações indicadas pelo Colegiado Territorial.	horas técnicas	200	60,00	0,00	12.000,00	12.000,00			
1.6.2	Despesas com pagamento de combustível (gasolina) para realização de visitas e acompanhamento de atividades no território	lts	1500	2,80	0,00	4.200,00	4.200,00			
1.6.3	Despesas com pagamento de diária	diária	30	100,00	0,00	3.000,00	3.000,00			
OBSERVAÇÕES:							Total da Atividade 1.6	0,00	19.200,00	19.200,00

OBSERVAÇÕES:	Total da Meta 1.	3.060,00	153.819,00	156.879,00
---------------------	-------------------------	----------	------------	------------

M E T A : 2. Apoio à organização comunitária, ao associativismo, cooperativismo e comercialização em rede na agricultura familiar do Território

DESCRIPÇÃO DAS ATIVIDADES										CUSTOS (R\$ 1,00)	
Atividade	Período	Executor	Regime	Local de Realização	Duração	Unidade	Quantidade	Público	Quantidade	Unitário	Total
2.1 Assessorar a organização comunitária, cidadania e participação social das comunidades quilombolas do Território	dez/2010-dez/2011		D		12 meses	relatório	2	comunidades quilombolas	100	25.365,00	50.730,00
ITEM	Discriminação das despesas					Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Proponente	MDA	Total
2.1.1	Despesas com pagamento de relatório de consultoria técnica					hora técnica	400	60,00	0,00	24.000,00	24.000,00
2.1.2	Despesas com pagamento de combustível (gasolina)					lts	3.600	2,80	0,00	10.080,00	10.080,00

Atividade	Período	Executor	Regime	Local de Realização	Duração	Unidade	Quantidade	Público	Quantidade	Unitário	Total
2.4 Elaborar um caderno com a sistematização da experiência de desenvolvimento territorial	dez/2010-dez/2011		D			caderno	500	Agricultores familiares	200	32.220,00	32.220,00
ITEM	Discriminação das despesas					Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Proponente	MDA	Total
2.4.1	Despesas com pagamento de profissional de nível superior com mestrado/especialização para organização dos dados					horas técnicas	184	80,00	0,00	14.720,00	14.720,00
2.4.2	Despesas com pagamento de profissional de nível superior para produção de texto e redação final					horas técnicas	100	60,00	0,00	6.000,00	6.000,00
2.4.3	Despesas com pagamento de profissional de nível superior para criação do layout, diagramação, criação das ilustrações, tratamento das imagens					horas técnicas	100	60,00	0,00	6.000,00	6.000,00
2.4.4	Despesas para Impressão dos exemplares (revista formato aberto 46X31(fechado 23X31) acabamento dobra e grampo capa 4 páginas em reciclato 120 GR miolo 44 páginas em reciclato 90GR)					revista	500	11,00	0,00	5.500,00	5.500,00
OBSERVAÇÕES:							Total da Atividade 2.4		0,00	32.220,00	32.220,00
OBSERVAÇÕES:							Total da Meta 2.		11.050,00	117.380,00	128.430,00
M E T A : 3. Apoio à formação em processos participativos de planejamento, monitoramento e avaliação e qualificação das ações territoriais											
DESCRIBÇÃO DAS ATIVIDADES										CUSTOS (R\$ 1,00)	
Atividade	Período	Executor	Regime	Local de Realização	Duração	Unidade	Quantidade	Público	Quantidade	Unitário	Total
3.1 Realizar evento de planejamento, monitoramento e avaliação e qualificação das ações territoriais	dez/2010-dez/2011		D		3 dias	seminário	1	*	25	16.165,00	16.165,00
ITEM	Discriminação das despesas					Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Proponente	MDA	Total

3.1.1	Despesas com pagamento de profissional de nível superior para preparação e moderação do seminário	horas técnicas	48	60,00	0,00	2.880,00	2.880,00	
3.1.2	Despesas com pagamento de local para realização do seminário.	diária	3	250,00	0,00	750,00	750,00	
3.1.3	Despesas com mobilização dos atores (combustível).	lts	400	2,80	0,00	1.120,00	1.120,00	
3.1.4	Despesas com pagamento de hora técnica para mobilização, preparação dos convites e divulgação do evento	horas técnicas	80	40,00	0,00	3.200,00	3.200,00	
3.1.5	Despesas com pagamento de alimentação (2 cafés, 1 almoço e janta)	alimentação	75	30,00	0,00	2.250,00	2.250,00	
3.1.6	Despesas com pagamento de pernoites (2 pernoites/participantes - R\$ 50,00/pernoite)	pernoite	50	50,00	0,00	2.500,00	2.500,00	
3.1.7	Despesas com pagamento de hora técnica para técnico de nível médio para produção de relatório.	hora técnica	48	40,00	0,00	1.920,00	1.920,00	
3.1.8	Despesas com aquisição de material didático. (Kit 3: Bloco de anotação, caneta, lápis, borracha, pasta com elástico, classificador, cartolina, cola, fita adesiva, CD-R, DVD-R, tesoura, pincel atômico.)	kit	25	21,00	0,00	525,00	525,00	
3.1.9	Despesas com equipamentos (datashow, notebook e tela de projeção).	Unidade	3	170,00	510,00	510,00	1.020,00	
OBSERVAÇÕES: * técnicos ligados à organizações não governamentais, da pesca artesanal, agricultura familiar, quilombolas e assentamentos de reforma agrária, membros do colegiado territorial e observadores				Total da Atividade 3.1		510,00	15.655,00	16.165,00

3.2 Realizar um Curso de Formação de Educadores Populares e utilização de metodologias participativas	dez/2010-dez/2011	D	5 dias	curso	1	*	30	30.158,00	30.158,00
ITEM	Discriminação das despesas			Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Proponente	MDA	Total
3.2.1	Despesas com pagamento de profissional de nível superior para preparação e moderação do curso			horas técnicas	60	60,00	0,00	3.600,00	3.600,00
3.2.2	Despesas com pagamento de local para realização do curso.			diária	5	250,00	0,00	1.250,00	1.250,00
3.2.3	Despesas com mobilização dos atores (combustível).			lts	400	2,80	0,00	1.120,00	1.120,00
3.2.4	Despesas com pagamento de hora técnica para mobilização, preparação dos convites e divulgação do evento			horas técnicas	100	40,00	0,00	4.000,00	4.000,00
3.2.5	Despesas com pagamento de 2 instrutores (profissionais de nível superior) especializados, um em educação popular e outro em metodologias participativas			horas técnicas	80	60,00	0,00	4.800,00	4.800,00
3.2.6	Despesas com pagamento de alimentação (2 cafés, 1 almoço e 1 janta)			alimentação	150	30,00	0,00	4.500,00	4.500,00

3.2.7	Despesas com pagamento de pernoites (4 pernoites/participantes - R\$ 50,00/pernoite).	pernoite	120	50,00	0,00	6.000,00	6.000,00	
3.2.8	Despesas com pagamento de hora técnica para técnico de nível médio para produção de relatório.	hora técnica	48	40,00	0,00	1.920,00	1.920,00	
3.2.9	Despesas com material de apoio aos eventos (kits coletivos tipo Kit 3: Cartucho, toner, papel ofício, mil cópias P/B).	kit	1	450,00	0,00	450,00	450,00	
3.2.10	Despesas com aquisição de material pedagógico (kit para visualização móvel = maleta + kit consumo). Este kit apresenta características diferenciadas do proposto pelas diretrizes. Ele é composto por uma maleta e kit consumo para visualização móvel - ver anexo com imagem ilustrativa	kit	1	668,00	0,00	668,00	668,00	
3.2.11	Despesas com equipamentos (datashow, notebook).	Unidade	5	170,00	850,00	0,00	850,00	
3.2.12	Despesas com locação de ônibus para viagem de estudo de caso	Unidade	1	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00	
OBSERVAÇÕES: * técnicos ligados à organizações governamentais, não governamentais, da pesca artesanal, agricultura familiar, quilombolas e assentamentos de reforma agrária, membros do colegiado territorial e observadores				Total da Atividade 3.2		850,00	29.308,00	30.158,00
OBSERVAÇÕES:				Total da Meta 3.		1.360,00	44.963,00	46.323,00

M E T A : 4. Supervisão,acompanhamento,negociação, planejamento das ações, assessoria contábil e administrativa e prestação de contas

DESCRIZAÇÃO DAS ATIVIDADES										CUSTOS (R\$ 1,00)	
Atividade	Período	Executor	Regime	Local de Realização	Duração	Unidade	Quantidade	Público	Quantidade	Unitário	Total
4.1 Supervisão,acompanhamento,negociação, planejamento das ações,assessoria contábil e administrativa e prestação de contas	dez/2010-dez/2011		D		12 meses	jornada	1	*	35		45.360,00
ITEM	Discriminação das despesas					Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Proponente	MDA	Total
4.1.1	Despesas com pagamento de horas técnicas para Supervisão, acompanhamento, negociação, e planejamento das ações, assessoria contábil e administrativa e prestação de contas					horas técnicas	600	60,00	0,00	36.000,00	36.000,00
4.1.2	Despesas com pagamento de horas técnicas para assessoria contábil e administrativa e prestação de contas					horas técnicas	234	40,00	1.840,00	7.520,00	9.360,00

OBSERVAÇÕES: * representantes de cooperativas, associações ou grupos informais de agricultores familiares, pescadores artesanais, assentados de reforma agrária, quilombolas, Embrapa, Fepagro, Emater, ONG's, Universidades, movimentos sociais, sindicatos, gestores públicos, Núcleo Dirigente e Núcleo Técnico do Colegiado de Desenvolvimento Territorial	Total da Atividade 4.1	1.840,00	43.520,00	45.360,00
---	-------------------------------	----------	-----------	-----------

OBSERVAÇÕES:	TOTAL	17.310,00	359.682,00	376.992,00
--------------	--------------	------------------	-------------------	-------------------

